

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)**  
**FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCINF)**

**VANDERLEI BATISTA DOS SANTOS**

**A TEORIA ARQUIVÍSTICA A PARTIR DE 1898: EM BUSCA DA  
CONSOLIDAÇÃO, DA REAFIRMAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO DE SEUS  
FUNDAMENTOS.**

**Brasília**

**2011**

**VANDERLEI BATISTA DOS SANTOS**

**A TEORIA ARQUIVÍSTICA A PARTIR DE 1898: EM BUSCA DA  
CONSOLIDAÇÃO, DA REAFIRMAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO DE SEUS  
FUNDAMENTOS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração:

Transferência da Informação

Linha de pesquisa:

Gestão da Informação e do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

**Brasília**

**2011**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 995378.

S237t Santos, Vanderlei Batista dos.  
A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos / Vanderlei Batista dos Santos. - - 2011.  
279 fl. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2011.

Inclui bibliografia.

Orientação: Renato Tarciso Barbosa de Sousa.

1. Arquivologia. 2. Arquivologia - Estudo e ensino.  
I. Sousa, Renato Tarciso Barbosa de. II. Título.

CDU 930.25



## FOLHA DE APROVAÇÃO

~~Título: "A teoria exquirética e partir de 1909: em busca de consolidação de~~

A  
Nícolas e Ingrid,  
meus presentes e futuros.

## **AGRADECIMENTOS**

A Renato Tarciso Barbosa de Sousa, orientador, profissional, debatedor e amigo de há muito pela confiança na assunção de um projeto já em andamento e pelo apoio e orientação adequada na conclusão de seus objetivos, inclusive, por meio de caminhos e objetos mais claros.

A professora Heloisa Liberalli Bellotto pela atenção na troca de e-mails com comentários sempre pertinentes e incentivadores e pela entrevista concedida.

A Ana Célia Rodrigues, Ana Regina Berwanger, André Malverdes, Anna Carla Almeida Mariz, Anna Szlejcher, Armando Malheiro da Silva, Bruno Delmas, Carlos Blaya Perez, Daniela Debertolis, Denise Molon Castanho, José Maria Jardim, Leonina Amanda Feitoza, Linete Bartalo, Luciana Duranti, Luis Carlos da Silva, Marilena Leite Paes, Randy Preston, Rosely Curi Rondinelli, Terry Eastwood, Wilmara Rodrigues Calderon, teóricos, docentes e/ou profissionais atuantes da Arquivística pelas entrevistas concedidas. Os novos rumos metodológicos da tese inviabilizaram o uso adequado dos depoimentos, todavia, visando contribuir com uma institucionalização social mais ampla da área, almejo que esses registros audiovisuais se tornem parte de um já delineado projeto de difusão da profissão.

A Neire Rossio, Inaldo Marinho Júnior, Tassiara Kich, Cristina Strohschoen e Marli Guedes pela intermediação e auxílio na realização de algumas das entrevistas.

A Ana Célia Rodrigues, Eliane Braga de Oliveira, José Maria Jardim, Rogério Araújo Júnior e Tarcísio Zandonade, componentes das bancas de qualificação e de defesa da tese, pelo aceite ao convite e pelas sugestões que tiveram importância fundamental nos resultados finais deste trabalho.

Aos meus familiares pela compreensão do tempo que não pude dedicar-lhes, em especial, a meus filhos que nasceram durante o período de doutorado e serviram de fontes para renovar minhas energias nessa empreitada acadêmica, e à minha esposa, sem cujo apoio seria impossível dedicar-me aos estudos.

Aos amigos do doutorado, companheiros de discussão e repensar de minhas ideias em relação à tese. Em especial à Angélica Marques, arquivista, amiga de

matrícula no concurso para a pós-graduação, por não se furtar em dividir seus recém-adquiridos conhecimentos filosóficos e auxiliar-me no reencontro de um caminho de pesquisa que, muitas vezes, se mostrava obtuso. Inclusive pela disponibilidade de sua tese, tão logo foi concluída, material fundamental para a contextualização de alguns dos aspectos inseridos em meu trabalho, me poupando significativo tempo de pesquisa.

Aos membros da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE e das discussões terminológicas do Projeto Interpares pelo repensar constante da teoria arquivística frente às novas tecnologias, especialmente a Rosely Rondinelli, pela troca de mensagens e pela disponibilidade de sua tese, com várias abordagens úteis à minha pesquisa.

À Câmara dos Deputados, nas pessoas dos Diretores da Coordenação de Arquivos e do Centro de Documentação e Informação e ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora, por aprovarem meu afastamento da instituição por alguns meses para dedicar-me aos estudos de doutoramento.

Aos amigos e arquivistas da Câmara dos Deputados (principalmente, Marcelo Fontoura, Erivan Raposo, Rafael Saiani, Tarciso Carvalho, Eduardo Nunes, Vânia Lucia Rosa, Lígia Cristina Silva, Mônica Schaper, Daniela Francescutti Martins Hott, Thiago Borges e Jacinta Ferreira) por, particularmente ao longo do último ano, ouvirem e aceitarem debater algumas das minhas inquietações e, em vários momentos, contribuírem com argumentos que me levaram a repensar alguns dos temas abrangidos pela pesquisa.

À Tassila Ramos e Adriana Silva por, gentilmente, atenderem à minha solicitação de fotografar o pôster com a “*Declaración de Principios de la Primera Reunión Interamericana sobre Archivos*”, exposta no Arquivo Público da Bahia, e enviarem a fotografia a mim por correio eletrônico.

Às incansáveis Martha Araújo e Jucilene Gomes, apoio constante na Secretaria da Pós-graduação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Aos mestres e teóricos que se aventuraram a escrever sobre a área e contribuíram para o atual estágio da Arquivística brasileira e internacional.

A tudo que aprendi e, mais ainda, àquilo que percebi que não sabia!

## Resumo

A partir do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (*Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*), publicado na Holanda, em 1898, como pedra fundamental da Arquivística enquanto campo científico, a tese busca, inicialmente, na Sociologia as bases para afirmar que a área cumpre com os requisitos teóricos para ser considerada uma disciplina científica. É tecido um painel sobre sua institucionalização social (ensino, profissão, eventos, publicações, instituições) abrindo margem para discutir sua institucionalização cognitiva no âmbito nacional e internacional. Nesse escopo, a pesquisa foca-se na existência de uma terminologia, nos objetivos da disciplina, na identificação e análise de seu triplo objeto de estudos (arquivos, nas acepções de conjunto documental e instituição arquivística, documento arquivístico e informação arquivística), nas características do documento arquivístico e, finalmente, nos princípios fundamentais. Os objetos da disciplina são analisados em si próprios e em comparação com os constructos “documento” e “informação” que os compõem. Os princípios são analisados com base no constructo de “princípio científico” e pelos critérios para qualificação de um princípio científico, desenvolvidos a partir daquele constructo inicial. Como pano de fundo está o pressuposto de que a disciplina, internacionalmente, possui pouca reflexão sobre seus conhecimentos, criando novas idéias, sem justificar o abandono das anteriores. Essa análise epistemológica é desenvolvida por meio da metodologia de história cruzada, comparando as diversas realidades que contextualizam as discussões teóricas e aplicações práticas que formam a teoria arquivística. Parte-se da presunção que essa realidade contextualizada está registrada nos manuais técnicos produzidos ao longo dos anos pela Arquivística. Nessa análise se identifica inconsistências teóricas e teorias desenvolvidas ignorando-se o status global do campo científico, sob a argumentação que visavam aplicações locais. Finalmente, conclui-se pela possibilidade de estruturar o conhecimento Arquivístico, no viés apresentado, construindo um padrão mínimo de base disciplinar que sirva de referencial teórico para as interpretações e aplicações nacionais.

**Palavras-chave:** Arquivística. Arquivologia. Disciplina científica. Fundamentos da teoria arquivística. Arquivística internacional.

## **Abstract**

Working from the *Manual for the Arrangement and Description of Archives (Handleiding ordenen en voor het van beschrijven Archieven)*, published in Holland in 1898 and considered the keystone of Archivistics as a scientific field, this dissertation seeks, first within Sociology, to affirm that Archivistics satisfies the theoretic requirements of a scientific field. A discussion of its social institutionalization (teaching, profession, events, publications, institutions) leads to an analysis of its cognitive institutionalization in both Brazilian and international arenas. The research focuses on the existence of a terminology, the objectives of the discipline, the identification and analysis of its tripartite object of study (archives, within an understanding of the whole of records and the archival institutions, records, and organic information), the characteristics of a record, and fundamental principles. The discipline's objects are analyzed *qua* objects and against the constructs "document" and "information" that form them. Its principles are analyzed from the perspectives of the "scientific principle" construct and the criteria for qualification as scientific principle, developed from that initial construct. The evident presupposition is that on an international scale we have not thoroughly reflected on our discipline's knowledge, often discarding old ideas in the creation of new ones, without sufficient justification. This epistemological analysis is developed by means of a *histoire croisée*, comparing diverse realities that contextualize the theoretic discussions and practical applications that form archival theory, and with the presumption that such a contextualized reality is registered in the technical manuals produced in Archivistics over the years. Inconsistencies in theory and theories developed disconnected from the discipline's global context, with the argument of local application, are identified in this analysis. In conclusion, I present the possibility of structuring archival knowledge, within this study's bias as presented, so as to construct disciplinary standards to serve as a theoretic reference for interpretations and applications in Brazil.

**Keywords:** Archivistics. Archival Science. Scientific discipline. Foundations of the archival theory. Internacional Archival Science.

i. Lista de tabelas

Tabela 1 – Tendências arquivísticas mundias x universidades brasileiras (1986-2006) .	19
Tabela 2 – Distribuição estadual de publicações arquivísticas no Brasil (1886 a 2010) .	21
Tabela 3 – Origem e tipo de publicações arquivísticas brasileiras (1886 a 2010).....	22
Tabela 4 – Origem de autores em periódicos arquivísticos (1990-1995) .....	23
Tabela 5 – Origem de autores em periódicos arquivísticos (2002-2010) .....	25
Tabela 6 – Origem de autores em periódicos arquivísticos (1990-2010): evolução .....	25
Tabela 7 – Conceito genérico de “informação” em publicações arquivísticas .....	49
Tabela 8 – Conceito genérico de “documento” em publicações arquivísticas .....	50
Tabela 9 – Caracterização de “princípio” para um campo científico.....	56
Tabela 10 – Periódicos não arquivísticos que publicam temática arquivística .....	94
Tabela 11 – Definições de Archival Science, Arquivologia e Arquivística .....	100
Tabela 12 – Termos usados para conceituar Arquivologia e Arquivística .....	105
Tabela 13 – Objetos da Arquivística.....	110
Tabela 14 – Finalidade da atuação da Arquivística.....	111
Tabela 15 – Mudanças Paradigmáticas em Arquivística ( <i>Archivistics</i> ).....	121
Tabela 16 – Paradigmas na Arquivística: revolução em andamento.....	123
Tabela 17 – Novos paradigmas para os Arquivistas .....	125
Tabela 18 – Definições de “arquivo” na literatura nacional e internacional .....	132
Tabela 19 – Definições de “documento de arquivo” ou “arquivístico” na literatura nacional e internacional.....	136
Tabela 20 – Análise das definições de documento arquivístico .....	139
Tabela 21 – Definição x características do documento arquivístico .....	145
Tabela 22 – “Princípios” arquivísticos identificados na literatura arquivística .....	165
Tabela 23 – Análise dos “princípios arquivísticos” .....	173
Tabela 24 – Características x objetos da Arquivística.....	198

## ii. Lista de siglas

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
Abarq	Associação Brasiliense de Arquivologia
ARMS	<i>Archives and Records Management Section</i>
AS-ISO	<i>Australian Standard - International Organization for Standardization</i>
BJIS	<i>Brazilian Journal of Information Science</i>
Capes	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Congresso Brasileiro de Arquivologia
CDU	Classificação Decimal Universal
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Citra	Conferência Internacional da Mesa-Redonda sobre Arquivos
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DAT III	<i>Dictionary of Archival Terminology (version III)</i>
Dibrate	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Enara	Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivistas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
ICA/CIA	<i>International Council on Archives / Conseil International des Archives /</i> Conselho Internacional de Arquivos
IRMT	<i>International Records Management Trust</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
NAA	<i>National Archives of Australia</i>
NBR-ISO	Norma Brasileira - <i>International Organization for Standardization</i>
NLA	<i>National Librarian of Australia</i>
Nobrade	Norma Brasileira de Descrição Arquivística

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PIAF	<i>Portail International Archivistique Francophone</i> / Portal Internacional da Arquivística Francófona
RAMP	<i>Records and Archives Management Programme</i> / Programa de Gestão de Documentos e Arquivos
SAA	<i>Society of American Archivists</i>
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	17
1.2 OBJETIVOS .....	29
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	29
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	29
1.3 JUSTIFICATIVA .....	29
1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO.....	31
1.5 REFERENCIAL TEÓRICO .....	32
1.6 METODOLOGIA.....	58
<b>2. A ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA</b> .....	65
2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA .....	67
<b>2.1.1 Escolas e universidades</b> .....	69
<b>2.1.2 Profissão e instituições de classe</b> .....	76
<b>2.1.3 Eventos técnico-científicos</b> .....	81
<b>2.1.4 Instituições normatizadoras e de discussão teórica e técnica</b> .....	84
<b>2.1.5 Publicações técnico-científicas</b> .....	90
2.2 TERMINOLOGIA: ARQUIVÍSTICA OU ARQUIVOLOGIA?.....	96
2.3 OBJETIVOS E OBJETOS .....	120
<b>2.3.1 Os arquivos</b> .....	127
<b>2.3.2 Os documentos arquivísticos</b> .....	136
2.3.2.1 <i>Características do documento arquivístico</i> .....	144
2.3.2.1.1 <u>Fixidez</u> .....	146
2.3.2.1.2 <u>Organicidade</u> .....	148

2.3.2.1.3 <u>Naturalidade</u> .....	149
2.3.2.1.4 <u>Unicidade</u> .....	151
2.3.2.1.5 <u>Autenticidade</u> .....	152
2.3.2.1.6 <u>Imparcialidade</u> .....	153
<b>2.3.3 A informação arquivística</b> .....	155
<b>3. OS PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA</b> .....	164
3.1 PROVENIÊNCIA OU RESPEITO AOS FUNDOS .....	174
3.2 RESPEITO À ORDEM ORIGINAL .....	179
3.3 TERRITORIALIDADE OU PROVENIÊNCIA TERRITORIAL.....	182
3.4 CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS E TEORIA DAS TRÊS IDADES .....	184
<b>4. CONCLUSÕES</b> .....	191
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	201
<b>ANEXOS</b> .....	226
Anexo A – Declaración de Principios de la Primera Reunión Interamericana sobre Archivos.....	226
Anexo B – Amostragem de bibliografia arquivística publicada no Brasil .....	228
Anexo C – Principais manuais arquivísticos consultados.....	250
Anexo D – Definições originais da Tabela 7. Conceito genérico de “informação” .....	252
Anexo E – Definições originais da Tabela 8. Conceito genérico de “documento” .....	253
Anexo F – Definições originais da Tabela 11. Definições de <i>Archival Science</i> (...).....	254
Anexo G – Definições originais da Tabela 18. Definições de “arquivo” .....	256
Anexo H – Definições originais da Tabela 19. Definições de “documento de arquivo” ..	258
Anexo I – Linha de Tempo da Arquivística (ênfase no Brasil): 1898-2010 .....	260

## 1 Introdução

A teoria arquivística vem se desenvolvendo ao longo dos últimos dois séculos, desde a proposta do princípio da proveniência (*principe du respect des fonds* ou *principe de provenance*, 1841) e das proposições práticas do “manual holandês” (*Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, 1898), até as mais recentes normatizações de descrição arquivística e de tratamento de documentos digitais. Nesse meio tempo, os teóricos da área discutiram funções, princípios, técnicas e outras denominações que envolviam temas como avaliação, criação, arranjo, classificação, difusão de documentos arquivísticos, entre tantos outros, bem como contemplaram visões mais regionais de escolas consagradas como a gestão de documentos<sup>1</sup> (originalmente norte-americana), a “Arquivística integrada” (canadense)<sup>2</sup> e o “*records continuum*” (australiana).

Mais recentemente se vêm propagando a evolução da Arquivística de uma fase custodial para uma fase pós-custodial no qual, superficialmente falando, muda-se o foco do objeto arquivístico do documento para a informação nele registrada. Em outras palavras, distancia-se da idéia de depósito de documentos e passa-se para gestão da informação, ainda que esta seja apenas a “informação arquivística”.

Apesar de toda essa constante evolução, acreditamos que ainda não há suficiente debate acadêmico e técnico no país em relação ao entendimento dessa vasta gama teórica hoje em uso prático. Também entendemos que há por demais divergências na aplicação da teoria arquivística nos diversos países. Dessa forma, consideramos imprescindível a caracterização dos conceitos e princípios arquivísticos para a instrumentalização de uma Arquivística nacional.

No escopo desta tese, buscamos arrolar e analisar amplo aspecto da teoria arquivística, englobando seus princípios, teorias e as características de seus objetos de estudo. Analisamos os aspectos listados a seguir, cuja sistematização nos pareceu essencial ao entendimento da disciplina:

---

<sup>1</sup> Para uma análise aprofundada da evolução, da repercussão e dos vieses desse conceito consultar, por exemplo, Llansó i Sanjuan (1993).

- a) denominação (Arquivologia ou Arquivística), abrangência e objetos de estudo da disciplina;
- b) características ou atributos documentais: completeza, autenticidade, imparcialidade, naturalidade, organicidade, cumulatividade e unicidade e outros que sejam identificados;
- c) princípios: da proveniência ou do respeito aos fundos, de respeito à ordem original, da territorialidade, da pertinência, da unicidade, da organicidade, da indivisibilidade, da cumulatividade e da funcionalidade, ciclo vital e outros que sejam identificados.

Registramos que uma pesquisa com o foco ora proposto, deveria abranger, também, as funções arquivísticas, principalmente em se considerando que sua enumeração representada, por exemplo, por diagnóstico, criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição, difusão ou acesso e identificação<sup>3</sup>, não é consensual sequer no âmbito brasileiro. Todavia, a amplitude atual dessa tese já é bastante desafiadora e a incorporação do estudo das funções arquivísticas a tornaria inexecutável nos prazos estipulados pelo Programa de Pós-graduação.

A falta de consenso quanto a esta fundamentação teórica da Arquivística possui diversos prismas e impacta sobre a identificação e quantidade dos objetos e princípios arquivísticos bem como pode prejudicar o entendimento de outros aspectos da teoria. Assim, do ponto de vista da pesquisa, é importante identificar e explicitar todas essas características e princípios para melhor compreender sua utilização contemporânea, confirmando ou retificando a existência de cada um deles.

Salientamos que não foram ignoradas as inúmeras citações na literatura arquivística sobre outras práticas que seriam a origem efetiva de teorias arquivísticas, nem publicações citadas como sistematizações práticas anteriores ao “manual

---

<sup>2</sup> Natália Bolfarini Tognoli, em dissertação de mestrado defendida recentemente, menciona, ainda no Canadá, as escolas ou correntes teóricas de “Arquivística Funcional ou Pós-moderna” e a de “Diplomática arquivística” (TOGNOLI, 2010).

<sup>3</sup> Esta relação parte da obra de Couture *et alii* (2003) adicionada da proposta de “identificação” desenvolvida por Ana Célia Rodrigues (2008). Registramos que, embora Couture *et alii* (2003, p.14) considerem que “diagnóstico” não é, exatamente, uma função arquivística, mas das ciências administrativas, sendo necessário adaptá-la para atender às necessidades específicas dos arquivos, a inserem entre as funções da disciplina.

holandês”, como apontam vários teóricos e técnicos da área (LODOLINI, 1993; ROUSSEAU; COUTURE, 1994; ALBERCH I FUGUERAS, 2003). Porém, e aplicando a análise do poder vinculado ao pensamento científico de Foucault e da institucionalização de um campo científico de Bourdieu, e ainda, do paradigma científico de Kuhn, para os objetivos desta pesquisa, consideramos o “manual holandês” como a publicação que serve e é aceita como referencial inicial da sistematização de uma prática e de uma teoria arquivística, devido à sua ampla aceitação mundial, apontada em inúmeras publicações, entre as quais, Association des Archivistes Français (1991), Jenkinson (1922), Casanova (1928), Silva *et alii* (1999) e Schellenberg (2002).

### 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Os fundamentos teóricos da Arquivística foram estabelecidos entre a primeira metade do século XIX e a primeira metade do século XX, segundo pesquisas iniciais, tendo como foco principal a sistematização teórica de uma prática já disseminada e com viés sobre os acervos arquivísticos públicos. Essas teorias e práticas, inicialmente visavam permitir o tratamento dos documentos de caráter permanente, quais sejam, aqueles armazenados nas instituições arquivísticas públicas, numa visão que privilegiava a História. Bem mais tarde, com o surgimento dos conceitos de ciclo vital e gestão de documentos no escopo arquivístico, é que se passou a estudar e ampliar as técnicas arquivísticas para uso dos produtores, ou seja, abrangendo a documentação desde o momento de sua produção. Por ser tão recente, o estudo do ciclo vital possibilita inferir a existência de aspectos pouco ou não explorados da abordagem arquivística sobre os acervos documentais em suas fases iniciais de acumulação.

Além desse fato, na literatura da área pode-se perceber a existência de vácuos teóricos e teorias, ou definições que não são aceitas ou praticadas nas mesmas condições entre os profissionais da área, o que acaba por criar não apenas abordagens, mas concepções teóricas regionais e nacionais que, em alguns momentos, propõem a substituição de uma visão teórica, não sua interpretação local.

Podemos citar, por exemplo, a teoria das três idades, que propõe a existência de três fases para um conceito plenamente aceito de ciclo vital dos documentos. Tais

fases, entretanto, não são de entendimento pacífico entre os teóricos da área. Tanto o francês Yves Pérotin (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS, 1991), em obra de 1970, quanto o italiano Elio Lodolini (1993), em seu *Archivística: principi e problemi*, de 1984, questionam esse número, propondo, respectivamente, cinco e quatro idades para o ciclo vital. Embora sejam raciocínios lógicos calcados na práxis – da mesma forma que as três idades –, essas propostas tiveram pouca repercussão no Brasil, mesmo nas discussões com os alunos das escolas arquivísticas do país<sup>4</sup>

Embora Kunh (2006) considere normal que objetos e métodos de uma disciplina possam variar no tempo, e entre comunidades científicas de uma mesma disciplina, acreditando, ainda, que “aberrações” de escolha de métodos e objetos seriam corrigidas pelo processo histórico de evolução da disciplina, entendemos que é possível, conscientemente, promover essa “autocorreção” por meio da definição de estatutos mínimos em relação aos métodos e análise dos objetos.

Entendemos que a Arquivística brasileira tem sido construída a partir dos conhecimentos trazidos por profissionais que estudam e trabalham com conceitos advindos de determinadas realidades europeias e/ou norte americanas, em sua maioria. No início da Arquivística no Brasil, tal conhecimento advinha dos profissionais convidados a visitarem o país e ministrarem treinamentos – sendo essencial a participação do Arquivo Nacional nesse processo –, pelos profissionais brasileiros que faziam estágios e visitas técnicas no exterior e pela tradução de obras estrangeiras para o português. Segundo Paulo Roberto Elian dos Santos, a formação dos profissionais brasileiros, entre as décadas de 1950 e 1970, “sofreu influência das escolas vinculadas às tradições norte-americana ou francesa” e nas décadas seguintes as instituições arquivísticas e universidades brasileiras, na busca por uma identidade teórica nacional, aproximaram-se de outras escolas, destacando-se as relações com o Canadá (Universidade de Montreal) e a Espanha, com os “estudos produzidos nos ambientes da administração e da formação universitária” (SANTOS, 2010, p.74).

---

<sup>4</sup> Luís Carlos Lopes foi um dos poucos difusores da visão de Lodolini no país, mencionando-a em suas publicações, por exemplo, em Lopes, 1996, p.74-75. Pérotin, por outro lado, quase nunca é mencionado.

Em pesquisa recente, Marques (2011, p.268) identificou os “Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)”. Além do Brasil, em primeiro lugar, com 60,89% das referências, os dez países de onde se originam as publicações mais utilizadas pelas pesquisas de pós-graduação com temática arquivística no Brasil são: França (7,98%), Espanha (6,94%), Estados Unidos (5,11%), Canadá (4,00%), Portugal (3,36%), Itália (1,99%), Inglaterra (1,92%), Austrália (1,11%), Argentina (1,09%). Os demais, mais de vinte, incluindo publicações binacionais, correspondem a 5,61%. Os 94,39% países preponderantes serão o foco de nossa pesquisa. Todavia, às análises do universo delineado, sempre que possível, serão incorporadas reflexões em relação a outros países cuja realidade teórica permita confrontar ou confirmar as visões arroladas. Tal concessão pode ser observada, sobremaneira, nas questões terminológicas.

Quanto à existência de tendências no Brasil sobre o conhecimento arquivístico, reestruturando o quadro elaborado por Marques (2011, p.275) em uma representação regional brasileira, e observando que a pesquisadora não identificou estudos teóricos no nível de pós-graduação nas instituições da região Norte, tem-se:

Tabela 1. Tendências arquivísticas mundiais x universidades brasileiras (1986-2006)

<b>Tendência<sup>5</sup></b>	<b>Região</b>	<b>Nordeste</b> UFBA, UFPB	<b>Sul</b> UFSC, UFES	<b>Sudeste</b> UFF, UFMG, Unirio, Unesp	<b>Centro-Oeste</b> UnB
Algo-saxã		X	-	X	X
Brasileira		X	X	X	X
Espanhola		X	X	X	-
Francesa		X	-	X	X
Lusobrasileira		X	-	X	-

Fonte: Marques (2011, p.275), reestruturado.

Fica claro, conforme ponderado pela pesquisadora, no escopo de sua análise que considerou “apenas as origens institucionais dos autores por programa e os idiomas de publicação das obras”, que no Brasil convivem “tendências híbridas”, ou seja, transita “entre os diversos paradigmas do pensamento arquivístico internacional”

<sup>5</sup> O termo “tendência” foi utilizado pela autora no sentido de agrupamento dos autores quanto à sua “origem”, portanto, possui viés geográfico.

(MARQUES, 2011, p.274, 300). Em outras palavras, não há uma prevalência de referencial teórico desses países sobre os autores das pesquisas de pós-graduação oriundas de programas espalhados pelo Brasil, nem individual, nem coletivamente, por instituição ou região. O que é sinônimo de uma visão nacional calcada nas diversas tendências mundiais, não orientada a um único viés teórico. A autora faz a ressalva, em complemento, de que essa transição entre os paradigmas realizada no Brasil precisa ocorrer, necessariamente, “de forma consciente e crítica a fim de evitarmos (re) apropriações inadequadas à nossa realidade” (MARQUES, 2011, p.300).

Em complemento, ao se analisar a produção bibliográfica brasileira, pode-se perceber a concentração na difusão da teoria arquivística nacional em alguns estados. A pesquisa que resultou em um levantamento inicial e não conclusivo, visto ser apenas referencial, da bibliografia publicada no Brasil sobre a temática arquivística (Anexo B) foi realizada por meio de busca na *web* com os termos “Arquivologia”, “Arquivística” e “arquivos”, complementada por consultas a obras de bibliografias<sup>6</sup>. Ao final, foram identificadas 242 obras, indexadas por:

- a) tipo de obra: tradução, periódico arquivístico, periódico de áreas correlatas que publicou artigos com temática arquivística, instrumento de descrição e narração de ações institucionais (relatórios de atividades, guias, inventários e catálogos de acervo, planos e projetos de ação de instituição, cadastro de instituições e acervos, bibliografia), textos originais (identificando aqueles que não foram publicados em periódicos) e anais de eventos.
- b) instituição de origem: arquivística pública ou privada, universidades e instituições de ensino, associações (arquivistas, bibliotecários, museólogos, profissionais da informação), instituição pública não arquivística e editoras comerciais ou outras instituições publicadoras [Serviço Nacional do Comércio (Senac), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação de Administradores].

---

<sup>6</sup> Por exemplo: Maria Pereira (1984), Weisseheimer e Bueno (1997), Vazquez (1976), *International Institute of Social History* (2009) e Abraham (2011).

Entre as várias possibilidades de análises estatísticas da listagem dessas publicações, os resultados demonstram uma clara concentração da difusão do conhecimento arquivístico brasileiro no Rio de Janeiro e em São Paulo (com 72,31% da bibliografia arrolada). Este fato, por si só, é sintomático do problema da comunicação científica de uma disciplina em desenvolvimento. Entre os demais 25 estados da federação, apenas 11 (onze) – com destaque para o DF (11,57%) – foram identificados nesse extrato da produção bibliográfica, sendo responsáveis, por 27,69% dos textos teóricos e técnicos, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 2. Distribuição estadual de publicações arquivísticas no Brasil (1886 a 2010)

<b>Estado</b>	<b>Publicações<sup>7</sup></b>	<b>Percentual (%)</b>	
Rio de Janeiro	103	42,56	72,31
São Paulo	72	29,75	
Distrito Federal	28	11,57	27,69
Bahia	11	4,55	
Rio Grande do Sul	9	3,72	
Santa Catarina	7	2,89	
Minas Gerais	5	2,07	
Paraíba	2	0,82	
Outros (GO, MT, PA, PE e PR)	5	2,07	
<b>Totais</b>	<b>242</b>	<b>100</b>	

Fonte: elaboração própria

Em resumo, 7,4% dos estados são responsáveis pela divulgação de 72,31% da bibliografia arquivística em língua portuguesa produzida no Brasil. A predominância desses estados não é novidade<sup>8</sup> e pode ser resultante de uma série de fatores, dentre os quais podemos destacar: a existência de instituições arquivísticas (duas das mais antigas do país – Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, fundada em 1721, e Arquivo Nacional, fundado em 1838, no Rio de Janeiro) e cursos de arquivo (duas

<sup>7</sup> Livros e periódicos, independentemente do conteúdo, variando de obras inéditas ou traduzidas até guia de acervo.

<sup>8</sup> Jardim (1999, p.102) já identificara que, geograficamente, 40% dos periódicos, 61% dos artigos e 67% dos autores procediam do Rio de Janeiro. Jardim também observara que Rio e São Paulo respondiam por 88% dos artigos e 89% dos autores.

universidades no Rio de Janeiro e uma em São Paulo oferecem graduação em Arquivologia), o investimento em tecnologias de informação e telecomunicações realizado pelos Governos desses Estados<sup>9</sup>, dentre os quatro periódicos científicos voltados para as discussões arquivísticas<sup>10</sup>, dois (“Acervo: Revista do Arquivo Nacional” e “Arquivo & Administração”) são publicados por instituições localizadas no Rio de Janeiro. No escopo desta pesquisa, consideramos esses dados suficientes para inferir uma concentração geográfica na difusão do conhecimento arquivístico brasileiro e sua aplicação, visto que são publicações usadas como referência nas pesquisas e práticas<sup>11</sup> nacionais.

Outra análise possível refere-se ao editor e ao tipo de publicações, conforme pode ser observado na tabela a seguir que sintetiza essa análise em relação as 235 obras identificadas:

Tabela 3. Origem e tipo de publicações arquivísticas brasileiras (1886 a 2010)

Categorias <sup>12</sup>	Editor					Tipo					
	Iarq	Ecom	Univ	Ipub	Asso	TOrig	Inst	Trad	Peri	ArtP	Anais
Publicação	107	48	39	29	19	126	40	27	18	13	11
Percentual	<b>44,21</b>	19,84	16,12	11,98	7,85	<b>52,06</b>	16,53	11,16	7,45	8,26	4,54

Fonte: elaboração própria

As instituições arquivísticas (Iarq) foram responsáveis por 44,21% das publicações. Mas esta ampla vantagem sobre as editoras comerciais (19,84%) foi

<sup>9</sup> Pesquisa do IBGE sobre “O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil 2003-2006” identificou que a distribuição das atividades do setor TIC em relação ao pessoal ocupado estava concentrada na região Sudeste (65,6%), ficando a região Sul (13,2%) com o segundo lugar. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/publicacao.pdf>

<sup>10</sup> Esse tema será retomado à frente.

<sup>11</sup> A quase totalidade das publicações de língua portuguesa, publicadas no Brasil constante entre as 30 obras mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas dos programas de pós-graduação brasileiros, no período de 1972 a 2006, identificadas por Marques (2011, p.391) estão contidas nesse levantamento de 235 obras. As exceções são, predominantemente, artigos, não contemplados no levantamento daquela autora.

<sup>12</sup> **Iarq**: instituições arquivísticas, **Ecom**: editoras comerciais; **Univ**: universidades e instituições de ensino; **Ipub**: Instituições públicas em geral; **Asso**: associações profissionais; **TOrig**: trabalho original em forma de livro; **Inst**: publicação com foco na divulgação institucional; **Trad**: tradução; **Peri**: periódicos arquivísticos, considerados na íntegra; **ArtP**: periódicos de áreas correlatas que publicam artigos com temática arquivística; **Anais**: registro de anais de eventos técnicos.

garantida pela divulgação dos instrumentos de descrição e a necessidade de transparência das atividades institucionais característicos dessas instituições públicas, que representam 16,53% de seus trabalhos editoriais. As universidades e instituições de ensino (Univ) colaboram com 16,12% das publicações, muito próximo dos 11,98% das instituições públicas em geral (Ipub). As associações profissionais (Asso) ainda têm pouco colaborado (7,85%) para o crescimento do número de publicações da área.

É profícua a identificação de que 52,06% das publicações são trabalhos originais distintos de publicações sobre acervo e atividades (16,53%) e traduções (11,16%). O que sugere um crescente mercado editorial para a Arquivística no país. A identificação de apenas 11 publicações de anais (4,54%) ratifica o papel ainda incipiente das associações profissionais no incentivo à produção de obras, visto que são essas instituições que realizam eventos e produzem seus registros.

Na pesquisa já mencionada de Jardim (1999), existe uma série de tabelas que podem ser usadas como referência comparativa visando observar a ocorrência ou não de alguma alteração na situação da produção do conhecimento arquivístico no Brasil, passada uma década. Todavia, devido às suas especificidades, faz-se necessário uma adaptação, conforme condensado a seguir:

Tabela 4. Origem de autores em periódicos arquivísticos (1990-1995): sistematização a partir de Jardim (1999)

Periódicos	Artigos	Origem dos autores <sup>13</sup>					Instituição <sup>14</sup>				
		DF	RJ	SP	Outros	Ext.	Arquiv.	Univ.	Pub.	Pesq.	Outras
Jardim (1990-1995) <sup>15</sup>	67	2	18	4	5	16	29	24	4	0	10
	%	4,44	<b>40,0</b>	8,89	11,12	35,55	<b>44</b>	37	6	0	13
		24 - 53,33%					100%				

Fonte: elaboração própria

<sup>13</sup> Legenda: DF: Distrito Federal; RJ: Rio de Janeiro; SP: São Paulo; Outros: demais estados da federação; Ext.: fora do Brasil.

<sup>14</sup> Legenda: Arquiv.: instituições arquivísticas, Univ.: universidades; Pub.: Instituições públicas em geral; Pesq.: Instituições de pesquisa; Outras: demais instituições.

<sup>15</sup> Nesta tabulação, síntese dos Quadros 1, 4 e 7 de Jardim (1999, pp.109-111), os dados identificados como "Serv. Arq. Públicos" são apresentados em "Pub" e os de "Serv. Arq. Privados" e "Outros" foram somados na coluna "Outras". Observamos, também, que a quantidade de autores (45) não equivale a de artigos (67) visto que o pesquisador excluiu as redundâncias, algo que não foi feito em nossa análise presente na Tabela 4.

O levantamento da produção bibliográfica da Arquivologia (Anexo B) realizado para esta tese não foi tão minucioso na análise dos autores quanto à abordagem feita por Jardim, de modo que, a fim de possibilitar uma comparação, nossa análise se limitará a quatro periódicos estritamente relacionados à área<sup>16</sup>, quais sejam: a) “Cenário Arquivístico”, elaborado pela Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq), e editado desde 2002, tendo sido interrompido de 2005 a 2010; b) “Arquivistica.net”, periódico eletrônico editado por iniciativa de dois arquivistas do Rio de Janeiro, sem vinculação institucional, e publicado desde 2005; c) “Arquivo e Administração”, periódico publicado desde 1972 pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), sediada no Rio de Janeiro; e d) Revista Acervo, publicada pelo Arquivo Nacional, desde 1986.

Os dados essenciais dos 122 artigos publicados nos três periódicos estão sistematizados na tabela a seguir, com recorte nos cinco últimos anos publicados por cada periódico<sup>17</sup>:

---

<sup>16</sup> Embora Arquivo e Administração (AAB) e Acervo (Arquivo Nacional) não publiquem exclusivamente artigos arquivísticos.

<sup>17</sup> Apesar do curto período usado na análise, e de ainda estarem em atividade, os periódicos Cenário Arquivístico e Arquivistica.net, até junho de 2011, não tinham publicado edições mais recentes.

Tabela 5. Origem de autores em periódicos arquivísticos (2002-2010)

Periódicos	Artigos	Origem dos autores					Instituição				
		DF	RJ	SP	Outros	Ext.	Arquiv.	Univ.	Pub.	Pesq.	Outras
Cenário (2002-2004)	32	17	7	3	3	2	0	23	5	1	3
Arquivística (2005-2008)	56	9	20	6	16 <sup>18</sup>	5	1	39	6	1	9
Acervo (2005-2008) <sup>19</sup>	31	0	12	6	4	9	8	22	0	1	0
Arquivo e Administração <sup>20</sup> (2005-2010)	34	3	19	1	0	11	6	13	3	7	5
Total	153	29	58	16	23	27	15	97	14	10	17
	%	18,96	37,92	10,46	15,01	17,65	9,81	63,40	9,15	6,54	11,10
		103 – 67,32%					100%				

Fonte: elaboração própria

Na comparação entre as tabelas, evidencia-se a manutenção da predominância da origem geográfica dos autores, anteriormente identificada. O Rio de Janeiro (RJ) continua à frente, embora, desta feita, tenha se ampliado a participação do Distrito Federal (DF). Todavia, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo (SP) se consolidam sobre os outros estados, ampliando de 53,3% para 67,32% as autorias dos artigos. A participação estrangeira nos periódicos, no entanto, foi reduzida de 35,5% para 17,65%. Como se pode perceber na comparação direta a seguir:

Tabela 6. Origem de autores em periódicos arquivísticos (1990-2010): evolução

Período	Nº de artigos	Origem dos autores					Instituição				
		DF	RJ	SP	Outros	Ext.	Arquiv.	Univ.	Pub.	Pesq.	Outras
1990-1995	67	5%	40%	9%	11%	36%	44%	37%	6%	0	13%
2002-2010	153	19%	38%	10%	15%	18%	10%	63%	9%	7%	11%
	Variação	+280%	-2%	+22%	+37%	-50%	-77%	+70%	+50%	+700%	-15%

Fonte: elaboração própria

<sup>18</sup> Embora tenhamos optado por analisar, comparativamente, a participação de RJ, SP e DF, os estados de MG (5), RS (4) e BA (3) contribuíram com 12 artigos nesse periódico.

<sup>19</sup> Apesar de ter sido publicado até o v. 23, de 2010, com o tema “França e Brasil: história, idéia e olhares”, somente estão disponíveis integralmente as edições até 2008, razão dos limites da análise, cujos “perfis institucionais”, “entrevistas” e “resenhas” não foram considerados. Os 8 artigos da edição 2008 também foram excluídos pela temática, exclusivamente, historiográfica.

<sup>20</sup> Três edições do periódico não foram consideradas: v.8, n.2 (2009) e v.9, n.2 (2010), por não aparecerem no sítio, e v.8, n.1 (2009), porque as poucas informações disponíveis no sítio não possibilitam sua tabulação.

A produção de textos por autores cresceu no Distrito Federal (280%) e em São Paulo (11%), havendo ligeira redução da produção no Rio de Janeiro (2%). A autoria de estrangeiros sofreu uma queda sensível de 50%, porém não tanto quanto aos 77% de decréscimo da participação das instituições arquivísticas. As universidades surgem como uma força em expansão, ampliando sua participação em 70%, muito acima de outras instituições públicas que passam a contribuir com 11% da produção, aumentando sua participação em 50%.<sup>21</sup>

O aumento da produção teórica da Arquivologia pelas universidades, superando as instituições arquivísticas, pode ser um indicativo de que as pesquisas da área estão sendo impulsionadas não apenas pelo viés pragmático oriundo das práticas das instituições públicas de arquivo, mas também, e fortemente, pela discussão acadêmica do saber arquivístico. Outra questão que se poderia aventar como justificativa para o acréscimo do número de publicações de autores vinculados à universidade é a pontuação que representa, individual e institucionalmente, a publicação de artigos em periódicos científicos. O aumento da publicação de artigos estaria, então, vinculado ao interesse institucional em receber uma maior pontuação<sup>22</sup> dos órgãos de fiscalização bem como à progressão funcional dos professores autores.

Apesar desse desenvolvimento facilmente observável, ainda assim, há uma variação significativa no entendimento nacional de aspectos fundamentais da teoria arquivística. Basta fazer uma comparação entre os documentos produzidos pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, com influência principal dos profissionais do Rio de Janeiro e as produções elaboradas pelos profissionais dos demais estados para se perceber discordâncias, em vários graus.

Mesmo o nome da disciplina ora em estudo não é consensual no país. De norte a sul observa-se o uso de “Arquivologia” e “Arquivística”, às vezes como sinônimos, às

---

<sup>21</sup> Essa participação das universidades em detrimento dos arquivos públicos foi ratificada no III Congresso Nacional de Arquivologia, de 2008, no qual, dentre as 39 comunicações livres apresentadas, 30 são oriundas das universidades (7 trabalhos oriundos de graduação, 8 de mestrado, 8 de projetos institucionais ou financiados ou de extensão e 7 que não se identificou o escopo), enquanto que apenas 4 provêm de pessoas vinculadas às instituições arquivísticas [CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA (3), Anais, 2008].

<sup>22</sup> Abordagem mais detida desse tema se encontra na subseção 2.1.5 Publicações técnico-científicas.

vezes como termos distintos, embora exista uma predominância do primeiro sobre o segundo. Ao se ampliar o escopo de análise, percebe-se que tal fato se repete fora do país, onde também existem termos distintos para definir o campo disciplinar. Da mesma forma que no Brasil, algumas das definições levam a sinonímias, outras, todavia, apresentam distinções evidentes, principalmente no sentido de separar os aspectos técnicos dos teóricos ou especificando áreas de estudos como, por exemplo, a construção de edifícios para arquivos. Consideramos que essas definições diversas são indicadoras de divergências conceituais não solucionadas representativas de uma disciplina ainda em amadurecimento.

Essa situação pode, ainda, ser agravada pelo fato de que, sendo a Arquivística vinculada ao status social da realidade à qual está inserida, é uma disciplina influenciada pelo contexto geográfico e político na qual é praticada. Essa consideração pode ser ilustrada por um acontecimento ocorrido no Congresso Internacional de Arquivologia, em 2000, em Sevilha, Espanha. Verne Harris,<sup>23</sup> Diretor do Arquivo Nacional Sul-africano, sentenciou, após ouvir a narrativa de um profissional europeu sobre a necessidade de aprofundamento teórico em relação à gestão de documentos digitais: “Deixemos de conversa sobre universalidade das discussões técnicas. Há, claramente, uma Arquivística europeia e a do resto do mundo”. Embora a declaração soe agressiva, uma rápida pesquisa bibliográfica demonstra que os estudos europeus e norte-americanos, bem como de outros países ditos de primeiro mundo, têm outro foco, visto que, como mencionou Harris, não estão preocupados com doenças como ebola, com guerras civis ou com as mortes por desnutrição varrendo todo o país.

A citada realidade africana, felizmente, não pode ser usada para nivelar o resto do mundo, embora a ideia por trás da afirmação do pesquisador continue válida, qual seja, a discussão arquivística também está subordinada às questões sociais, econômica, bem como o estágio da evolução tecnológica de cada país, ou ainda, cada região de um país. Essa situação certamente influenciou na disparidade da evolução teórica arquivística ao redor do mundo. No caso do Brasil, por exemplo, até bem pouco tempo o foco foram estudos práticos quanto à demanda pela destinação (eliminação ou

---

<sup>23</sup> O *paper* apresentado por Harris se intitulava “*Law, evidence, and electronic records: a strategic perspective from the global periphery*”.

recolhimento às instituições arquivísticas) de massas documentais acumuladas em inúmeras instituições públicas, o que se denominava, à época, arquivos mortos. Essa realidade mantém-se em grande parte das regiões brasileiras.

Nessa primeira aproximação do problema – a despeito das iniciativas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA)<sup>24</sup> em termos de uma normalização internacional para a área -, observamos que a teoria arquivística, de acordo com a abordagem e nacionalidade de cada pesquisador, tem apresentado divergências, seja nas definições, seja na identificação de seus componentes. As principais obras de referência em nível internacional parecem focar-se, em suas conclusões, sobre a prática local quando analisam os princípios e funções arquivísticas, e parecem desconsiderar possibilidades de harmonização entre conceitos. Acreditamos ser possível, a despeito dessas considerações iniciais, uma Arquivística mais internacional em seus fundamentos teóricos e, ainda, uma Arquivística nacional que almeje um entendimento comum do norte ao sul do país, não ignorando sua dimensão administrativa local, mas buscando uma conformidade científica e intelectual.

Com este objetivo faz-se necessário um aprofundamento epistemológico da Arquivística, visando um entendimento globalizado, ao mesmo tempo em que se busca analisar o entendimento nacional dessa teoria. Tais objetivos poderiam ser alcançados por meio da tentativa de resposta a algumas questões pontuais. Quais são os fundamentos da teoria arquivística: objetivos, objetos, princípios e conceitos mais comumente elencados pelos pesquisadores? Esses fundamentos coincidem ou divergem entre os países? É possível buscar um entendimento comum sobre esses conceitos?

---

<sup>24</sup> A vasta quantidade de publicações patrocinadas pelo *General Information Programme - PGI da Unesco, principalmente os estudos RAMP - Records and Archives Management Programme*, foi de grande utilidade, porém contribuiu para arrefecer a pesquisa teórica da área, pois “partindo do equívoco tão vulgarizado que é assumir a técnica e a prática arquivísticas como teoria incidiram quase sempre na vertente do fazer e não na do conhecer.” (SILVA *et alii*, 1998, p.18)

## 1.2 OBJETIVOS

O foco da pesquisa pode ser traduzido no seguinte objetivo geral e suas especificidades.

### 1.2.1 Objetivo geral

Identificar e sistematizar os fundamentos teóricos da disciplina Arquivística, como uma área institucionalizada mundialmente, incluindo suas teorias e princípios, bem como as características de seu objeto de estudo, em seus mais diferentes aspectos, buscando uma conformidade de entendimento.

### 1.2.2 Objetivos específicos

A fim de melhor delinear a abordagem dessa pesquisa, o alcance do objetivo geral será buscado por meio dos seguintes objetivos específicos:

*1.2.2.1 Selecionar o termo – Arquivística ou Arquivologia – para representar a área no Brasil e no mundo;*

*1.2.2.2 Apresentar dados que comprovem que a Arquivística está institucionalizada como uma disciplina no Brasil e no mundo;*

*1.2.2.3 Definir Arquivística e seu escopo de ação, ou seja, seu campo de estudo;*

*1.2.2.4 Relacionar e sistematizar quais são os objetos de estudo da Arquivística e suas definições;*

*1.2.2.5 Mapear e sistematizar quais são os princípios arquivísticos e suas definições.*

Consideramos que o alcance de tais objetivos será uma relevante contribuição teórica para a Arquivística brasileira pelos motivos expostos a seguir.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A sistematização do conhecimento arquivístico tem como marco inicial reconhecido o *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898. Traduzida para várias línguas

(alemão, francês, inglês, italiano), a metodologia proposta pelo “manual holandês” chegou ao Brasil em 1960, como “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” por uma iniciativa do Arquivo Nacional. Tal ato era a continuidade de ações similares da instituição e que trouxe ao país outros textos igualmente basilares, como “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” (“*Modern archives: principles and techniques*”, de 1956) e Arquivos correntes: organização e funcionamento (“*Records Organization and Operations*”, de 1969)<sup>25</sup>.

Essas e outras obras fundamentadoras da Arquivística como disciplina são predominantemente manuais técnicos, focadas no “como fazer”. São produções patrocinadas por instituições arquivísticas, universidades e associações profissionais ou instituições internacionais focados na temática arquivística. Entre as mais emblemáticas obras produzidas como manuais nacionais ou alçados, pelo uso e aceitação, à condição de obra de referência, e que serão objeto de estudo desta pesquisa, destacam-se “*A manual of archives administration*” (1922), do Reino Unido, “*Archivistica*” (1928) e “*Archivistica: principi e problemi*” (1984), da Itália, “*Manual de Archivologia Hispanoamericana: teorías y principios*” (1961), na Argentina, “*Les archives au XX<sup>me</sup> Siècle: une réponse aux besoins de l’administration et de la recherche*” (1982), do Canadá, “*A modern archives reader: basic reading on archival theory and practice*” (1984), dos Estados Unidos, o “*Manuel d’Archivistique: théorie et pratique des archives publiques em France*” (1970) e “*La pratique archivistique française*” (1993), da França, “*Archivistica general: teoria y práctica*” (1986), da Espanha e “*Keeping Archives*” (1987), da Austrália. A forma de análise da teoria no Brasil e em Portugal, que não possuem um manual geral, será detalhada em 1.6 Metodologia.

Para Rousseau, Couture *et alii* (1998, p.53) “a publicação de manuais é uma etapa na constituição de uma disciplina científica”, porque esse tipo de instrumento permite a articulação e a transmissão do conhecimento específico, além de estabelecer uma tradição. Apesar de se concordar com essa visão, ponderamos que o viés prático

---

<sup>25</sup> Esta obra, que tem como objetivo oferecer, pelo viés da Arquivística canadense, “um manual de referência [...] para manuseio eficiente de documentos correntes” e “informações técnicas e diretrizes operacionais básicas relativas à administração de arquivos correntes” [ARQUIVO PÚBLICO (Canadá), 1975, p.1], teve pouca repercussão entre as instituições públicas, arquivísticas ou não, e, mesmo, entre as universidades. Talvez porque, há época, o foco da Arquivística nacional eram os arquivos permanentes.

dessas obras orientadoras não incita a um aprofundamento teórico dos fundamentos da disciplina, ao contrário, direciona os arquivistas na busca de aplicações para uma teoria ainda em discussão. O que não seria um problema em si, se a busca pela aplicação prática resultasse no repensar teórico, o que não vem acontecendo, principalmente em língua portuguesa (SILVA *et alii*, 1999, p.18). O que se tem observado são obras normalmente focando práticas locais quando analisam os princípios e funções arquivísticas, como se fossem teorias acabadas sem margem de discussão e revisão – contrariando uma das regras da evolução do conhecimento científico – e, nesse sentido, parecendo desconsiderar possibilidades de universalização dos conceitos. Tal ação é, também, observada no Brasil.

Assim, um estudo que sistematize o conhecimento arquivístico em seus aspectos fundamentais é essencial para o desenvolvimento da disciplina no país.

#### 1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO

A busca pelos objetivos desta pesquisa será conduzida pelas seguintes hipóteses de trabalho:

1.4.1 A falta de consonância em aspectos da teoria arquivística no mundo é decorrente das vicissitudes nacionais expressas nos manuais adotados. Tal hipótese pode ser verificada pela análise comparativa entre os manuais desses países que condensam e traduzem para uso local aspectos envolvendo:

- fundamentos teóricos: objetivos e objetos da Arquivística, princípios teóricos, definições técnicas;
- existência de legislação abrangendo aspectos de interesse arquivístico, incluindo definições técnicas e políticas de acesso à informação;
- tradução e terminologia;

1.4.2 Apesar dessas vicissitudes nacionais, é possível o reconhecimento de estatutos mínimos que permitam a interação internacional entre os teóricos a partir de pressupostos globais, embora sob a interpretação das realidades locais.

Observamos que a opção pela adoção dos manuais como referencial inicial de análise da teoria arquivística internacional, a despeito de considera-los, simultaneamente, rasos, em relação à discussão teórica, deve-se ao seu uso arraigado em nível internacional. Além disso, são “fontes de autoridade” (KUHN, 2006), sintetizando as “tendências históricas do pensamento arquivístico, mesmo que num sentido peculiar, contingencial e operacional” (MARQUES, 2011, p.71). Todavia, a fim de confrontar as visões manualísticas, sempre serão utilizados outros textos da literatura da área.

### 1.5 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma pesquisa denominada “A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos” nos remete a uma série de interrogações. A primeira delas é a necessidade de uma pesquisa epistemológica da disciplina Arquivística, questão já abordada na justificativa deste projeto. Porém o que é a epistemologia arquivística que se busca? Ou ainda mais, o que é um estudo epistemológico de uma disciplina científica?

Para Dancy (2010), a epistemologia é “o estudo do nosso direito às crenças que temos”, “trata de saber se agimos bem ou não (de forma responsável ou irresponsável) ao formar as crenças que temos”. É normativa, no sentido de estudar “as estratégias e métodos usados para adquirir novas crenças e abandonar as antigas, e os produtos destas estratégias e métodos”. Luiz C. Martino (2003, p.80) considera que a epistemologia se ocupa de problemas “específicos e próprios do conhecimento científico, como os de seu objeto, classificação, método (critérios de validade, de operação) e de sua fundamentação (lógica e ontológica)”. E ela pode ser considerada tanto em sentido lato, quando se aproxima da filosofia, quanto em sentido estrito ou aplicado, quando “se apresenta como parte integrante e inalienável de cada disciplina científica” (MARTINO, 2003, p.81)

Em outras palavras, os estudos epistemológicos aplicados nos permitem mapear e entender a evolução teórica de uma dada disciplina ao mesmo tempo em que se analisa sua coerência.

A pesquisa epistemológica, conforme Lakatos e Marconi (2010, p.40), parte do fato a ser explicado, no nosso caso, a teoria arquivística consagrada, e busca-se identificar as razões que corroboram a existência do fato, no âmbito desta pesquisa, por meio da busca pelo entendimentos entre os teóricos da Arquivística, reduzindo as idiosincrasias nacionais e/ou regionais existentes na área. Não se parte de uma necessidade de reformular hipóteses, princípios, teorias etc. arquivísticos, mas de analisar e buscar confluências para as antinomias das teorias observadas entre os países que a praticam e, também, no Brasil.

Uma segunda questão trazida pelo título da pesquisa refere-se ao conceito de teoria. A partir da análise da etimologia da palavra oriunda do grego, Pereira (1995) observa que é comumente encontrado nos dicionários definições de teoria contrapondo à prática, também, como sinônimo de contemplação, de doutrina ou de sistema de idéias. Tal fato pode ser facilmente ilustrado pelos sentidos disponíveis no Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (INSTITUTO ANTÔNIO..., 2004) que, na acepção da filosofia grega, define teoria como

conhecimento de caráter estritamente especulativo, desinteressado e abstrato, voltado para a contemplação da realidade, em oposição à prática e a qualquer saber técnico ou aplicado.

A acepção que mais se coaduna com os objetivos desta pesquisa, também disposta no Dicionário citado, considera teoria como

conhecimento sistemático, fundamentado em observações empíricas e/ou postulados racionais, voltado para a formulação de leis e categorias gerais que permitam a ordenação, a classificação minuciosa e, eventualmente, a transformação dos fatos e das realidades da natureza. (INSTITUTO ANTÔNIO..., 2004)

Ao discutir a coerência das várias acepções da palavra “teoria”, Pereira (1995, p.7-9) considera que não há erros, mas uma incongruência natural resultante da herança oriunda das tradições, da escola e da cultura, que nos legaram e que preservamos e difundimos, e de nossa vivência pessoal.

No escopo desta pesquisa, a teoria não é uma contraposição à prática, nem mera abstração. Ela tem a abstração como um de seus fundamentos, mas não se limita a ela. A teoria não é um conhecimento desarticulado da prática. A contraposição real é entre abstração e prática. Esta separação é necessária porque

separar pensamento e realidade é, inclusive, uma necessidade formal de compreensão da mesma. Uma questão de reforço intelectual para compreensão da realidade. É preciso saber que, se esta separação existe na mente de modo formal, no real ela não existe, uma vez que falamos em unidade dos discursos. (PEREIRA, 1995, p.26)

A teoria científica refere-se, em geral, a uma hipótese (que busca explicar um fato e deduzir suas consequências) comprovada e que, segundo o pensamento popperiano, resista às tentativas de falseamento. A teoria é a hipótese aceita à época, mesmo que não perdure frente a novos fatos que venham a surgir. Afinal, a teoria não é o fato em si, mas uma proposta de explicação.

A principal novidade da teoria na ciência moderna “é a vinculação com o objeto pesquisado e, portanto, com a experiência, ou experimentação, na relação direta de causa-efeito”, todavia, tal fato “não anula o seu lado de abstração mental”. Isto acontece, sobretudo, quando da elaboração das hipóteses (PEREIRA, 1995, p.30).

Apesar de alguns teóricos considerarem que a “prática não deve ser confundida com a teoria, nem esta pode ser fundada na primeira”, considerando que, ao invés disso, “a teoria condiciona e terá de ser sempre o sustentáculo de toda a prática” (SILVA *et alii*, 1998, p.19), o fato é que não há unanimidade teórica em relação à formação do conhecimento. Michael Williams (2001), por exemplo, observa que muitos filósofos têm defendido a existência de um conhecimento *a posteriori* ou empírico, dependente da experiência ou observação e um conhecimento *a priori*, que independe destas práticas. Entretanto, conclui que alguns filósofos negam que se possa fazer tal distinção.

Entre aqueles que consideram a prática como o fundamento ou o pressuposto da teoria, está Pereira (1995) que defende que o homem não teoriza no vazio, mantendo-se sempre numa relação de transformação da natureza do mundo e de si próprio. Neste sentido, “a teoria que não se enraíza neste pressuposto não é teoria porque permanece no horizonte da abstração, da conjectura, porque não ascendeu ao nível da ação”

(PEREIRA, 1995, p.70). Para este autor, a ação do homem, difere da ação da natureza ou dos animais, apenas de mudança, por que transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma a si próprio (PEREIRA, 1995, p.72). A ação do homem é consciente e, desta forma, transformadora, portanto, não destituída de teoria.

Para Nadeau (1999, p.706, *tradução nossa*), resumindo essas discussões, uma teoria é um sistema intelectual provisório e passível de revisão. Ainda assim, devemos olhar para uma teoria como um meio para coordenar, calcular, interpretar, compreender, explicar e prever<sup>26</sup> o comportamento de um objeto de estudos de uma disciplina.

Embora não seja raro encontrar textos que classificam a Arquivística como uma área técnica, no sentido de uma possível destituição de um corpo teórico, Pereira (1995, p.77), entende que a ação do homem é uma “ação projetada, refletida, consciente, transformadora do natural, do humano e do social”, portanto, passível de sistematização teórica. Neste sentido, o termo teoria vai ao encontro do conceito de disciplina adotado nesta pesquisa.

Os conceitos de disciplina, ciência e campo científico, apesar de próximos, possuem entendimentos diferentes. Se considerarmos ciência como “todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação”, conforme Trujillo (1974, p.8), fica evidente as possibilidades de confusão entre os termos.

Para Martino (2003, p.86-87), o “termo disciplina corresponde a uma designação das peculiaridades de um certo tipo de abordagem, recorte e problematização do real”. O autor observa, em complemento, que as discussões epistemológicas, que teriam como foco a compreensão de uma dada realidade ou objeto pelo viés da disciplina, têm dado lugar aos sistemas de financiamento de pesquisas. Neste aspecto, vai ao encontro dos estudos sobre configuração de campo científico, propostas por Bourdieu (2003), na configuração do poder político ou temporal dos agentes, abordado mais adiante.

---

<sup>26</sup> *Une théorie est un système intellectuel provisoire et révisable. On peut regarder une théorie comme un moyen de coordonner, de calculer, d'interpréter, de comprendre, d'expliquer et de prédire* (NADEAU, 1999, p.706).

A partir de Kuhn (2006), pode-se entender que o termo “ciência” designa uma disciplina que evoluiu de um estágio pré-paradigmático ou pré-científico, sem referencial teórico consensual, para uma maturidade científica paradigmática, quando é reconhecida e legitimada como ciência, pela existência e utilização de um paradigma. A visão do paradigma kuhniano como sendo o “consenso de uma determinada comunidade de cientistas a respeito de ‘quais são os problemas que devem ser enfrentados e qual a forma de resolvê-los’” (KUHN, 1994, *apud* NEHMY *et alii*, 1996, p.10) endossa a proposta de Bourdieu (2004) quanto a definição do campo científico. Isso fica ainda mais evidente na definição de paradigma como “aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste de homens que partilham um paradigma” (KUHN, 2006, p.221).

Para Bourdieu (2004), campos científicos, conceito que será um dos principais referenciais teóricos desta pesquisa, são os espaços sociais com estruturas relativamente autônomas em relação a outros, organizados em torno de objetivos e práticas próprias, e que condicionam e são condicionadas pela estrutura das relações objetivas (de poder) entre os diferentes agentes (instituições e pessoas) em ação no campo.

Segundo Bourdieu (2004), esse conceito justifica-se como uma alternativa às tradicionais interpretações internalista e externalista das histórias das ciências. No primeiro caso, parte-se do pressuposto que a história de uma ciência pode ser contada por meio da consulta direta aos textos produzidos pelos seus autores, ignorando-se quaisquer outras fontes. No segundo caso, analisam-se esses textos em sua relação ao contexto social e econômico no qual estão inseridos, mas ignoram as proteções inerentes a uma maior ou menor autonomia do campo, que filtram o impacto das influências externas sobre o campo.

O campo científico, onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência, é um microcosmo dentro do macrocosmo mundo social global, mas é um espaço relativamente autônomo. Embora estejam submetidos às leis sociais, da mesma forma que o macrocosmo, essas não são as mesmas, devido a uma autonomia parcial mais ou menos acentuada do microcosmo em relação ao macrocosmo. Um dos pontos centrais da análise do campo é a

identificação do grau de autonomia que ele possui. Afinal, quanto maior sua autonomia maior sua capacidade de refratar ou retraduzir as pressões ou as demandas externas para a lógica do campo, causando menor impacto interno (BOURDIEU, 2004, p.19-22).

A construção do conhecimento no âmbito dos campos científicos, genericamente denominado “conhecimento científico”, tem sido objeto de estudos filosóficos deste há tempos. Sampaio (2001, p.16-17) apresenta um breve resumo dos principais personagens desta evolução do pensamento científico das ciências naturais, o qual é complementado referências de outros autores. Francis Bacon (1561-1626) propôs o método indutivo (*Novum organum* ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza, 1620), Isaac Newton (1642-1727) adicionou as matemáticas para analisar as regularidades físicas de seus estudos de espécies. David Hume (1711-1776, Investigação acerca do entendimento humano - *An Enquiry Concerning Human Understanding*, 1748) defendeu a identificação de nexos de causalidade entre fenômenos naturais. Gaston Bachelard (1884-1962, O novo espírito científico - *Le nouvel esprit scientifique*, 1934) e Thomas S. Kuhn (1922-1996, A estrutura das revoluções científicas - *The structure of scientific revolutions*, 1962) foram críticos da cumulatividade do conhecimento, até então em voga, introduzindo, respectivamente, os conceitos de corte epistemológico e mudança de paradigma. Rudolf Carnap (1891-1970, Testabilidade e Significado - *Testability and meaning*, 1936-1937) propõe a substituição do conceito de confirmabilidade pelo de verificabilidade, ao qual Karl Popper (1902-1994, Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária - *Objective knowledge: an evolutionary approach*, 1972) contrapõe e adiciona a falseabilidade e a transitoriedade das teorias aceitas.

Cabe um pequeno aprofundamento em alguns dos autores mencionados nesse breve resumo. Segundo Dascal (1994, p.74), Popper defendia que as teorias para serem aceitas precisavam sobreviver a esforços “sérios” para refutá-las, e complementa

Esse critério contém, pois, não somente um princípio para avaliar teorias, como também uma recomendação normativa para ação dos cientistas: estes têm que, por um lado, produzir conjecturas refutáveis e, por outro, esforçar-se para refutar as conjecturas, sejam as suas, sejam as dos demais; além disso, têm que estar dispostos a abandonar uma teoria, por mais querida que lhes seja, assim que tiver sido refutada.

O não falseamento não significa que uma dada teoria será válida para sempre, visto que todo conhecimento popperiano é conjuntural, e a mudança da conjuntura oferece novos aspectos para testar a teoria.

Todavia, os críticos de Popper apontam seu idealismo como um dos principais problemas de sua proposta: não se pode partir da ideia do que deve ser a ciência, mas sim restringir-se ao que, de fato, ela é. Kuhn (2006), por outro lado, defende que o paradigma científico não é a proposta que há de melhor ou de pior para a ciência, mas aquele que tem a maior quantidade de adeptos.

Há uma grande discussão entre os teóricos sobre a aplicabilidade da metodologia das ciências naturais aos interesses das ciências sociais. Sampaio (2001, p.18) chega a sugerir que aplicar a metodologia das ciências naturais às ciências sociais “pressupõe a aceitação apriorística de que o ser humano é explicável a partir de leis que desvendam a sua natureza”. Tal condição teria como consequência ignorar a capacidade humana de construir sua própria cultura e, sendo reconstruído por ela, dar-lhe novos significados.

Outros, todavia, acreditam que as ciências sociais são catalisadoras da perda de sentido da distinção dessas com as ciências naturais (SANTOS, 2007, p.9) e, ainda, que o “modelo de racionalidade das ciências, desenvolvido no domínio das ciências naturais [...], se estende às ciências sociais emergentes” (SANTOS, 2007, p.10).

Apesar desse possível impasse, é bastante comum o uso do modelo de evolução das ciências naturais para entendimento das ciências sociais, mesma abordagem desta tese. Entende-se que tal fato é possível porque muitas das etapas do método científico tradicional são aplicáveis às ciências factuais (subdivisão social), hermenêuticas ou interpretativas ou humanas - dependendo da classificação das ciências utilizada (LAKATOS e MARCONI, 2010; ZILLES, 1994, *apud* SAMPAIO, 2001; PEREIRA, 1995) -, como se aponta a seguir, dentre as quais estariam classificadas as ciências sociais.

Para Lakatos e Marconi, as ciências factuais “tratam de objetos empíricos, de coisas e de processos”, “referem-se a (...) fenômenos e processos”, “necessitam da observação e/ou experimentação”, “dependem do ‘fato’, no que diz respeito ao seu conteúdo ou significação, e do ‘fato experimental’, para sua convalidação”, um determinado enunciado (hipótese) deve passar por uma verificação empírica antes de

ser considerado adequado, apesar de que um enunciado posterior pode apresentar melhores aproximações da reconstrução conceitual, “verificam (comprovam ou refutam) hipóteses que, em sua maioria, são provisórias” (LAKATOS e MARCONI, 2010, p.29-30).

O conhecimento científico moderno e sua formulação possuem várias características, das quais se selecionam as seguintes (BURGE, 1974, *apud*, LAKATOS e MARCONI, 2010, p.30-42; PEREIRA, 1995, pp.46-48) por irem ao encontro dos objetivos desta pesquisa:

- a. **racional**: constituído por conceitos, juízos e raciocínios, que podem combinar-se para produzir novas ideias que, junto com as demais, compõem um conjunto ordenado de proposições (teorias).
- b. **sistemático**: é composto por um sistema de ideias (hipóteses particulares ou princípios fundamentais) inter-relacionadas, além de conter sistemas de referência interno, teorias e hipóteses, fontes de informações e quadros que explicam as propriedades relacionais.
- c. **acumulativo**: desenvolve-se a partir de novos conhecimentos somando-se a antigos selecionados ou substituindo os antigos, nos casos que tenha havido a identificação de novos fatos que levem à substituição ou reformulação de teorias antigas; relaciona-se à exatidão do conhecimento, no sentido de que não pode haver dúvidas quanto à sua formulação, pois sendo fundamentado em conhecimento e leis anteriores, estas precisam estar evidentes na metodologia em execução.
- d. **falível**: não é definitivo, absoluto ou final; além da evolução natural, o processo científico também pode ocorrer por “revoluções”, quando ocorrer a substituição de princípios ou de teorias inteiras; decorrente do caráter progressivo do conhecimento, que se refere ao fato de que as teorias vão sendo revistas e endossadas ou superadas e aperfeiçoadas.
- e. **geral**: analisa a variedade e a singularidade dos fatos e desenvolve modelos gerais, buscando a uniformidade e a generalidade; a descoberta de princípios ou leis é decorrente da busca pela elaboração de modelos ou sistemas amplos.

- f. **aberto**: não é limitado por axiomas evidentes, é falível, de modo que quaisquer princípios sempre podem ser mudados ou corrigidos; está em constante evolução e, nesse aspecto, garante seu avanço.

A construção do conhecimento científico possui, portanto, aspectos metodológicos e conceituais comuns a todas as disciplinas. Entretanto é necessário retomar o conceito de campo científico de Bourdieu. Se as disciplinas não são isentas de influências externas aos interesses científicos ditos puros, é preciso observar estas outras forças que influenciam as orientações e estratégias de pesquisa, atingindo a autonomia do campo.

O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a “politização” de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia, e uma das maiores dificuldades encontradas pelas ciências sociais para chegarem à autonomia é o fato de que pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas específicas, possam sempre intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas. (BOURDIEU, 2004, p.22)

A Arquivística é uma disciplina que tem suas origens e paradigmas vinculados ao conhecimento do próprio Estado<sup>27</sup> produtor dos acervos arquivísticos de interesse dos cidadãos<sup>28</sup>. Nas palavras de Jardim (1999, p.46)

Se os arquivos configuram uma *escrita do Estado*, a Arquivologia é um *saber de Estado*. Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivologia permite-nos abordá-la como um *saber de Estado*. Resultado do Estado europeu do século XIX, a literatura da área aponta-nos para uma Arquivologia com forte caráter de saber do e para o Estado.

<sup>27</sup> Podemos exemplificar essa questão com o esclarecimento de uma pesquisadora do *Institut d'histoire et d'archives de l'Université des Sciences Humaines*, de Moscou, Rússia, em projeto de comparação terminológica entre Rússia e França. A autora do projeto chama atenção para a ausência do termo “privado” na definição de “arquivo” aceita pela Rússia – os arquivos são organismos do Estado -, que reflete o desenvolvimento histórico e econômico do estado russo durante séculos e da inexistência de sistema de arquivos privados, demonstra com isto, que o entendimento técnico é decorrente do contexto histórico e da política de estado.

<sup>28</sup> A este respeito Lopes (1996, p.58) considera que a “manualização das práticas e a vinculação aos arquivos nacionais, algumas vezes, dão à teoria arquivística a cor e o sabor de regras e normas administrativas do estado”.

Assim, seu escopo de pesquisa é eminentemente influenciado pelos rumos políticos de cada país e seus dirigentes. Um país com uma administração democrática que acredita na transparência administrativa e liberdade de acesso às informações públicas tende a investir no desenvolvimento dos arquivos e, conseqüentemente, em sua fundamentação teórica, por meio de estudos e pesquisas aplicadas.

Sua denominação como disciplina paradigmática remete ao conceito de Kuhn (2006) para a cientificidade de uma disciplina, embora não desejemos nos ater ao debate sobre esta cientificidade da Arquivística. Entretanto, após apontar que Ekberg & Hill identificaram doze classificações para a utilização do termo paradigma em diversas disciplinas, de acordo com os interesses dos autores que o utilizam, representando tendências, escolas ou temáticas seguidas pelos cientistas sociais, Nehmy *et alii* (1996) consideram que a aproximação do conceito de paradigma à ideia de escolas e subescolas em competição

atua na direção da delimitação interna de tendências teórico-metodológicas que, a rigor, estariam exatamente a denunciar a não existência de consenso entre os praticantes, ou seja, a inexistência de um paradigma compartilhado, característica da ciência normal. (FENATTI, 1995, *apud*, NEHMY *et alii*, 1996, p.13).

Entre os adeptos da análise kuhniana da evolução da Arquivística está Theo Thomassen (1999) que aponta uma fase pré-paradigmática (Séc. XIX), uma fase de paradigma clássico ou moderno (Séc. XX), uma revolução, ocasionada pela evolução das tecnologias de informação e comunicação, e o atual estabelecimento de um novo paradigma dito pós-custodial ou pós-moderno (Séc. XXI<sup>29</sup>). Para Thomassen (1999), a revolução científica, que marca o final da fase pré-paradigmática, se encerra com a publicação do “manual holandês”, de 1898, - mais tarde traduzido para o português como Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos - obra que integrou diferentes conceitos e técnicas no campo de arranjo e descrição arquivística, emprestadas da

---

<sup>29</sup> Thomassen aponta Hugh A. Taylor, com o artigo “*Transformation in the Archives: Technological Adjustment or paradigm Shift?*”, como o primeiro a observar que o impacto das tecnologias na Arquivologia ia além do aspecto técnico. De fato, Taylor apresenta uma série de questionamentos quanto aos novos documentos (textos, mensagens, bases de dados) e a aplicação das práticas arquivísticas. Cita Trudy Peterson, em texto de 1986, para quem a teoria arquivística é tanto um mapa por onde os arquivistas passaram quando um atlas para futuras viagens, mas ressalta que “mapas podem tornar-se datados, suas informações enganosas e ambíguas, e que revisões periódicas, onde necessário, devem ser realizadas” (TAYLOR, 1988, p.26, tradução nossa).

Diplomática e da prática administrativa. Segundo ele, até então não se pode falar em paradigma, porque as visões eram ambíguas, advindas de dois vieses diferentes.

A Arquivística, no seu desenvolvimento, como qualquer disciplina, é condicionada pelas relações entre seus agentes internos. A estrutura interna de poder do campo científico é que determina o que cada agente pode ou não fazer, “comanda os pontos de vista e as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos, os objetos de interesse etc.” (BOURDIEU, 2004, p.23). As questões de interesse para a pesquisa são selecionadas pelos agentes com maior posição na estrutura do campo, de modo a privilegiar seu entendimento e consolidar e perenizar seu status.

A posição do agente na estrutura do campo é resultado do capital científico que possui. Tal capital simbólico “consiste no reconhecimento (ou crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p.26). No caso da Arquivística podemos citar como capital científico, por exemplo, pontuação do curso de graduação em Arquivologia no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, publicação de artigos em periódicos estrangeiros, número de citação do pesquisador em artigos, dissertações e teses, participação do pesquisador ou da instituição em pesquisas nacionais (Conselho Nacional de Arquivos, CNPq) e internacionais (Conselho Internacional de Arquivos, Projeto InterPARES), participação na diretoria de órgãos de classe, de pesquisa e em conselho editoriais, títulos acadêmicos, prêmios recebidos de instituições reconhecidas, convites para palestras ou mediação de mesas de debates.

Há duas espécies de capital científico, representando duas formas de poder no campo científico (BOURDIEU, 2004):

- a) temporal, institucional ou político: adquirido por estratégias políticas, refere-se a ocupação de posição em instituições científicas, laboratórios, comissões etc. que garante poder sobre os meios de produção (contratos, créditos) e de reprodução (nomeação e construção de carreiras);
- b) puro: prestígio pessoal do pesquisador, independente do anterior, reconhecimento dos pares pela contribuição ao progresso da ciência, as

invenções e as descobertas registradas em publicações com alto nível de seletividade.

Quanto maior a força do agente sobre o campo, ou seja, seu capital de crédito científico, maior sua condição de exercer alguma mudança significativa no campo. A exceção dar-se quando um cientista realiza uma descoberta revolucionária que abale os fundamentos da ordem estabelecida do campo científico. Tal agente singular pode, nesta situação, redefinir os princípios de redistribuição do capital científico, ou seja, alterar as próprias regras do jogo (BOURDIEU, 2004). O que seria, analogicamente, a revolução científica de Kuhn (2006), ou seja, uma mudança paradigmática.

Em resumo, a posição do agente no campo é objeto de luta constante, embora não implique numa luta para alterar as regras do campo. Muito ao contrário, quanto maior a posição do agente na estrutura, maior será sua ação no sentido de perpetuar essa estrutura.

Outra questão que não se pode deixar de comentar é o grau de autonomia da Arquivística. Quanto menos um campo depender de recursos econômicos, quanto maior sua capacidade de impor sanções positivas e negativas, quanto maior sua proteção contra intrusões externas, tanto maior sua autonomia e, conseqüente, resistência às pressões dos poderes temporais ou políticos, mediante o controle financeiro (cargos em instituições científicas, subvenções, contratos de pesquisa etc.) e intervenção no que deveriam ser questões científicas (BOURDIEU, 2004). Isto ocorre como todas as disciplinas, mas principalmente com aquelas que estão mais próximas do Estado, uma vez que esta relação

não é destituída de ambigüidades, uma vez que o Estado que assegura as condições mínimas da autonomia também pode impor constrangimentos geradores de heteronomia e de se fazer de expressão ou de transmissor das pressões de forças econômicas (...) das quais supostamente ele libera. (BOURDIEU, 2004, p.55)

Não se pode falar em epistemologia de uma disciplina sem falar do discurso científico. Afinal

(...) conhecimento e linguagem são inseparáveis, pois a linguagem é a estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável e porque é o instrumento através do qual o conhecimento é comunicado.

(...) Sem a linguagem, a ação grupal – se realmente existe – se torna, na melhor das hipóteses, não mais do que o produto de circunstâncias fortuitas – a simples aglomeração de organismos individuais (...). (SHERA, 1977)

Todavia, da mesma forma que o campo científico não reflete apenas as características de cientificidade daquele microcosmo, também o discurso científico apresenta nuances políticas, principalmente por meio do procedimento de exclusão, em sua forma mais familiar, qual seja, a interdição ou a proibição de abordar determinados temas.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2008, p.9).

A abordagem de análise do discurso de Foucault objetiva considerar os aspectos naturais de exclusão do discurso. Qual seja o que é aceito e o que é refutado no âmbito de uma disciplina. Para ele, uma proposição, para pertencer a uma disciplina, “precisa dirigir-se a um plano de objetos determinado” e “deve poder inscrever-se em certo horizonte teórico”, preenchendo exigências complexas e pesadas deste campo (FOUCAULT, 2008, p.32-34). Isso ocorre porque, no âmbito da disciplina, os discursos são controlados por meio da criação de uma identidade do campo definida por regras que são permanentemente utilizadas.

Também em Foucault está presente a figura do poder que define e conserva um discurso aceito e seus limites. Entretanto, como “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”, o discurso não é permanente, embora possa ser perene, afinal, a existência de uma disciplina pressupõe a possibilidade infinita de formulação de novas proposições (FOUCAULT, 2008, p.30). Em outras palavras, o conhecimento é reflexo da configuração de poderes dos elementos configuradores do campo ao qual se refere. Não há verdade fora do discurso aceito por pela sociedade que compõe essa disciplina.

Há muito tempo a Arquivística tem sido vinculada a inúmeras outras disciplinas. Na própria Classificação Decimal Universal (CDU) é caracterizada como uma disciplina auxiliar da História<sup>30</sup>, entendimento bastante difundido nos primórdios da disciplina (GAGNON-ARGUIN, 1992; SILVA *et alii*, 1998), embora ainda comum na atualidade. Em seus primórdios foi fortemente influenciada pela Diplomática (DURANTI, 1998) e pela Administração (GAGNON-ARGUIN, 1992; ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Mais recentemente por aspectos tecnológicos (JARDIM, 2006, p.19) e do direito, sem mencionar a propagação relação com a Ciência da Informação adotada pela Tabela de Áreas do Conhecimento<sup>31</sup> utilizada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (2009) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2010).

Até que ponto pode-se falar em autonomia ou monodisciplinaridade? Qual o escopo do conhecimento arquivístico? O próprio CNPq, numa proposta de revisão da Tabela de Áreas do Conhecimento, datada de 2005 e disponível no sítio da instituição, separa Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia deixando-as no mesmo patamar, subordinadas diretamente à grande área 7. Ciências Socialmente Aplicáveis (CNPq, 2005, p.14). Na tabela, o conhecimento arquivístico (7. Área – Arquivologia) é dividido em quatro subáreas: Fundamentos da Arquivologia, Gestão arquivística, Técnicas arquivísticas e Arquivologia Especializada. Em que pese a falta

<sup>30</sup> No sítio do *Universal Decimal Classification Consortium* (<http://www.udcc.org/udccsummary/about.htm>, acessado em 20 dez. 2010), gerenciador do CDU, podemos acessar versões oficiais disponíveis em 35 línguas, tendo sido a portuguesa traduzida pela Biblioteca Nacional de Portugal. Na comparação entre as línguas se percebe a predominância do termo Arquivística (POR), sendo Archivistique (FRA), Archivística (ESP) e Archivistics (ING). A estrutura adotada separa **Arquivística** [na hierarquia 930/94 História; 930 Ciência da História. Historiografia; 930.20 Metodologia da história. Ciências auxiliares da história (área que abrange Paleografia e Diplomática); 930.25 Arquivística. Arquivos] e **gestão de documentos arquivísticos** [na estrutura 0 Ciência e conhecimento. Organização. Informática. Informação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações; 00 Prolegómenos. Fundamentos do conhecimento e da cultura; 005 Gestão; 005.92 Gestão de documentos de arquivo (*records management*).

<sup>31</sup> Nessa Tabela, Arquivologia (6.07.03.00-8) e Organização de Arquivos (6.07.03.01-6) são áreas distintas, embora subordinadas à Ciência da Informação (6.07.00.00-9). Sendo que essa última pertence às Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7), juntamente com Direito (6.01), Administração (6.02), Economia (6.03), Arquitetura e Urbanismo (6.04), Planejamento Urbano e Regional (6.05), Demografia (6.06), Museologia (6.08), Comunicação (6.09), Serviço Social (6.10), Economia Doméstica (6.11), Desenho Industrial (6.12) e Turismo (6.13).

de informações contextuais para se analisar a pertinência ou não da proposta<sup>32</sup>, observamos que é uma visão que valoriza a autonomia da área.

Para Alberch i Fugueras (2003, p.21), é comumente aceito na atualidade o fato de que a Arquivística (*Archivística*) atua em dois âmbitos distintos, mas complementares: a) nível teórico (história, objeto, âmbito de atuação (arquivos e documentos), e método utilizado na obtenção de um conjunto estável de princípio, normas e terminologia; b) nível prático: resultado da aplicação das técnicas e procedimentos na organização, conservação e difusão dos documentos e da informação.

Entretanto a Arquivística não é uma disciplina que se encerra em si própria, principalmente devido aos seus objetos de estudo. Para Taylor, por exemplo,

Definir as teorias e princípios arquivísticos exclusivamente nas condições e recursos da nossa própria disciplina pode ser altamente incestuoso e sugere que os documentos arquivísticos existem em função de si próprios e não devem ser confundida com a sociedade que as cria (TAYLOR, 1987-1988, p.25, tradução nossa).

Neste sentido, pode-se considerar que, visto que a pluralidade das funções dessa Arquivística emergente se encontra em sua inevitável interdisciplinaridade (ALBERCH I FUGUERAS, 2003, p.21), seu discurso será estruturado mediante seu conhecimento próprio, mas também, em referência às disciplinas da Administração, das Ciências da Informação, da História, das Tecnológicas da Informação, do Direito, além de outras tantas cuja fundamentação teórica permita à Arquivística uma melhor abordagem de seu objeto de estudos.

Um levantamento verticalizado sobre as definições dos termos que delimitam os campos disciplinares e suas relações foi realizado por Marques (2007). Dessa pesquisa, foram identificados a **interdisciplinaridade**, com uma série de modalidades - auxiliar, restritiva, linear, unificadora, complementar, estrutural, entre outras (MARQUES, 2007, p.64) -, **multidisciplinaridade**, a qual observa a pesquisadora, tem sido confundida com a **pluridisciplinaridade** e, finalmente, a **transdisciplinaridade**.

---

<sup>32</sup> Embora se entenda que as divisões propostas por Capes e CNPq têm reflexo mais político e de adequação orçamentária do que científico. São propostos agrupamentos ou separações de acordo com interesses administrativos que podem ou não considerar relevantes aspectos como quantidade de cursos e produção técnica existentes de uma determinada área.

Um dos resultados desse levantamento é a identificação da existência de um discurso distinto entre os teóricos sobre o que seja cada uma das relações.

Neste sentido, Marques e Rodrigues (2010, p.23), em uma atualização do trabalho de Marques (2007) propõem um resumo de suas considerações quanto ao entendimento destes termos, aos quais resgatamos nossa posição e foco, no limite dos dois termos que tencionamos utilizar:

- a) interdisciplinaridade: apesar de vários autores não apresentarem condições para sua existência, consideramos que o sufixo “inter” pressupõe uma troca no relacionamento, que pode ter vários graus de intensidade e integração. Desta feita, aderimos ao entendimento de Bonilla (2010) que a entende como interações reais entre disciplinas diferentes, devido a certa reciprocidade no intercâmbio, que produza enriquecimento mútuo.
- b) multidisciplinaridade: um intercâmbio de idéia entre disciplina, visando a solução de problemas, porém sem alterá-las ou enriquecê-las; proposta que vai ao encontro da definição de Bonilla (2010) que foca no envolvimento de disciplinas, cada uma utilizando-se de seus próprios referenciais teóricos e pontos de vista, porém, sem serem enriquecidas.

Nesse escopo, esta pesquisa deverá, também, buscar identificar o conhecimento específico da Arquivística, seja o oriundo exclusivamente do âmbito disciplinar, seja aquele interdisciplinar ou oriundo de uma ação multidisciplinar que, talvez, tenha sido adotado pela disciplina. Esta decisão vai ao encontro da opinião de Alberch i Fugueras (2003, p.21), para quem a Arquivística (*archivística*) possui um núcleo específico de técnicas e procedimentos, porém se utiliza de fontes do direito administrativo, do regime jurídico e da história geral das instituições. Além disso, segundo aquele autor, a Arquivística divide com as ciências da informação e documentação problemas relacionados à recuperação rápida e eficiente da informação, mantendo, ainda, estreita vinculação com a diplomática, a paleografia e outras ciências auxiliares da história, como sigilografia, genealogia, hierática, a papirologia e a numismática.

Entretanto, na análise da teoria arquivística, além da interdisciplinaridade, não podem ser ignoradas as contingências contextuais de sua aplicação. Nesse sentido, Marques (2011, p.74) considera que

o pensamento arquivístico forma um campo discursivo no âmbito do mundo científico, perpassado por práticas sociais (KNORR-CETINA, 1981) e *habitus* regulares (BOURDIEU, 1983b; 2001), com as suas singularidades históricas e contingenciais no contexto de cada país ou região (HECKHAUSEN, 1972), isto é, considerando os nexos regulares que regem a sistematização e circulação do discurso arquivístico internacional, legitimado por demandas sociais a serem atendidas.

Em suma, a teoria arquivística é decorrente de análises teóricas e aplicações práticas realizadas de acordo com hábitos regulares da comunidade arquivística e decorrentes de demandas locais para a solução de problemas vinculados ao objeto da Arquivística. É o atendimento a essas demandas que, em última análise, legitima esse conhecimento.

O desenvolvimento desta pesquisa exige a adoção de alguns construtos ou definições operacionais, quais sejam: documento, informação, “princípios científicos” e “teorias científicas”. A partir do entendimento geral do que sejam esses termos é que se fará, nos próximos capítulos, sua especificação arquivística. Em outras palavras, como se dá o entendimento desses termos no âmbito da disciplina.

Informação é uma das mais polissêmicas definições que existe. Há inúmeros entendimentos sobre o que seja esta informação, basta mudar o foco interpretativo, principalmente, quando da aplicação do conceito a uma realidade técnica ou contexto científico. Informação é entendida de uma forma na ciência da informação, possui outro significado para as tecnologias, outro para as ciências humanas e, dentro de cada uma dessas áreas, pode, ainda, possuir nuances que inserem diferenças entre as definições aceitas.

Nos objetivos desta pesquisa se buscará as definições vinculadas à Arquivística. A seguir são apresentadas algumas propostas de definição de “informação” elaboradas por instituições e projetos internacionais ou multinacionais cujo estudo dos arquivos é um dos seus principais objetivos, privilegiando-se os já mencionados manuais,

acrescidos de dicionários e glossários arquivísticos ou que têm o entendimento da Arquivística entre as acepções para seus termos.

Tabela 7. Conceito genérico de “informação”<sup>33</sup> em publicações arquivísticas

Austrália	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento comunicado ou recebido relativo a algum fato ou circunstância. [NATIONAL ARCHIVES (Austrália), 2001, p.9, tradução nossa]</li> <li>• Qualquer tipo de conhecimento que pode ser trocado. Nesta troca, ele é representado por dados. [NATIONAL ARCHIVES (Austrália), 2010, tradução nossa].</li> </ul>
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elementos de conhecimento, informe elementar susceptível de ser transmitido e conservado graças a um suporte e um código. (AREVALO JORDAN, 2003, p.143, tradução nossa)</li> </ul>
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contida num documento (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.97).</li> </ul>
Canadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conjunto de dados organizado para transmitir uma unidade complexa dotada de significado<sup>34</sup> (INTERPARES 2 PROJECT, 2008).</li> <li>• A informação é essencialmente um instrumento interno usado para melhorar a transferência de conhecimentos úteis à produtividade e ao desenvolvimento da empresa. (ARÈS <i>et alii</i>, 2010, tradução nossa)</li> </ul>
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1. Uma coleção de dados, ideias, pensamentos ou memórias. – 2. A parcela significativa de um sinal, distinta do ruído (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa).</li> <li>• Fatos ou dados comunicados ou recebidos. (WIRE, 1993, p.17, tradução nossa)</li> </ul>
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação registrada num suporte humano e material/tecnológico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO..., 2010)</li> <li>• Qualquer elemento capaz de ser expresso com o auxílio de um código. (ALVES <i>et alii</i>, 1993, p.57).</li> </ul>
IRMT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dado ou conhecimento que é comunicado. (MILLAR, 2009, p.22, tradução nossa)</li> </ul>
ONU. ARMS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dados contextualizados, independentemente do suporte. (ONU. ARMS, 2006, tradução nossa)</li> </ul>

Fonte: elaboração própria

As definições selecionadas convergem em alguns elementos principais, quais sejam:

- a informação para ser transmitida e preservada é registrada em um suporte, por meio de um signo, quando passa a ser denominada de “dado”;
- a informação depende do receptor e de seu processamento individual, ou seja, contextualização;

<sup>33</sup> As definições de origem estrangeira foram traduzidas dos originais apresentados no Anexo D.

<sup>34</sup> Tradução proposta pelo TEAM Brasil e registrada na *Team Brasil Terminology Database*. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip3/ip3\\_terminology\\_db.cfm?letter=i&term=88](http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=i&term=88) Acesso em: 12 jul. 2011.

- a ausência de recepção da mensagem indica inexistência de informação;
- a informação independe do suporte de registro do dado.

Uma proposta de definição de informação pode ser feita a partir de Robert Wedgeworth (1993, p.368), complementada com uma interpretação de Silva *et alii* (1998, 26).

Informação é uma propriedade dos dados resultante ou produzida por um processo ao qual esses dados foram submetidos<sup>35</sup>. Entende-se, portanto, que a informação é uma interpretação dos dados. Além disso, “a informação depende do processo que a produz, ou seja, ela tem de ser vista em ligação com os meios operativos e na interação sistêmica inerente ao processo informacional” (SILVA *et alii*, 1998, p.26).

Todavia, Silva e Ribeiro (2002, p.37) apresentam uma proposta adequada aos objetivos desta tese, sendo, assim, adotada como definição de trabalho, qual seja Informação é um

Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

Para selecionar uma definição de trabalho para “documento” também se passará por propostas desenvolvidas no escopo da Arquivística, conforme a tabela abaixo:

Tabela 8. Conceito genérico de “documento”<sup>36</sup> em publicações arquivísticas

Austrália	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação registrada ou objeto que pode ser transmitido como uma unidade<sup>37</sup>. [NATIONAL ARCHIVES (Austrália), 2010, tradução nossa]</li> </ul>
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualquer símbolo convencional, escrito ou desenhado, que pode servir para fornecer ou conservar a informação (AREVALO JORDAN, 2003, p.97, tradução nossa).</li> </ul>
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.65).</li> </ul>

<sup>35</sup> **Information** is a property of data resulting from or produced by a process performed upon the data. (WEDGEWORTH, 1993, p.368)

<sup>36</sup> As definições de origem estrangeira foram traduzidas dos originais apresentados no Anexo E.

<sup>37</sup> Adota, no *Glossary of records management terms*, o texto integral da norma australiana de gestão de documentos: AS-ISO 15489, 2001. A definição que consta do *Keeping Archives* (PEDERSON, 1987, p.360), considera documento (*document*) como uma peça (*item*) de um dossiê (*file*), portanto é uma visão arquivística que não atende ao viés dessa tabela.

Canadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todo suporte de informação, incluindo seus dados, legíveis pelo homem ou por máquina<sup>38</sup> (ARÉS <i>et alii</i>, 2010, tradução nossa).</li> </ul>
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1. Qualquer trabalho escrito ou impresso; um escrito. 2. Informações ou dados fixos em algum suporte. 3. Informações ou dados fixos em algum suporte, mas que não faz parte dos registros oficiais de uma instituição, um documento não arquivístico (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa)</li> <li>• Informação registrada independente da forma física ou características. (WIRE, 1993, p.11, tradução nossa)</li> </ul>
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) todo registro de informação independente de seu suporte físico (HEREDIA HERRERA, 1991, p.121, tradução nossa)</li> <li>• Toda expressão em linguagem natural ou convencional e qualquer outra expressão gráfica, sonora ou em imagem, registrada em qualquer tipo de suporte material, inclusive os suportes informático. (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995, tradução nossa)</li> </ul>
França	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todo escrito ou registro considerado como unidade documental (PIAF, 2009).</li> <li>• Elemento material constituído por um suporte e um signo e que contém uma informação (ARCHIVES DÉPARTAMENTALES DE SEINE-ET-MARNE, 2010, tradução nossa).</li> </ul>
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade constituída pela informação e respectivo suporte (ALVES <i>et alii</i>, 1993, p.36).</li> </ul>
CIA/ICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação registrada independentemente do suporte ou características (ICA/CIA, 2004, tradução nossa).</li> </ul>
IRMT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações ou dados fixados em um suporte que pode ou não pode ser considerados, no todo ou em parte, um documento arquivístico oficial. (MILLAR, 2009, p.14, tradução nossa)</li> </ul>
ISO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação registrada ou objeto que pode ser tratado como uma unidade. (ISO 15489-1, 2001, p.3, tradução nossa).</li> </ul>

Fonte: elaboração própria

Ao se buscar uma consolidação da definição de documento identificamos como pontos comuns:

- a existência de um suporte no qual signos são registrados, sendo este conjunto, a unidade “documento”;
- o tipo de suporte não influencia na definição de algo como sendo ou não “documento”;
- o signo/linguagem utilizado para registrar/representar algo é normalmente confundido com dado ou informação, mais voltados para a interpretação do conteúdo do documento.

Ainda assim, um conceito de documento deveria abarcar, segundo o padrão observado, esses três aspectos. O que é feito com bastante competência por Blanca

<sup>38</sup> Adotam o texto da “*Loi sur les archives*”, de 1990, da província de Quebec-Canadá.

Rodrigues Bravo, em “*El documento: entre la tradición y la renovación*”, de 2002. Silva (2006, p.45-46), analisando as 14 conclusões de Rodrigues Bravo, considera que, para a autora:

O documento é entendido como o suporte que contém e dá acesso a uma mensagem potencialmente informativa para um receptor.” (...) [nele] “há a vontade do emissor de informar ou de deixar registro de um facto para a posteridade, sendo a informação potencial” (SILVA, 2006, p.45).

Na opinião de Silva (2006, p.47), porém, tal definição possui “traços de positivismo ingênuo”, devido a evidente “necessidade e o esforço em apresentar o documento como objecto palpável e claramente identificável, ao contrário da informação que sendo subjetiva é difusa e indeterminada”.

Observamos, de forma complementar, que a existência de um suporte de registro da informação é um requisito tradicional que objetiva, na verdade, uma comprovação de fixidez do documento, ou seja, permite a presunção de que o documento não foi mudado, já que está no mesmo suporte em que foi produzido e os signos utilizados estão dispostos conforme originalmente. Nos documentos digitais, porém, a preservação do suporte não é mais um requisito para a manutenção perene do documento, senão o contrário, a necessária mudança constante e periódica do suporte a fim de manter o conteúdo do documento acessível. Nestes termos, elaboramos a seguinte definição de trabalho:

Documento é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, criado com o objetivo de registrar, transmitir e/ou preservar informações.

Esta definição será aprofundada quando da análise dos objetos de estudo da Arquivística, embora se deva registrar que se buscou recuperar a etimologia do termo “documento”, derivado de “*documentum*” que, por sua vez, tem origem no verbo “*docere*” que significa ensinar ou instruir (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.31). Assim, buscamos desenvolver um conceito que abarque a necessidade do documento possuir

a capacidade de instruir seus diversos usuários da mesma forma, enfatizando a necessidade de fixidez da informação, independentemente do suporte de registro.

No âmbito da linguagem científica é imprescindível a qualificação para uso correto dos termos “teoria” e “princípio” quando utilizados no contexto da filosofia das ciências. O termo “teoria” possui um sentido lato, tratado na revisão de literatura, referindo-se a todo o conjunto de conhecimento de uma disciplina, e um sentido estrito, quando é uma hipótese ou um conjunto de hipóteses comprovadas<sup>39</sup> de uma disciplina. Observamos, de antemão, que tanto num sentido quanto no outro, a teoria é sempre um reflexo de seu contexto social, estágio de institucionalização da disciplina e do conhecimento em geral, sendo, portanto, continuamente revisada.

Para Japiassú e Marcondes (2006, p.266), a teoria, em uma de suas acepções mais adequadas aos objetivos desta pesquisa, é um

Modelo explicativo de um fenômeno ou conjunto de fenômenos que pretende estabelecer a verdade sobre esses fenômenos, determinar sua natureza.

Em outras palavras, uma teoria tem a intenção de explicar uma realidade bem definida. Sua confirmação é feita por meio de experimentações, análises e correções de uma hipótese ou hipóteses iniciais que, findo o processo, convertem-se na teoria que, após analisada pelos representantes do campo científico sobre o qual ela incide, é considerada válida. Para Bernard (*apud* FOULQUIÉ, 1962, p.724) as teorias relacionam-se ao estado de conhecimento do campo ao qual se refere e acompanha o progresso desse conhecimento. Em conclusão, podemos inferir que uma teoria científica, portanto, deve possuir os seguintes elementos:

- vinculação a um campo do conhecimento relativo a uma determinada realidade;
- explica um fenômeno ou conjunto de fenômenos;
- origina-se, ao menos, de uma hipótese já verificada;
- é provisória, visto que é susceptível de correção ou atualização.

Nesses termos, desenvolvemos a seguinte definição de trabalho:

Teoria é uma proposição desenvolvida para explicar um fenômeno no âmbito de um campo científico, verificada e aceita pelos componentes desse campo, que reflete as crenças e conhecimentos do contexto (geográfico, social, temporal) sob o qual está convalidada.

Um dos fundamentos de um campo científico são seus princípios. Tal termo, entretanto, não é unanimidade científica<sup>40</sup>, talvez por isso, também, a dificuldade de seu uso na Arquivística. Pode-se identificar “princípio” na acepção de ação humana (princípios morais), como elemento constitutivo de uma substância (princípio ativo), além de várias outras possibilidades apontadas na literatura (FRANCK, 1875, p.1393-1394; LALANDE, 1999, p.860-863; HANDS; BALDWIN, 1911, p.341-342; FOULQUIÉ, 1962, p.570-572). Entendemos que uma definição de trabalho para o termo deve ser objetiva, clara e oferecer variáveis suficientes para qualificar um conceito como sendo ou não um princípio científico.

Assim, entre as mais de 20 acepções identificadas para o termo, registramos as seguintes, cuja conotação de uso pode ser observada na literatura arquivística:

- lei geral que explica o funcionamento da natureza, e da qual leis mais específicas podem ser consideradas casos particulares (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.225);
- uma lei básica ou um fato do qual outra informação ou ideias são derivadas (BEYEA, NICOLL, 1999, *tradução nossa*);
- as idéias mais gerais e elementares nas quais se procura basear qualquer investigação, conduta, sistema teórico etc. (AIRES; ALMEIDA, 2003);
- causas primeiras, fundamentos do conhecimento (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.225);

---

<sup>39</sup> Bem diferente do entendimento difundido pelo senso comum pelo qual “teoria” refere-se a uma idéia ou opinião sem fundamentação ou comprovação.

<sup>40</sup> Todos os membros da sociedade [científica] presentes na sessão [de 10 de julho de 1913] (...), foram unânimes em reconhecer que, com efeito, esta palavra [princípio] não tinha qualquer precisão na linguagem científica (...) (LALANDE, 1999, p.861)

- hipótese explicando um grande número de casos (como a teoria), mas (ao contrário da teoria) considerada definitivamente verificada (FOULQUIÉ, 1962, p.571);
- no contexto de uma disciplina, um princípio é uma lei aplicável por todos, para tudo e em todas as situações (COX *apud* ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1994, p.61).

Para complementar o conceito de “princípio”, Japiassú e Marcondes (2006, p.255) citam Descartes, para quem um princípio deve atender a duas condições, aqui adaptadas<sup>41</sup>:

- ser tão claro e evidente que se prenuncie válido; e
- ser o filtro adequado pelo qual se analisa os fenômenos aos quais se refere.

Um princípio de uma disciplina científica, em se buscando uma consolidação dos elementos definitórios existentes nas várias propostas apresentadas, possui as seguintes características:

- é uma proposição geral, sendo aplicável para todos os casos;
- é uma proposição elementar, portanto não passível de múltiplas interpretações;
- é uma generalização do particular, ou seja, construído a partir de especificidades visando uma aplicação global;
- é aceito pela comunidade científica;
- pode dar origem a outras teorias;
- é um axioma, portanto, não deriva de outros princípios, teorias ou leis.

A partir desse entendimento propomos a seguinte definição de trabalho:

---

<sup>41</sup> As afirmações, constantes na citação original de Descartes, de que a definição de um princípio deve buscar que “o espírito humano não possa duvidar de sua validade” e que esses princípios “possam ser considerados” sem os fenômenos a que se referem, tem como base o critério verificacionista das ciências superado pela proposta de refutabilidade de Karl Popper, esse último ainda aceito pela filosofia das ciências.

Princípio científico é um postulado elementar e fundamental, aceito como verdade, que guia ou influencia um pensamento ou ação relativos a uma ordem de conhecimentos ou sistema teórico que constituem uma disciplina.

É imprescindível registrar que, apesar de ser uma verdade essencial e fundamental de uma disciplina, tendo papel essencial no seu desenvolvimento teórico, um princípio também pode sofrer questionamento e superação. Além de não ser algo tão comum quanto ao que acontece com as teorias, a inadequação de um princípio implica na inadequação do campo científico, seu repensar total e, na superação da crise teórica, no advento de uma revolução científica, segundo o entendimento kuhniano.

No escopo desta tese, propomos a seguinte interpretação do conceito elaborado para analisar criticamente os termos identificados como “princípios” na literatura arquivística.

Tabela 9. Caracterização de “princípio” para um campo científico

<b>Característica</b>	<b>Explicação</b>	<b>Grau</b>
Escopo (ESC)	é uma proposição geral e elementar.	1. Fundamenta a disciplina, aplicável a toda e qualquer situação. 0. Aplicado exclusivamente a uma ação específica, focal, no âmbito da disciplina.
Desenvolvimento (DES)	é uma generalização do particular, ou seja, construído a partir de especificidades visando uma aplicação global.	1. Generalização de uma ação específica. 0. É uma especificidade.
Aceitação (ACT)	refere-se ao nível de aceitação pela comunidade científica.	1. Está incluído no paradigma atual. 0. É pré-paradigmático ou um paradigma abandonado.
Originalidade (ORI)	é um axioma, portanto, não deriva de outros princípios, teorias ou leis.	1. É original. 0. Derivado de outro princípio ou teoria.
Âmbito disciplinar (AMB)	desenvolvido para responder às demandas da disciplina, ou seja, aos seus objetivos.	1. Origem exclusiva no âmbito da Arquivística e/ou em consonância com outras disciplinas. 0. Originário de outras disciplinas.

Fonte: elaboração própria

Na interpretação da tabela, consideramos que, ao analisar os conceitos apontados como “princípios arquivísticos”, buscaremos identificar se possui (1) as características arroladas na Tabela, sendo que a ausência (0) de qualquer uma desqualifica o conceito como princípio geral da disciplina Arquivística.

Mais especificamente, em relação ao “Escopo”, um conceito que seja aplicado exclusivamente a uma ação específica, focal, da disciplina, não é um princípio geral. Neste mesmo sentido de generalização o “Desenvolvimento” do princípio busca representar um modelo de comportamento a partir de ações específicas, não a descrição da própria ação. Como é a comunidade científica que valida ou refuta as teorias, um princípio científico deve ser aceito pela comunidade vinculada aos estudos disciplinares a qual se refere para ser convalidado. É nesse sentido que se verifica sua “Aceitação”, ou seja, sua inserção no paradigma em vigor. Outro requisito necessário à qualificação de um conceito como princípio é sua “Originalidade” axiomática, ou seja, é o viés que permite a criação de novas teorias e princípios específicos, mas não deriva de nenhuma outra.

Finalmente, um princípio pode ser originário das análises teóricas de seu objeto de estudo na busca da consecução de seus objetivos, o que o qualifica como um princípio no âmbito da disciplina. Pode, também, ser desenvolvido a partir da interdisciplinaridade com outras áreas, quando um conceito, com alguma adaptação se adequa à solução de um problema arquivístico. Um terceiro caso, no qual não será considerado princípio fundamental da disciplina, ocorre quando o conceito foi desenvolvido no âmbito de outra disciplina e, simplesmente, adotado pela Arquivística, na solução de uma demanda própria, sem necessidade de adequação conceitual.

Para concluir as definições de trabalho propomos o entendimento de metodologia arquivística como o sistema de métodos, entendidos como procedimentos racionais, baseados em regras (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.187), utilizados pelos profissionais e teóricos da área para decompor, entender e tratar seu objeto de estudos. Nesse escopo, a metodologia é caracterizada pelo exercício das “funções” arquivísticas.

Na literatura arquivística, o conceito de função possui três vieses bastante difundidos, embora pouco confrontados: a) atividades inerentes à instituição, ou seja, as metas de um Arquivo Público ou unidade de arquivo; b) campo de atuação de uma profissão, ou seja, o arquivista; c) campo de ação de uma disciplina, qual seja, a Arquivística. Essas acepções são comumente identificadas pelo uso de expressões como “funções dos arquivos” (HEREDIA HERRERA, p.111), “funções do arquivista” (GARGNOR-ARGUIN, 1960, p.111) e “funções da Arquivística” (COUTURE *et alii*, 2003). Em nossa pesquisa, a metodologia arquivística será contemplada em relação ao terceiro conceito, vinculado à disciplina, embora sem aprofundamento que abranja, efetivamente, as funções arquivísticas.

## 1.6 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória, no sentido de que seu principal foco é o levantamento e análise da produção bibliográfica arquivística produzida e/ou publicada em português, espanhol, inglês e francês, predominantemente nos manuais elaborados pelos países identificados como maiores referências para a produção teórica arquivística brasileira (MARQUES, 2011): Brasil, França, Espanha, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Inglaterra, Austrália e Argentina, além de dois textos essenciais italianos, sendo um deles em espanhol. A tese resultará, portanto, em uma visão predominantemente ocidental da disciplina, visto a limitação linguística deste pesquisador em relação a outros idiomas, sob os quais também existe produção teórica arquivística relevante<sup>42</sup>. Além disso, salvo algo da produção teórica alemã, os autores nativos das demais línguas pouco têm produzido ou sido traduzidos para os idiomas acessíveis por este pesquisador. Tal fato dificulta o acesso e, em última análise,

---

<sup>42</sup> Entre as publicações selecionadas por Pirkko Pastas (1992), representativas da produção arquivística mundial, podem ser citadas, com traduções aproximadas, as dos russos Dolgich e Rudelson (*Teoria i praktika archivnogo dela v SSSR* – Teoria e prática arquivística da URSS, 1980), do polonês Biernat Czeslaw (*Problemy archiwistyki w polczesnej Podrecenik* – Problemas da moderna ciência arquivística, 1977), do sueco Nils Nilsson (*Arkivunskap* – Estudos em arquivos, 1973) e dos alemães Gerhard Enders (*Archivverwaltungslehre* – teoria arquivística, 1967) e Johannes Papritz (*Archivwissenschaft* – Arquivologia, 1977), além da coletânea de textos sobre o princípio da proveniência organizada pelos holandeses Horsman e Sigmond (*Het land van herkomst een reader van artikelen rond het herkomstbeginsel*, 1983).

inviabiliza e a inserção desses textos no escopo desta pesquisa, senão por meio de citações secundárias (*apuds*).

A despeito de serem feitas alguma análises quantitativas de dados, esta é uma pesquisa qualitativa, por meio da qual se procura arrolar e analisar, em termos de abordagem e conteúdo, as teorias identificadas nas publicações arquivísticas do universo delineado, mapear suas similaridades e discordâncias, e propor espaços de conjugação.

A metodologia comparativa a ser utilizada justifica-se pelo fato do objetivo da pesquisa ser a comparação do entendimento da teoria arquivística pelos diversos países definidos como o universo de pesquisa, por meio de sua produção bibliográfica. Em complemento, considerando que a abordagem da pesquisa retroage a 1898, é necessário, também, considerar aspectos da metodologia histórica. Neste sentido, optamos pela metodologia de história cruzada.

Para Zimmermann e Werner (ZIMMERMANN e WERNER, 2003; WERNER e ZIMMERMANN, 2006, p.31), a história cruzada surge da necessidade de contemplar a mudança das idéias sobre as condições e caminhos nos quais o conhecimento histórico-social é produzido. Eles entendem que a evolução e as mudanças das sociedades, a valorização das culturais locais e, ao mesmo tempo, o advento da globalização valorizaram as pesquisas de especificidades, portanto, de aprofundamento sobre as diferenças e das culturas. Tal visão tem como consequência o entendimento de que os saberes são fragmentados e, em consequência, devem ser relativizados.

A história cruzada é uma modalidade de história comparada ou relacional que permite “analisar as similaridades e diferenças entre sociedades contemporâneas, mas culturalmente muito diferentes, e atentar para as influências mútuas, as percepções recíprocas ou assimétricas e os processos cruzados que constituem uns aos outros” (UFRJ, 2006), bem como oferece recursos para se “pensar a circulação das idéias e do conhecimento” (RODRIGUES e KOHLER, 2008, p.17) e “permite destacar as convergências, as divergências, as influências (ou as não-influências) de empréstimos [ou transferências] entre comunidades intelectuais nacionais” (RODRIGUES e KOHLER, 2008, p.18).

A história cruzada será usada sempre que não ficar evidenciada uma razão teórica para a distinção existente entre as visões regionais e internacionais sobre um determinado tema ou ainda quando da existência de um aspecto teórico em uso apenas numa determinada região ou país, sendo ignorado pelos demais. Esta metodologia é apropriada porque enfatiza a multiplicidade de pontos de vista possíveis e as divergências resultantes de linguagens, terminologias, categorizações e conceituações, tradições, e usos disciplinares<sup>43</sup> (WERNER e ZIMMERMANN, 2006, p.32) entre as realidades estudadas, permitindo uma visão que abrange não apenas a restituição do fato estudado em seu aspecto corrente, mas o entendimento de seu processo gerador de significado, neste caso, da teoria arquivística, e de sua aplicação.

A história cruzada está preocupada tanto com os elementos originais e o resultado de seu entrecruzamento quanto com a forma com que este relacionamento afeta cada uma das partes "entrecruzadas", que se supõe permaneçam identificáveis, mesmo que em forma alterada (WERNER e ZIMMERMANN, 2006, p.38). No escopo desta pesquisa, porém, não se buscará analisar esses processos de transferência de conhecimento entre os países ou destes com o Brasil<sup>44</sup>, mas o resultado final, qual seja o entendimento das teorias adotadas. Esta decisão baseia-se no fato de que a transferência ocorre de diversas formas, podendo afetar uma ou ambas as culturas envolvidas, ou ainda, nesse último caso, a transformação pode ocorrer de formas similares ou distintas. Também pode ocorrer em uma ou em múltiplas dimensões que se completam na obtenção do resultado observado (WERNER e ZIMMERMANN, 2006, p.38). No entanto, entendemos que tal conhecimento não nos será essencial no foco escolhido para análise do desenvolvimento da teoria arquivística.

Na aplicação da história cruzada para a análise das definições teóricas arquivísticas dos diversos países, se buscará um ponto de vista que terá como viés o pressuposto a ser construído da definição de Arquivística como campo disciplinar e da compreensão do que são seus componentes. Tal referencial será desenvolvido no

---

<sup>43</sup> (...) *the stress laid by histoire croisée on a multiplicity of possible viewpoints and the divergencies resulting from languages, terminologies, categorizations and conceptualizations, traditions, and disciplinary usages (...)*.

<sup>44</sup> A dissertação de mestrado "Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil" (MARQUES, 2007) e a tese de doutorado "Interlocações entre a

**Capítulo 2. A Arquivística como disciplina** desta tese. A seguir, serão utilizados, na escala de comparação, o nível nacional sob os parâmetros definidos nas hipóteses, conforme descrito na metodologia.

No sentido de que a história cruzada parte da suposição que todos os aspectos sociais têm relação entre si e influenciam o objeto em estudo, aos seus pressupostos serão acrescentadas as teorias de Bourdieu e Foucault. Entendemos que essa abordagem possibilita confrontar as diversas interpretações existentes da teoria arquivística e arrolar elementos suficientes para propor o entendimento entre os teóricos da área.

Com base nessa metodologia, este estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira se partiu de uma pesquisa exploratória na literatura existente sobre o tema, elegendo como aspectos norteadores as publicações elaboradas a partir de 1898, data de publicação do “manual holandês”, e a acessibilidade dos textos encontrados, tanto em termos linguísticos (português, francês, espanhol e inglês) quanto de disponibilidade para leitura física (bibliotecas ou livrarias no Distrito Federal ou compra via *web*) ou digital (bases de dados e periódicos eletrônicos).

Na pesquisa geral na *web* e em bases de dados de bibliotecas e de instituições arquivísticas ou com foco nos estudos arquivísticos, como Arquivo Nacional, Conselho Internacional de Arquivos, Associação dos Arquivistas Brasileiros, foram buscados termos que representam as diversas visões da teoria arquivística, suas definições, seus objetivos e objetos, dentre eles: Arquivologia, Arquivística, além de suas traduções para espanhol (*Archivología, Archivística, Archivonomia*), inglês (*Archivistics, Archival Science, Archivology*) e francês (*Archivistique, Archivologie*). Também foram buscados termos específicos, individualmente e por relações booleanas, como ciclo vital (*cicle de vie, vital cycle, life cycle*), informação arquivística (*información archivística, information organique*), arquivos (*archives, archivos*), documento arquivístico (*document d’archives, documento archivístico, record*).

De início, focamos as publicações que apresentam listas ou estudos sobre bibliografia arquivística, a fim de identificar aquelas comumente apontadas como

---

Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil” (MARQUES, 2011) contemplam este aspecto e, quando necessário, serão usadas como referência.

referenciais para a área. Nessas publicações, buscamos, prioritariamente, os manuais produzidos no Brasil, França, Espanha, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Inglaterra, Austrália, Argentina e, também, na Itália<sup>45</sup>. Na análise desses manuais, utilizamos Pirkko Rastas (1992) que, em pesquisa realizada para os Estudos RAMP, propôs 10 categorias de agrupamento para os manuais arquivísticos existentes à época, entre as quais foram selecionadas as quatro mais condizentes com os objetivos dessa pesquisa, quais sejam: 1) manuais gerais (obras de referência, manuais clássicos, coletâneas de artigos); 2) terminologia; 3) teoria arquivística; 4) novas tecnologias.

Nesses levantamentos, consideramos outros trabalhos já existentes, com destaque para a listagem elaborada por Marques (2011, p.345-365), denominada “Manuais arquivísticos internacionais segundo a literatura da área (1898-2000)”. Todavia, conforme já mencionado, a despeito dos manuais serem “fontes de autoridade”, consideramos que o conhecimento neles registrado não contém profundidade teórica, mas instruções sobre como se deve proceder, sendo, em geral, um “mero compêndio do saber cristalizado” (SILVA *et alii*, 1999, p.18). Nesse sentido, optou-se por complementar as análises dos manuais abrangendo textos com discussões teóricas pontuais e atuais, principalmente aqueles apontados como referência bibliográfica nos programas dos cursos de graduação e pós-graduação com temática arquivística, identificados no levantamento das instituições de ensino de outros países.

Observamos que no Brasil e em Portugal, dois dos países do universo de pesquisa, não há uma publicação que se possa denominar de manual nacional. Assim, no Brasil foram adotados como referenciais teóricos da área os manuais (originais ou traduzidas) produzidos nos outros países. Apesar de várias publicações, como Gomes e Helluy (1976), Bellotto (2004), Castro, Castro e Gasparian (1988) e Paes (2004), todas originalmente das décadas de 1970 e 1980, terem obtido grande difusão, nenhuma oferece subsídios para discussões gerais sobre a teoria e prática arquivísticas. Assim as análises serão feitas sobre as obras mais utilizadas pelos pesquisadores nacionais identificados nas obras arquivísticas. Com esse objetivo será

---

<sup>45</sup> Universos de pesquisa definido a partir da identificação dos “Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)” realizada por Marques (2011, p.268).

utilizada a pesquisa realizada sobre o acervo disponível na Biblioteca do Arquivo Nacional (MARQUES, 2011, p.260), que identificou, entre outros, entre os autores mais citados, em ordem alfabética: Ana Maria de Almeida Camargo, Astréa de Moraes e Castro, Heloísa Liberalli Belloto, José Maria Jardim, José Pedro Pinto Esposel e Luis Carlos Lopes.

Por encontrar-se em situação bibliográfica similar ao Brasil, e com uma tradição arquivística parecida, focalizaremos a análise de Portugal às obras de Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro que tem chegado ao Brasil com exemplos do atual viés analítico da disciplina naquele país.

Além dos textos mencionados, também foram consultadas normatizações cujo teor incidisse sobre a teoria e a prática arquivística. Entre elas as produzidas por instituições normalizadoras brasileiras [Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)], estrangeiras (arquivos públicos nacionais, associações profissionais) e internacionais [ICA/CIA e *International Organization for Standardization* (ISO), neste último caso, especificamente, as normas ISO 15.489-1 e ISO 15.489-2].

A segunda parte da pesquisa, análise dos dados coletados, centrou-se nas informações disponíveis nos manuais, às quais foram confrontadas com os demais textos, sempre no intuito de identificar e sistematizar:

- a denominação da disciplina que tem como objeto principal de estudo os arquivos, pela falta de concordância atual sobre o termo que a melhor identifica;
- a institucionalização social e cognitiva dessa disciplina, segundo Whitney (1974), a fim de constatar a existência formal da disciplina;
- o objetivo e o objeto de estudo da disciplina;
- os fundamentos da disciplina: princípios e teorias;

Como pano de fundo, buscamos o entendimento do contexto no qual as teorias e fundamentos da disciplina foram cunhados, visando identificar se as diferenças entre as realidades nacionais podem ter impactado no entendimento e na prática da disciplina.

Os resultados destas análises estão divididos em dois capítulos. No primeiro, buscamos estudar a institucionalização da Arquivística em seus aspectos sociais, quais sejam, a existência de instituições de ensino, profissionais e normatizadoras que têm os arquivos como referencial, e a ocorrência de eventos e publicações técnicos-científicos relacionados à área. Ainda nesse primeiro capítulo se analisa, também, os seguintes aspectos cognitivos da institucionalização da disciplina: terminologia e seu escopo de atuação (objetivos e objetos).

Para concluir o trabalho, no segundo capítulo, são analisados os conceitos comumente nomeados na disciplina como “princípio”, buscando-se a identificação daqueles que atendem os requisitos científicos de um princípio.

Deve-se registrar que nesta pesquisa, pela necessidade de manter seus objetivos exequíveis, não estão contemplados alguns conceitos e teorias arquivísticas. Dentre eles destacam-se: a divisão de fundos, *fonds* ou *records groups* para descrição, tamanha a disparidade de nomenclaturas e definições observadas nos diversos textos teóricos<sup>46</sup> e as já mencionadas funções arquivísticas. Embora o conceito de fundo arquivístico seja discutido quando da análise do princípio de respeito aos fundos.

---

<sup>46</sup> Quando essa menção se fizer necessária, entendemos que a estrutura proposta pela *International Standard Archival Description – ISAD(g)* do Conselho Internacional de Arquivos, em nível internacional, e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade, no âmbito nacional, são adequadas.

## 2. A ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA

Nenhuma disciplina pode ser uma verdadeira ciência, nem classificada como tal, se sobre ela não for levada a cabo uma pesquisa e reflexão metódicas, nem forem criadas as condições institucionais indispensáveis ao seu desenvolvimento.

(SILVA *et alii*, 1999, p.17)

Para Burge (*apud* BAZI; SILVEIRA, 2007, p.131) a ciência<sup>47</sup> é formada e se desenvolve a partir da existência de certos componentes – concebidos como um sistema de idéias - que determinem seu estatuto científico. Esses componentes são (BURGE, 1980, p.35-36):

- base filosófica ou visão geral constituída por suposições gerais acerca do mundo, do conhecimento e da boa conduta;
- base formal: teorias lógicas e matemáticas utilizáveis no campo;
- base específica do campo: conjunto de teorias, hipóteses e dados obtidos de outros campos de pesquisa;
- fundo de conhecimento: corpo de conhecimentos obtidos em outras épocas, ou seja, evolução do pensamento do campo;
- domínio ou universo: conjunto de objetos a que se referem a base específica e o fundo de conhecimento;
- problemática: conjunto de problemas do domínio que podem ser abordados pelas bases (filosófica, formal e específica) e pelo fundo de conhecimento;
- objetivo: conjunto de metas de pesquisa; e
- a metódica: conjunto de métodos regulares utilizados na abordagem dos problemas, à luz de suas bases e fundo de conhecimento, em vista de atingir os objetivos.

---

<sup>47</sup> A visão do autor é bastante restritiva e focada nas ciências naturais. Para ele os campos de pesquisa que não possuem esses elementos são considerados “não científicos” ou “pseudo ciências” (BURGE, 1980, p.37-38). Ainda assim, considerando sua aplicação aos objetivos desta pesquisa, “ciência” é aqui interpretada como um sinônimo de “campo científico”.

Para Delmas (2010), em informação disponível no *Portail International Archivistique Francophone*, o termo Arquivística (*Archivistique*) designa, ao mesmo tempo, uma ciência, um conjunto de métodos e técnicas e uma disciplina. Uma **ciência** porque permite aos pesquisadores estudar a formação dos fundos de arquivo e dos conjuntos orgânicos de documentos, sua história e suas transformações ao longo do tempo, com a finalidade de conhecer e estabelecer o grau de confiabilidade e de autenticidade dos documentos que o compõem. Apenas esse conhecimento, segundo Delmas (2010), permite ao arquivista executar suas atividades de tratamento e concessão de acesso ao acervo, quais sejam, de coleta, de avaliação, de classificação e descrição e de conservação. A Arquivística é um **conjunto de métodos e técnicas** de uma cadeia [processo] de tratamento dos arquivos porque, segundo Delmas (2010), atua em relação à orientação aos produtores e às demais atividades inerentes à atuação dos arquivos e dos arquivistas, com o objetivo de assegurar a conservação e o acesso aos documentos arquivísticos no âmbito das três idades. Finalmente, Delmas (2010) considera que a Arquivística é uma disciplina que agrupa o ensino tanto da ciência quanto dos métodos e técnicas de conservação, tratamento e uso dos arquivos. Cook (2000), apesar de apoiar a opinião de Delmas, observa que a visão tradicional da Arquivística (*Archival Science*) dá à disciplina um cunho empírico, uma ciência descritiva, sobre a qual foi aplicado o imperativo da historiografia positivista, que visa à acumulação de fatos e não a elaboração de conceitos. Tal visão é compartilhada por Silva *et alii* (1999, p.18) ao classificarem as publicações iniciais encampadas pelo Conselho Internacional de Arquivos – ICA/CIA como seguidoras do paradigma da Arquivística descritiva, focada no *fazer* e não no *conhecer*.

Acreditamos que a Arquivística atende aos requisitos de Burge para a constituição de um campo científico, segundo a denominação utilizada por Bourdieu (2004). Esse conceito também se coaduna com a análise de Burge (1980) quanto à ciência como sistema conceitual e sistema concreto<sup>48</sup> e, vai ao encontro da interpretação de Delmas (2010), da Arquivística como ciência, disciplina e conjunto de

---

<sup>48</sup> A ciência de um determinado período pode ser considerada tanto um sistema conceitual, como um sistema concreto. Sistema conceitual seria os dados, hipóteses, teorias e técnicas, enquanto o “sistema concreto” seriam os pesquisadores, seus auxiliares e suas equipes de pesquisa (instrumentos, livros etc.) (BURGE, 1980, p.41), portanto, o campo científico.

métodos e técnicas. Ao mesmo tempo as pesquisas da área tem buscado se distanciar da visão tradicional empiricista condenada por Cook (2000) e Silva *et alii* (1999).

Para concluir essas observações iniciais, remetemos a Kuhn, para quem as discussões sobre cientificidade de uma área são solucionadas quando os grupos nela envolvidos, e que atualmente duvidam de seu status, cheguem a um consenso sobre suas realizações passadas e presentes (KUHN, 2006, p.204), estabelecendo seus fundamentos paradigmáticos. Sendo assim, afastamo-nos da discussão sobre a Arquivística ser ou não uma ciência, assumindo-a como um campo científico (BOURDIEU, 2004), e passamos a analisar os aspectos voltados para sua institucionalização.

## 2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA

A institucionalização de uma disciplina se coloca em termos de verticalização da discussão de seus processos teóricos e práticos e em seu tempo de existência. Os critérios utilizados para medir o nível de institucionalização são a existência e a quantidade de cursos universitários, equipes de pesquisa, publicações, teses, revistas, pontos de encontro, tais como simpósios, seminários ou conferências, a existência de manuais que contribuem para a transmissão de conceitos, de terminologia de base e de realizações fundamentais (PALERMITI e POLITY, 2006, p.1). Esse processo é comumente analisado sob dois prismas ou categorias: social e cognitivo, proposta de Robert Whitney (1974), que tem sido usada por pesquisadores, como Garud e Rappa (1991, p.16), Palermi e Polity (2006; p.1,13), Kobashi e Santos (2008, p.106), Bazi e Silveira (2007, p.134) e Arboit (2010, p.56), do campo de socialização de institucionalização das ciências, razão pela qual é usado como referência neste trabalho.

Para Whitley a institucionalização cognitiva abrange os aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos, ou seja: o grau de desenvolvimento e aceitação dos conceitos, teorias, problemas, métodos, leis e técnicas utilizadas na disciplina, bem como da capacidade comum dos adeptos da área de distinguirem seu domínio, determinando o que é e o que não é um problema pertinente à área

(WHITLEY, 1974; PALERMITI e POLITY, 2006, p.1). A institucionalização social, por outro lado, refere-se às estruturas formais que sustentam e legitimam a disciplina, quais sejam: universidades (cursos de graduação e pós-graduação), publicações (livros e periódicos), institutos de pesquisa e sociedades científicas, grupos de pesquisa, eventos e condições de acesso a programas de fomento (WHITLEY, 1974; SANTOS e KOBASHI, 2008, p.3).

Essas duas dimensões de análise se inter-relacionam. Afinal, as estruturas formais, por meio dos programas de estudo e financiamentos, dão impulso ao desenvolvimento cognitivo da ciência que, por sua vez, influenciam o funcionamento das instituições, inclusive quanto à indicação de seus diretores. Tais aspectos nos remetem às idéias de Bourdieu (2004) no que se refere às relações de poder – capital de crédito científico - dos entes envolvidos no campo, e de Foucault (2008), quanto à aceitação e aos limites do discurso científico do campo. Como bem endossam Bazi e Silveira (2007, p.134) ao afirmarem que “a institucionalização cognitiva e social da ciência estabelece dependências significativas em níveis de equivalência”, ou seja, são diretamente proporcionais.

Existem vários estudos apontando para uma Arquivística institucionalizada local e internacionalmente. Entretanto, faz-se necessário apresentar informações que ratifiquem essa presunção. Como esta tese tem em foco a análise dos aspectos epistemológicos e teóricos da Arquivística, a institucionalização cognitiva está imbricada em toda a pesquisa, portanto não será discutida neste momento. Os aspectos da institucionalização social serão aqui abordados de forma sumária com o objetivo exclusivo de permitir a identificação da área como uma disciplina estruturada.

A seguir são expostas as representações da institucionalização social na Arquivística no Brasil e no mundo<sup>49</sup>, conforme a proposta de Whitley (1974): instituições de ensino, de classe e normalizadoras, eventos e publicações técnico-científicas. Destacamos que o “Anexo I - Linha de Tempo da Arquivística (ênfase no Brasil): 1898-

---

<sup>49</sup> Uma visão sobre a institucionalização social da Arquivística (arquivos e gestão de documentos) no Reino Unido pode ser observada em Shepherd (2006). Num escopo que entende Arquivística (*Archivistics*) ou arquivos e gestão de documentos tanto como profissão quanto disciplina acadêmica, a autora conclui que a área apresenta determinado nível de engajamento político, grupos de trabalho, instituições profissionais e oportunidades educacionais. Estaria, portanto, institucionalizada naquele país.

2010” sistematiza, cronologicamente, vários dos eventos que marcam a institucionalização da disciplina no Brasil e no mundo, alguns dos quais serão discutidos nas próximas páginas.

### **2.1.1 Escolas e universidades**

Depois de muito tempo restrito aos cursos de curta duração ministrados por instituições arquivísticas e de profissionais, a Arquivística galgou espaço nas universidades. A começar pelos cursos com viés da Paleografia e da Diplomática, realizados na Itália, Portugal e França<sup>50</sup>, mas que, com o tempo e a institucionalização gradual da disciplina, desenvolveram identidade mais focada na teoria arquivística. No Brasil não foi diferente. O primeiro curso formal e fixo de conhecimentos arquivísticos foi desenvolvido no âmbito do Arquivo Nacional, denominado Curso Permanente de Arquivos – CPA e iniciado em 1960 (MARQUES, 2007, pp.19, 242).

A aprovação, em 24 de janeiro de 1972, pelo Conselho Federal de Educação de parecer da Câmara de Ensino Superior recomendando a criação de curso superior de Arquivologia foi um dos passos mais importantes para a institucionalização da Arquivística no país (MARQUES, 2007, pp.19, 237-238). A começar pela concessão, em 1973, de mandato universitário para o CPA do Arquivo Nacional e posterior transferência, em 1977, para a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, vários cursos superiores de Arquivologia foram criados desde então (MARQUES, 2007, p.242).

Nos últimos anos, em decorrência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) do Governo Federal, esse crescimento foi exponencial. Para se ter uma idéia, dos 16 (dezesesseis) cursos de graduação existentes no país, 6 (37,5%) foram criados após o Programa, ou seja, em pouco mais de três anos. São os das universidades federais da Paraíba, Amazonas, Minas Gerais, Rio Grande/RS, Santa Catarina e do Pará. Os demais foram criados ao longo de 34 anos, se considerarmos 1973 como o ano de criação do primeiro de nível superior.

Em que se pese o aumento súbito, não acompanhado da formação específica de docentes da área<sup>51</sup>, os cursos de graduação em Arquivologia atualmente existentes no Brasil restringem-se às universidades públicas, alcançam todas as regiões brasileiras e são ministrados nas seguintes instituições<sup>52</sup>.

Centro-Oeste: Distrito Federal.

1. Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB). URL: [http://www.cid.unb.br/m001/M0011000.asp?txtID\\_PRINCIPAL=23](http://www.cid.unb.br/m001/M0011000.asp?txtID_PRINCIPAL=23)

Nordeste: Bahia e Paraíba.

2. Instituto de Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia (UFBA), dois cursos: diurno e noturno<sup>53</sup>. URL: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/ICI/Arquivologia>
3. Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). URL: <http://www.uepb.edu.br/>
4. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). URL: [http://www.coperve.ufpb.br/Cursos\\_Net.htm](http://www.coperve.ufpb.br/Cursos_Net.htm)

Norte: Amazonas e Pará.

5. Universidade Federal do Amazonas (UFAM) /AM. URL: <http://www.portal.ufam.edu.br/index.php/cursos>.
6. Universidade Federal do Pará (UFPA) /PA. URL: <http://www.ufpa.br/>

---

<sup>50</sup> Na *Scuola de Paleografia e Diplomatica* de Florencia, Itália, em 1857, na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1796, e, a partir de 1821, na *École des Chartres*, França (VIVAS-MORENO, 2004, p.86).

<sup>51</sup> Tal fato pode ser constatado pela leitura, nos últimos dois anos, dos vários editais de contratação de docentes para os novos cursos de Arquivologia que têm como requisito o mestrado e, depois de seguidas republicações sem inscrição de candidatos, passam a exigir apenas a graduação. Ou ainda, quando exigem mestrado ou doutorado em áreas correlatas, independente de graduação em Arquivologia. Isso pode vir a se tornar um problema futuro quanto ao nível de qualificação dos profissionais atualmente em formação.

<sup>52</sup> Para mais informações sobre a criação dos cursos de Arquivologia e o desenvolvimento de seus currículos nas universidades brasileiras, bem como o perfil dos alunos, consultar, por exemplo: Silva, Debortolis e Hernandez (2001), Richter, Castanho e Garcia (2002), Matos, Amaral e Rios (2002), Oliveira e Sousa (2003), Mariz (2003), Maia (2005), Marques (2007, p.85-114), Castro (2008), Souza (2010, p.109-132) e Oliveira (2010).

<sup>53</sup> Conforme disposto na tabela elaborada por Souza (2010, p.120).

Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

7. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). URL:  
[http://www.prograd.ufes.br/cursos\\_de\\_graduacao/arquivologia.htm](http://www.prograd.ufes.br/cursos_de_graduacao/arquivologia.htm)
8. Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). URL: <http://www.unirio.br/arquivologia/>
9. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) / Campus Marília. URL:  
<http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=52&CodigoOpcao=52&Opcao=50>
10. Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). URL: <http://www.proac.uff.br/cursos-de-graduacao-presencial/estudos-gerais/arquivologia/arquivologia>
11. Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / MG. URL: <http://www.eci.ufmg.br/graduacao/arquivologia>

Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

12. Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). URL: <http://w3.ufsm.br/arquivologia>
13. Faculdade de Biblioteconomia e Documentação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). URL:  
<http://www.ufrgs.br/fabico/arquivologia.htm>
14. Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). URL: <http://www.ichi.furg.br/>
15. Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). URL: <http://www.uel.br/ceca/cin/>
16. Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). URL: <http://arquivologia.ufsc.br/>

No Brasil, paradoxalmente à existência da figura do técnico de arquivo na lei e no decreto<sup>54</sup> que regulamentam a profissão, não existe curso para essa formação. A criação de um curso nesse nível levaria a uma maior expansão da prática e da teoria arquivística, visto que passaria a atingir o ensino fundamental.

Nos dias atuais, no Brasil, existem alguns cursos de pós-graduação, no nível de especialização, que abrangem algum tipo de formação relacionada à Arquivística, embora nem sempre com esta abordagem explícita no título. Há cursos ministrados pelo Instituto de Estudos Brasileiros e pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (Especialização em Organização de Arquivos), pelo Arquivo Nacional (Organização, Planejamento e Direção de Arquivos, pela Universidade Federal de Santa Maria (Especialização em Gestão em Arquivos), pela Universidade Federal do Maranhão (Pós Graduação Lato Sensu em Gestão de Arquivos), pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (Especialização em Arquivo Empresarial) – Manaus/MA, pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (Curso de Especialização Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais), além de outros sazonais ministrados por instituições privadas<sup>55</sup>.

Há também inúmeras pesquisas que, embora realizadas no âmbito da pós-graduação em outras áreas (sobremaneira em história e ciência da informação), atendem às demandas da Arquivística<sup>56</sup>. A fim de agrupar as discussões acadêmicas a respeito da Arquivística, recentemente foi aprovada a definição de um grupo de trabalho para a criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (2010), como resultado da primeira Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, realizada em Brasília.

---

<sup>54</sup> Lei nº 6.546/1978 e Decreto nº 82.590/1978.

<sup>55</sup> Por exemplo: “Curso de Especialização em Gestão de Arquivos” – Faculdade Ávila – Goiânia/GO; “Curso de Extensão em Introdução à Política e ao Tratamento dos Arquivos” - Programa de Estudos Pós-Graduados em História - Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC/PUC-SP – Monte Alegre/SP; “Gestão da Informação em Arquivos (físicos e digitais)” – Faculdade Esuda – Recife/PE.

<sup>56</sup> Consultar, por exemplo, Rodrigues e Aparício (2002), Fonseca (2005, p.91-95) e Marques (2007, p.120-136).

Em termos internacionais, há uma prevalência da manutenção dos cursos de Arquivística em nível de pós-graduação, embora não seja uma exclusividade<sup>57</sup>. Para ilustrar tal afirmação relativa à institucionalização social acadêmica, apresentamos alguns cursos existentes no mundo<sup>58</sup>:

Argentina:

- Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Filosofía y Humanidades. Licenciatura em Archivología e Tecnicatura Profesional Archivero. URL: [www.ffyh.unc.edu.ar](http://www.ffyh.unc.edu.ar)

Canadá:

- University of British Columbia (UBC). School of Library, Archival & Information Studies - SLAIS. Master of Archival Studies Degree. URL: <http://www.slais.ubc.ca/programs/mas.htm>
- Université de Montréal. École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'information. Certificat en archivistique e Certificat en gestion de l'information numérique. URL: <http://www.ebsi.umontreal.ca/prog/index.html>

Colômbia

- Universidad de la Salle. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Maestría en Gestión Documental y Administración de Archivos e Especialización en Sistemas de Información y Gerencia de Documentos. URLs: <http://unisalle.lasalle.edu.co/index.php/content/view/514/421/> e <http://unisalle.lasalle.edu.co/index.php/content/view/38/422/>

<sup>57</sup> Na Universidade de Córdoba, Argentina, por exemplo, um único curso permite a titulação de técnico (Tecnicatura Profesional Archivero, com 55% da grade curricular) e de licenciado (Licenciatura en Archivología), concluindo o restante da grade horária e disciplinar.

<sup>58</sup> Para mais informações sobre a formação profissional dos arquivistas em nível internacional, sugerimos a leitura de Heredia Herrera (1986), Lodolini (1989; 1993, p.273-302), GIRA (1994), Duranti (1998), Eastwood (2003), Arevalo Jordan (2002), Alvarez Alvarez e Parra Costa (2007), Matos (2008) e Souza (2010, p.106-109).

## Espanha:

- Universidad Carlos III de Madrid. Departamento de Biblioteconomía y Documentación. Máster en Archivística. URL:  
[http://www.uc3m.es/portal/page/portal/postgrado\\_mast\\_doct/masters/mu\\_archivstica](http://www.uc3m.es/portal/page/portal/postgrado_mast_doct/masters/mu_archivstica)

## Estados Unidos:

- University of California, Los Angeles (UCLA). Graduate School of Education and Information Studies. Master of Library & Information Science (MLIS). Specialization in Archival Studies. URL:  
<http://is.gseis.ucla.edu/academics/degrees/specializations.htm#archival>
- University of Michigan. School Of Information. Archives and Records Management Specialization. URL: <http://si.umich.edu/msi/arm.htm>
- University of Pittsburgh. School of Information Science. Archives, Preservation & Records Management Specialization. URL:  
<http://www.ischool.pitt.edu/lis/degrees/archives/index.php>

## França:

- École Nationale des Chartes. Archiviste Paléographe et concours. URL:  
<http://www.enc.sorbonne.fr/archiviste-paleographe.html>.

## Irlanda:

- University College Dublin. School of History and Archives. Master in Archives and Record Management. URL:  
[http://www.ucd.ie/historyarchives/graduateprogrammes/maprogrammes/sc\\_hofha\\_ma\\_archives/](http://www.ucd.ie/historyarchives/graduateprogrammes/maprogrammes/sc_hofha_ma_archives/)

## Itália:

- Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica. *Corso Biennale di Paleografia, Diplomatica e Archivistica e Corso annuale di Archivistica*. URL: [http://asv.vatican.va/it/scuol/storia\\_it.htm](http://asv.vatican.va/it/scuol/storia_it.htm)

- Universita' degli Studi di Roma "La Sapienza". Scuola di Specializzazione in Beni Archivistici e Librari . URL: <http://w3.uniroma1.it/ssab/>

México:

- Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía de Mexico. Licenciatura en Archivonomía. URL: [http://www.enba.sep.gob.mx/descripcion\\_de\\_la\\_licenciatura.html](http://www.enba.sep.gob.mx/descripcion_de_la_licenciatura.html)

Reino Unido:

- University of Glasgow. Humanities Advanced Technology and Information Institute (HATII). MSc in Information Management and Preservation. URL: <http://www.gla.ac.uk/departments/hatii/postgraduate/>

Rússia:

- Russian State University for The Humanities. Postgraduate School. Technical Science: Documentation science, record management, archival science. URL: <http://www.rgggu.com/>

Vietnam:

- VietNam National University<sup>59</sup>. Faculty of Archivology and Office Management. Archival Expert. URL: <http://news.vnu.edu.vn:85/default.asp>

Como mencionado, esta lista é meramente ilustrativa da existência de cursos de graduação e pós-graduação da disciplina Arquivística no mundo. Não devendo ser tomada como referência quantitativa, nem interpretada como uma pesquisa que esgota o assunto<sup>60</sup>, mas como exemplo da institucionalização social da Arquivística no que se

<sup>59</sup> Após a autorização do Governo vietnamita, em 1967, foi criado o Departamento de Arquivo, com o curso de graduação em Arquivística, na Universidade Nacional de Hanoi. Devido à demanda crescente, o departamento foi transformado em faculdade, em 1996, e passou a oferecer o curso de Mestrado em arquivística, em 1998.

<sup>60</sup> Até porque, por exemplo, a Faculdade de Humanidades da Universidade de Panamá está em processo de criação do curso de *Maestría en Gestión y Conservación del Patrimonio Documental y Cultural*, com ênfase em Arquivística, conforme informação prestada, por e-mail em 13.07.2011, pela professora María Centeno, da Escuela de Archivología daquela Faculdade. Tal situação pode estar ocorrendo em inúmeros países.

refere à existência de instituições de ensino que viabilizam a formação acadêmica de profissionais e o desenvolvimento de pesquisas na área.

### 2.1.2 Profissão e instituições de classe

No Brasil, o exercício<sup>61</sup> das profissões de arquivista e de técnico de arquivo estão reguladas pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, e pelo Decreto nº 82.590<sup>62</sup>, de 06 de novembro de 1978, que a regulamentou. À exceção do previsto na lei – arquivista provisionado<sup>63</sup> -, o exercício da profissão de arquivista só é permitido “aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei” e “aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil” (Decreto 82.590/1978, Art. 1º, I e II).

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (<http://www.aab.org.br/>), criada em 1971, no Rio de Janeiro / RJ foi a primeira instituição brasileira voltada para os interesses do profissional arquivista. Durante muito tempo era a única representação nacional, chegando a possuir vários núcleos regionais (Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia). Desde 1998, após a extinção dos núcleos da AAB, foram criadas novas instituições profissionais, sem vínculo hierárquico com a AAB, quais sejam<sup>64</sup>: Associação Brasiliense de Arquivologia (Abarq) (<http://abarq.blogspot.com/>), Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) (<http://www.arqsp.org.br/>), Associação de Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARGS) (<http://www.aargs.com.br/home.asp>), a Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA) (<http://www.arquivistasbahia.org/>), a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) (<http://www.aaerj.org.br/>), a Associação dos Arquivistas do Espírito Santo (AARQUES) (<http://www.aarques.org.br/>), Associação de Arquivologia do Estado de

---

<sup>61</sup> Aprofundamento acerca da atuação dos arquivistas pode ser obtido em Souza (2010) e Hedbeli (2006).

<sup>62</sup> Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo.

<sup>63</sup> São considerados “arquivistas”, nos termos da lei, aqueles “que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, em 5 de julho de 1978, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo” (Decreto nº 82.590/1978, Art. 2º, IV).

<sup>64</sup> Um estudo vertical das instituições de classe de arquivista no Brasil foi feito por Souza (2010, p.140-180).

Goiás (AAG) (<http://www.aag.org.br>) e a Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR).

Também tem se buscado organizar essas novas instituições profissionais em torno de organismos mais amplos, quais sejam: a Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia (Enara) (<http://www.enara.org.br/>) e o Fórum das Associações Profissionais de Arquivistas (FARQ) (<http://www.farq.aag.org.br/>), ambos de 2007, e o Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo (Sinarquivo) (<http://www.sinarquivo.org.br/>), de 2008.

A denominação profissional predominante no mundo é a de arquivista (*archivero*, *archivista*, *archivist*)<sup>65</sup>, para o profissional responsável pela elaboração e condução de programas de gestão de documentos, administração de fundos e de instituições arquivísticas e pela execução das funções inerentes a essas competências<sup>66</sup>. Entretanto há um número representativo de países – França, Espanha, Estados Unidos<sup>67</sup>, Canadá – onde se pode identificar o entendimento de que o ciclo de vida dos documentos é de responsabilidade de dois profissionais, sendo as fases corrente e intermediária objeto do gestor de documentos (*records manager* ou *gestionnaire de documents*)<sup>68</sup>, ficando o arquivista como o profissional cuja atuação é restrita às instituições de arquivo, qual seja, à fase permanente<sup>69</sup>. Nesse escopo, Couture *et alii* (1988, p.51), ao afirmarem que a explosão documental fez com que a Arquivologia (*Archivistique*) desenvolvesse a dupla vocação de atender à administração produtora dos documentos e, ao mesmo tempo, prover aos historiadores os documentos de seu

<sup>65</sup> A despeito deste fato, Welfelé (2004, p.66) encontrou, entre outras, as seguintes referências ao arquivista na literatura profissional francesa: eruditos, burocratas, guardiães de escritos da memória, memoristas, gestores de documentos administrativos, especialistas em organização e métodos.

<sup>66</sup> Souza (2010, p.73-77) arrolou definições do profissional do Brasil, Canadá, Colômbia, Espanha, França, Inglaterra, Perú e Portugal para demonstrar que ainda não há concordância no entendimento e abrangência do termo.

<sup>67</sup> Nos Estados Unidos existem, entre outras, a *American Records Managers and Administrators* (ARMA) e pela *Society of American Archivists* (SAA), representando os dois grupos profissionais, enquanto na Espanha podemos identificar a *Associació d'Arxivers i gestors de documents Valencians*.

<sup>68</sup> Aspecto ratificado pelo novo *Dictionary on Archival Terminology* (ICA/CIA, 2004), com os termos “*archivist*” e “*records manager*”, cujas definições foram mixadas em nossa proposta de conceituação.

<sup>69</sup> Embora não seja uma definição pacífica nesses países. A *Case Western Reserve University* (2007), dos Estados Unidos, define arquivista como uma pessoa profissionalmente educada, treinada e enganjada na administração de materiais arquivísticos, enquanto que para o *Portail International Archivistique Francophone* é o profissional encarregado da gestão de arquivos, cujos sinônimos são *archivist*, *archivero* e *records manager*. Em ambos os casos não há a identificação de outro profissional.

interesse, observam que essa idéia se reproduziu na academia, fazendo com que os alunos optassem pela formação em um dos dois “processos documentários”.

Apesar do Glossário do Projeto InterPARES (INTERPARES 2 PROJECT, 2010b), com conhecida influência do Canadá, endossar a existência de dois profissionais, uma outra definição canadense considera o arquivista como qualquer pessoa que atua no domínio da gestão da informação orgânica, produzida e recebida no âmbito da missão de uma organização ou um indivíduo, e registrada (apresentada em qualquer suporte) (*Association des Archivistes du Québec*, 1996, p. 28 *apud* UNIVERSITÉ DE MONTREAL, 1999, p.66). Essa última definição vai ao encontro da proposta mais em voga no país, com uma visão global e integrada dos arquivos. Segundo ela o arquivista é responsável pela gestão dos arquivos, em todo seu ciclo vital (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1998, p.24).

No Brasil, adepto do grupo que adota uma única denominação para o profissional, a discussão é outra: arquivista ou arquivologista? O profissional de nível superior formado em Arquivologia é um arquivologista, conforme consta dos dicionários de língua portuguesa<sup>70</sup>. José Pedro Esposel (GOMES; HELLUY, 1976, p.VIII), um dos fundadores da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), por exemplo, usa o termo como sinônimo do profissional e estudante da área, em publicação anterior à regulamentação da profissão. Todavia, para a legislação que regulamenta a profissão, ser graduado em Arquivologia é um requisito para ser considerado “arquivista”. Poder-se-ia dizer, por exemplo, em relação aos “provisionados”<sup>71</sup>, que são arquivistas sem ser arquivologistas. Considera-se desnecessária a discussão porque no país, todo e qualquer profissional, reconhecido pela lei, que não esteja enquadrado nas possibilidades de provisionamento, é um arquivista arquivologista, ou seja, de nível superior em Arquivologia. Observa-se, porém, que legalmente, os arquivologistas que

---

<sup>70</sup> O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2009, 4ª Edição (eletrônico).

<sup>71</sup> O Decreto 82.590/1978, que regulamenta a profissão, considera Arquivistas aqueles diplomados por curso superior de Arquivologia e, também, aqueles que, até 5 de julho de 1978, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos ou dez intercalados de atividades no campo profissional da Arquivologia.

não tenham se registrado nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), não são arquivistas<sup>72</sup>.

Entendemos, por outro lado, que a existência do arquivista e do gestor de documentos, em diversas partes do mundo, pode ser absorvida pela área, desde que não represente troncos diferentes de conhecimento ou profissões, mas especializações<sup>73</sup>. Inclusive e adicionalmente se poderia pensar, neste mesmo sentido, em arquivistas especialistas em documentos médicos (ênfase no funcionamento das instituições de saúde) ou outros acervos especializados, em documentos digitais (ênfase em tecnologia da informação), na construção e no funcionamento das instituições arquivísticas (ênfase em administração), em documentos antigos (ênfase em paleografia, heráldica, diplomática), em análise de autenticidade e confiabilidade (estudos diplomáticos, perícia digital, documentoscopia) etc.. Isso é possível sem que tal fato acarrete prejuízos à profissão e à formação. Tal proposta – meramente especulativa, pois transcende aos objetivos desta tese – permitiria o aprimoramento dos profissionais para atuação em áreas cuja complexidade não permite aprofundamento adequado numa única formação generalista consagrada pelos modelos pedagógicos atualmente em vigor.

Além dessas organizações regionais brasileiras, retomando a questão anterior, podemos mencionar, em nível internacional e a título de exemplificação, outras instituições classistas, listadas em ordem de criação:

- Society of American Archivists (SAA) (<http://www2.archivists.org/>), de 1936 – Estados Unidos;
- Society of Archivists (<http://www.archives.org.uk/>), de 1947 – Reino Unido;
- ARMA International (<http://www.arma.org>), anteriormente Association of Records Managers and Administrators (ARMA), de 1955 – Estados Unidos;

---

<sup>72</sup> A própria definição do Dibrate - “profissional de nível superior, com formação em Arquivologia ou competência reconhecida pelo Estado” (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.26) - é uma mera interpretação do texto legal, não esclarecendo quanto às competências do profissional.

<sup>73</sup> Como ocorre, por exemplo, com Administração, com especializações para finanças, pessoas (recursos humanos), patrimônio etc.

- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (<http://www.apbad.pt/>), de 1973 - Portugal;
- National Association of Government Archives and Records Administrators (Nagara) (<http://www.nagara.org/>), de 1974;
- Australian Society of Archivists (<http://www.archivists.org.au/>), de 1975 – Austrália;
- Association of Canadian Archivists (<http://archivists.ca/>), de 1975 – Canadá;
- Asociación de Archiveros de Castilla y León (ACAL) (<http://www.acal.es/>), de 1977 – Espanha;
- Asociación de Archiveros de Chile (<http://www.asocarchi.cl/>), de 1980 – Chile;
- European Bureau of Library, Information and Documentation Associations (Eblida) (<http://www.eblida.org/>), de 1992.
- Archives Association of Ontario (<http://aao.fis.utoronto.ca/>), de 1993 - Canadá;
- Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas (Anabad) (<http://www.anabad.org/>), de 1997 - Espanha;
- Associació d'Arxivers i gestors de documents Valencians (AAV) (<http://www.arxiversvalencians.org>), de 1999 – Espanha;
- Sociedad Colombiana de Archivistas (<http://www.scarchivistas.org/>), não possui informações no sítio sobre sua criação – Colômbia.

Não buscamos informações quanto a regulamentação legal do exercício da profissão em outros países, considerando-se que, para os objetivos desta pesquisa, essa relação de instituições de classe permite concluir que a Arquivística está concretamente institucionalizada socialmente no aspecto relativo à existência formal de uma profissão e de instituições de classe que acompanhem o exercício profissional.

### 2.1.3 Eventos técnico-científicos

A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) realiza a primeira edição do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), em 1972, um ano após sua fundação. A primeira edição do evento foi um divisor de águas relativo à identidade profissional do arquivista no país. Apesar de sua importância, a discussão teórica não se fez presente. A respeito da primeira edição, registrando o estado da arte da teoria arquivística brasileira à época, Bellotto ponderou

Pelo exame dos Anais daquele certame, nota-se que não estava fixada – e nem era ainda possível e nem o pretendiam os organizadores – uma teoria e metodologia arquivísticas capazes de harmonizar as comunicações (o que denotaria, evidentemente, uma uniformidade conceitual e técnica dos próprios arquivos descritos). A verdade é que naquele conclave assistiu-se, mais que tudo, à apresentação de experiências isoladas: são numerosas as comunicações que representam “retratos” de acervos, da organização e do funcionamento de arquivos de toda sorte e idade e modalidades existentes nos vários estados da federação. Ainda que contribuições tópicas e desordenadas, tiveram, entretanto, o mérito de, como conjunto, proporcionar, pela primeira vez, conhecimento recíproco daqueles que atuavam na área (...) (BELLOTTO, 1989, p.2)

Quase sempre<sup>74</sup> nos biênios subsequentes a AAB produziu novas edições do CBA, em várias cidades brasileiras (São Paulo/SP, Brasília/DF, Salvador/BA, Santa Maria/RS, João Pessoa/PB e Goiânia/GO), embora sendo o Rio de Janeiro, onde ocorreram sete edições do evento, a sede mais frequente. A mais recente edição (XVI) do CBA foi realizada em agosto de 2010, em Santos/SP.

Iniciado em 2002, sob a coordenação da Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ e com o apoio de várias associações de arquivistas do Brasil e, atualmente, sob a égide da Executiva Nacional de Associações de Regionais de Arquivistas (Enara), o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) teve sua quarta edição realizada em outubro de 2010, em Vitória/ES, sendo as demais edições bienais ocorridas em

---

<sup>74</sup> Ocorreram falhas na periodicidade entre 1976, 1979, 1982 e 1986 e entre 2000 e 2004, como pode ser observado na lista das edições do CBA disponível em <http://www.aab.org.br/anteriores.doc>. A não ocorrência do Congresso previsto para 2003 – realizado no ano seguinte – é apontada por Fonseca (2005, p.101) como prova da falência do modelo associativo nacional de então.

caráter itinerante, subsequencialmente, em Brasília/DF, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ.

De fato, hoje existe uma frequência elevada de eventos nas mais diversas cidades brasileiras. São acontecimentos capitaneados por instituições universitárias, associações arquivísticas ou, ainda, instituições de pesquisa e/ou instituições públicas interessadas na discussão de temas vinculados aos interesses da disciplina. Citamos, por exemplo, apenas em 2010:

- Fórum Digitalização de Documentos na Administração Pública. Março. Brasília/DF. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Câmara dos Deputados, Arquivo Nacional e Conselho Nacional de Arquivos;
- I Seminário de Estudos da Informação. Documento: gênese e contextos de uso. Mestrado em Ciência da Informação. Abril. Rio de Janeiro/Brasil. PPGCI/Universidade Federal Fluminense;
- 1º Seminário científico: arquivologia e biblioteconomia – desafios e perspectivas de interlocução. Abril. Departamento de Ciência da Informação. Pós-graduação em Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília/São Paulo;
- II Seminário de Arquivologia: Gestão de Documentos. Outubro. Belo Horizonte/MG. Corpo discente do Curso de Arquivologia. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- I Seminário de Estudos Arquivísticos: A Gestão Documental no Contexto da Administração Pública Estadual do Brasil. Novembro. Rio de Janeiro/Brasil. Secretaria de Estado da Casa Civil/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense.

No âmbito internacional, um dos maiores organizadores de eventos técnico-científicos é o Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA) que tem promovido o Congresso Internacional de Arquivos<sup>75</sup> e a Conferência Internacional da Mesa-Redonda

---

<sup>75</sup> Geller (1983) afirma que o primeiro Congresso Internacional de Arquivistas ocorreu em 1910, em Bruxelas (Bélgica), por iniciativa de Joseph Cuvelier. Tal afirmação é compartilhada por Delsalle (2000, p.238) que informa sobre a presença de 23 nacionalidades, embora complementa que era uma reunião de arquivistas e bibliotecários, apesar disso parece estranhar a primeira edição do Congresso

sobre Arquivos (CITRA)<sup>76</sup> desde a década de 1950. Um dos primeiros grandes acontecimentos arquivísticos deu-se por iniciativa de Theodore Schellenberg (1903-1970), entre os dias 9 e 27 de outubro de 1961, em Washington-DC, Estados Unidos (EUA), e denominou-se *Primera Reunión Interamericana sobre Archivos*. Um dos resultados daquela reunião foi a ainda vigente *Declaración de Principios de la Primera Reunión Interamericana sobre Archivos* (Anexo A), assinada no dia 26 de outubro pelos 51 participantes presentes e representantes de instituições arquivísticas de países como Brasil, Peru, Estados Unidos, México, Espanha, Argentina/Croácia (Aurélio Tanodi), Venezuela e Haiti. A única referência a teoria<sup>77</sup> arquivística encontra-se no item reproduzido a seguir, embora se refira à “profissão” e não à “disciplina”.

Os arquivistas têm o dever de cumprir este encargo de modo responsável, não de acordo com preferências pessoais, mas concordando com as definições e técnicas objetivas da profissão arquivística<sup>78</sup>.

De acordo com Manuel Carrera Stampa (1962), participaram do evento 42 arquivistas e historiadores latinoamericanos, de 18 países e de 29 arquivos. Estiveram, também, presentes arquivistas de Espanha e França, e historiadores, arquivistas e bibliotecários dos Estados Unidos. Ainda, segundo ele, a exceção de Uruguai, Paraguai e Cuba, todos os países latinoamericanos estiveram representados.

Um evento que nasceu no Brasil, já com características internacionais, tem mobilizado a classe arquivística na América do Sul, é o Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), realizado a cada dois anos, desde 1997, e cuja nona edição ocorre em novembro de 2011, em Assunção do Paraguai.

A maioria dos países tem realizado eventos para discutir temas arquivísticos. Um levantamento desses eventos, apesar de exequível, não apresentaria novas

---

Internacional de Arquivos, em 1950, organizado pelo ICA/CIA, em Paris, França, ao qual qualifica como um “novo primeiro congresso”.

<sup>76</sup> Sigla derivada da denominação francesa original: *Conférence internationale de la Table Ronde des Archives*.

<sup>77</sup> A despeito deste fato, as resoluções do evento abrangem inúmeros aspectos de interesse prático e teórico da área, destacando-se: ordenação e terminologia, formação profissional, descrição, transcrição paleográfica, legislação e criação de uma publicação técnica.

<sup>78</sup> *Los archiveros tienen el deber de cumplir este encargo en forma responsable, no atendidos a preferencias personales sino de acuerdo con las definiciones y técnicas objetivas de la profesión archivística.*

informações ao que se pretende representar, qual seja a existência de locais de discussão em nível internacional. Neste sentido, a título de exemplo, apresentamos alguns dos que tiveram lugar em 2010:

- 1er Forum Internacional. La ley de transparencia y acceso a la información pública y los archivos gubernamentales. Junho/2010 – Lima/Perú: Grupo Información Científica Internacional y Fundación Ciencias de la Documentación.
- Technical and field related problems of traditional and electronic archiving. Março/2010. Radenci/Eslovênia. Arquivo Regional de Maribor.
- III Convención Internacional de Archivistas. San Pedro Sula, Honduras. Novembro/2010. Archivo General y la Corte Suprema de Justicia de Honduras.
- 8th European Conference on Digital Archiving. Abril. Genebra/Suíça. Swiss Federal Archives.

Entendemos, pois, que a Arquivística possui seus lugares de debate técnico e teórico pelo mundo e atende ao aspecto relativo à existência de eventos para que essa discussão ocorra, conforme requisito da institucionalização social de uma disciplina.

#### **2.1.4 Instituições normatizadoras e de discussão teórica e técnica**

A Constituição Federal brasileira de 1988 e, particularmente, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, delegaram ao Poder Público as responsabilidades inerentes a essa política, consubstanciadas pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que consolidou os decretos anteriores - nºs 1.173, de 29 de junho de 1994, 1.461, de 25 de abril de 1995, 2.182, de 20 de março de 1997 e nº 2.942, de 18 de janeiro de 1999.

De acordo com estes dispositivos legais, as ações visando ao fortalecimento da política nacional de arquivos deverão ser emanadas do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq (<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>). O Conarq é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, que tem por finalidade definir a política nacional de

arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos - Sinar, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. O Conselho, no período de 1995 a 2010, publicou 32 (trinta e duas)<sup>79</sup> resoluções técnicas sobre os mais diversos aspectos da aplicação da disciplina, incluindo: classificação, avaliação e descarte, descrição, classificação, digitalização, terceirização de serviços e gestão e recolhimento de documentos digitais.

Seu suporte administrativo e técnico é dado pelo Arquivo Nacional (<http://www.arquivonacional.gov.br>), principal instituição arquivística do país. Essa instituição, criada em 1838, além de ser o destino final dos acervos arquivísticos das instituições públicas federais do poder executivo, é responsável pela aprovação das propostas de plano de classificação e tabelas de temporalidade das atividades finalísticas dessas mesmas instituições. A Arquivística nacional deve a essa instituição a tradução e divulgação de obras essenciais da literatura arquivística, dentre elas o “manual holandês”. Tal ação essencial daquela instituição nos rumos da Arquivística brasileira, ainda corrente, teve especial significado durante a década de 1960, enquanto estava sob a direção do historiador José Honório Rodrigues. Esse diretor tinha como ambição alçar a instituição para além de um depósito de documentos, modernizando-a no sentido de “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (RODRIGUES *apud* SANTOS, 2010, p.89)<sup>80</sup>.

Em nível internacional, salientamos o papel do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA) como principal instituição orientadora das práticas arquivísticas no mundo. Criado em 9 de junho de 1948, em Paris – França, o ICA tem como objetivo promover a gestão e uso de documentos arquivísticos e arquivos e a preservação do patrimônio arquivístico da humanidade, por meio do compartilhamento de experiências, pesquisas e idéias sobre assuntos profissionais relativos à gestão de documentos e administração e organização de instituições arquivísticas, conforme informações

---

<sup>79</sup> Jardim (2010, p.211) dividiu em 12 categorias e analisou os temas das resoluções do Conarq, entre 1994 e 2006, identificando que as três primeiras categorias (1. arranjo, classificação, descrição; 2. avaliação de documentos; 3. Conarq) correspondem a 52% das resoluções editadas no período.

<sup>80</sup> Em parte dessa obra o autor analisa a gestão de Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional.

disponíveis no sítio da instituição. Entre as grandes ações do ICA/CIA estão a realização a cada quatro anos do Congresso Internacional de Arquivos, a publicação, iniciada em 1979, dos estudos RAMP da Unesco, a norma internacional de descrição arquivística (ISAD-g) (1996) e complementares e a aprovação do código de ética profissional (1996)<sup>81</sup>. Segundo informação disponível em seu sítio oficial, em 27 de junho de 2011, o ICA/CIA conta com 1400 membros institucionais, distribuídos por 198 países<sup>82</sup>.

O *International Institute for Archival Science of Trieste and Malibor* (IIAS) (<http://www.iias-trieste-maribor.eu/>) foi criado em 1986 e atualmente conta com a participação de 20 países - Áustria, Bosnia-Herzegovina, Canadá, China, Croácia, República Tcheca, França, Alemanha, Grã Bretanha, Hungria, Israel, Itália, Montenegro, Polônia, República Eslovaca, Rússia, Sérvia, Eslovênia, Espanha e Ucrânia. Já promoveu vários eventos e discussões técnicas e teóricas entre as quais se destacam as conferências anuais, realizadas desde 2003, seu glossário multilíngue e grupos de estudos *online* para discussão de temas arquivísticos.

No âmbito latinoamericano, destaca-se a *Asociación Latinoamericana de Archivos* (ALA) (<http://www.ramaregionalala.org/>), criada em 6 de abril de 1973, em Lima, no Perú. A Associação é uma entidade de caráter profissional e cultural, sem finalidade de lucro, que tem com objetivo promover o desenvolvimento arquivístico dos países de língua espanhola e portuguesa da América Latina, Espanha e Portugal, segundo informações disponíveis em seu sítio. É, também, um dos ramos regionais do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA).

Além dessas instituições, cujo objetivo intrínseco é Arquivística e seu desenvolvimento teórico e prático, existem outras que, apesar de uma abrangência maior de temas, produzem normas de impacto na área. No Brasil devemos relacionar entre essas instituições, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que já

<sup>81</sup> Mais informações pontuais sobre atuação do ICA/CIA podem ser observadas na linha de tempo da instituição, disponível em <http://www.ica.org/1832/about-ica/a-timeline-of-the-international-council-on-archives.html>

<sup>82</sup> Ressaltamos que não é pacífico o entendimento do número de países do mundo. Por exemplo, conforme informações disponíveis nos sítios oficiais, a Organização das Nações Unidas - UN (<http://www.un.org>) possui 192 estados membros, enquanto que o Comitê Olímpico Internacional - COI (<http://www.olympic.org>) registra 205 Comitês Olímpicos Nacionais. Se os dados do COI corresponderem ao número real, 96,5% dos países do mundo estariam associados ao ICA/CIA.

produziu normas de terminologia e de avaliação arquivística (NBR 9578: Terminologia, de 1986; NBR 10519: critérios de avaliação de documentos de arquivo, 1988). Bem como outras não específicas, mas com aplicação obrigatória, como é o caso das que tratam da segurança da informação (NBR ISO/IEC 17799/2005 e NBR ISO/IEC 27001/2006).

No âmbito internacional, apenas a título de ilustração, sem buscar relacionar todas aquelas instituições influentes, destaca-se a *International Organization for Standardization (ISO)* que tem publicado diversas normas da área de “informação e documentação” especificamente sobre gestão de documentos (ISO 15489/2001, escopo desta pesquisa) e de preservação de documentos digitais (ISO 26102 – requisitos para preservação de documentos eletrônicos por prazos longos; ISO 19.002/2005 – formato de arquivo de preservação de documento eletrônico por prazos longos: uso do pdf/a), por exemplo.

Ainda no aspecto de instituições de normatização, ressaltamos o papel do Estado por meio da promulgação de atos legais. Perer (2003, p.2), por exemplo, observa que um número considerável de instituições arquivísticas leva a termo a elaboração de normas para regulamentar o tratamento dos documentos arquivísticos em seus mais variados aspectos, mas não conseguem executá-las por não dispor de legislação que assegure a implementação dessas normas, por exemplo, dando-lhe autoridade para exigir o cumprimento desses requisitos normativos pelas instituições públicas. A partir dos estudos de Perer (2003) e Ketelaar (1985), concluímos que uma legislação arquivística<sup>83</sup> deve contemplar:

- a) definição de arquivo e documento arquivístico não restritiva aos registros em suporte papel e abrangendo os acervos públicos e privados, incluindo critérios para a identificação do documento arquivístico em ambientes digitais;
- b) percepção formal de que os arquivos públicos são inalienáveis e imprescritíveis em decorrência de seu valor como patrimônio cultural, histórico e social;

---

<sup>83</sup> Entendida como todos os atos legais que têm impacto no tratamento dos documentos arquivísticos em todo seu ciclo vital.

- c) o tratamento dos documentos arquivísticos em todo seu ciclo vital, envolvendo a elaboração de normas e a manutenção de programas de treinamento, bem como procedimentos de fiscalização quanto à conformidade das instituições com as normas estabelecidas, considerações específicas para a gestão dos documentos digitais em suas mais variadas formas e tecnologias;
- d) aspectos envolvendo o direito de acesso público, incluindo regras de classificação de informações que devem respeitar prazos de sigilo e, portanto, possuir controles rígidos de acesso; principalmente quando do uso de sistemas eletrônicos onde informações sigilosas tramitam ou estão armazenadas junto com ostensivas;
- e) controle e transparência no processo de aprovação de eliminação de documentos arquivísticos, regras e responsabilidades;
- f) capacitação para as instituições arquivísticas recolherem e concederem acesso aos acervos considerados de valor permanente, principalmente quanto ao número e à capacitação de pessoal, estrutura física adequada (áreas de armazenamento e de trabalho), condições tecnológicas para enfrentamento dos desafios postos pelos documentos digitais;
- g) questões emergentes que têm impacto na atividade arquivística, dentre elas: ambiente eletrônico, tecnologias convergentes, ambiente web, portais corporativos, iniciativas de e-gov, comércio eletrônico, gestão da informação, gestão do conhecimento etc.

Esses aspectos legais não devem ser entendidos em uma ligação exclusiva como o mais alto nível normativo do país – lei, no caso brasileiro –, mas em todas as suas subdivisões, incluindo os decretos regulamentadores e outras formas de regulamentação que possam ser utilizadas formalmente pelas instituições.

Apesar da probabilidade efetiva desses aspectos terem reflexo sobre a forma de atuação dos profissionais e instituições, ou seja, na execução das funções arquivísticas – não contempladas no escopo desta pesquisa –, entendemos que poucos deles têm potencial para ocasionar impacto significativo nos fundamentos da teoria arquivística.

Desses, sobressaem-se aqueles referentes às tecnologias e às definições, de modo geral.

Ketelaar (1985) ratifica parte dessa assunção, ao apresentar como resultado de sua pesquisa que analisou a legislação arquivística de mais de uma centena de países, incluindo Argentina, Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália, as inúmeros distinções entre as definições legais de arquivo (*archives*) e documento arquivístico (*record*) entre os países. Segundo ele, as legislações nacionais, podem apresentar esses termos como sinônimos ou como noções distintas. Também podem incorporar a visão de público e privado, mas às vezes restringem-se ao público. Parte delas tem foco na proveniência, viés comumente aceito pela comunidade arquivística, outra parte, entretanto definem os termos com foco na custódia, portanto voltados ao entendimento de arquivo como os conjuntos documentais preservados pelas instituições arquivísticas públicas. Os casos de China, Rússia e Polônia, apesar de fora do universo de pesquisa, são exemplos das dificuldades técnicas em relação à adoção de definições legais distintas da prática internacional e serem retomados quando da discussão os arquivos como objeto da Arquivística, em 2.3.1 Os arquivos.

Entendemos que a Arquivística está institucionalizada no aspecto social relativo à existência de instituições normatizadoras e de discussão técnica, no Brasil e no mundo. No âmbito nacional, entretanto, consideramos que carece de discussões mais aprofundadas as competências de algumas instituições, especialmente, no que se refere ao alcance de suas normatizações técnicas, visto que implicam na prática arquivística cotidiana. Por exemplo, uma norma de terminologia da ABNT é inferior, superior ou equivalente ao dicionário terminológico do Arquivo Nacional ou às definições constantes de um legal do Governo? Outra questão refere-se à relação entre os poderes e as normas aprovadas pelo Conarq, afinal, muitas instituições dos poderes legislativo e judiciário elaboram e seguem suas próprias regras, às vezes distintas às orientações daquele Conselho. Essas instituições deveriam, por força de lei<sup>84</sup>, seguir as

---

<sup>84</sup> O Decreto 4.073/2011 prevê a representação dos três poderes na composição do Conarq (art. 3º), que, por sua vez, tem entre suas competências (Art. 2º, I) “estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos”. Na composição do Sinar, também estão inseridos os arquivos dos três poderes (Art. 12).

mesmas orientações, todavia, sobressai-se o conceito de independência entre os poderes.

### 2.1.5 Publicações técnico-científicas

Uma breve pesquisa na web resulta numa série de documentos com bibliografias arquivísticas<sup>85</sup>, que podem ser usadas para ilustrar a quantidade de obras já escritas sobre Arquivística, inclusive quanto ao esclarecimento de que o “manual holandês” não foi a primeira obra discutindo a disciplina. Por exemplo, Jules Pautet, no verbete “Archives” (BLOCK *et alii*, 1867, p.97-100), considera que o estudo dos arquivos se eleva ao nível de ciência principalmente na prática organizacional dos serviços públicos alemães e cita Joseph Anton Oegg, com “*Ideen einer Theorie der Archiv-Wissenschaft: Zur Leitung der Praxis bei der Einrichtung und Bearbeitung der Archive und Registraturen*” (algo como “Idéias de uma Ciência arquivística: para direcionar a prática de criação e organização de arquivos e protocolos”<sup>86</sup>), de 1804, como um dos autores que colaboraram para este fato. Também se pode citar a “*Zeitschrift fur die Archive Deutschlands*” ou Revista dos Arquivos da Alemanha, de 1846, como outro exemplo de publicação teórica que antecedeu ao “manual holandês”<sup>87</sup>. Outros tantos profissionais e teóricos<sup>88</sup> citam obras anteriores àquele manual, mas concordam que a publicação holandesa de 1898 foi muito bem recebida e divulgada pelas instituições, por meio de traduções e reproduções, sendo, portanto a mais reconhecida e reproduzida.

Publicado em 1898 pelos holandeses S. Müller, J. A. Feith e R. Fruin e denominada originalmente de *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, o conhecido “Manual Holandês” possui várias traduções, dentre elas aquelas com os títulos de *Manuel por le Classement et la Description des Archives*

<sup>85</sup> Com temática exclusiva da bibliografia arquivística, consultar, por exemplo: Maria Pereira (1984), Weisseheimer e Bueno (1997), Vazquez (1976), *Ministero per i Beni e le Attività Culturali* (2000), *International Institute of Social History* (2009) e Abraham (2011).

<sup>86</sup> Apesar da tradução exata não ser esta, na administração brasileira atual, é este o sentido do termo, qual seja, o lugar responsável pelo registro dos documentos recebidos e expedidos pela instituição.

<sup>87</sup> Também há legislação ou normatização administrativa dos países que acabaram sendo incorporadas à prática e ao conhecimento arquivístico – antes e depois de 1898 (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS, 1991; CASANOVA, 1928). A mais célebre é, indubitavelmente, a circular administrativa do francês Natalis de Wailly, de 1841, que viria a ser conhecida como a “certidão de nascimento” do princípio de respeito aos fundos (*principe de respect des fonds*).

(1910, França), *Manual for the Arrangement and Description of Archives* (1940, New York/USA) e *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1960, Rio de Janeiro/Brasil). É considerada pela maioria dos teóricos como um marco da área. Schellenberg (2002, p.37) chegou a afirmar que essa obra é, “do ponto de vista da contribuição universal para a Arquivística o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos”. Visão complementada por Silva *et alii* (1999, p.116) que afirmam que, após um século de sua elaboração, “a fundamentação teórica e a grande maioria das recomendações nela contidas permanecem irrepreensíveis”.

Muitas dessas publicações identificadas na pesquisa web foram produzidas pelas instituições arquivísticas e/ou de classe, universidades e demais organizações que têm os arquivos como área de interesse. As diversas instituições listadas nos itens 2.1.2 e 2.1.4, por exemplo, têm publicações arquivísticas entre as suas ações – basta uma rápida pesquisa em seus sítios -, seja por meio da criação de periódicos ou livros, seja pela editoração de anais de eventos técnico-científicos, ou ainda, pela disponibilidade de espaços nos sítios institucionais para divulgação de trabalhos.

Uma breve exemplificação pode ser dada por meio dos periódicos: “*Archivaria*” da Associação Canadense de Arquivistas; “*Archives*”, da Associação dos Arquivistas do Quebec; “*Tabula*”, da Associação de Arquivistas de Castilla e León (ACAL), Espanha; “*Archives & Manuscripts*” da Associação Australiana de Arquivistas; “*American Archivist*”, da Sociedade Americana de Arquivistas; Páginas a&b (Arquivos e Bibliotecas), do Gabinete de Estudos a&b e Cadernos BAD (Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação), da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, ambos de Portugal; “Cenário Arquivístico” da Associação Brasileira de Arquivologia; “Arquivo e Administração” da Associação dos Arquivistas Brasileiros; “Acervo” do Arquivo Nacional brasileiro<sup>89</sup>; série “Como fazer” parceria da Associação de Arquivista com o Arquivo do Estado de São Paulo.

Apesar dessa crescente produção, Vilan e Oliveira (2010, p.9) observam que, no que se refere à produção e publicação de artigos em periódicos arquivísticos “específicos” – os pesquisadores consideraram apenas “Arquivo e Administração” e

---

<sup>88</sup> Heredia Hererra (1991, p.35), Jamenson (1964, pp.61, 319).

<sup>89</sup> Fonseca (2005, p.76-91) apresenta informações mais detalhadas sobre os periódicos arquivísticos nacionais e internacionais.

“Arquivística.net”, nessa categoria –, no período de 1972 a 2006, o crescimento dos periódicos na “Arquivologia” foi irregular e menor que a da área de informação em geral.

No escopo do *Records and Archives Management Programme (RAMP)*<sup>90</sup>, Frank B. Evans (1983) elaborou um levantamento sobre os textos produzidos com temática arquivística patrocinada pela Unesco. O documento demanda uma atualização visto que foi elaborado 15 anos antes do programa RAMP ser extinto, todavia alguns dados são relevantes. No período de 1950 até 1983, data da pesquisa, haviam sido publicados 282 trabalhos, sendo Bruno Delmas, com sete pesquisas, o autor mais requisitado pela Unesco, seguido por Frank Evans e Michael Cook, com seis, e Bernard Fayerd, Aurelio Tanodi e Yves Perotin, com cinco pesquisas cada um. A primeira publicação patrocinada pela Unesco foram os anais do I Congresso Internacional de Arquivos (*Proceeding of the 1<sup>st</sup> International Congress on Archives*, Paris, 1950, 144p.).

As primeiras obras com temática arquivística identificadas em nossa pesquisa no Brasil foram publicações institucionais editadas por arquivos públicos (Anexo B. Bibliografia arquivística em língua portuguesa lançada no Brasil). São periódicos que se destinavam a divulgar as ações e os acervos dessas instituições. A obra mais antiga acessada é um manual de tratamento de arquivos correntes para instituições privadas, com foco no código comercial brasileiro. Apesar do direcionamento, o livro registrava um apelo à evolução da disciplina, ao mesmo tempo em que observava sua ligação como o Direito, ao afirmar que

A classificação e o arquivamento dos documentos commerciaes, se forem apreciadas devidamente as suas relações e ligações com o Direito e a Jurisprudencia, constituem uma sciencia, bem difficil é certo, porém, facilmente apprehensivel desde que, quem a ella se dedique, se disponha a estudal-a e se revista de boa vontade. (CARVALHO, 1931, p.32)

Inúmeras outras obras poderiam estar aqui relacionadas, mas consideramos suficiente o apresentado até o momento, além da própria bibliografia utilizada para a elaboração desta pesquisa, para justificar a defesa da tese de institucionalização social da Arquivística no aspecto de publicações oriundas da área.

---

<sup>90</sup> O Programa de Gestão de Documentos e Arquivos (RAMP), desenvolvido no âmbito do Programa Geral de Informação – PGI, da UNESCO, teve seu textos publicados em parceria com o Conselho Internacional de Arquivos – ICA/CIA.

Cabe um pequeno comentário adicional sobre a difusão do conhecimento arquivístico no Brasil, afinal, é esse o principal viés buscado pelas publicações. Apesar da variada produção das instituições arquivísticas públicas, quatro periódicos tem se consagrado como “arquivísticos” no país, quais sejam: “Acervo” (Arquivo Nacional)<sup>91</sup>, “Arquivo & Administração” (AAB), “Cenário Arquivístico” (ABARQ) e “Arquivística.net” (de produção independente).

Podemos encontrar no site da CAPES uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção, entre os quais se encontram os quatro mencionados. Essa avaliação é feita pelo Qualis, que utiliza uma estratificação em 8 níveis de qualidade, sendo A1 (mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (peso zero). Essa qualificação é feita em relação às áreas do conhecimento às quais o conteúdo publicado no período se refere permitindo avaliações diferenciadas por área (LINS, PESSÔA, 2010) para um mesmo periódico.

A lista de classificação é revisada anualmente e embasada no conteúdo das publicações editadas no ano anterior. Consideramos que, a título de análise, caberia verificar a avaliação dos periódicos arquivísticos em relação às seguintes áreas:

- a. Ciências Sociais Aplicadas I (CS): que englobam conteúdos de interesse às áreas de pós-graduação em Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, onde se concentra a maioria das pesquisas com temática arquivística (MARQUES, 2007, p.164);
- b. Interdisciplinar (INT): conteúdos relacionados às pesquisas desenvolvidas com metodologias interdisciplinares;
- c. História (HIS): conteúdos vinculados ao uso dos acervos arquivísticos permanentes no escopo de pesquisas históricas.

---

<sup>91</sup> Embora, conforme observam Vilan e Oliveira (2010, p.13-14), esse periódico não possua predominância de artigos com temática arquivística (38,46%), mas relacionados à pesquisa histórica (52,66%).

Os quatro periódicos arquivísticos, conforme disponível no WebQualis<sup>92</sup>, Classificação de fevereiro de 2010, não são analisados sob as mesmas áreas. Nenhum se qualificou nas três opções, embora todos tratem de História (B5), com destaque para Acervo, com qualificação B2. Apenas Acervo se enquadrou em Interdisciplinar (B2), mas está excluído de Ciências Sociais Aplicadas I. Nessa última, sob a qual também Arquivo & Administração não teve produção em 2009, Cenário Arquivístico e Arquivística.net foram qualificados como B4.

No Brasil, embora não exista tradição de periódicos científicos exclusivamente arquivísticos, várias publicações vinculadas à Ciência da Informação, Biblioteconomia e História aceitam produções com essa temática. Na tabela a seguir, está analisada a produção de 10 desses periódicos, selecionados por publicarem artigos com temática arquivística e por permitirem pesquisa temática online. A tabela apresenta o nome do “periódico”, o ano de início da “publicação” e período abrangido pela pesquisa (2010), nome da “instituição” responsável, “UF” da instituição responsável, pontuação “Qualis”, “Artigos” identificados, em relação à quantidade (Quant.) absoluta e separando-os pelo número daqueles indexados por “Arquivologia” daqueles indexados por “Arquivística”:

Tabela 10. Periódicos não arquivísticos que publicam temática arquivística

Periódico	Publicação	Instituição	UF	Qualis			Artigos		
				CS	INT	HIS	Qnt.	Arqui- vologia	Arqui- vística
Perspectiva em CI	1996-2010	UFMG	MG	A2	B1	-	25	16	14
Ponto de Acesso	1991-2010	UFBA	BA	B5	B4	-	20	20	7
Informação & Informação	1996-2010	UEL	SC	B3	B4	-	20	18	7
Ciência da Informação	1972-2010	IBICT	DF	A2	B1	-	15	11	6
Encontros Bibli	1996-2010	UFSC	SC	B2	B3	B5	15	14	3
Estudos Históricos	1988-2010	CPDOC/FGV	RJ	-	A2	A1	8	3	7
Informação & Sociedade	1991-2010	UFPB	PB	B1	B2	-	8	7	2
Biblionline	2005-2010	UFPB	PB	C	-	-	5	5	5
Transinformação	1989-2010	PUC-Campinas	SP	B2	B2	-	4	3	2
BJIS	2006-2010	Unesp/Marília	SP	B3	-	-	2	2	0
Total							122	99	53
								81,15%	43,44%

Fonte: elaboração própria

<sup>92</sup> Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaPeriodicos.faces>. Não se obteve acesso à avaliação de anos anteriores que, provavelmente, também enquadrariam os periódicos – devido ao conteúdo dos artigos publicados – em outras áreas do conhecimento. Tal situação, talvez, permitiria uma comparação mais adequada.

Nas bases de dados desses periódicos foram realizadas buscas, em dezembro de 2010, pelos termos “Arquivística” e “Arquivologia”<sup>93</sup>. Os resultados demonstram que há alguma relação entre a pontuação do Qualis e os periódicos que mais publicaram artigos com temática arquivística. Há exceções, como “Ponto de Acesso”, baixa avaliação e muitas publicações, e “Transinformação”, alta avaliação e poucas publicações, mas podemos observar uma tendência em relação ao conceito do periódico dado pela CAPES e a busca dos locais de publicação pelos pesquisadores.

Como os periódicos arquivísticos, excetuando Acervo, têm avaliação muito baixa nas disciplinas sob as quais foram analisados, estariam “desqualificados” perante prováveis colaboradores, levando-os a buscar publicações melhor qualificadas. Afinal, a classificação do Qualis, cujo objetivo real é colaborar com a avaliação dos programas de pós-graduação, reclassificando-os a cada três anos por meio de diversos requisitos, inclusive o número e o local de publicação de artigos, acaba sinalizando quais periódicos devem ser buscados pelos pesquisadores vinculados aos programas. Nesse sentido, essa qualificação anual de periódicos passou a exercer um papel central nos rumos da produção científica brasileira (BORINI, 2004; LINS, PESSÔA, 2010).

Observamos que, para ilustrar a importância desse qualificador, nos últimos cinco anos, os periódicos analisados na Tabela 10 foram responsáveis pela publicação de 88 artigos com temática arquivística. Em termos brutos, somados aos 153 publicados pelos quatro periódicos arquivísticos, correspondem a 36,5% da produção científica da área (241 artigos).

Na tabela também pode ser observado que os artigos têm sido indexados com termos diferentes, o que será analisado a seguir.

---

<sup>93</sup> Observamos que esses termos podem não ter contemplado todos os artigos com temática arquivística, visto que, por exemplo, “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”, de Luciana Quillet Heymann, publicado em “Estudos Históricos”, 1997, n.19, p.41-66, que discute alguns aspectos de aplicação da teoria arquivística, não foi recuperado nas pesquisas.

## 2.2 TERMINOLOGIA: ARQUIVÍSTICA OU ARQUIVOLOGIA?

Um aspecto da institucionalização cognitiva de um campo científico é a existência de uma linguagem própria, ou seja, uma terminologia.

O desenvolvimento de uma terminologia arquivística internacional vem sendo feito já há algum tempo e remonta à criação do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA)<sup>94</sup>, em 1948, conforme registrado pelo Arquivo Nacional (2005b, p.8), em sua introdução ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que aborda os aspectos mais relevantes sobre este tema. Durante o II Congresso Internacional de Arquivos, de 1953, foi instituído um comitê com representantes da França, Espanha, Itália, Alemanha (ocidental e oriental) e Inglaterra. Tal grupo, atuando no período de 1954 a 1963, teve como produção o *Elsevier's Lexicon of Archives Terminology*, de 1964, redigido em francês, com 175 termos e seus equivalentes em inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.8).

Na *Primera Reunión Interamericana sobre Archivos*, realizada, em 1961, em Washington-DC, Estados Unidos, foi apresentada pelo Grupo de Trabalho "B - Terminología archivística" a Resolução nº 6, sugerindo um "*Glosario de términos archivísticos*" que deveria ser um ponto de partida para a sistematização de trabalhos de terminologia no futuro (RESOLUCIONES..., 1962, p.8). O glossário era composto pela definição de 24 termos e a indicação de seus sinônimos em português e inglês e, em alguns casos, registrava-se o termo usado na Espanha.

Anos mais tarde, um novo grupo de trabalho criado pelo ICA/CIA, em 1977, produziu o *Dictionary of Archival Terminology (DAT 1)* (ICA/CIA, 1984), desta vez com 503 termos em inglês e francês e seu paralelo em holandês, alemão, italiano, russo e espanhol. Nessa publicação foram incluídas particularidades sobre países que, apesar de usarem a mesma língua, possuíam tradições arquivísticas diferenciadas, como França, Canadá e Bélgica, quanto ao francês, e Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália, em relação aos termos em inglês (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.8-9). O

---

<sup>94</sup> Embora concorde que o efetivo desenvolvimento de uma terminologia arquivística internacional começa com a criação do ICA/CIA, Ribeiro (1998, Parte II, p.15) aponta como a primeira ação neste sentido uma proposta de 1931, do Comité Consultivo Permanente de Arquivistas da Sociedade das Nações, à época presidido por Eugenio Casanova.

ICA/CIA viria a lançar um nova edição de seu dicionário em 1988, denominando-a de DAT 2, que serviu de modelo para o “Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira”, coordenado por Rolf Nagel (1989), em co-autoria com Maria José Rabello de Freitas, da Universidade Federal da Bahia, e que chegou a ser conhecido como o “Dicionário da Bahia”.

Neste meio tempo, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) promoveu diversas iniciativas visando ao desenvolvimento de uma terminologia arquivística brasileira. Dentre essas ações destacamos a proposta de 132 termos apresentada no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, ocorrido em 1972 (CONGRESSO BRASILEIRO..., 1979) e a participação do Comitê de Terminologia Arquivística da AAB, junto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na elaboração de um projeto de normalização da terminologia que se constituiu na norma NBR 9578: Arquivo – Terminologia, publicado em 1986.

No Brasil, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Dibrate), publicado em 2005, pelo Arquivo Nacional, é recomendado como terminologia oficial brasileira pela Resolução nº 23/2006<sup>95</sup>, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)<sup>96</sup>. Observamos, porém, que uma terminologia não se constrói por decreto. Mesmo o Arquivo Nacional tendo publicado esse dicionário buscando “a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico” (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.5), há vários textos que são considerados como de referência para a área, constantes de bibliografias igualmente indicadas para os profissionais, com definições distintas desse dicionário. Citamos, por exemplo, o já mencionado “Dicionário da Bahia” e a obra de Camargo e Bellotto (1996), comumente denominada de “Dicionário de São Paulo”. Apesar de que há pouco tempo o Arquivo Nacional esteve recebendo sugestões para atualização do Dibrate, realizando a previsão de revisão do documento disposta na resolução, o que poderia resultar numa terminologia nacional única, a existência de

<sup>95</sup> Resolução nº 23, de 16 de junho de 2006. Dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

<sup>96</sup> O Conarq “tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo” (Decreto nº 4.073/2002, Art. 1º).

mais de uma referência terminológica no país é exemplar da falta de consolidação teórica da arquivística brasileira.

Apesar da importância e da abrangência do tema terminologia, esta pesquisa se limitará a um único aspecto, qual seja, o nome do campo científico objeto desta tese, para o qual não há concordância, seja em âmbito local, seja internacionalmente. Pesquisa na web - realizada em abril de 2010 (Tabela 10) -, com periódicos brasileiros não arquivísticos, mas que publicam artigos com temática arquivística, buscou identificar se havia uma predominância de um dos termos na indexação dos artigos. Nas bases de dados dos 10 periódicos eletrônicos identificados foram realizadas buscas por “Arquivística” e “Arquivologia”.

Constatamos que o termo “Arquivística” recupera 43,44% (53 referências) dos 122 artigos existentes, enquanto que “Arquivologia” apresenta 81,15% (99 referências), sendo que apenas 30 (24,6%) itens recuperados correspondem ao mesmo artigo. Ainda neste sentido, pesquisa similar feita na base de dados da biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 4 de abril de 2010, resultou em 167 itens recuperados para “Arquivística” e 388 para “Arquivologia”, enquanto a intersecção de pesquisa apresenta apenas 64 itens ou 11,53% do total das 555 referências cadastrados na biblioteca. A conjugação das duas pesquisas totaliza 677 referências, sendo recuperáveis 487 (71,9%) com o termo “Arquivologia” e 220 (32,5%) com “Arquivística”. Tais exemplos, no escopo da pesquisa, apontam para uma maior utilização do termo Arquivologia no Brasil, bem como para o esclarecimento de que não há uma compreensão geral da sinonímia entre esses termos.

Observamos que o termo Arquivologia era preponderante nas décadas iniciais de estudos arquivísticos no país. Isto é facilmente comprovado pela denominação dada ao “Congresso Brasileiro de Arquivologia”, evento técnico-científico iniciado em 1972, e aos cursos de graduação em Arquivologia, visto ser uma denominação adotada pelo Conselho Federal de Educação. Nomenclatura que perdura até os dias atuais e é, provavelmente, uma das maiores justificativas para “Arquivologia” ainda ser o termo mais usado para indexar publicações com temática da área no Brasil.

O uso e o conceito de Arquivologia no país pode ser ilustrado pelas abordagens de Castro *et alii* (1988), Gomes e Helluy (1976) e Prado (1970, p.12) que, com poucas

diferenças, apresentam “Arquivologia”, como ciência, e “Arquivística” como a técnica, sem, contudo, apresentarem argumentos que validem suas idéias.

Numa provável tentativa de acabar com essa divergência no país, o Arquivo Nacional (2005) publicou o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, linguagem oficial do país para as instituições componentes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), aprovada pela Resolução nº 23/2006 do Conarq. Na publicação é inserido a remissiva “ver”, do termo “Arquivística” (p. 27) para o termo “Arquivologia” (p. 37), cuja definição, inclui “também chamada Arquivística”<sup>97</sup>. O Arquivo Nacional esclarece que a utilização da remissiva “*ver* significou a opção de um termo em detrimento de outro, em razão da equivalência conceitual” e, neste sentido, “incluiu-se no verbete a expressão ‘também chamado’” (p.15). Essa preferência é ratificada ao se analisar as demais publicações do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos (Resolução 25/2007 - e-ARQ Brasil; Resolução 27/2008, Subsídios para inserção do segmento dos arquivos no programa sociedade da informação no Brasil, de 2001; Arquivo Nacional: 1838-2004, 2004) onde, sempre que se faz referência à área, há o uso de Arquivologia.

De forma contrária, o Arquivo do Estado de São Paulo adota, comumente, o termo “Arquivística” (veja, por exemplo: a explicação do que é a Revista Histórica, e as publicações “Gestão documental aplicada”, 2008; “Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos”, 2003), embora não deixe de usar Arquivologia (“Planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais”, 2007), assim, ratificando a equivalência entre os termos proposto pelo Dicionário Brasileiro.

De fato, nos últimos tempos o termo “Arquivística” passou a ser usado com mais frequência, chegando a uma consolidação, embora sem preponderância, conforme já demonstrado. Isso pode ser constatado observando os textos de Heloísa Bellotto, uma das expoentes da Arquivística brasileira. Em sua produção teórica mais antiga, Bellotto (1989) sempre se utilizou do termo “Arquivologia”, optando por “Arquivística” (BELLOTTO, 2002) para suas produções mais recentes.

---

<sup>97</sup> Visão inversa à proposta uma década antes por Camargo e Bellotto (1996) que optam por definir “Arquivística” (p.5), reservando à “Arquivologia” (p.9) a descrição de ser “o mesmo que arquivística”.

Apesar de, na literatura inglesa, ser possível identificar o uso do termo *Archivology*<sup>98</sup>, o mais comum ainda é utilizar “*Archival Science*” para identificar a área de pesquisa objeto desta tese. Todavia, mesmo em nível internacional, a situação não é muito diferente da encontrada no país. Para ilustrar esta disparidade de entendimento mundial, foi elaborada a tabela a seguir, baseada em consulta geral a publicações da área, com destaque àquelas do universo de pesquisa definido na metodologia. Na primeira coluna estão o termo e suas variações em outras línguas e os países onde se observou seu uso. Na segunda coluna está a definição, a partir do termo original utilizado.

Tabela 11. Definições de *Archival Science*, Arquivologia e Arquivística<sup>99</sup>

Nome	Definição
Archival Science <sup>100</sup> Austrália, Canadá, Estados Unidos e Holanda.	<p><b>Archival Science:</b> conjunto de conhecimento sobre a natureza e as características dos arquivos e do trabalho arquivístico, organizado sistematicamente em teoria, metodologia e prática (DURANTI, 1996, tradução nossa).</p> <p><b>Archival Science:</b> estuda as características dos documentos arquivísticos em seu contexto cultural e social e como eles são criados, usados, selecionados e mantidos através do tempo (KETELAAR, 2004, p.2, tradução nossa).</p> <p><b>Archival Science:</b> Um conjunto sistemático de teoria que sustenta a prática de avaliar, adquirir, autenticar, preservar e dar acesso a materiais registrados (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa)<sup>101</sup>.</p> <p><b>Archival Science:</b> um conjunto sistemático de conhecimento que contempla a prática de avaliação, aquisição, autenticação, preservação e disponibilidade de acesso para materiais registrados (<i>INTERPARES 2 PROJECT, 2010b</i>, tradução nossa).</p>
Arquivologia, Archivologie, Archivología, Archivology Alemanha, Brasil, Costa	<p><b>Arquivologia:</b> Tem sido usado não só no sentido de arquivoconomia, como também para definir estudos sobre os arquivos da antiguidade (PRADO, 1970, p.12).</p> <p><b>Arquivologia:</b> é o estudo da técnica dos arquivos; estudos sobre arquivos da</p>

<sup>98</sup> Podemos constatar este fato nas obras “*Latin American Archivology: 1953-1954*” (1955), “*Manual of tropical archivology*” (1966), de Yves Pérotin; em vários volumes do *Journal of the Southeast Asian Regional Branch - International Council on Archives*, de 1970 a 1978; “*The Scientific Nature of Archivology: a proper attribution*”, na coluna “*Letter to the editor*” de autoria de Luciana Duranti, publicada no periódico *Archivaria*, n° 37 (1994), ou mais recentemente, em traduções de resumos e palavras-chave de artigos em espanhol, português, japonês, alemão e russo, para o inglês.

<sup>99</sup> As definições originais em outras línguas estão disponíveis no Anexo F.

<sup>100</sup> O *Dictionary on Archival Terminology III* (ICA/CIA, 2004), ainda em fase de elaboração, mas disponível para acesso via web, apresenta *Archival Science* como tradução para o termo “*Archivistique*” francês, observamos, todavia, que o termo “*archival*” é um adjetivo, não um substantivo, portanto a tradução exata seria “Ciência Arquivística”. Isso pode ser observado em Jenkinson (1922, pp.9, 16), que utiliza tanto “*Archive Science*” quanto “*Science of Archives*”.

<sup>101</sup> Definição adotada pela Sociedade dos Arquivistas Americanos – SAA.

<p>Rica, Espanha, México, Portugal</p>	<p>antiguidade; ciência dos arquivos (GOMES; HELLUY, 1976, p.185,189)  <b>Archivología</b> ver Archivística (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995).  <b>Arquivologia</b>: o mesmo que arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.9)  <b>Archivología</b>: Ciência que trata do regime dos arquivos. Auxiliar ou funcional da administração, que se refere a criação, história, organização, funções dos arquivos e seus fundamentos legais e jurídicos (AREVALO JORDAN, 2003a, p.29-30, tradução nossa).  <b>Arquivologia</b>: Disciplina que estuda as funções do arquivo [enquanto instituição] e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos[enquanto conjuntos documentais orgânicos]. Também chamada Arquivística. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37).  <b>Archivología</b>: A ciência que estuda a natureza e a teoria, o planejamento e a terminologia dos arquivos, bem como sua formação, os princípios de sua preservação e organização e os meios de sua utilização. (MARTA EUG., 2010, tradução nossa).</p>
<p>Archivistique, Archivística, Archivistics, Arquivística</p> <p>Argentina, Brasil, Costa Rica, Canadá, França, Espanha, Holanda, Itália, México, Portugal.</p>	<p><b>Archivística</b>: ciência dos arquivos, a que o Estado deu o nome de Arquivística; não é apenas a disciplina de manutenção dos arquivos, como muitos, para não dizer todos, consideram até agora, mas aquela que abrange o amplo campo de construção e manutenção das instalações e os documentos nela contidos, da organização e da comunicação destes documentos no presente e no futuro. (CASANOVA, 1928, p.24, tradução nossa)  <b>Arquivística</b>: A técnica de se organizarem os arquivos, isto é, de se classificarem, guardarem, conservarem e acharem os documentos, quando desejados. (PRADO, 1970, p.12).  <b>Archivística</b>: disciplina que trata da organização, do funcionamento e do estudo dos arquivos (D'ADDARIO, 1972, p.5, tradução nossa).  <b>Arquivística</b>: Conjunto de princípios e técnicas a serem observadas na constituição, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos (GOMES; HELLUY, 1976, p.188-189).  <b>Arquivística</b>: Ciência que tem por objecto os arquivos, os princípios e métodos da sua constituição, conservação, organização e comunicação (ALVES <i>et alii</i>, 1993, p.7).  <b>Archivistique</b>: disciplina que abrange todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão de arquivos, ou seja, a criação, a avaliação, o recolhimento, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação (ROUSSEAU; COUTURE <i>et alii</i>, 1994, p.2, tradução nossa).  <b>Archivistique</b>: disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos) (ROUSSEAU; COUTURE <i>et alii</i>, 1994, p.281, tradução nossa)  <b>Archivística</b>: Disciplina que trata dos aspectos teóricos e práticos (tipologia, organização, funcionamento, planejamento etc.) dos arquivos e o tratamento arquivístico de seus fundos documentais (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995, tradução nossa).  <b>Arquivística</b>: Disciplina – também conhecida como arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos (1) e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.5)  <b>Archivistique</b>: disciplina que abrange os princípios e as técnicas que regem a criação, a avaliação, recolhimento<sup>102</sup>, a classificação, a descrição, a indexação, a difusão e a preservação dos arquivos (UNIVERSITÉ DE MONTREAL, 1999, tradução nossa).</p>

<sup>102</sup> Embora uma tradução mais adequada seja “ampliação do acervo (aquisição)” optamos por “recolhimento” por ser mais aderente à terminologia brasileira.

	<p><b>Archivistica:</b> conjunto de regras para a organização e funcionamento dos arquivos e sua doutrina (MUSCÒ, 2002, tradução nossa).</p> <p><b>Archivistique:</b> ciência que estuda os princípios e os métodos aplicados a coleta, ao tratamento, à conservação, à comunicação e à avaliação de documentos de arquivo (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p.11, tradução nossa).</p> <p><b>Archivistica:</b> técnicas aplicadas ou que tratam dos arquivos, das coleções e documentos que lá são conservados (AREVALO JORDAN, 2003a, p.26, tradução nossa).</p> <p><b>Archivistique:</b> ciência relativa à organização, a legislação, à regulamentação, ao tratamento e à gestão dos arquivos (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS, 2004, tradução nossa).</p> <p><b>Archivistique:</b> ciência que estuda os princípios e os procedimentos metodológicos empregados para a coleta, a conservação, o tratamento e a comunicação dos documentos de arquivo (ICA/CIA, 2004, tradução nossa).</p> <p><b>Arquivística</b> ver Arquivologia (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.27).</p> <p><b>Archivistica:</b> Ciência que trata dos arquivos, das coleções manuscritas e documentos que lá são conservados. (ADABI, 2009, tradução nossa).</p> <p><b>Archivistique:</b> ciência que estuda os arquivos, os princípios e os procedimentos metodológicos empregados para a conservação e a avaliação dos documentos de arquivos (PIAF, 2009, tradução nossa).</p> <p><b>Archivistica:</b> Técnicas aplicadas ou que tratam dos arquivos, das coleções e documentos que lá são conservados (MARTA EUG., 2010, tradução nossa)</p> <p><b>Archivistica:</b> Ciência que trata dos arquivos enquanto estuda sua origem, formação, sua organização, uso e regulamentação legal<sup>103</sup> (Leopoldo Sandri <i>apud</i> REDE INFORMATIVA LILITH, 2011, tradução nossa).</p>
--	--

Fonte: elaboração própria

Acrescentamos à lista a observação de que algumas instituições arquivísticas nacionais, como a australiana [NATIONAL ARCHIVES (Australia), 2010] e a neozelandesa [NATIONAL ARCHIVES (Nova Zelândia), 2011] não inserem o termo relativo aos estudos dos arquivos em seus glossários, embora utilizem “*Archival Science*” em seus textos. Além do Brasil, países como Espanha e México utilizam os dois termos como sinônimos, ou inserido o adjetivo “ultrapassado”. Para Heredia Herrera - em publicação original de 1989 - a Arquivística (*Archivistica*) nasceu com o nome de Arquivologia (*Archivología*), mas galgou, com seu desenvolvimento técnico-científico, o status de ciência e mudou de nome. Embora afirme que o novo termo é aceito mundialmente – visão pactuada por Marcelino Pereira (1978) -, registra que não faltam publicações recentes que mantêm a denominação “antiga” (HEREDIA HERRERA, 1991, p.27-28).

<sup>103</sup> Leopoldo Sandri. *Archivi di Stato*, in *Enciclopedia del Diritto*, Milano, 1958, vol.II, p.1003.

Acreditamos, todavia, que essa justificativa para a mudança de Arquivologia para Arquivística na Espanha tem conotação mais social que científica, afinal, não concordamos com o entendimento de que a evolução teórica ou a autonomia alcançada pela disciplina obrigaria uma alteração de sua denominação. Nessa interpretação aqui proposta, o termo “Arquivologia” carregaria um ranço relacionado a atividades vinculadas a cuidar de papéis velhos e ser algo estritamente pragmático. Tal visão do senso comum deporia contra a respeitabilidade do profissional e da disciplina. Ao quebrar o vínculo com o antigo nome que, embora consagrado entre os pares, carregava um estigma de subprofissão e subdisciplina por instituições, acadêmicos e profissionais de outras áreas, pode-se estar buscando a aceitação social e a incorporação de novas funções para o profissional.

Acreditamos poder inferir que isso também estar ocorrendo no Brasil, embora no sentido inverso, com a predominância do termo “Arquivologia” demonstrada anteriormente, embora permaneça a mencionada justificativa social. O sufixo “logos” daria à disciplina o caráter de “ciência”, mais valorizado que a “técnica” relacionada ao termo “Arquivística”, conforme se pode constatar em Moraes e Castro *et alii* (1988).

Na Tabela 11 não foi inserido o termo Arquivoconomia (também encontrado na literatura em português como Arquivoeconomia, e em outras línguas como *Archivéconomie*, *Archivonomía*, *Archivoconomia*, *Archivoeconomia* e *Archiveconomia*). Isso ocorre porque nas obras consultadas (PRADO, 1970, p.12; GOMES; HELLUY, 1976, p.189; AREVALO JORDAN, 2003a, p.30; CASANOVA, 1928, p.25; D’ADDARIO, 1972, p.5) há uma tendência<sup>104</sup> ao entendimento de que este termo refere-se a uma subdivisão de uma área mais ampla (que seria a Arquivística) e possui uma especificidade, qual seja o estudo das edificações arquivísticas, incluindo tanto a estrutura de seus depósitos e áreas técnicas, quando das áreas administrativas. Limitamo-nos nesta tese, portanto, a concordar com essa acepção.

A existência dessas denominações pode ser resultado, também, de propostas de divisão da disciplina em subáreas de atuação. Na literatura consultada (D’ADDARIO,

---

<sup>104</sup> Porém há quem utilize este termo como “sinônimo antigo e não mais utilizado” de Arquivística (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995; SANTOS e RIBEIRO, 2003, p.23). Por outro lado, o termo grego para “*Archival Science*” é *Αρχειονομία* (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ARCHIVAL..., 2010), qual seja *Arxeionomia*, o que resultaria em “Arquivonomia”, em português.

1972, p.5; CASANOVA, 1928, p.425; Marcelino PEREIRA, 1978, p.7-9; HEREDIA HERRERA, 1991, p.46-48) pode-se identificar, embora sem conformidade de denominação e abrangência entre os propositores, os seguintes focos:

- teoria arquivística *stricto sensu*: abrangendo aspectos vinculados à formação, ao tratamento e à difusão dos acervos arquivísticos; conceitos de documento, fundo, identificação e detalhamento de técnicas e instrumentos de trabalho; recebe nomes como Arquivologia, Arquivística pura, Arquivística geral e, até, Arquivonomia.
- execução das funções arquivísticas não exclusivas: inclui a prática profissional no que se refere a estudo da conservação, restauração, reprodução e informatização dos arquivos; comumente definida como Arquivística ou Arquivística técnica.
- aspectos físicos e financeiros relativos ao funcionamento e administração dos arquivos: contempla a construção e a localização dos arquivos, sua estrutura orgânica, preservação e segurança dos documentos e instalações (planos de preservação contra desastres e planos de contingência); chamado de Arquivoeconomia, Arquivitendência ou, ainda, Tecnologia arquivística.
- relação entre os arquivos e o Direito: abrangendo os serviços e os aspectos jurídicos envolvendo arquivos, ou seja, os fatores legais que têm impacto na preservação e uso dos documentos, bem como a história dos arquivos, dos documentos e de outras instituições; chamado de Arquivística histórico<sup>105</sup>-jurídica, Direito arquivístico ou Natureza jurídica dos arquivos.
- estudo e tratamento de acervos especializados (notariais, eclesiásticos) e especiais (cartográficos, audiovisuais, pergaminhos, digitais); comumente denominada de Arquivística especial.

---

<sup>105</sup> Horsman (*apud* HOLMES, 2008, p.18) afirma que as atividades de levantamento de dados sobre a história administrativa dos produtores de acervos antigos (titulares de fundos fechados), incluindo a forma como os documentos foram produzidos e armazenados, objetivando a elaboração de

Observamos que tal subdivisão parece ter sido abandonada, ao longo do tempo – a referência mais recente encontrada sobre esse tema é da década de 1990 –, o que pode ser um indício da fragilidade teórica da proposta que, na realidade, apresenta abordagens para enfrentamento dos problemas arquivísticos, não se caracterizando subdisciplinas como quer parecer. Uma vez registrada a existência dessas propostas de subdivisão da Arquivística, e por não ser necessário aprofundá-la, nos voltamos para os objetivos principais deste capítulo, quais sejam: a) apresentar argumentos para a escolha de “Arquivística” como o termo que melhor representa a área; b) produzir uma definição de trabalho para a disciplina; c) definir o escopo de atuação da disciplina, ou seja, seus objetivos e objetos; d) analisar esses objetivos e objetos.

A fim de examinar o discurso presente nas 31 definições apresentadas, suas abordagens foram dispostas na tabela a seguir, na qual o termo *Archival Science* foi desconsiderado por não fazer parte, a nosso ver, desta dicotomia terminológica. Isso decorre do fato de que a denominação apenas qualifica o substantivo “ciência” com o adjetivo “arquivística”, mas possui “Arquivologia” como tradução mais comumente aceita:

Tabela 12. Termos usados para conceituar Arquivologia e Arquivística

Abordagem	Arquivologia		Arquivística	
Ciência	3	33,35%	8	38,1%
Disciplina	1	11,10%	7	33,4%
Estudo	3	33,35%	0	0
Técnica	0	0	3	14,3
Conjunto de conhecimento, teoria, regras, princípios.	0	0	2	9,5%
<i>Indica o outro como termo preferencial.</i>	2	22,20%	1	4,7%
	9 <sup>106</sup>	100%	21 <sup>107</sup>	100%

Fonte: elaboração própria, com base nas obras referenciadas na Tabela 11.

Como se pode perceber há uma concordância de que, seja qual for o termo (Arquivologia ou Arquivística) que a identifique, a área corresponde a uma ciência ou,

---

ferramentas de descrição, pela dificuldade e especialidade, tem sido denominada “Arquivologia Arqueológica” (*Archaeological Archivology*).

<sup>106</sup> Apesar de apenas sete citações, há uma definição com três acepções: estudo da técnica, estudo dos arquivos e ciência.

<sup>107</sup> Apesar de apenas vinte citações, a definição de Casanova utiliza os termos “ciência” e “disciplina”.

no mínimo, uma disciplina científica, ainda que o termo “estudo” possa ter inúmeras interpretações. Ao mesmo tempo em que se observa uma coerência maior entre aqueles que utilizam “Arquivologia”, e ampliando a discussão para o nível internacional, embora alguns países proponham sinonímia entre os termos – como Brasil e Espanha, esta última privilegiando “Archivística” (SUBDIRECCIÓN GENERAL...,1995) -, fica evidente, pela lista de termos de “abordagem” apresentada na Tabela 12, a confusão sobre o que seja “ciência”, “disciplina” ou “técnica” ou, ainda, “princípios”. Esses termos bastante usados nas definições, assumem significados diferentes dependendo do país que o utiliza na tentativa de separar ou agrupar os aspectos técnicos e teóricos que interessam à área, ilustrando, mais uma vez, a falta de concordância em relação ao conhecimento arquivístico.

Mesmo quando analisados sob o foco de sua etimologia, ainda não se consegue decidir efetivamente por um ou outro termo. Arquivística, formada pelo substantivo “arquivo” e pelos sufixos “-ista” e “-ica”<sup>108</sup> que, somados, podem ser entendidos como “técnica ou ciência dos envolvidos com a teoria dos arquivos”, ou seja, “técnica ou ciência dos arquivistas e dos estudiosos dos arquivos”. Arquivologia, por outro lado, compõe-se de “arquivo” e do sufixo “logos” – de origem grega, “logia” significa “discurso, expressão, linguagem, estudo, ciência” –, e pode ser entendida como “estudo ou ciência dos arquivos”. Não caberia aqui, portanto, nenhuma interpretação que limite um ou outro termo a representação dos aspectos práticos da área. Uma análise nesse sentido obrigaria a excluir os pesquisadores dentre aqueles “partidários da doutrina e teoria arquivísticas”, contemplados pelo sufixo “-ista”.

Embora o termo “Arquivística” focalize os profissionais e pesquisadores da área, seu escopo é a teoria ou ciência utilizada por eles. No mesmo sentido, apesar de “Arquivologia” referir-se ao objeto da área – os arquivos – contempla o conjunto de conhecimentos (estudo ou ciência) que permita sua identificação, análise e proposição

---

<sup>108</sup> Embora mencionado em algumas publicações arquivística como sufixo, “-ístico” não é assim unanimemente identificado em gramáticas e dicionários de língua portuguesa. Estudos lingüísticos (ARÉAN-GARCIA, 2011) concordam, contudo, que, mesmo que seja um sufixo, é resultado da composição de dois outros: -ista(o), partidário ou sectário de uma doutrina, escola, teoria ou princípio filosófico e -ica(o), técnica, arte, ciência.

de formas adequadas ao seu tratamento (princípios, métodos e técnicas). Assim, qualquer um dos termos, etimologicamente, seria adequado para representar a área.

Ao analisar essa situação, Bellotto, após observar que em inúmeros países não faz sentido a distinção entre teoria pura e a prática cotidiana, pela inexistência de termos específicos<sup>109</sup>, considera útil adotar a distinção no Brasil, já que a terminologia consagrou a existência dos dois termos:

Arquivologia é o termo relativo a uma área universal do conhecimento, aos seus objetos e objetivos, à sua natureza, aos cursos de formação superior, ao exercício da profissão, às entidades de classe, à teoria geral que lhe dá sustentação. (...) A Arquivística abarca a metodologia, a prática, o tratamento documental, seja o relativo aos documentos em suportes tradicionais, seja o documento digital. (BELLOTTO, 2011)

Neste sentido, Bellotto observa, de modo complementar, que Arquivística seria a aplicação da teoria nas especificidades da atuação profissional. Ou em suas palavras

Sem desconhecer e/ou sem escapar dos princípios teóricos básicos, da natureza probatória, orgânica, sequencial e única, própria dos documentos de arquivo, podemos conceder tons ou nuances pontuais no dia-a-dia do nosso que-fazer arquivístico, compondo um quadro que podemos denominar de "Arquivística brasileira", com peculiaridades próprias em métodos e práticas, mas sem fugir da Arquivologia universal. (BELLOTTO, 2011)

Essa é uma opção pragmática no sentido de aproveitar uma situação que já se encontra estabelecida no país – o uso de ambos os termos –, reorientando a interpretação atual de sinonímia entre eles. Entretanto acreditamos que, no âmbito internacional, com reflexo na realidade brasileira, é provável que a mudança paradigmática ora em curso na área tem influenciado a consolidação da denominação "Arquivística". Esta nomenclatura, além de mais nova, está vinculada tanto aos processos administrativos quanto à representação da memória, tanto à gestão das informações orgânicas quanto à preservação de documentos históricos. Com sua adoção, busca-se o reconhecimento do leigo (seja o cidadão comum, sejam acadêmicos e profissionais de outras áreas) da importância dos arquivistas e da

---

<sup>109</sup> Embora, internacionalmente, ainda se encontre termos específicos para área de aplicação da Arquivística, conforme já apresentado, podendo ser observado em Heredia Herrera (1991) e Pereira (1978).

evolução da disciplina para além dos “depósitos de papéis”, comumente relacionado à Arquivologia / *Archivología* / *Archivology*.

Segundo Delmas (*apud* JARDIM, 1999, p.90) o termo Arquivística (*Archivistique*) surge na França a partir da década de 1930, impondo-se a Arquivologia (*Archivologie*) e Arquivonomia (*Archivonomie*). Isso talvez se justifique porque, para aquele pesquisador (*apud* JARDIM, 1999, p.90), os arquivos necessitariam de uma verdadeira ciência, a começar pela emancipação da Arquivologia da posição de disciplina auxiliar da História. Essa afirmação permite interpretar que a questão que se sobressai entre os teóricos defensores da mudança da denominação da área é a tentativa de marcar a passagem de um conjunto de procedimentos técnicos de tratamento dos arquivos para um campo científico com fundamentação teórica reconhecida.

Acreditamos que essa intenção não tem embasamento teórico, mas social. Tal interpretação é justificada pela argumentação de que em ambas as análises etimológicas os sufixos das palavras “Arquivologia” e “Arquivística” encontram-se “ciência” como uma de suas acepções. A mudança, portanto, teria partido da consideração de que era preciso evidenciar interna e externamente, ou seja, entre os profissionais e pesquisadores da área e os de outros campos de conhecimento, uma mudança das concepções da disciplina a partir da formalização de teorias ou, segundo a denominação de Kuhn, da assunção de paradigmas.

Nesse aspecto, entretanto, é salutar a observação de Ketelaar (2011), para quem a denominação *Archival Science* causa confusão com o sentido anglo-saxão de ciências naturais, aspecto analisado por Burge (1980), mas que, na realidade possui o sentido europeu de “*wissenschaft*”<sup>110</sup>, ou seja, conhecimento, servindo como termo geral para disciplina científica<sup>111</sup>. Com esta justificativa, evitar o uso do “*science*” – que é comumente vinculado ao sufixo “logia” –, afirma preferir o termo *Archivistics*, no sentido de *Archivistique* (francês) ou *Archivistica* (italiano e espanhol).

<sup>110</sup> Steve Fuller (2001, p.155) observa que a filosofia anglófona confunde *knowledge* (conhecimento) no sentido de *science* (ciência) e *consciousness* (consciência), o que não ocorre com outras línguas europeias, às quais se acrescenta, também, o português.

<sup>111</sup> Entendimento compartilhado por Thomassen (1999) para quem a “ciência” arquivística deve ser analisada com base em seus componentes fundamentais, quais sejam: seu objeto, suas entidades básicas e as interrelações entre elas, seu objetivo e seus métodos e técnicas.

Ainda que permaneça o questionamento sobre o uso dos termos, mas fugindo da tentação de adotar a solução de Costa (2008, p.20) de utilizar “Arquivologia” quando mencionar o ensino de graduação (Bacharelado em Arquivologia) no Brasil e “Arquivística” quando relativo ao campo científico<sup>112</sup>, nesta tese optamos por utilizar apenas a palavra “Arquivística”. Esta decisão baseia-se, além dos aspectos já mencionados e considerando a busca pela adoção de uma terminologia global, na convicção de que um único termo é suficiente para representar um campo científico em seu sentido lato. Além disso, consideramos relevante, ainda que no aspecto social, a demarcação da área como campo científico, fato que tem resultado na preponderância internacional do termo escolhido. Registramos, neste sentido que, por exemplo, entre os 20 idiomas em que o *Multilingual Dictionary of Archival Terminology* do *International Institute for Archival Science of Trieste and Malibor* (2010)<sup>113</sup> apresenta o termo relativo a “*Archival Science*”, treze (65%) possui uma identificação clara com Arquivística, quais sejam: italiano e espanhol (*Archivistica*), eslovaco e tcheco (*Archivistika*), francês (*Archivistique*), romeno, albanês, bósnio, croata, eslovaco, marcedônio, montenegrino e sérvio (*Arhivistika*); quatro (20%) com Ciência Arquivística ou dos Arquivos: alemão (*Archivwissenschaft*), búlgaro (*arhivna nauka*), húngaro (*levéltári tudomány*) e malaio (*sains kearkiban*); o grego usa Arquivonomia (5%).

Assim, uma vez justificada a adoção do termo Arquivística para designar a área, é necessário separar, identificando-as objetivamente, suas teoria e prática. Nesse sentido, citamos Oddo Bucci (*apud* COOK, 2000), para quem é necessário ter claro que conhecimento arquivístico (*archival knowledge*) e Arquivística (*archival science*) são coisas diferentes. Conhecimento arquivístico é a forma articulada da prática diária para distintas épocas, lugares, usos, suportes e “valores” dos arquivos, enquanto que a Arquivística é à construção conceitual e sistemática do conhecimento arquivístico no âmbito na integridade disciplinar (BUCCI *apud* COOK, 2000). Dir-se-ia, então, que conhecimento arquivístico é a metodologia de trabalho, a tradução da teoria disciplinar

---

<sup>112</sup> Em pesquisa de mestrado sobre a formação do arquivista, Costa (2008, p.20) considera que os termos Arquivística e Arquivologia são, respectivamente, heranças das tradições francófona (*Archivistique*) e espanhola (*Archivología*) que influenciaram o desenvolvimento da área no Brasil.

<sup>113</sup> Não se obteve sucesso na tradução dos termos em hebraico e sérvio, quais sejam 10% do total.

para um *modus operandi*, enquanto que a Arquivística é a própria teoria que fundamenta a prática.

Faz-se necessário, portanto, identificar qual é a teoria que configura a disciplina Arquivística. Um primeiro passo nesse sentido é definir a Arquivística e seu escopo, ou seja, seu campo de estudo. A partir das 27 (vinte e sete)<sup>114</sup> propostas relacionadas na Tabela 11, para ambos os termos, considerando, também, *Archival Science*, chega-se às tabelas sínteses do objeto e do escopo de atuação da Arquivística, apresentadas e analisadas a seguir.

Tabela 13. Objetos da Arquivística

Objeto	Uso	Percentual
Arquivo	13	48,2%
Arquivo e documentos / acervo	7	25,9%
Documentos de arquivo / arquivísticos	3	11,1 %
Materiais registrados	2	7,4%
Arquivo e trabalho arquivístico	1	3,7%
Informação orgânica (arquivo)	1	3,7%
Total	27	100

Fonte: elaboração própria, com base nas obras referenciadas na Tabela 11.

A tabela demonstra que “arquivo” (nas acepções de acervo e instituição), de modo individual ou em parceria com outro objeto, está presente em 21 (77,8%) das definições, o que presume uma potencial concordância neste sentido. Documentos de arquivo ou arquivísticos são considerados como objeto da Arquivística por 18,5% (5) das definições, se interpretarmos “materiais registrados” como seu sinônimo. O trabalho ou o exercício da profissão, ou ainda melhor, as funções arquivísticas aparecem em apenas uma definição, assim como “informação arquivística”, mencionada como sinônimo de arquivo. Ainda assim, podemos considerar que o múltiplo objeto da Arquivística são os arquivos, enquanto acervo e instituição, os documentos arquivísticos e as informações nele registradas, bem como a atuação profissional.

Esta análise precisa ser completada pela sistematização apresentada na tabela seguinte, cuja primeira coluna da descrição refere-se à atividade ou aspecto de ação e a segunda, é o escopo de abordagem, objeto sobre o qual a ação se opera, quais

<sup>114</sup> Entre as 31 (trinta e uma) definições listadas foram desconsideradas “Arquivologia” de Prado (1970, p.12) e as remissivas feitas por Subdirección General de los Archivos Estatales (1995), Camargo e Bellotto (1996) e Arquivo Nacional (2005b) por não oferecerem subsídios para uso nessa tabela.

sejam: instituição arquivística, arquivo (acervo) ou documento (material registrado). Das 27 (vinte e sete) definições, 6 (seis) não descrevem a metodologia de trabalho, senão usando termos como “técnica” e “tratamento” ou o verbo relativo – tratar (GOMES e HELLUY, 1976; ADABI, 2002; MARTA EUG., 2010; AREVALO JORDAN, 2003a) ou não entrando no mérito, com termos como “natureza e características” (DURANTI, 1998) e “função” (AREVALO JORDAN, 2003a) dos arquivos. As 21 (vinte) restantes utilizam 90 (noventa) termos para descrever os aspectos de interesse da disciplina Arquivística. Desses se pode extrair uma segunda lista, mais sucinta, de apenas 19 (dezenove) itens, agrupando-se aqueles com sentido similar, com a seguinte frequência de aparecimento.

Tabela 14. Finalidade da atuação da Arquivística

Descrição		Uso	%
Ação	Objeto		
Conservação / preservação / guarda	acervo / arquivo / documento / material registrado	14	15,0
Organização / gestão	acervo / arquivo / informação orgânica	14	15,0
Construção / planejamento / manutenção / funcionamento	arquivo (instituição)	9	9,7
Constituição / criação / formação / desenvolvimento	Arquivo	9	9,7
Acesso / comunicação / recuperação	material registrado / acervo / arquivo / documento	8	8,6
Avaliação / seleção	arquivo / documento / material registrado	7	7,6
Uso / utilização	arquivo / documento	7	7,6
Aquisição / coleta / recolhimento	materiais registrados / documento / arquivo	6	6,5
Fundamentos legais ou jurídicos / legislação / regulamentação	Arquivos	4	4,3
Classificação	arquivo / documento	3	3,2
Descrição / indexação	Arquivo	3	3,2
História / origem / tipologia	Arquivo	3	3,2
Autenticação	materiais registrados	2	2,1
Criação / produção	documento / arquivo	2	2,1
Estudo	Arquivo	1	1,1
Terminologia	Arquivo	1	1,1
<b>Total</b>		<b>93</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria

A tabela enumera, sobremaneira, as funções arquivísticas e suas subdivisões, além de abranger outros aspectos da área, como a terminologia e tipologia dos

arquivos e, também, uma ação, poucas vezes lembrada, de autenticação dos registros sob a guarda das instituições arquivísticas. Não é qualquer surpresa o primeiro lugar ser ocupado por “conservação”, denotando uma tradição custodial e de guarda da área, porém, dividindo esta posição com o entendimento a necessária organização dos documentos. Acrescenta-se que é, também, necessário ter um “lugar” para armazenar, conhecer a forma como o acervo se desenvolve, ou seja, como o produtor executa suas atividades, e disponibilizar “acesso”, respectivamente terceiro, quarto e quinto aspectos mais frequentes na tabela.

Na tabela podem ser observadas menções a várias funções arquivísticas (criação, conservação, aquisição ou recolhimento, acesso, comunicação ou difusão, classificação, indexação, descrição, avaliação), além do diagnóstico (história, origem e tipologia dos arquivos) e aspectos relativos à estruturação da área (terminologia), sua relação com outras disciplinas (fundamentos legais / jurídicos) e seu papel de provedor de informações e documentos confiáveis (autenticação). A partir dessa análise bibliométrica, delineamos a seguinte definição a ser adotada nesta tese:

Arquivística é o campo científico cuja doutrina (princípios, teorias, metodologia e técnicas) se ocupa do estudo dos conjuntos documentais orgânicos, seja em seu aspecto unitário (fundo), seja em seu aspecto decomposto (documentos e informações arquivísticas) e de sua organização intelectual e física, desde o planejamento para sua formação até sua preservação definitiva ou descarte.

Nesse escopo estão englobados aspectos de estrutura física e administrativo-hierárquica das instituições produtoras<sup>115</sup>, bem como de pessoas e famílias, e seus fluxos informacionais, com foco no ciclo vital que abrange a criação, classificação, uso, tramitação, descrição, acesso, preservação, avaliação e destinação de documentos e informações arquivísticas, bem como nos aspectos legais e acadêmicos vinculados a atuação profissional.

<sup>115</sup> No sentido daquela instituição que acumula (envia e recebe) os documentos e que os preserva em seu interesse. O titular do fundo arquivístico.

Acreditamos que esta definição abrange os aspectos mais comumente observados e relevantes das definições encontradas, embora seja, em alguns pontos, frontal às idéias de alguns teóricos. O arquivista holandês Ketelaar (2011), por exemplo, considera que os

documentos arquivísticos são sempre criados e utilizados em relação a ações e processos de trabalho que dão aos arquivos seu contexto e estrutura. Estes elementos determinam a forma dos documentos. A Arquivística foca-se no contexto, na estrutura e na forma determinados por esses processos e não no conteúdo do documento<sup>116</sup> (*tradução nossa*).

Embora corrobore a proposta de que o documento arquivístico e os processos de sua produção sejam objetos da disciplina, é contrário a esta identidade para a informação orgânica registrada, ou seja, o conteúdo do documento. Ketelaar afirma ainda que o interesse da Arquivística é responder a questões como o que faz uma sociedade ou organização criar e manter documentos arquivísticos e arquivos da forma como faz. A resposta a esta pergunta permitiria a elaboração de regras buscando uma forma eficiente e eficaz de criar documentos arquivísticos (KETELAAR, 2011). Não se discute a pertinência dessas afirmações, todavia as consideramos como uma das abordagens da disciplina, não seu limite. As instituições têm novas demandas para os profissionais que lidam com seus recursos informacionais e o arquivista tem potencial para evoluir e preencher este espaço que vem sendo ocupado por especialistas de outras áreas, principalmente das de tecnologia. Não é deixar essas atribuições para trás, mas incorporar outras, novas e condizentes com a realidade de uma sociedade da informação.

Por outro lado, devemos observar, ainda, a definição proposta por Silva *et alii* (1999) pela qual

Arquivística é uma ciência da informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-) fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente (SILVA *et alii*, 1999, p.214).

---

<sup>116</sup> *Records are always created and used on account of work-processes and actions that give the archives their context and structure. These elements determine the form of the documents. Archivistics focuses itself on context, structure, and form as determined by these processes and not on the contents of the document (KETELAAR, 2011).*

Para Pinto (2004, p.171), a abordagem inserida nessa definição

(...) permitiu-nos ultrapassar as tradicionais funções atribuídas a Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação – recolher, armazenar, recuperar – e irmos mais além, mostrando o que está a montante, nas margens e sob estes procedimentos, ou seja, a estrutura organizacional e os agentes que geral, manipulam e controlam a informação, numa visão retrospectiva e prospectiva, integrada e transversal a toda a organização, indispensável à eficaz prossecução dos seus objetivos e da sua Missão, configurando um novo enquadramento do profissional da informação, estruturador e gestor da Informação, que não dissociado da função histórica e cultural do Arquivo (...)

O foco dos autores é a configuração da Arquivística como uma ciência da informação e, nesse escopo, os arquivos são identificados como sistemas de informação, “a partir de uma adaptação ligeira da teoria geral dos sistemas” (SILVA, 2000, p.10), abordagem que não está entre os objetivos desta pesquisa, senão no que se refere ao estudo dos paradigmas da área feito adiante. Ainda assim, entendemos que nossa proposta não é frontal aquela de Silva *et alii* (1999), embora essa contemple, explicitamente, possíveis usos da informação arquivística em sua relação com os demais sistemas da instituição.

Entretanto, em uma nova análise da definição de Arquivística, Silva e Ribeiro (2002, p.79) esclarecem que são pela

rejeição epistemológica da *library science* e da *archival science*, por estas constituírem aplicações ou especificações teórico-práticas ínsitas a um “território” uno e identificável como tal – a Ciência da Informação.

Para Penteado (2003, p.133), essa nova “definição” de Arquivística apresenta uma “posição epistemológica que é substancialmente diferente” da de então (SILVA *et alii*, 1999, p.214), pois desta feita “é perspectivada como aplicação ou especificação teórico-prática da CI”, sem, contudo, justificar o que levou a tal mudança ou explicitar o abandono da definição anterior.

A nosso ver, a nova proposta caminha no sentido oposto ao abordado até o momento, por ser contrária à autonomia disciplinar da Arquivística, embora teça relações interdisciplinares. Entendemos, por outro lado, que o foco dos autores seja a

inadequação do termo “ciência” que, no escopo desta tese, foi substituído em nome e significância por “campo disciplinar”.

Ao retomar o tema terminologia, já introduzido anteriormente, focamos o problema da tradução terminológica, umas das questões consideradas impactantes na busca por uma Arquivística internacional. Uma exemplificação<sup>117</sup> das dificuldades de tradução lingüística pode ser feita por meio do termo “arquivo morto”. Conforme observação constante da “Apresentação” do livro Subsídios para um Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005a, p.9), “termos tipicamente condenáveis, como arquivo morto” são muito utilizados e sua manutenção no Dicionário serve para “informar sua impropriedade àqueles que o adotam”. A definição de arquivo morto como sendo “termo obsoleto, utilizado para designar arquivo [enquanto conjunto documental] fora de uso corrente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005a, p.25), apesar de representar o senso comum<sup>118</sup>, não corresponde exatamente à acepção original constante do manual dos arquivistas holandeses de 1898.

Na versão em português (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.18), o termo é mencionado no seguinte contexto: “O arquivo é, ao contrário, um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas”. Em nota de rodapé, explicando o porquê da afirmação de ser o arquivo “um organismo vivo”, há a seguinte informação:

Pelo menos um organismo que viveu, pois o conservador geralmente recolhe o arquivo à sua custódia quando este já é considerado **morto**, ou pelo menos, recolhe as partes do mesmo que já se podem considerar encerradas (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.18, grifo nosso)<sup>119</sup>

<sup>117</sup> Outro exemplo é o termo “arquivo impresso”, preterido por “documento impresso” – “documento textual impresso ou multigrafado” - no Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, pp.31, 77), embora informe sua sinonímia com “*printed archives*” e “*archives imprimées*”, conforme consta do DAT III (ICA/CIA, 2004). Apesar de desconhecer qualquer discussão teórica a respeito da pertinência desta expressão – que o enquadre, por exemplo, como uma categoria de gênero documental -, consideramos que o termo e a definição adotados não contemplam a característica “arquivística” desse tipo de publicação.

<sup>118</sup> Como pode ser observado pelo uso em “Arquivo morto: é o arquivo dos documentos já liquidados.” (INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não-governamentais**. São Paulo : Periópolis, 2003; p.141)

<sup>119</sup> Tradução quase literal da versão em inglês proposta por Arthur H. Leavitt (MULLER, FEITH, FRUIN, 1940, p.19).

Portanto, “arquivo morto” remeteria ao conceito de “fundo fechado”<sup>120</sup> cuja definição no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística<sup>121</sup> é “fundo que, não recebe acréscimos de documentos, em função de a entidade produtora não se encontrar mais em atividade”. Apesar de ser um termo atualmente execrado pelos especialistas, pela conotação de “inutilidade” que deriva do adjetivo “morto”, o sentido inicial não possui esta carga negativa, apesar de tê-la adquirido a partir da reprodução *ad nauseam*, e equivocada, fora da área, posteriormente incorporada pelos profissionais e teóricos da área – numa comprovação da tese de Santos (2007, p.55-56), de que o senso comum - conhecimento vulgar - tem influência nos campos científicos, inclusive na terminologia. Além disso, na comunicação cotidiana arquivística não é raro identificar sua conotação com “massa documental acumulada” sem critérios. Em outras palavras, “arquivo morto” se referiria a depósito de papel sem tratamento técnico, não um arquivo, cujo termo na atividade prática carrega uma presunção de organização.

Há quase duas décadas, ao analisar o Dicionário de Terminologia Arquivística publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA), em 1985, Michel Duchein (1992) já registrava

A terminologia é, de qualquer forma, o reflexo da prática profissional. Se a terminologia arquivística é pouco precisa, é bem a prova de a arquivologia [*archivistique*], ela mesma, está longe de ser uma ciência exata. Não é ruim que esta obra nos ajude a essa tomada de consciência (DUCHEIN, 2007, p.14; 1992, p.47).

É unânime (SILVA *et alii*, 1999; SCHELLENBERG, 2002; DUCHEIN, 2007; KETELAAR, 1997) a identificação da terminologia como ferramenta essencial para a comunicação e a interação profissional em nível nacional e internacional. Embora seja unânime, também, a concordância quanto à existência de problemas, segundo alguns,

<sup>120</sup> Arévalo Jordan (2003b, p.172) corrobora esta análise ao apresentar “archivo morto” como denominação aplicada aos arquivos cuja instituição produtora deixou de existir e, por conseguinte, produzir documentos.

<sup>121</sup> A versão definitiva do dicionário não consta o termo “arquivo morto”, mas informa que “archivo morto” era um dos vocábulos italianos utilizados para se referir a “arquivo permanente” (p.34), nas versões 1 e 2 do *Dictionary on Archival Terminology – DAT*, do ICA/CIA. Mas, em italiano, o termo também possuía conotação de fundo fechado – “*archivo morto*” é aquele cujo produtor não produz mais documentos devido ao encerramento de suas atividades e que, portanto, não está mais sujeito a crescimento (<http://it.wikipedia.org/wiki/Archivio>, tradução nossa).

intransponíveis (JENKINSON, 1980, p.350) ou quase (SILVA *et alii*, 1999, p.227). Em busca de explicações para o problema, Duchein (2007, p.15), Jenkinson (1980, p.350-352), Schellenberg (2002, p.40), Bellotto (2007, p.52) e Fonseca (2005, p.98) apresentaram várias ponderações, a seguir, sistematizadas:

- a imprecisão das definições e dos usos nacionais, que se coaduna com a dificuldade – impossibilidade, segundo Jenkinson (1980, p.350) -, de encontrar traduções literais para os aspectos teóricos, técnicos e linguísticos de um país para outro;
- as divergências de vocabulário entre países homófonos, que pode ter relação com a dificuldade de encontrar editores e compiladores com conhecimento suficiente das especificidades arquivísticas entre os países;
- a Arquivística, e, em consequência, sua terminologia, é ligada aos sistemas jurídicos governamentais e administrativos locais e reflete os conceitos desse sistema, sendo difícil sua aplicação em outra realidade, a menos que seja modificada de um país para outro de acordo com suas necessidades peculiares, inclusive quanto à sua atualidade, os dicionários terminológicos devem ser, portanto, renovados, refletindo avanços (novos termos) e obsolescências (desaparecimento ou metamorfose de outros) da área;
- decisão sobre uma única língua sob a qual será feita a coleta das informações e a terminologia estabelecida internacionalmente, como por exemplo, o inglês, atualmente adotado pelo ICA/CIA.

O arquivista holandês, Eric Ketelaar, tentando resumir o problema da terminologia no necessário entendimento da mensagem e nas diferenças culturais entre as nações, independentemente da língua adotada, observa que

Uma língua não é apenas a expressão de uma cultura. A linguagem é condicionada pela cultura. Ao traduzir uma palavra, uma expressão, um termo para uma língua estrangeira, nós tentamos transmitir o significado cultural mais profundo, mas o equivalente apenas pode ser uma cópia exata do original se as duas culturas forem congruentes. Mas existem culturas congruentes? (KETELAAR, 1997, *tradução nossa*).

Neste sentido, é ilustrativa a manifestação de Joan van Albada (2010, p.215), arquivista holandês que foi Secretário-Geral do Conselho Internacional de Arquivos

(ICA/CIA) no período de 1998 a 2008, de que a periferia de nossa área (*Archivology*) agora pertence aqueles que não têm o inglês como língua nativa, uma vez que essa é a atual língua internacional usada pelo ICA/CIA.

Para justificar seu entendimento quanto às dificuldades terminológicas, Duchein (1992) enumera uma série de “desentendimentos conceituais” identificados na proposta do Dicionário de Terminologia Arquivística, do ICA/CIA, de 1985, com foco, principalmente, na terminologia francesa e inglesa. Dentre os exemplos apresentados estão as acepções e usos de termos como classificação e arranjo, triagem, seleção, eliminação e avaliação, e conservação, preservação e restauração. Em outra publicação, Heredia Herrera (1991, p.247, 249) apresenta conclusões semelhantes sobre a confusão das definições do termo classificação e, também, de seleção, eliminação e avaliação no escopo da língua espanhola.

No Brasil podemos mencionar, exemplificado a questão do problema da indefinição dos limites e da abrangência dos termos selecionados para compor um dicionário terminológico apontado por Jenkinson (1980, p.351), o “princípio” da imprescritibilidade<sup>122</sup>, como carente de uma melhor contextualização ou, até, de sua exclusão dos dicionários da área, visto ser um conceito legal não restrito a questão arquivística.

Em decorrência de sua necessidade, e apesar das dificuldades expostas pelos teóricos, a terminologia é uma preocupação internacional. Afinal,

O intercâmbio e a cooperação interna e externa entre os profissionais e as instituições de arquivos, essenciais para o desenvolvimento da ciência arquivística perspectivada de uma forma integral só poderão ser concretizados se a linguagem de comunicação for, de fato, a mesma. (SILVA *et alii*, 1999, p.227)

A fim de registrar o quanto a terminologia é discutida na área, devido à crença de que esse é um dos impecilhos a um entendimento uniforme mundial da Arquivística, foi feito um levantamento bibliográfico específico por meio do qual se identificou a existência de glossários e/ou dicionários terminológicos arquivísticos produzidos por instituições e/ou teóricos dos mais diversos países: Argentina (AREVALO JORDAN,

2003a), Austrália (NATIONAL ARCHIVES, 2010; NATIONAL LIBRARY, 2005), Brasil (CAMARGO; BELLOTTO, 1996; SANTOS e RIBEIRO, 2003; ARQUIVO NACIONAL, 2005b; CUNHA e CAVALCANTI, 2008), Canadá (UNIVERSITÉ DE MONTRÉAL, 1999; DUCHARME, 2009), Costa Rica (MARTA EUG., 2010), Espanha (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995), Estados Unidos (NATIONAL ARCHIVES, 2008; DANIEL, 1984; VOGT-O'CONNOR, 1999; PEARCE-MOSES, 2005), França (DIRECTION DES ARCHIVES..., 2002; ASSOCIATION DES ARCHIVISTES..., 2004), Itália (MUSCÒ, 2002; D'ARCANGELO, 2011), México (ADABI, 2009), Nova Zelândia (NATIONAL ARCHIVES, 2011). Também foram identificadas iniciativas terminológicas de instituições e projetos internacionais ou supranacionais, como o Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA, 1984; 2004), Portal Internacional da Arquivística Francófona (PIAF, 2009), *Archivopedia* (2008), InterPARES 2 Project (2010b). Há, ainda, os de Ciência da Informação que abrangem termos arquivísticos, como o *Online Dictionary for Library and Information Science (ODLIS)* (REITZ, 2010) e o Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (DeltCI) (UNIVERSIDADE FEDERAL..., 2010). As referências identificadas nesse levantamento foram, em diversos momentos, utilizadas para confrontar as definições arroladas nos manuais e demais publicações de nosso universo de pesquisa.

Entretanto, não se objetiva maiores aprofundamentos na terminologia como efetiva área de pesquisa e nas dificuldades da Arquivística neste campo, senão nas discussões que envolvam o entendimento de algum termo específico relativo ao escopo desta pesquisa, como é o caso da escolha do termo para definir a área e seu escopo. Como se pode perceber, as definições adotadas pelos diversos países não apenas são distintas quanto ao entendimento do termo usado para representar a área (Arquivologia, Arquivística, Ciência Arquivística, Arquivoconomia), mas também, em relação a quais são seus objetivos e objetos de estudo, o que será discutido a seguir.

---

<sup>122</sup> “Princípio pelo qual é assegurado ao Estado o direito sobre os arquivos públicos (1), sem limitação de tempo, por serem estes considerados bens públicos inalienáveis” (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.105). Este tema será retomado quando da discussão dos princípios arquivísticos.

### 2.3 OBJETIVOS E OBJETOS

Para se discutir os objetivos e os objetos da Arquivística é preciso ter em conta, antes de tudo, que a evolução é uma regra no âmbito da institucionalização de qualquer disciplina. É lícito imaginar, portanto, que, sejam quais forem seus objetivos e objetos atuais, seu viés interpretativo tenha se alterado ao longo do tempo, mesmo que em pequena escala, visto que, por ser uma disciplina social, reflete em algum grau a realidade que a envolve.

Para Rousseau, Couture *et alii* (1998, pp.48-51), a Arquivística focou, durante sua evolução, quatro grande objetos de trabalho: o tratamento, a conservação, a criação e a difusão dos arquivos, sem apresentar, contudo, uma cronologia específica. Vivas Moreno (2004), por outro lado, considera que o desenvolvimento arquivístico possui quatro grandes espaços de racionalidade histórica: a Arquivística como instrumento indutivo e funcional, como doutrina patrimonial e jurídico-administrativa, como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa e a Arquivística na Sociedade do Conhecimento.

Segundo Thomassen (1999), a Arquivística torna-se uma disciplina paradigmática a partir do Século XX, tendo sido a publicação do “manual holandês” o fato que marcou o encerramento da revolução que antecede tal paradigma “clássico ou moderno”. Nesse primeiro momento já existe a figura dos princípios da proveniência e da ordem original como fundamentos da disciplina, bem como o conceito de “democratização de acesso aos arquivos”, este último resultado da Lei de 7 Messidor, promulgada pela França revolucionária (SILVA *et alii*, 1999, p.102), no final do século XVIII. Para ilustrar sua visão, desenvolvida sobre o conceito kuhiano de paradigma, Thomassen (1999) apresenta um quadro da evolução teórica e prática da Arquivística.

Tabela 15. Mudanças Paradigmáticas em Arquivística (*Archivistics*)

Período	Século XIX	Século XX	Século XXI
Característica	Estágio pré-paradigmático	Clássica ou moderna	Pós-custodial ou pós-moderna
Objeto	(1) Arquivos de uma comunidade (2) Diplomas e registros públicos	Arquivos de uma organização ou órgão público.	Informação vinculada aos processos institucionais <sup>123</sup>
Unidade fundamental	(1) Item físico (2) diploma ou registro público considerado como unidade <sup>124</sup>	Item físico	Documento arquivístico
Objetivo	(1) controle físico e administrativo (2) publicação	Controle e acessibilidade (controle físico, administrativo e intelectual)	Alta qualidade da informação
Método	(1) <i>respect des fonds</i> (2) métodos diplomáticos	Princípios da proveniência e da ordem original	Princípio da proveniência usado como instrumento de qualidade
Técnica	(1) Classificação artificial (2) Técnicas diplomáticas	Técnica de descrição formal Classificação natural	Técnicas de modelagem de dados; normas de descrição.

Fonte: Thomassen, 1999, p. 8 (*tradução nossa*).

A tabela proposta por Thomassen considera que o objetivo migrou da questão custodial de controle físico do acervo para o acesso à informação, e mais que isso, o fornecimento de informação de qualidade, que representa a transparência, a força e a estabilidade do vínculo entre a informação e os processos de negócios que a gera (THOMASSEN, 1999, p.5). Tal fato, por si só, já demandaria uma séria alteração na ação do profissional, deixando, definitivamente a função de guardador de papéis e migrando para provedor e disseminador de informações. Neste mesmo sentido, o foco da área se aproximou mais da administração pública e privada (informações dos processos organizacionais), abrangendo aspectos adicionais de uso dos arquivos, não limitados a história (arquivos e registros públicos).

Segundo essa análise, o objeto de estudo teria migrado dos arquivos das instituições para as informações vinculadas aos processos institucionais, que, segundo o autor (THOMASSEN, 1999) é a “informação orgânica registrada” (*fixed organic information*), de acordo com a denominação usada por Carol Couture, ou seja, as informações arquivísticas.

<sup>123</sup> *Process-bound information*. Thomassen explica que são informações geradas e estruturadas por processos de negócios, visando a recuperação contextual dos documentos a partir desses processos.

<sup>124</sup> *Single diploma and registration*.

Silva (2006) concorda com Thomassen (1999) no que se refere ao fato da Arquivística encontrar-se em seu segundo paradigma, embora ainda mantendo conceitos desenvolvidos no primeiro. Os dois autores, todavia discordam quanto às suas denominações e período de abrangência. O paradigma “clássico ou moderno” de Thomassen é denominado “custodial” por Silva (2006, p.19), que afirma que esse, além de possuir outras denominações (historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista ou estático), é herança de uma fase pré-paradigmática com raízes no Séc. XVIII, e engloba algumas das características apontadas exclusivamente como pré-paradigmáticas por Thomassen.

Quanto ao paradigma “pós-custodial ou pós-moderno” de Thomassen (1999), também denominado como “dinâmico, informacional ou científico” por Silva (2006, p.21), há mais concordâncias entre os autores, destacando-se a assunção da informação e não do documento, como principal interesse da disciplina.

É necessário registrar que os objetos e objetivos iniciais não foram abandonados, mais ampliados e, também, que esta proposta está longe de ser pacífica entre os teóricos da Arquivística. Embora, como nos lembra Kuhn, o triunfo de um novo paradigma geralmente depende da ação de alguns poucos teóricos que o aceitam, por razões individuais, mas que, tornando-o conhecido, “atrai a adesão da comunidade científica como um todo” (KUHN, 2006, p.198).

O próprio Thomassen observa que sua proposta não é de substituição de um paradigma por outro. Afinal, um novo paradigma traz uma nova orientação e uma extensão do domínio e encapsula o velho paradigma, que não é abandonado completamente, mas integrado ao novo domínio definido (THOMASSEN, 1999, p.6, tradução nossa). Um bom exemplo desse fato são os métodos diplomáticos, identificado em sua fase pré-paradigmática, atualmente renovados com os trabalhos de, entre outras, Paola Carucci (*Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*, 1987) e Luciana Duranti (*Diplomatics: new uses for an old science*, 1998) e o Projeto InterPARES (<http://www.interpares.org>), e que tem sido denominada de “Diplomática Arquivística Contemporânea” (TOGNOLI, 2010). O que, para Rondinelli (2011, p.139), “resulta no fortalecimento dos laços interdisciplinares dessas duas áreas do conhecimento”, embora a própria autora, por meio de considerações apresentadas

por Luciana Duranti, considera a denominação inadequada, preferindo adotar os termos “Arquivologia” e “Diplomática” para se referir às áreas (RONDINELLI, 2011, p.139) ratificando a distinção entre elas.

No intuito sistematizar essa evolução do pensar da disciplina, apresentamos o quadro abaixo construído a partir das propostas e análises de Rousseau, Couture *et alii* (1998), Thomassen (1999), Vivas Moreno (2004), Silva (2006, p.16-22), Tognoli (2010, p.106-109), Rondinelli (2011) e Marques (2011, p.137-145), ignorando-se a fase preparadigmática da disciplina. Na tabela 16 está representado nosso entendimento, também suportado por vários dos autores, que a disciplina ainda não superou a instabilidade da revolução tecnológica que a tem levado ao novo paradigma. A opção por utilizar os termos “revolução em andamento”, segundo a interpretação kuhniana, e as colunas de paradigma “em abandono” e “em adoção” objetiva registrar que, na atualidade, ambos os paradigmas convivem entre os pesquisadores e profissionais da área, embora esteja ocorrendo uma mudança.

Tabela 16. Paradigmas na Arquivística: revolução em andamento

	Paradigma em abandono	Paradigma em adoção
Denominação	Custodial, clássico, moderno, historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, estático.	Pós-custodial, pós-moderno, dinâmico, informacional, científico.
Visão da Arquivística	Historicoerudita, voltada aos acervos históricos, ou bibliodocumentária, voltada à gestão de documentos; descritiva.	Integrada ou contínua; interpretativa do contexto funcional.
Objetivo da disciplina	Preservação da memória registrada nos arquivos, para comprovação de direitos e obrigações, e resgate da história.	Eficiência e eficácia administrativa, pelo uso da informação de alta qualidade como instrumento de apoio à tomada de decisões na instituição.
Preservação	Guarda e conservação dos documentos (papel) como fonte de memória legitimadora do Estado.	Custódia e preservação das informações pela necessidade de garantir o acesso público.
Objeto	Instituições de arquivo, fundos documentais, documentos de arquivo.	Informação arquivística, arquivo como sistema de informação.
Profissional	Conservador e guardador de papéis.	Gestor de informações orgânicas e, ao mesmo tempo, construtor da memória.
Acervo	Documentos em papel, fotografias e, com menor ênfase, filmes e sonoros.	Documentos tradicionais e digitais.
Instrumentos	Inventário, protocolo, uniformização das formas documentais, classificação, avaliação.	Gestão de processos de negócio, classificação e avaliação funcional, vocabulário controlado, normas de descrição; retomada dos métodos da Diplomática.

Fonte: autoria própria

Ainda na busca pela definição dos objetos da Arquivística, utilizamo-nos de Martino (2003, p.85-86), para quem discutir o objeto de estudo de uma ciência, aqui cabendo muito bem o conceito de disciplina científica,

(...) não é exatamente fazer uma lista dos objetos que ela pode ou não pode tratar. Decididamente não se trata de olhar o mundo e apontar o que a [área]<sup>125</sup> (...) pode ou não estudar, até porque [seu] objeto (...) não pode preceder o saber que o institui, mas de explicitar qual a compreensão que o saber (...) tem daquilo que investiga. (...) [A área] é tomada como uma espécie de “sujeito”, ela não somente vê algo, o objeto de estudo, mas se institui na medida em que se reconhece ao conhecer o objeto.

Seguindo esse raciocínio, apesar das distinções de definição e nomenclatura da área ter impacto sobre no entendimento do que seja sua abrangência, objetivos e objetos, se dá continuidade a análise dos objetos da Arquivística pelos dados relacionados na Tabela 11. A partir das definições selecionadas, os múltiplos<sup>126</sup> objetos da Arquivística são, em ordem de frequência de adoção pelos diversos teóricos: os arquivos (instituição e conjunto documental), os documentos arquivísticos, o trabalho (função profissional) arquivístico e a informação orgânica. Inicialmente, se poderia dizer que os objetivos da Arquivística podem ser sintetizados na manutenção contínua do acesso às informações orgânicas<sup>127</sup>, sendo que, para isso, é necessário organizar e preservar os documentos.

<sup>125</sup> O autor apresenta sua análise no escopo da disciplina Comunicação, todavia, entendemos adequado aos objetivos desta pesquisa. Apenas para manter uma clareza de pensamento, foram suprimidas todas as referências àquele escopo original.

<sup>126</sup> Na literatura encontram-se várias visões distintas, porém, abrangidas por essa proposta. Arevalo Jordan (2003, p.30) enumera como objetos os **documentos**, os **arquivos** e os **sistemas** de arquivos, os **arquivistas** e as **associações** de arquivistas, ratificando vários aspectos desta proposta. Heredia Herrera (1991, p.30) afirma que **arquivos**, **documentos** de arquivo e **informação** constituem a tripla dimensão do objeto da Arquivística. Bellotto (2002, p.5) também se manifesta triplamente, considerando como objetos o arquivo, enquanto **conjunto documental** orgânico, o **documento** em si, enquanto indivíduo e o arquivo, como **instituição** ou entidade, mas acrescenta um novo objeto macro, a que qualifica como intelectual, “a **informação** ou, mais precisamente, os dados que possibilitam a informação”.

<sup>127</sup> A discussão quanto a esse conceito será aprofundada em 2.3.3 Informação orgânica.

Arevalo Jordan (2003b, p.30), corrobora com esta análise ao afirmar que uma nova visão da área que postula que seu fim é servir os usuários de documentos e das informações nele contidas ou, na visão de Heredia Herrera (1991, p.32), oferecer informações às instituições produtoras, aos cidadãos e aos acadêmicos. Apesar de ratificar essa análise, Bellotto (2004, p.300) observa que os documentos não são preservados no arquivo apenas devido a uma necessidade de acesso – seja com qual objetivo. Nesse sentido,

(...) os arquivistas devem ter bem claro o quanto é preciso localizar, de imediato nos seus documentos, a procedência e a estrutura, funções e atividades do produtor nele refletidas. Só isso confere a eles autenticidade [quanto à evidência ou prova] (...) e fidedignidade [quanto ao testemunho].

Como resultado dessa análise, resulta que ao objetivo de dar acesso contínuo soma-se a necessidade de atestar quanto aos valores de evidência<sup>128</sup> e de testemunho do documento arquivístico custodiado. As ações realizadas em relação aos objetos, na busca desses objetivos é que configuram as funções arquivísticas, exercidas com seus conhecimentos específicos ou interdisciplinariamente. Nesse sentido, e ampliando a discussão em relação à mudança paradigmática, Maria Madalena Garcia, no artigo “Arquivistas: novos paradigmas”, de 1997, propõe

Tabela 17. Novos paradigmas para os Arquivistas

	De	Para
Análise	Processual	Sistêmica
Foco	Conservação	Avaliação (segundo modelo orgânico-funcional)
Recuperação	Por conteúdo	Por contextos (probatório e funcional)
Papel	Passivo	Intervenção ativa e direta na produção documental
Perfil profissional	Conservador	Gestor da informação

Fonte: Garcia, 1997 (*apud* SOUZA, 2010, p.10, tradução e adaptação nossa).

As mudanças paradigmáticas da disciplina descritas anteriormente parecem refletir a interpretação de Garcia quanto à ação dos arquivistas. Das mudanças apontadas pela autora, duas são ressaltadas por terem relação direta com a

<sup>128</sup> Neste sentido, sugerimos a leitura do texto “*From digital diplomatics to digital records forensics*” (DURANTI, 2009) no qual é abordada uma possível função de análise pericial de competência do arquivista a fim de verificar a autenticidade de um documento arquivístico digital.

sistematização dos paradigmas anteriormente apresentado, quais sejam o abandono do papel passivo (papel) e de conservador (perfil profissional) para uma intervenção ativa na fase de produção documental, passando a configurar um gestor da informação.

Também Martín-Pozuelo (2009, p.8) enumera uma série de alterações pelas quais a Arquivística vem passando no momento, concordando quanto à mudança do paradigma de custódia para pós-custódia. Martín-Pozuelo observa, também, outros aspectos do panorama arquivístico atual, destacando as mudanças ocasionadas pelo impacto tecnológico, dentre as quais estariam os padrões de criação de documentos e de formação do arquivo, surgimento de novos modelos organizativos, de administração e de gestão. A pesquisadora menciona, ainda, modelos de descrição baseados em linguagem de marcação ou de hipertexto, uso de sítios web e revistas eletrônicas para difusão de acervos e do conhecimento arquivístico, além de *blogs* e fóruns de debates para intercâmbio de idéias e experiências. O foco das observações de Martín-Pozuelo (2009, p.8) é, novamente, a ação do profissional, em sua relação com a instituição acumuladora e com os seus usuários ou clientes.

Do exposto, ressaltamos que a formação e o exercício profissional são recursos que possibilitam abordar os objetos e atingir os objetivos da Arquivística e, nesse sentido, tem impacto preponderante na representação do paradigma dominante.

Com base nessas exposições, consideramos que a **Arquivística tem como objetivo a acessibilidade perene aos conteúdos informacionais orgânicos de interesse primário, com alta qualidade da informação, e de interesse secundário<sup>129</sup>, acrescida de questões referentes à autenticidade (confiabilidade, acurácia) dos documentos e controle de acesso e eliminação de documentos e informações**. Para alcançar seus objetivos, assume o documento arquivístico como sua unidade fundamental, preservando-o e utilizando-se de teorias e técnicas de classificação com viés de aplicação em todo o ciclo vital. Nesse sentido, tem buscado a normatização de procedimentos de classificação, descrição e avaliação, com escopo teórico fundamentado no princípio da proveniência e suas derivações.

---

<sup>129</sup> No mesmo sentido dos valores primários, vinculados aos objetivos de criação do documento, geralmente de interesse da instituição produtora, e valores secundários, para pesquisadores em geral.

Embora se reservando o direito de não adjetivar o paradigma atual como “pós-custodial”, “contemporâneo” ou qualquer outro termo, propomos o entendimento de que o objeto da disciplina é a informação orgânica registrada, principalmente em sua manifestação estruturada e em seu conjunto, quais sejam os documentos e os fundos arquivísticos e, também, o papel dos arquivos como instituição (arquivos públicos, arquivos institucionais) na preservação e na concessão de acesso às informações.

A seguir é analisado esse múltiplo objeto da Arquivística.

### **2.3.1 Os arquivos**

Ao se realizar uma rápida análise sobre as definições do termo “arquivo” pelo mundo, a despeito das dificuldades apontadas por Lodolini (1993, p.125) e Heredia Herrera (1991, p.91) quanto aos múltiplos entendimentos do termo, acreditamos que há uma compreensão relativamente coerente entre os países quanto à definição de arquivo, desde Muller, Freith e Fruin (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973), de 1898, até o glossário do Projeto Interpares (INTERPARES 2 PROJECT, 2010b). A exceção é comumente observada no entendimento frequente de que o termo “arquivo” é reservado ao acervo de valor permanente ou à instituição arquivística pública, em ambos os casos, buscando representar a terceira das três idades documentais.

Outro aspecto a ser observado no âmbito das exceções refere-se às legislações nacionais. Joan Von Albada (2010) observa, nesse sentido, que em chinês, a definição de “arquivo” é bem mais permissiva que a do Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos e significa algo como “important object reflecting a event in the past” (p.216), mas nas conferências internacionais, os chineses têm que usar a definição do ICA/CIA, o que causa inquietação e surpresa para arquivistas de outros países. Afinal, os exemplos práticos não se enquadram na definição apresentada. O mesmo ocorre na Polônia, onde a *Law on National Archival Collection and Archives*, de 1983, define material arquivístico (*archival material*) constituinte do acervo nacional como todos os atos e documentos, independentemente da forma ou suporte de sua criação, que sejam fontes relevantes de informação de importância

histórica sobre o funcionamento do Estado Polonês e seus cidadãos (MAROSZ, 2005)<sup>130</sup>.

Nesse escopo ainda é possível acrescentar o caso russo, cuja definição de arquivo exclui o termo “privado”, resultado da evolução social e econômica daquele país. Na concepção russa, todos os arquivos são provenientes de organismos estatais (BELYAEVA, 2010). Outro aspecto é ainda mais importante na experiência russa, o conceito de fundo como “conjunto de documentos histórica e (ou) logicamente ligados”. A existência desse “ou” significa que a organização dos arquivos admite esquemas lógicos, remetendo ao conceito de “princípio da pertinência”, a ser abordado no próximo capítulo. Para Belyaeva (2010)

Este pequeno “ou” resultou em numerosas consequências. Por exemplo, no início do século XX, muitos arquivos foram movidos, destruído e inúmeros documentos removidos de seu lugar de origem. Assim, todos os documentos no departamento de polícia foram inseridos no Fundo histórico do movimento de libertação porque, inicialmente, continham dados sobre os militantes da atividade revolucionária (BELYAEVA, 2010, *tradução nossa*).

Temos, nessa experiência, um primeiro impacto real do entendimento teórico local, registrado na terminologia, sobre o trabalho arquivístico.

Segundo a literatura consultada, “arquivo” é, comumente, interpretado em quatro acepções<sup>131</sup>. Como acervo, como instituição ou serviço, como as “instalações onde funcionam arquivos (instituição ou serviço)”, ou, ainda, o “móvel destinado à guarda de documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27). As quatro acepções são de interesse da Arquivística e, no Brasil, tem se repetido desde suas primeiras propostas de terminologia arquivística<sup>132</sup>. Todavia apenas as duas primeiras acepções oferecem objeto de discussão a esta tese. As demais se limitam a oferecer subsídios em relação

<sup>130</sup> “According to this Law any acts and documents, regardless of the way or médium of their creation, which are relevant sources of information of historical importance about the functioning of Polish State and its citizens are considered archival materials constituting the national archival collection” (MAROSZ, 2005).

<sup>131</sup> Na Romênia, “arquivo” (*arhivă*) significa fundo arquivístico, área de depósito de arquivo e instituição que preserva arquivos históricos (POPOVICI, 2008, p.383). Já uma das primeiras propostas de terminologia do Brasil, considera as acepções de conjunto de documentos, móvel, edifício onde os documentos serão conservados, instituição localizada neste edifício, além de títulos de revistas e periódicos (PAES *et alii*, 1979, p.437-438).

<sup>132</sup> Conforme pode ser observado em “Terminologia arquivística” (Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, v.7, n.1, jan./ab. 1979, p.31), texto elaborado pelo Comitê de terminologia da AAB, que apresenta acepções para conjunto de documentos, prédio, unidade administrativa e móvel.

a observações que fariam parte de estudos de distribuição física de unidades administrativas e do planejamento de leiaute do mobiliário, adaptando às necessidades da instituição em relação aos documentos a serem armazenados, quais sejam: a) quantidade - para dimensionar a área necessária; b) tipos ou formatos - para definir os melhores móveis: estantes de prateleiras, arquivos deslizantes, mapoteca; e c) necessidades especiais de acondicionamento - controle de umidade e temperatura, *storage* para os documentos digitais ou tradicionais produzidos em suporte diferente de papel.

Analizamos “arquivo”, primeiramente, dentro do escopo proposto, como **instituição ou setor de trabalho**. Na França, a definição para os níveis de instituições arquivísticas (*Archives Nationales* ou *Archives Territoriales*), possui um aspecto generalista, ao indicar que, tanto um quanto o outro, são instituições responsáveis pelo controle, tratamento e conservação e pela comunicação dos arquivos na sua esfera de competência (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002). No Brasil, em análise similar, se define arquivo “entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.5). Essa proposta parece ser a fonte da definição do Dibrate, com alguma alteração no texto, mas não no significado, sendo a “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.26). Nos Estados Unidos, apesar de se usar o termo “*archive*” para designar a construção, as instalações ou as áreas usadas para abrigar acervos arquivísticos (*archival collection*), prevalece “*depository*” para a maioria dos arquivistas (REITZ, 2010).

O termo, no estrito sentido de ambiente ou construção, deve ser aplicável, também, a arquivos setoriais (comumente, arquivos correntes), ao arquivo central (serviço ou setor de arquivo) e aos depósitos de arquivo intermediário, embora seja evidente sua ênfase de uso ter relação com os arquivos públicos, históricos. Tal análise é ratificada pela proposta do DAT III (ICA/CIA, 2004), que usa uma acepção de “*archives*” que, registre-se, é também conhecida por depósito de arquivo (*archival*

*repository*), como o edifício ou parte de um edifício no qual os arquivos (conjuntos documentais) são preservados e mantidos disponíveis para consulta<sup>133</sup>.

Em consonância com o entedimento exposto, de que os interesses do “arquivo” não se limitam à terceira idade, o Congreso de los Diputados (2009) da Espanha, em apostila de treinamento a distância propõe entre as missões do arquivo

- implantar, integrado aos demais sistemas administrativos da instituição, um sistema de informação e gestão arquivística, que dará suporte a tomada de decisões internas e garantirá os direitos individuais e coletivos dos cidadãos;
- assegurar um patrimônio documental racional, estruturado e confiável, que comprove as sucessivas ações da organização.

Destaca-se desse texto a ênfase na ação do arquivo sobre a gestão de documentos, incluindo a implantação de sistemas informatizados. Tal fato, aderente ao paradigma atual da disciplina, é um claro contraste com a idéia tradicional de instituição exclusivamente de memória, desvinculada dos interesses administrativos cotidianos.

Em se utilizando as proposta analisadas como referência, definimos:

**Arquivo** é a instituição ou unidade administrativa responsável pela gestão e/ou preservação de documentos arquivísticos no âmbito de seu ciclo vital, seja nas fases vinculadas aos interesses primários de produção e vinculação com outros recursos informacionais da instituição, seja em relação aos usos secundários das informações orgânicas.

Buscamos ressaltar o amplo aspecto de interpretação do termo “responsável” que, propomos, abranja a colaboração do arquivo na elaboração de políticas arquivísticas institucionais e que compreenda, além do que é comumente inserido do escopo dessas políticas, a inserção na gestão de informações e o uso de sistemas de informação em geral na instituição, bem como normas para a preservação digital.

Além disso, a responsabilidade não inclui, necessariamente, o aspecto físico do acervo. Essa observação é relevante quando se analisa a definição sob o viés dos

---

<sup>133</sup> *The building or part of a building in which ARCHIVES are preserved and made available for consultation; also referred to as an archival repository.*

acervos digitais que podem estar fisicamente armazenados junto à área tecnológica da instituição, embora sob a responsabilidade do “arquivo” no que se refere à gestão.

Em sua acepção de **conjunto documental ou fundo**, novamente há uma preponderância europeia e norte americana no entendimento de que arquivo corresponde aos documentos não correntes de uma organização, controlados pela proveniência e mantidos por seu contínuo valor de fornecer evidência das atividades da organização ou informações sobre as entidades afetadas pela organização<sup>134</sup>. Aqui “entidade” deve ser entendida em sentido amplo, podendo englobar pessoas, instituições e até a própria sociedade.

A partir da análise das propostas de definição de “arquivo”, abrangendo um período que vai de 1898 a 1970, arroladas do manual dos arquivistas holandeses, do italiano Eugênio Casanova, do inglês Jenkinson, da espanhola Vicenta Cortés Alonso, dos franceses Jean Favier e Robert-Henri Bautier, do croata-argentino Tanodi, dentre outros, Elio Lodolini propõe sua interpretação, endossando a visão de que, até então, o termo “arquivo” referia-se, exclusivamente, ao acervo histórico:

o conjunto do documentos formados junto a uma pessoa física ou jurídica (ou um grupo de escritórios ou órgãos desta última) – ou, também adicionamos, numa parceria de fato – no curso do desenvolvimento de suas atividades e, portanto, unidos por um vínculo necessário, os quais, uma vez perdido o interesse para a atividade geradora, foram selecionados para a preservação permanente como bens culturais (LODOLINI, 1993, p.145<sup>135</sup>, tradução nossa)

No mesmo raciocínio que embasou a pesquisa de Lodolini, a seguir, é estruturada uma tabela com algumas das mais conhecidas definições de “arquivo” enquanto acervo documental. Essas definições foram propostas por Associação dos Arquivistas Holandeses (1973)<sup>136</sup>, Jenkinson (1922), Heredia Herrera (1991), Lopes

<sup>134</sup> *An organization's non-current records, controlled by provenance, and retained for their continuing value in providing 1) evidence of the activities of the organization, or 2) information about entities affected by the organization* (CASE, 2007).

<sup>135</sup> Tradução livre de “*el conjunto de los documentos que se han formado junto a una persona física o jurídica (o un grupo de oficinas u órganos de esta última) – o también, añadimos, de una asociación de hecho – en el curso del desarrollo de su actividad y por lo tanto unidos por un vínculo necesario, los cuales, una vez perdido el interés por el desarrollo e la actividad misma, han sido seleccionados para la conservación permanente como bienes culturales*”. O texto original de Elio Lodolini - *Archivística: principi e problemi* - foi publicado em 1984, em italiano.

<sup>136</sup> No texto é informado que o termo holandês “archieff” foi traduzido como “archival collection” e “fonds d’archives” nas versões em inglês e em francês do manual.

(1996), Schellenberg (2002), Favier (2001), Rousseau, Couture *et alii* (1994), Association des Archivistes Français (2004), do Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.27), National Library of Australia (2005), ICA/CIA (2008) e do Projeto InterPares (INTERPARES 2 PROJECT, 2010b).

Tabela 18. Definições de “arquivo”<sup>137</sup> na literatura nacional e internacional

Autor	Ano	Objeto	Ação sobre o objeto	Criação do arquivo	Sujeito acumulador	Objetivo da preservação
Associação dos Arquivistas Holandeses	1898	Conjunto de documentos	Reunir orgânica e automaticamente	Oficialmente.	Órgão administrativo ou seus funcionários.	Permanecer na custódia do órgão ou funcionário.
Jenkinson	1922	Documentos	Criar ou usar	Curso de um ato administrativo ou executivo do qual faz parte.	Público ou privado.	Informação dos envolvidos nos atos e seus sucessores.
Schellenberg	1956	Documentos	Avaliar	Documentos oficiais.	Instituição pública ou privada.	Referência e pesquisa.
Favier	1958	Conjunto de documentos	Receber ou criar	Resultante e organizada em função das atividades.	Pessoa física ou jurídica, pública ou privada.	Em vista de utilização eventual.
Lodolini	1984	Conjunto de documentos	Formar	No curso do desenvolvimento de suas atividades.	Pessoa física ou jurídica.	Perdido o interesse para a atividade, como bens culturais.
Pederson	1987	Todos os documentos	Selecionar	Preservação permanente.	-	Valor de evidência ou de informação.
Heredia Herrera	1991	Conjunto de documentos	Acumular em processo natural	Transcurso da gestão.	Pessoa ou instituição pública ou privada.	Testemunho e informação (produtor) e fonte de história aos cidadãos.
Rousseau, Couture <i>et alii</i>	1994	Conjunto de informações	Produzir ou receber	Necessidades de existência e exercício de suas funções.	Pessoa física ou jurídica, pública ou privada.	Valor primário e secundário.
Lopes	1996	Informações orgânicas originais	Produzir ou receber	Decorrente do desenvolvimento de suas atividades.	Pessoa física ou jurídica	-
Camargo e Bellotto	1996	Conjunto de documentos	Reunidos por acumulação	Ao longo das atividades.	Pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.	-
Associación des Archivistes Français	2004	Documentos	Produzir ou receber	Exercício das atividades.	Pessoa física ou jurídica, pública ou privada.	-
Arquivo Nacional	2005	Conjunto de documentos	Produzir e acumular	Desempenho das atividades da instituição.	Entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família.	-

<sup>137</sup> As definições originais em outras línguas estão disponíveis no Anexo G.

National Library of Australia	2005	Documento arquivístico	Avaliar	-	-	Valor secundário.
ICA/CIA	2008	Material	Criar ou receber	Condução de suas atividades.	Pessoa, família ou organização, pública ou privada.	Apoio às atividades, evidência das funções e responsabilidade do produtor.
InterPARES	2010	Conjunto de documentos	Produzir ou receber	Condução de suas competências.	Pessoa física ou jurídica ou organização.	Preservado.

Fonte: elaboração própria

Apesar de não estar explícito nos textos usados, na maioria das definições, percebe-se “arquivo” como “arquivo permanente”. Analisando as definições listadas e excluindo Rousseau e Couture (1994) e Lopes (1996) que definem como componente dos arquivos não o conjunto de documentos, mas de informações<sup>138</sup>, fica bastante clara a coerência internacional da proposta do Arquivo Nacional (2005b, p.27) brasileiro com a visão contemporânea de “arquivo”, não restringindo o termo ao acervo em fase permanente, ao propor defini-lo como

conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, parece ter sido o norte para a definição do Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005b) que, apesar da pequena diferença do texto, tem o mesmo sentido. A lei, também, responsabiliza o Estado pela preservação e concessão de acesso aos arquivos. Na íntegra, consideram-se arquivos

os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (Art. 2º)

É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. (Art. 1º)

<sup>138</sup> Tal abordagem será comentada adiante, ao se discutir a “informação arquivística”. Observamos, todavia, que Lopes (1996, p.32) explicita que as informações orgânicas estariam “contidas em documentos”.

A lei brasileira, por sua vez, tem bastante semelhança com a Lei de 3 de janeiro de 1979, que propõe, pela primeira vez na França (COEURÉ; DUCLERT, 2001, p.6), uma definição jurídica de arquivo, como sendo

O conjunto de documentos, qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte material, produzido ou recebido por toda pessoa física ou moral, e por todo serviço ou órgão público ou privado no exercício de suas atividades. A conservação destes documentos é feita no interesse público, tanto pelas necessidades da gestão e de comprovação dos direitos das pessoas físicas e morais, públicas e privadas, quanto para a documentação histórica de pesquisa<sup>139</sup>.

A norma francesa considera, também, de interesse público a preservação dos arquivos, portanto, uma obrigação do Estado. Observamos que, nos moldes brasileiros, o texto legal é quase que integralmente reproduzido pela definição profissional, neste caso, da *Association des Archivistes Français* (2004), exceto na subtração do termo “conjunto” da definição oficial.

Ainda objetivando demonstrar a relação entre o entendimento oficial legal e o teórico, citamos os *Lineamientos Generales para la organización y conservación de los archivos de las dependencias y entidades de la Administración Pública Federal* do México, de 20 de fevereiro de 2004, que define

Arquivo (*Archivo*): conjunto orgânico de documentos em qualquer suporte, que são produzidos ou recebidos pelas entidades e suas unidades administrativas no exercício de suas atribuições (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2011, tradução nossa).

Percebe-se, pois, a coincidência de entendimento teórico e oficial (legal) das definições de arquivo, enquanto conjunto documental, adotadas pelos diversos países. Embora existam diferenças nas definições, destacamos como características fundamentais de arquivo, nessa acepção de fundo, cuja denominação independe da fase do ciclo vital:

- a) é um conjunto de documentos e informações organicamente vinculados;

---

<sup>139</sup> *L'ensemble des documents, quels que soient leur date, leur forme et leur support matériel, produits et reçus par toute personne physique ou morale, et par tout service ou organisme public ou privé, dans l'exercice de leur activité. La consevation de ces documents est organisée dan l'intérêt public tant pour les besoin de la gestion et de la justification des droits des personnes physiques ou morales, publiques ou privées, que por la documentation historique de la recherche (Art. 1°).*

- b) produzido naturalmente no exercício das atribuições da pessoa física, jurídica ou família, ampliando o conceito de pessoa física, seja de natureza pública ou privada;
- c) organizado de acordo com as atividades que o gerou;
- d) possui finalidade primária (probatória, administrativa), e deve se avaliado em relação a ela;
- e) pode possuir finalidade secundária (informativa ou histórica), que não pode ser desconsiderada na avaliação e destinação, qual seja guarda permanente ou eliminação.

Nestas observações podem ser identificados alguns atributos desse objeto, quais sejam: organicidade, naturalidade e cumulatividade. Esses termos têm aparecido na literatura com diversas denominações, às vezes vinculados aos arquivos, às vezes aos documentos arquivísticos, sendo preponderante a segunda abordagem, razão pela qual serão analisados na próxima parte desta tese.

Antes de passar às análises seguintes, convém observar que Silva (2000, p.10), ao justificar definição de “arquivo” utilizada por Silva *et alii* (1999), considera que a noção de “fundo”, por ser “oitocentista”, “datada e obsoleta” deve ser substituída pela noção de sistema, “mais ajustada ao fenómeno da informação social”. Consideramos, entretanto, que os autores não propõem alteração conceitual substantiva, mas de foco, afinal, entendem sistema como o “conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações e que se perfilam dentro de uma fronteira” (MOLINA CAMPOS *apud* SILVA, 2000, p.10). Nesse conceito estão perceptíveis todos os elementos definitórios de arquivo enquanto conjunto documental ou fundo, quais sejam: a) documentos arquivísticos como os elementos identificáveis; b) organicidade observada no feixe de relações que os torna interdependentes; c) instituição produtora como a fronteira em que os elementos se perfilam.

A mudança de foco estaria na ideia de abandonar a estagnação evolutiva inerente ao conceito de fundo e a fisicalidade do documento contrapondo-os a flexibilidade do conceito de sistema aberto e a fluidez da informação.

### 2.3.2 Os documentos arquivísticos

Antes de tudo, cabe uma simples questão: documento de arquivo ou documento arquivístico? Observamos que, em várias publicações, inclusive no Dibrate, não se encontram um termo que identifique e defina explicitamente este objeto de estudo da Arquivística. Silva (2006, p.145) considera, inclusive, que “documento de arquivo” é “um constructo muito pouco consistente que desafia a lógica mais elementar”. Em sua justificativa, argumenta que há uma exclusividade de local de armazenamento, então o documento seria “aquele e só aquele (...) que pertence ao Arquivo, instituição pública ou privada, com estatuto cultural, destinada a custodiar documentação que serve para a pesquisa histórica e outros fins” (SILVA, 2006, p.146). Claro que esta afirmação só é plenamente válida se consideramos a definição de “arquivo” exclusivamente quanto à instituição e não em seu escopo das três idades. Um documento de arquivo também seria aquele que está sob a custódia do serviço ou unidade responsável pela sua guarda. Todavia, ainda assim, persevera a idéia de documento vinculado, fisicamente, a um local de armazenamento.

É nesse sentido de análise que se opta por utilizar o termo “documento arquivístico”, inclusive para a tradução de “*record*”, nos esquivando da relação do local de armazenamento e buscando o vínculo com o objetivo da produção do documento, qual seja, as necessidades da instituição, no exercício de suas funções.

A seguir, se busca analisar definições de documento arquivístico, com base nas propostas adotadas pelas instituições e pesquisadores identificados:

Tabela 19. Definições de “documento de arquivo” ou “arquivístico” na literatura nacional e internacional

Autoria	Ano	Definição <sup>140</sup>
Schellenberg (EUA)	1956	Documentos ( <i>records</i> ): “Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies de documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos

<sup>140</sup> As definições originais em outras línguas estão disponíveis no Anexo H.

		dados neles contidos” (SCHELLENBERG, 2002, p.41).
Pederson (Austrália)	1987	Documento arquivístico ( <i>records</i> ): documentos, contendo dado ou informação de qualquer tipo e em qualquer forma, criado ou recebido por uma organização ou pessoa para uso no decurso de seus negócios e, subsequencialmente, mantido como evidência desses negócios (PEDERSON, 1987, p.364, tradução nossa).
Heredia Herrera (Espanha)	1991	Documentos arquivístico ( <i>documentos archivísticos</i> ): documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa ou instituição durante sua gestão ou atividade para o cumprimento de suas finalidades e conservados como prova e informação (HEREDIA HERRERA, 1991, p.123, tradução nossa).
Rousseau; Couture <i>et alii</i> (Canadá)	1994	Documentos de arquivo ( <i>document d’archives</i> ): documentos contendo uma informação qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou moral, e por todo serviço ou organismo público ou privado, no exercício de sua atividade (CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. Dictionnaire de terminologie archivistique, 1984, <i>apud</i> ROUSSEAU; COUTURE <i>et alii</i> , 1994, p.123).
Indolfo <i>et alii</i> (Brasil)	1995	Documentos de arquivo são todos os documentos que, produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituem elementos de prova ou de informação (INDOLFO <i>et alii</i> , 1995, p.11-12).
Martín-Pozuelo (Espanha)	1996	Documento de arquivo ( <i>documento de archivo</i> ): o documento resultante de um processo administrativo ou jurídico, assim como todos aqueles que fazem esse processo possível, recolhidos a um arquivo, onde, paulatinamente, vão prescrevendo seus valores originais, sendo substituídos por outros de prova e informação (MARTÍN-POZUELO, 1996, p. 98)
ISO 15489 (Internacional)	2001	Documentos arquivístico ( <i>records</i> ): informação criada, recebida e mantida como evidência e informação pela organização ou pessoa, no cumprimento de suas obrigações ou na realização de seus negócios (ISSO 15489, 2001, p.3).
Archives de France / Association des Archivistes Français	2002 2004	Documento de arquivo [ <i>document (d’archives)</i> ]: conjunto constituído de um suporte e da informação que ele porta, utilizável como prova ou com a finalidade de consulta (ASSOCIACION DES ARCHIVISTES..., 2004, p.260). Singular de “arquivos” (ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p.7).
ICA/CIA (Internacional)	2004	Documento arquivístico ( <i>record</i> ): um documento criado ou recebido e mantido por um departamento, organização, ou indivíduo no cumprimento das obrigações legais ou na operação dos negócios (2004) <sup>141</sup> .
Society of American Archivists (EUA)	2005	Documento arquivístico ( <i>record</i> ): Dado ou informação em forma fixa que é criada ou recebida no curso das atividades de um indivíduo ou instituição e mantida (preservada) como evidência da atividade para futura referência (PEARCE-MOSES, 2005).
National Library (Austrália)	2005	Documentos arquivístico ( <i>records</i> ): informação, em qualquer formato, criada, recebida e mantida como evidência e informação por uma organização ou pessoa, no cumprimento das obrigações legais ou na operação dos negócios [NATIONAL LIBRARY (Australia), 2005, p.10].
Delmas (França)	2006	O documento de arquivo ( <i>document d’archives</i> ) é o instrumento de uma ação e possui, nesse sentido, três qualidades: é necessário, é pessoal, é conservado (DELMAS, 2006, p.48).
Vázquez	2006	Documento de arquivo ou de gestão ( <i>documento de archivo o de gestión</i> ) é um suporte modificado por um texto apostado a ele, que surge

<sup>141</sup> No *Glossary* do ICA/CIA (2008) é utilizada a definição da ISO 15489/2001.

		como resultado de uma atividade administrativa e tem como finalidade efetivar uma ordem, provar algo ou, meramente, transmitir uma informação (VÁZQUEZ, 2006, p.24).
Portail International Archivistique Francophone – PIAF	2008	Documento de arquivo ( <i>document d'archives</i> ): escrito ou registro criado ou recebido por uma pessoa física ou moral no exercício de sua atividade (PIAF, 2009, tradução nossa).
Province of British Columbia (Canada)	2009	Documento arquivístico ( <i>record</i> ): Qualquer documento criado ou recebido por uma organização no exercício de suas atividades práticas e mantido como evidência dessa atividade (PROVINCE OF BRITISH COLUMBRIA, 2009).
Projeto InterPARES (Internacional)	2010	Documento arquivístico ( <i>record</i> ): Um documento feito ou recebido no curso de uma atividade prática como um instrumento ou um subproduto dessa atividade, e mantido para ação ou referência (INTERPARES 2 PROJECT, 2010b).
Archivo General de la Nación (México)	2010	Documento de arquivo ( <i>documento de archivo</i> ) é informação contida em qualquer suporte e tipo documental, produzida, recebida e conservada por qualquer organização (pública ou privada) ou pessoa no cumprimento de suas obrigações legais o no exercício de sua atividade ou função [ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (Mexico), 2010, tradução nossa].
Arquivo Nacional (Austrália)	2010	Um documento arquivístico ( <i>record</i> ) é toda informação criada, enviada e recebida no completo exercício dos negócios de uma instituição. (...) Documentos arquivísticos provêm prova do que aconteceu, quando aconteceu e quem tomou as decisões [NATIONAL ARCHIVES (Australia), 2010].

Registramos que várias das referências usadas anteriormente para “arquivo” não foram aqui repetidas porque não definem “documento arquivístico” ou “documento de arquivo”. Percebemos na literatura da área que, quando se usa a definição de “documento arquivístico” em relação a esses autores, comumente ela é extraída da definição de “arquivo”, opção que não foi aqui adotada. Por exemplo, apesar de Jenkinson (1922) adotar uma abordagem de que o termo “arquivo” refere-se à fase permanente, chega a analisar os documentos ainda na fase corrente, quando expressa

É claro que esses documentos escritos na e para qualquer instituição governamental são, desde o momento de sua elaboração, documentos oficiais e aqueles de origem externa (cartas recebidas, por exemplos) tornam-se oficiais tão logo sejam tomadas para os propósitos da instituição (JENKINSON, 1922, p.8, tradução nossa)<sup>142</sup>

“Documento oficial” é utilizado para identificar os documentos passíveis de se tornarem arquivísticos, por possuírem como característica sua produção ou recepção

<sup>142</sup> It is clear that documents written in and for any 'Office' are, from the time of their writing, 'Official' documents and that others of external origin (letters received, for example) become 'Official' as soon as they are taken in for 'office' purposes (JENKINSON, 1922, p.8).

para os propósitos da instituição, cabendo, portanto, o entendimento atual de “documento arquivístico”, embora não explícito.

Outra análise no sentido de exclusão de referência bibliográfica também se faz em relação ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27) que, ao definir arquivo, enquanto fundo, utiliza a expressão inicial “conjunto de” complementada com o que se considera o conceito de “documentos arquivísticos”, qual seja

documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

Como essa assunção não é corrente na instituição – consultadas suas publicações –, e as referências apresentadas na análise seguinte foram selecionadas por utilizarem explicitamente o termo, não há nesta pesquisa a citação do Arquivo Nacional ou de Jenkinson como fontes de propostas de definição para “documento arquivístico”. Na tabela a seguir, estão identificados o autor, o ano e o país de publicação da obra de referência da definição, a denominação original e as justificativas para a produção e a preservação do “documento arquivístico” extraídas da definição.

Tabela 20. Análise das definições de documento arquivístico

Autor	Ano	Origem	Denominação	Produção	Preservação
Schellenberg	1956	EUA	<i>Records</i>	Exercício de encargos legais ou em função das atividades.	Preservados como prova das ações ou por seu valor informativo.
Pederson	1987	Austrália	<i>Records</i>	Decurso dos negócios.	Mantido como evidência dos negócios.
Heredia Herrera	1991	Espanha	<i>Documento archivístico</i>	Cumprimento de suas finalidades.	Prova e informação
Rousseau & Couture	1994	Canadá	<i>Document d'archives</i>	Exercício das atividades.	-
Indolfo <i>et alii</i>	1995	Brasil	Documento de arquivo	Exercício das atividades.	Elemento de prova ou de informação
Martín-Pozuelo	1996	Espanha	Documento de archivo	Processo administrativo ou jurídico.	Prova e informação.
ISO 15489	2001	-	<i>Record</i>	Cumprimento das obrigações ou realização dos negócios.	Evidência e informação
Archives de France / Association des Archivistes Français	2002/2004	França	<i>Document d'archives</i>	-	Prova ou consulta

ICA/CIA (DAT III)	2004	-	<i>Record</i>	Cumprimento das obrigações legais ou operação dos negócios.	Manutenção
Society of American Archivists / Peace-Moses	2005	EUA	<i>Record</i>	Curso das atividades.	Evidência da atividade
Nacional Library (Australia)	2005	Austrália	<i>Record</i>	Cumprimento das obrigações legais ou operação dos negócios.	Evidência e informação
Delmas	2006	França	<i>Document d'archives</i>	Instrumento de uma ação necessária.	Conservação
InterPARES Project	2008	-	<i>Record</i>	Instrumento ou subproduto de uma atividade prática.	Ação ou referência
PIAF	2009	-	<i>Document d'archives</i>	Exercício das atividades.	-
Nacional Archives (Australia)	2010	Austrália	<i>Record</i>	Exercício dos negócios de uma instituição.	Prova do que aconteceu.
Providence of British Columbia	2010	Canadá	<i>Record</i>	Exercício das atividades práticas.	Evidência das atividades
Archivo General de la Nación	2010	México	<i>Documento de archivo</i>	Cumprimento obrigações legais, exercício das atividades ou função.	Conservação.

Fonte: elaboração própria

Entendemos, como já mencionado, que a definição de documento arquivístico está há muito tempo imbrincada na definição de “arquivo”. Esta relação é tão comum que se poderia dizer que arquivo é o conjunto de documentos arquivísticos. O Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p.29) mais que ilustra esse entendimento ao apresentar para o verbete “documento de arquivo” a orientação “ver: arquivo”, na acepção de conjunto de documentos. Ponderamos, todavia, que o conjunto não deve se confundido com suas partes, o que demanda definições específicas para “arquivo” e para “documento arquivístico”.

Exceto a definição francesa, todas as demais expressas na Tabela 20 apresentam explicitamente como característica do documento arquivístico sua vinculação com a instituição produtora e suas ações, bem como na escolha da forma do documento que se deseja produzir – também subordinado às normativas institucionais. Ao analisar a definição de documento arquivístico (*record*) como

Dado ou informação em forma fixa que é criado ou recebido no curso de uma atividade individual ou institucional e mantida (preservada) como evidência dessa atividade para referência futura (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa).

Popovici (2008, p.387) observa que ela abrange quatro conceitos: fixidez (não pode mais ser modificado), proveniência orgânica (*organic provenance*) das atividades de um

produtor (*creator*), a adequação (*propriety*) do documento e a idéia de evidência. Esta análise vai ao encontro da proposta de definição de trabalho para “documento” em sentido lato proposta no início desta tese, qual seja

Documento é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, criado com o objetivo de registrar, preservar e/ou transmitir informações.

Segundo Duranti e Macneil (1996, p.49), no cerne da Diplomática está o entendimento que todo documento arquivístico pode ser analisado, entendido e avaliado em termos de um sistema de elementos formais que são universais e descontextualizados por natureza. Tal entendimento, segundo as autoras, implica que o documento arquivístico deve ser identificado nesses termos e não pela informação que contem. Em uma ontologia exposta no sítio oficial do Projeto Interpares, endossando a proposta anterior, é esclarecido que, no escopo do projeto, se considera que todo documento arquivístico (*record*), parte de um arquivo (*archives*), é composto por sete componentes intelectuais<sup>143</sup>, numa representação apresentada a seguir, abordando os elementos formais de Duranti e Macneil (1996), quais sejam:

- a. ação: exercício consciente de um ato que resulta na geração do documento;
- b. pessoas: em número de três<sup>144</sup> (redator, autor e destinatário), envolvidos com a produção do documento, objetivando criar, manter, mudar ou extinguir situações;
- c. vínculo arquivístico<sup>145</sup>: a relação que o documento tem com outros produzidos pela instituição;

<sup>143</sup> Além dos componentes intelectuais, os documentos arquivísticos possuem também “atributos” e “componentes digitais”, observando-se que esse último aspecto é uma característica exclusiva dos documentos arquivísticos digitais, principal foco do estudo do Projeto Interpares. No original os componentes intelectuais são: *acts, persons, archival bond, contexts, content, form* e *medium*. O único termo que difere é *action* usado por Duranti e Macneil (1996) e *acts*, existente no InterPARES, no mesmo sentido.

<sup>144</sup> Em estudos posteriores, são acrescentados o “originador” e o “produtor”, registrando-se que “pelo menos as três primeiras, têm que estar presentes no documento arquivístico” (RONDINELLI, 2011, p.227-228).

<sup>145</sup> Adiante será apresentada análise em que se considera esse termo como sinônimo de “inter-relacionamento” e “organicidade”.

- d. contexto: jurídico-administrativo, procedencial, procedimental, documental e tecnológico que envolvem o documento, em decorrência da ação originadora;
- e. conteúdo: a mensagem ou informação que se deseja transmitir;
- f. forma: escolhida para representar o documento, de acordo com regras pré-estabelecidas, incluindo seus elementos intrínsecos e extrínsecos;
- g. suporte: fisicalidade do documento, o registro físico da mensagem.

A caracterização do documento como arquivístico reveste-o das qualidades de um instrumento produzido por pessoa jurídica no exercício de suas funções, ou pessoa física ou família, e qualifica as informações a serem registradas, preservadas e/ou transmitidas como aquelas referentes às atividades executadas pelo produtor na busca de seus objetivos, as quais, registradas na forma de um documento, podem servir de evidência sobre a realização da atividade que as gerou. Dessa forma propomos a seguinte definição

Documento arquivístico é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, observando os requisitos normativos da atividade à qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade.

Entendendo que um conjunto de atividades corresponde a uma ou várias funções que, por sua vez, representam ou buscam a consecução das competências e objetivos de uma instituição ou, ainda, à consecução dos direitos e ao cumprimento das obrigações de uma pessoa física<sup>146</sup>, propomos, em complemento, a seguinte definição de “arquivo”.

---

<sup>146</sup> Entre os direitos e obrigações dos cidadãos brasileiros estão incluídos, de acordo com o disposto na Constituição de 1988 (Art. 5º e incisos): direito à saúde, à educação, ao horário de lazer, à liberdade de consciência e de crença e de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, inviolabilidade de sua vida privada, honra e imagem, sigilo de correspondência, direito de propriedade e intelectual, trabalho, estar submetido ao estado de direito e às penalidades civis e criminais.

Arquivo é o conjunto de documentos arquivísticos acumulados por instituição pública ou privada no exercício de suas funções, ou por pessoa física<sup>147</sup> no decurso de sua existência, preservado como evidência dessas funções institucionais, ou das ações dos indivíduos.

Uma proposta de definição, focada na visão de arquivo como sistema de informação e buscando justificar o entendimento da Arquivística como “uma ciência da informação” considera que

Arquivo é um sistema (semi-) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores (SILVA *et alii*, 1999, p.214).

Essa proposta parte de uma premissa distinta da utilizada nesta tese<sup>148</sup>, ainda assim, podemos perceber elementos que se coadunam com as análises apresentadas até o momento, quais sejam: a) o documento de arquivo é analisado com base em sua materialização, embora independente do suporte; b) o fato do arquivo não ser composto exclusivamente pelos documentos produzidos internamente está representado pelo conceito de sistema (semi-) fechado; c) está clara a existência de um vínculo institucional e a organicidade (“natureza orgânica” e “funcional”) do documento. O conceito de “memória” não foi abordado em nossa definição por ser considerado “imbricado nos anteriores”, como os próprios autores observam.

Para as próximas considerações observem-se as propostas de definição a seguir que endossam os argumentos de Popovici (2008) e oferecem mais subsídios para esta discussão, embora retomem aspectos já abordados por outros autores:

O documento de arquivo (...) é “todo registro de informação **original, único e autêntico** que resulta da acumulação em processo **natural** por uma entidade produtora no exercício de suas competências, funções e

<sup>147</sup> Aqui incorporando a definição de Paes (2004, p.26) para quem se deve separar o conceito de “documento de arquivo” em suas acepções de pessoa jurídica (arquivo institucional) e de pessoa física (arquivo pessoal).

<sup>148</sup> Conforme Silva (2000, p.10), os autores dessa proposta “serviram-se de uma adaptação ligeira da teoria geral dos sistemas e, em particular, do esquema metodológico binário segundo o qual há sistemas abertos e fechados”.

atividades, independentemente de seu suporte material ser o papel, o filme, a fita magnética, o disco ótico ou qualquer outro” (BERNARDES, 1998, p.44, grifos nossos).

Documento arquivístico (*documento archivístico*) é toda expressão testemunhal, em qualquer linguagem, forma ou suporte, geralmente em exemplar **único**, de caráter **autêntico**, *objetivo* e **imparcial**, essencialmente administrativo e/ou jurídico, gerado em qualquer data, de forma automática e espontânea, conservado **íntegro** em forma original, **indivisível**, *seriado* ou unido a outros de sua espécie por um **vínculo originário** e necessário, interdependente ou interrelacionado, e formando parte de um fundo ou conjunto orgânico, produzido, recebido e acumulado, como resultado do processo **natural** da atividade de gestão de uma pessoa ou entidade pública ou privada, *no cumprimento de suas funções ou finalidades jurídicas e/ou administrativas* e conservado com prova, informação e continuidade de gestão (FUSTER RUIZ, 1999, p.105, tradução e grifos nossos).

Ambos os autores inserem um novo conjunto de dados para análise, que, segundo Fuster Ruiz (1999), tem a ver com a necessidade de uma definição de documento arquivístico contemplar necessariamente aspectos relativos à suas características intrínsecas e extrínsecas, bem como sua relação com a entidade produtora. Assim, ambos os autores indicam que um documento arquivístico possui: unicidade, autenticidade, naturalidade e organicidade. Essa lista, todavia, não se limita a essas quatro características, como se pode observar na proposta de Fuster Ruiz (onde também se identifica originalidade, imparcialidade, indivisibilidade e integridade), podendo ser ampliada ou reduzida de acordo com os autores que se busque como referência, conforme se discutirá a seguir.

### 2.3.2.1 Características do documento arquivístico

A relação dos documentos arquivístico com os fatos (causas e consequências) que o geraram e sua capacidade de “preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos” faz com que sejam “vistos como dignos de confiança e preservados de acordo com procedimentos administrativos claramente estabelecidos e bem compreendidos” (DURANTI, 1994, p.51). Nesse sentido, sua análise precisa levar em conta dois pressupostos fundamentais:

- 1) que os registros documentais atestam ações e transações, e

2) que sua veracidade depende das circunstâncias de sua criação e preservação. (DURANTI, 1994, p.51)

Segundo essa autora, essas qualidades estão ligadas a dois aspectos dos registros documentais a serem protegidos pelos arquivistas: as propriedades / características (imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade) e a integridade dos registros documentais (DURANTI, 1994, p.51).

Essas características ou qualidades dos registros documentais arquivísticos, infelizmente, não são pacíficas na área. Podemos observar várias obras que abordam o tema (BELLOTTO, 2002a, p.20-21; 2002b, p.23-24; 2004, p.88; 2008, p.17-18; JARDIM, FONSECA, 2008, p.126<sup>149</sup>; FONSECA, 1999; CONARQ, 2011, p.21-22; PEARCE-MOSES, 2005<sup>150</sup>; SLAIS, 2011<sup>151</sup>), identificando-as com termos como acessibilidade, autenticidade, confiabilidade, cumulatividade, imparcialidade, inter-relacionamento, naturalidade, natureza orgânica, organicidade e unicidade.

Em busca de uma coerência terminológica e conceitual, é proposta a seguinte interpretação e enumeração das características dos documentos arquivístico, fundamentada na definição proposta nesta tese, qual seja:

Tabela 21. Definição x características do documento arquivístico

Definição	Características
(...) conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, (...)	Fixidez.
(...) produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, (...)	Organicidade, Naturalidade, Unicidade.
(...) observando os requisitos normativos da atividade à qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade.	Autenticidade, Imparcialidade.

Fonte: elaboração própria

<sup>149</sup> Artigo originalmente produzido em 1998, para a primeira edição do livro.

<sup>150</sup> Nesse dicionário, adotado pela *Society of American Archivists* – SAA, são apontadas como características inerentes ao processo de produção do documento arquivístico, ou seja, sua “natureza arquivística”: *naturalness, organic nature or interrelationship, impartiality, authenticity e uniqueness*.

<sup>151</sup> Embora siga o número e a denominação adotada pela SAA, nessa instituição, *interrelationship* foi substituído por *interrelatedness*, termo preferido à *organicity*.

Essas características ou atributos são analisados a seguir, embora se deva ressaltar a observação de Boles e Greene<sup>152</sup> (*apud* PEACES-MOSES, 2005, “*archival nature*”) para quem esses atributos são propostas humanas e, como tais, podem variar entre indivíduo e sociedade e não podem ser considerados fatos observáveis ou hipóteses testadas. Os autores discordam da visão de Duranti de que tais características TÊM que estar presentes nos documentos arquivísticos. Essa discordância, todavia, não é compartilhada por, Martín-Pozuelo que insere entre suas cinco<sup>153</sup> propostas de elementos ou traços definidores do documento arquivístico é a necessidade de cada um dos demais elementos, traços ou características estar sempre presente no documento. Sem isso não seria possível qualificar um documento como arquivístico (MARTÍN-POZUELO, 1996, p. 102).

#### 2.3.2.1.1 Fixidez

É necessário iniciar esta discussão abordando a fixidez. Durante muito tempo, a fixidez não foi incluída entre as características ou qualidades do documento arquivístico, talvez por ser, na realidade, um pressuposto para a identificação de um documento como tal. Conforme já explorado na definição dos constructos, um documento tem como objetivo registrar, transmitir e preservar informações, nesse sentido, a estabilidade de seu conteúdo e de sua forma é fator inerente à manutenção da percepção desejada pelo criador do documento em relação às informações registradas.

Por ser intrínseca ao documento em geral, sob o viés da Diplomática, acreditamos que tal aspecto deve ser incorporado na caracterização do documento arquivístico. Afinal, como observa Rondinelli

a estabilidade se encontra implícita no conceito de documento arquivístico na medida em que este é predominantemente identificado como documento e não como simples dado ou informação (RONDINELLI, 2011, p.228).

---

<sup>152</sup> Refere-se ao artigo “*Et tu Schellenberg? Thoughts on the dagger of american appraisal theory*” publicado na *American Archivists*, vol. 59, Summer 1996.

<sup>153</sup> São eles: 1) contexto no qual o documento é criado; 2) unicidade; 3) autenticidade; 4) heterogeneidade de conteúdo e, portanto, multiplicidade de sua informação; e 5) necessidade da presença de todos os traços anteriores (MARTÍN-POZUELO, 1996, p.101-102, *tradução nossa*).

Em termos gerais, fixidez significa a qualidade de ser estável e resistente a mudança (PEARCE-MORSE, 2005). Quando nos referimos a documentos, esse conceito determina que quaisquer mudanças sobre documentos arquivísticos completos somente sejam feitas por meio de atualizações ou novas versões (INTERPARES 2 Project, 2010b) ou, em outras palavras, pela criação de novos documentos.

Na fixidez estão asseguradas a forma fixa e o conteúdo estável do documento. Devemos entender esses termos como (INTERPARES 2 PROJECT, 2010a):

- Forma fixa: garantia de que o documento tenha sempre a mesma aparência ou apresentação;
- Conteúdo estável: garantia de que a informação e os dados contidos nos documentos permaneçam imutáveis.

Em se permitindo qualquer alteração, seja de forma de apresentação (ainda que mínima), seja de conteúdo (em qualquer nível), perde-se a percepção de estabilidade que impacta no questionamento quanto à autenticidade do documento.

No mundo digital, em que a fixidez não é mais refém do suporte no qual o documento foi originalmente registrado, esta característica evoluiu para contemplar a flexibilidade do ambiente tecnológico. Apesar de o conteúdo permanecer imutável, a forma fixa passa a ser interpretada dentro de uma variabilidade limitada<sup>154</sup>, qual seja, a

Qualidade de um documento arquivístico que assegura que suas apresentações documentais são limitadas e controladas por regras fixas e um armazenamento estável do conteúdo, da forma e da composição, de modo que a mesma interação, pesquisa, busca ou atividade por parte do usuário sempre produza o mesmo resultado (INTERPARES 2 PROJECT, 2010a).

Decorre deste fato que, desde que previstas pelo autor do documento, é permissível variações de forma de apresentação do documento. Podemos citar, por exemplo, uma planilha de análise de distribuição de renda que, além da forma original, pode ser apresentada nos modelos de pizza ou de colunas, mantendo o mesmo conteúdo informacional.

### 2.3.2.1.2 Organicidade

Esta é uma das características mais mencionadas nas publicações da área, embora com denominações diversas. No entendimento aqui exposto, a organicidade do documento arquivístico deve ser entendida no conceito estabelecido internacionalmente por termos como *archival bond* (vínculo arquivístico)<sup>155</sup>, *interrelationship* e *interrelatedness* (inter-relacionamento) e *organic nature* (natureza orgânica), em inglês, *organicité* (organicidade), em francês, ou *interrelación* (inter-relacionamento) ou *organicidad* (organicidade), em espanhol. Observamos que, apesar de ser possível encontrar traduções para outras línguas desse termo, nem sempre há definições disponíveis.

A despeito desta falta de uniformidade, não se identificou diferença significativa no entendimento dessa característica, em quaisquer das acepções analisadas [HEREDIA HERRERA, 1991; EASTWOOD, 1994, p.127-128; FURSTER RUIZ, 2001; JARDIM e FONSECA, 2008, p.126; ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.127; CONARQ, 2011, p.21; BELLOTTO, 2008, p.18; PEARCE-MOSES, 2005; INTERPARES 2 PROJECT, 2008; SLAIS, 2010; CARUCCI (1983) e RODRIGUES BRAVO (2002, *apud* RONDINELLI, 2011, p.171)]. Tal atributo corresponde às relações que um documento possui com os demais documentos vinculados a uma mesma atividade e, em nível macro, com o fundo ao qual faz parte. É essa característica que justifica o fato do documento arquivístico precisar ser contextualizado a partir de seus vínculos com os demais documentos antes de qualquer análise sobre sua guarda e ao seu significado para a instituição. Ignorar a organicidade é ignorar a característica arquivística do documento, determinado por sua proveniência, ou seja, pela “estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas” (BELLOTTO, 2008, p.18).

---

<sup>154</sup> Para melhor entendimento desse conceito, sugerimos a leitura de “*The concept of record in interactive, experiential and dynamic environments: the view of Interpares*” (DURANTI; THIBODEAU, 2006).

<sup>155</sup> A base de dados de terminologia do Interpares 3 Project (2011) apresenta como sinônimos os termos “*vincolo archivistico*”, na Itália, e “relação orgânica”, no Brasil, definida como “relações que os documentos arquivísticos que pertencem a uma mesma agregação (dossiês, séries, fundos) guardam entre si”.

Em acréscimo a esta análise, registramos que para Fuster Ruiz (1999, p.108), o documento arquivístico possui caráter seriado, o que significa dizer que sempre faz parte de um conjunto orgânico, num entendimento que se considera equivalente ao conceito de organicidade já registrado. O autor esclarece que, pelo caráter seriado, o documento está

unido a outros de sua espécie por um vínculo originário e necessário, condicionado aos demais e sendo por eles condicionado, e formando parte de um fundo ou conjunto orgânico (FUSTER RUIZ, 1999, p.108, *tradução nossa*).

Embora seja esclarecido que este caráter seriado refere-se, objetivamente, ao fato do documento estar relacionado com aqueles que o antecedem e o sucedem, e que tal entendimento gera a idéia de série documental, não se observa distinções significativas desse conceito com o de organicidade ou inter-relacionamento. Para endossar tão entendimento, registramos que uma proposta de Duranti e Macneil (1996, p.49) define organicidade (*archival bond*) como “o relacionamento que liga cada documento a seu antecessor, a seu sucessor e a todos aqueles que participam da mesma atividade”<sup>156</sup>, quase que, exatamente, repetindo a explicação de Fuster Ruiz para a característica seriada do documento arquivístico.

Observamos, em complemento, que para Martín-Pozuelo (1998), o documento arquivístico tem como um de seus traços o “contexto no qual é criado”, numa vinculação institucional que consideramos abrangida pelo conceito de organicidade, afinal “todo documento de arquivo é produto do acúmulo de circunstâncias muito específicas que encadeadas uma a outras lhe conferem um traço diferenciador dos demais” (MARTÍN-POZUELO, 1998, p.101), portanto, sua unicidade.

#### 2.3.2.1.3 Naturalidade

A naturalidade (*naturalness*) é um dos principais fatores que diferenciam o documento arquivísticos daqueles armazenados em outras unidades de informação, como museus e bibliotecas. Nessas duas, o acervo é coletado, selecionado, construído

---

<sup>156</sup> *Archival bond: the relationship that links each record to the previous and subsequent one and to all those which participates in the same activity.*

de acordo com o interesse da instituição interessada, ou seja, artificialmente. Os documentos arquivísticos são produzidos e recebidos em um processo natural vinculado aos interesses da instituição e à conformidade legal de seus atos, e são assim acumulados.

Em se consolidando numa mesma definição os elementos da “naturalidade” apontados nas propostas identificadas na literatura arquivística [DURANTI, 1998, p.51; FONSECA, 2005, p.56; EASTWOOD, 1994, p.127-128; PEARCE-MOSES, 2005; JARDIM, FONSECA, 2008, p.127; SLAIS, 2011; CARUCCI (1983) e RODRIGUES BRAVO (2002, *apud* RONDINELLI, 2011, p.171)] e, ainda, na definição francesa de “fundo” (DIRECTION DES ARCHIVES..., 1991, p.21-22) temos os seguintes:

- acumulação natural (automática ou espontânea) e orgânica em função dos objetivos práticos da instituição;
- acumulação contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas.

Desse fato, entendemos que a cumulatividade não seria uma característica em si mesma, mas vinculada à naturalidade. O próprio ICA/CIA (2004), que não inclui “naturalidade” em seu dicionário de terminologia, considera que a “cumulatividade” (*accumulation*), processo pelo qual o arquivo é criado na condução dos negócios, é normalmente caracterizado como natural e orgânico, em contraste com a criação artificial das coleções temáticas. Dessa proposta resultaria o entendimento de que “naturalidade” corresponderia à acumulação natural e organicidade à acumulação orgânica, o que, a nosso ver, eleva cumulatividade a uma categoria superior, englobando organicidade e naturalidade ou, opção considerada mais adequada, os vieses apresentados são sinônimos de organicidade e naturalidade, não havendo uma “cumulatividade”.

Da naturalidade derivam os conceitos de “organicidade”, já analisado, e “imparcialidade” (*impartiality*).

#### 2.3.2.1.4 Unicidade

A unicidade, também identificada com os termos *exclusividad* (espanhol), *unicité* (francês) e *uniqueness* (inglês), é outra característica comumente observada nos textos teóricos para a qual não há discordância significativa. Apesar disso, é relevante registrar a observação de O’toole (2001) para quem a idéia de unicidade tem sido analisada na literatura arquivística sob quatro prismas, podendo referir-se: a) ao documento em seu aspecto físico, quando não deve possuir duplicata; b) à informação contida no documento, que não poderia estar também em outro; c) aos processos e funções dos quais o documento se origina e representa; d) aos dossiês, cuja agregação documental específica caracterizaria sua unicidade, visão similar à primeira, desta feita focada nas especificidades dos dossiês.

A despeito da identificação de quatro abordagens, o autor parece acreditar que a “unicidade” de um documento arquivístico implicaria em sua preservação permanente, conforme fica patente quando o considera que “a simples e, geralmente, não expressa assunção que documentos arquivísticos históricos são únicos e que documentos arquivísticos únicos são históricos não está suficientemente discutido” (O’TOOLE, 2001, p.276)<sup>157</sup>. Tal análise é incoerente com a visão aqui defendida de que, sendo uma característica, a unicidade está presente em todo e qualquer documento arquivístico e é isso que o diferencia de outros documentos. Em se adotando a idéia de O’toole – unicidade como parâmetro para qualificação de um documento de preservação permanente -, não se poderia falar em descarte.

A visão mais arraigada é que “unicidade” não se refere ao fato de um documento ser um exemplar único na instituição ou uma informação não está disponível em outro meio, mas ao entendimento de que cada via ou, até mesmo, cópia de um documento, exerce uma função única vinculada à sua produção e uso pela instituição e ao seu vínculo com outros documentos relativos a uma mesma atividade. Tal entendimento

---

<sup>157</sup> No texto original “*The simple and often unspoken assumption that archival records are unique and that unique records are archival is insufficiently nuanced*”. Para justificar a tradução, deve ser ressaltado que, nos Estados Unidos, é muito comum o uso do termo “*record*” para designar os documentos arquivísticos em fase corrente e intermediária e o adjetivo “*archival*” para qualificar aqueles em fase ou de guarda permanente.

pode ser observado em Duranti (1994), Eastwood (1994, p.128), Martín-Pozuelo (1996, p.102), Jardim e Fonseca (2008, p.127), Conarq (2009, p.25), Bellotto (2002, p.23) e Pearce-Moses (2005) e corroboram a proposta “c” de O’toole (2001). A unicidade é, claramente, derivada da organicidade.

#### 2.3.2.1.5 Autenticidade

A autenticidade mantém uma denominação e entendimento similar entre os países e línguas, sendo *autenticidad* (espanhol), *authenticité* (francês) e *authenticity* (inglês).

Este conceito refere-se ao controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico, o que, em análise inicial, evitaria sua alteração não autorizada. Envolve preponderantemente sua relação com o produtor e sua capacidade de ser utilizado para os fins de sua criação. Em outras palavras, os documentos são o que aparentam ser (perceptível pelos seus elementos identificadores) e não foram alterados, com ou sem intenção e tal percepção deriva da custódia adequada por seu produtor ou custodiador autorizado.

Para Duranti (1994), “os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados”. Tal aceção pode ser constatada em consulta a Jenkinson (1922, p.12-13), Eastwood (1994, p.127), Martín-Pozuelo (1996, p.102), Jardim e Fonseca (2008, p.126), CONARQ (2010, p.5), ISO 15489:1 (2001, p.7), Pearce-Moses (2005) e Interpares 2 Project (2008, p.8), onde também se pode identificar o entendimento que a “autenticidade” não tem relação direta com a veracidade das informações registradas. Nesse sentido, um documento arquivístico pode ser autêntico – por ter sido produzido segundo procedimentos institucionais previamente estabelecidos – e, simultaneamente, falso em seu conteúdo (Vicenta Cortés *apud* MARTÍN-POZUELO, 1996, p.102).

A autenticidade, segundo o Interpares 2 Project (2008, Appendix 22 – Ontologies) possui dois componentes, sua integridade (encontra-se completo e não sofreu alteração não autorizada ou não documentada) e sua identidade (características

que identificam o documento de forma única, distinguindo-o dos demais). Nesse conjunto de características de identidade estão, entre outros: nome das pessoas envolvidas na produção do documento, forma documental, datas, forma de autenticação etc. (CONARQ, 2009, p.27). Assim, justifica-se a existência da característica “integridade” proposta por vários autores como Cortes Alonso (*apud* RONDINELLI, 2011, p.172), no entendimento de que “o documento conserva seus elementos de forma internos e externos”.

#### 2.3.2.1.6 Imparcialidade

Eastwood (1994, p.127) considera que esse conceito é muito mal compreendido pelos arquivistas, inclusive por Schellenberg, que o omite de suas discussões acerca das qualidades essenciais dos documentos arquivísticos. Denominado de “ingenuidade” por Cortes Alonso (*apud* RONDINELLI, 2011, p.172), esse conceito é derivado do entendimento historiográfico de defesa das fontes primárias arquivísticas para a reconstituição da história<sup>158</sup>. Nele está imbricado o entendimento que o registro das atividades institucionais não é feito com o objetivo de serem preservados para a posteridade (JENKINSON, 1922, p.11), mas para atender a requisitos normativos e procedimentais vinculados à execução da atividade que demanda a geração do documento.

Ao serem preservados no sentido de sua produção, e assim mantidos, os documentos arquivísticos seriam imparciais porque “trazem uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam e para cuja realização contribuem” (DURANTI, 1994) podendo, assim, serem fontes confiáveis às quais o historiador poderia valer-se para interpretar uma realidade. Ou seja, “imparcialidade” é uma presunção decorrente do processo natural e normatizado de execução de uma dada atividade que resulta na produção documental. Sendo assim produzido, o documento

---

<sup>158</sup> Uma indicação desse entendimento pode ser observada no fato dessa característica ser abordada por Jenkinson (1922, p.12) no capítulo “Qualidade do arquivamento e a crítica histórica dos Arquivos” – *Archive quality and the historical criticism of Archives* –, quando discute o uso dos arquivos pelos “historiadores e outros estudantes”.

arquivístico não teria um fim em si mesmo e, em decorrência desse fato, inerentemente, seria capaz de revelar a verdade sobre a atividade que suporta (SLAIS, 2011).

Tal conceito, registrado em igual teor por teóricos como Duranti (1994), Eastwood (1994) e Jenkinson (1922, p.12), sendo referenciados pelos demais, encontra barreira no entendimento pós-modernista de que não existe discurso imparcial, portanto, nem registro documental. Vários pesquisadores discutem esse aspecto, dentre os quais se destaca Terry Cook (1997, p.13), para quem

Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma *persona* ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou *persona*, ou propósito — esse contexto por trás do texto — possa ser transformado, ou perdido, em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações.

Na busca de esclarecer o conceito, observando que o contexto da produção é requisito à interpretação do documento, Duranti (1994) observa que

imparcialidade não significa que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos (DURANTI, 1994).

A imparcialidade é, pois, uma presunção, não um fato em si. Nesse sentido, é salutar observar que, sob a égide da ação dos arquivistas ou de equipes de avaliadores, são escolhidos os documentos que representarão a história no viés institucional. Há que se considerar a orientação por buscar objetividade na definição dos critérios de avaliação, mas em geral a abstração pode apenas ser reduzida.

Assim, como falar em imparcialidade, quando a parcialidade está imbricada no comportamento humano, delineada a partir da vivência do homem, suas origens, sua cultura, suas crenças e seu conhecimento, em suma, em seu juízo de valor? A existência dos procedimentos e a adoção de requisitos para a produção documental seriam suficientes para ruperir a “parcialidade”?

Outra abordagem nessa análise de imparcialidade pode ser feita no que se refere aos arquivos privados pessoais. No Brasil<sup>159</sup>, compete ao CONARQ identificar os acervos privados – produzidos por pessoas físicas ou jurídicas – que são considerados fontes relevantes para a história, a cultura e para o desenvolvimento nacional e propor à Presidência da República a declaração de que são de interesse público e social. Esses acervos, a partir dessa declaração, não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior. São, assim, elevados à condição de patrimônio cultural da nação, nos moldes daqueles produzidos pelas instituições públicas.

Esses acervos estariam, frente à inexistência de regras formais de produção e organização comuns aos arquivos institucionais – no atendimento de questões administrativas, jurídicas, comerciais – propensos a espelharem uma visão idealizada do titular ou, em seu processo de formação, o produtor se eximiria de retoques que ampliem a importância de seu legado documental à posteridade?

### 2.3.3 A informação arquivística

Arquivistas são "apenas" jogadores, implicitamente passivos e quase invisíveis, em um grande palco, arrastado pelos documentos arquivísticos de um mundo complexo; ou são compelidos a desempenhar obrigatoriamente um papel especial, onde as suas expectativas sobre si mesmos e os pressupostos sobre seus clientes orientam sua forma de atuação? (COOK; SCHWARTZ, 2002, p.171, tradução nossa)

Ao se analisar a “informação arquivística” como um dos objetos da Arquivística é preciso atentar para não incorrer em erro de análise sobre o entendimento desse conceito no que se refere a diferenciá-lo do de documento arquivístico. Eliezer Silva, por exemplo, aponta que a maior parte dos autores dos doze trabalhos (dissertações de mestrado e teses de doutorado, concluídas entre 1996 e 2006, no Brasil) que identificou

---

<sup>159</sup> Conforme o disposto na Lei n° 8.159/1991, Arts. 11 e 12, e no Decreto n° 4.073/2002, Art. 2°, IX e X; Art.22. A preservação, organização e proteção dos acervos documentos privados dos presidentes da República, por outro lado, é objeto da Lei n° 8.394/1991.

em sua pesquisa como utilizadores desse conceito “não representa uma sustentação teórica para a adoção da noção de informação arquivística” (SILVA, 2009, p.81). Em outras palavras, “**adotaram** a idéia de informação arquivística, ou seja, não a interpretaram de forma crítica e a maioria assumiu como uma noção autoevidente” (SILVA, 2009, p.81, *grifo nosso*).

Em consulta às referências bibliográficas arquivísticas pelo mundo, constatamos que tal prática não é exclusivamente brasileira. Podemos observar referências explícitas a informação arquivística, seja nesses termos, seja como informação dos arquivos ou, ainda, informação orgânica, em vários autores da área (FISHER, 2004; MÜLLER FERNANDES, 2006; ALBERCH I FUGUERAS, 2003; DELMAS, 1996), sem proposições definitórias as acompanhando, embora, em alguns casos, contribuam para seu entendimento.

Ao analisar as políticas públicas voltadas para a transparência das atividades do Estado, Jardim (1999, p.29-30), pondera que a “noção de informação arquivística é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica”. Na verdade, segundo ele, a Arquivística (Arquivologia é o termo utilizado) tende a reconhecer os arquivos (escola conservadora presente nos arquivos públicos europeus) e não a informação arquivística (escola renovadora da área de Ciência da Informação dos Estados Unidos e Canadá) como seu objeto (JARDIM, 1999, p.30).

Todavia, apesar do grande número de autores que apenas citam a informação arquivística (informação orgânica, informação orgânica registrada) sem defini-la ou analisar a pertinência de sua existência no âmbito dos objetos da Arquivística, podemos identificar a existência de várias exceções.

É comum a referência à “escola canadense” quando o conceito de informação arquivística é mencionado. Lopes (1996, p.58), por exemplo, aponta entre as novidades presentes na proposta teórica da arquivística integrada canadense a “eleição da informação registrada, com características arquivísticas, como objeto de pesquisa e trabalho”. De fato, Couture, Ducharme e Rousseau, ainda no final da década de 1980, observam que todos os membros de uma organização necessitam de informação para realizar suas respectivas funções e buscam essas informações no interior e no exterior da organização. Essas informações podem ser orgânicas, quando forem elaboradas,

emitidas ou recebidas no âmbito da missão institucional e registradas num suporte ou não orgânicas, quando não inseridas nas missões da instituição ou quando não registrada num suporte (informação verbal) (COUTURE, DUCHARME, ROUSSEAU, 1988, p.54).

Os autores vão além e propõe que “a nova vocação da arquivística encontra-se no envolvimento com a resolução dos problemas relacionados com a gestão de informação nas organizações” (COUTURE, DUCHARME, ROUSSEAU, 1988, p.55, *tradução nossa*). Essa nova vocação demandaria uma arquivística global e integrada, longe do padrão norte-americano de então, que se disseminava pelo mundo, e separava, no ensino e na prática profissional, os arquivos de valor primário, tratados pelo gestor de documentos (*records manager* ou *gestionnaire de documents*) dos arquivos de valor secundário, de responsabilidade dos arquivistas (*archivists* ou *archivistes*).

Resulta dessa análise, a definição de informação orgânica e registrada (*information organique et consignée*) como a informação produzida, expedida ou recebida no âmbito da missão de um organismo. Essa definição é retomada em publicações mais recentes, dos autores (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1994, p.288; 1998, p.291).

Na apresentação da *Revue Archives*, publicada no Canadá pela Associação dos Arquivistas do Québec - AAQ, desde 1969, há a afirmação de que a revista se destina a todo profissional interessado na gestão da informação orgânica e registrada (*information organique et consignée*), qual seja, informação produzida ou recebida por uma pessoa física ou jurídica no exercício de suas atividades, independentemente do suporte em que for apresentada<sup>160</sup>. O acréscimo da referência ao “suporte” torna essa proposta similar à definição de documento arquivístico.

No Brasil, Lopes (1996) propõe a “valorização do conteúdo informacional dos documentos”, a partir de uma proposta de redefinição do termo “arquivos”, qual seja

- a) acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional (atômicos) ou em

---

<sup>160</sup> *Information organique et consignée: [...] l'information produite ou reçue par une personne physique ou morale dans l'exercice de ses activités et se présentant sur un support quel qu'il soit.* (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES DU QUÉBEC, 1996, p. 28). Code de déontologie. La Chronique, vol. 26, n. 5, p. 28-29.

suporte que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits); e  
 b) produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos (LOPES, 1996, p.32).

Ao oferecer esclarecimentos sobre sua proposta, o autor observa que busca a valorização da informação, sem perder de vista a sua organicidade, porém sem considerar o documento como objeto de estudo fundamental da Arquivística, esclarecendo que informação orgânica é aquela que pertence à pessoa ou organização que a acumulou (LOPES, 1996, p.32). Para o autor, essa definição é mais ampla que a tradicional e permite, mais facilmente, o entendimento de que documentos em outros suportes, bem como não textuais, casos como as fotografias, fita magnética, bases de dados e documentos digitais diversos, podem ser considerados arquivísticos.

Fonseca (2005, p.76) é bem objetiva ao definir “informação arquivística” como “informação registrada orgânica”, ou seja, a “informação produzida pelos processos organizacionais”, francamente ratificando a já mencionada proposta de Rousseau, Couture *et alii* (1994).

Para Bellotto (2002, p.22-23), as informações arquivísticas

têm a peculiaridade de ser produzidas no universo das funções/objetivos a que se propõem as entidades. Nesse sentido é que as informações são orgânicas, por guardarem entre si as mesmas relações que se formam entre as competências e as atividades das entidades.

Nessa acepção, conforme tendência geral observada, a informação arquivística estaria dissociada do suporte. Segundo Ribeiro (1998, p.30-32), ratificando essa análise, o ato informacional (materializado na forma de um documento simples ou composto<sup>161</sup>) deve ser analisado como uma unidade de informação, ou seja, considerado na sua materialidade (informação fixada num suporte), mas também “apreendido na sua essência, ou seja, desligado do suporte”, pois ainda assim, é passível de análise, de transferência para outro suporte e de representação formal (por indexação, por exemplo). A autora chega a denominar arquivo de “sistema de

informação arquivística” (1998, p.30), visão que seria retomada na obra de Silva *et alii* (1999).

Delmas (1996) considera que a noção de informação orgânica (*organic information*) está implícita nas noções de dossiês e fundos arquivísticos, mas que deve ser considerada separadamente de qualquer referência a meio físico ou suporte. Afinal,

A noção de um documento institucional deve incluir o conceito de informação orgânica que é uma parte dele, mas que hoje se distingue de forma inequívoca. Isso ocorre porque não é o suporte, mas a informação que corresponde às regras, construções, linguagens, procedimentos, validações precisas pertinentes a sua ação e anterior a qualquer reconstrução e discurso histórico<sup>162</sup> (DELMAS, 1996, p.440).

Para Cruz Mundet (2006, p.118-119), aceitar a informação arquivística como objeto da disciplina é um processo de mudança de paradigma do “papel” que tem levado a duvidar da validade dos conceitos de materialidade e de contexto na sociedade da informação. Para esse teórico, a informação arquivística é constituída simultaneamente por três características:

- é uma informação interna, produzida no exercício das atividades das pessoas (físicas ou jurídicas), de forma necessária e inevitável;
- é uma informação previsível, por ser oriunda de processos estabelecidos;
- é uma informação regulamentada em relação a sua criação, uso e conservação.

Podemos considerar a existência e a necessidade de gerenciar as informações arquivísticas a partir do próprio conceito de documento. O documento surge da necessidade de perserverar informações sem distorções de modo a permitir sua recuperação (lembrar algo) e utilização (instruir alguém). Como já registrado, o termo é derivado de “*documentum*”, cuja origem é o verbo “*docere*” que significa ensinar ou instruir. Em sentido similar, o termo “*record*” (documento arquivístico, em inglês) deriva

---

<sup>161</sup> Equivaleria à comparação entre uma ata, carta ou relatório, documentos simples, e um processo, no qual esses três “atos informacionais” estariam reunidos, portanto um documento composto.

<sup>162</sup> *The notion of an institutional document should include the concept of organic information which is a part of it, but which today distinguishes itself unequivocally. This is because it is not the medium but the information which corresponds to rules, constructions, languages, procedures, precise validations germane to their action and prior to any reconstruction and historical discourse.*

do latim “*recordari*” que significa lembrar (DURANTI, THIBODEAU, 2006, p.47). Consideramos adequado concluir que o interesse de quem produz o documento não é lembrar-se do documento em si, mas das informações nele registradas. O tratamento do documento arquivístico é uma consequência da necessidade de gerenciar a informação orgânica registrada, ou seja, a informação arquivística.

A partir dessa análise faz pleno sentido a afirmação de que

A produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação são agrupados todos os documentos, seja qual for seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções. (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1998, p.65; 1994, p.45; COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p.54)

Em outras palavras, o registro das informações orgânicas demanda a produção de documentos arquivísticos que atendam aos requisitos funcionais relativos ao procedimento ao qual a informação está vinculada. Tal documento arquivístico, ao ser preservado para referências futuras, gera o arquivo da instituição.

Essa visão é ratificada por Jardim (1999), para quem

Os arquivos expressam, portanto, o conjunto dessas informações orgânicas, quaisquer que sejam sua data de produção, seu suporte material, sua natureza, acumuladas por uma organização (ou pessoa física), em decorrência das suas ações. (JARDIM, 1999, p.30)

Podemos perceber na literatura o entendimento de que há consciente ou inconscientemente uma mudança em andamento, que tem se manifestado pela substituição do uso da expressão “documento de arquivo” por “informação arquivística”. Tal fato “pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte, mas sem negar a sua importância enformadora” (SILVA, 2000, p.3).

Para Ribeiro, os arquivistas (e bibliotecários)

não podem continuar a ser apenas guardiães de memória, que conservam, arrumam e disponibilizam documentos ao serviço dos investigadores, mas têm, forçosamente, de se assumir como estruturadores e “gestores” de Informação em qualquer contexto orgânico produtor de fluxo informacional (RIBEIRO, 2005, p.83).

O registro da informação decorre da fragilidade da memória humana e frente ao uso recorrente da informação produzida. Assim, “a memorização em suporte exterior ao

ser humano, seu produtor, constitui uma garantia mais eficaz de sua perdurabilidade e potencia um uso repetido e dilatado no tempo” (RIBEIRO, 2005, p.78).

Para Bellotto (2002, p.23),

A distinção entre a informação arquivística e o documento arquivístico está em que o segundo forma sempre uma unidade dentre informação e suporte, seja este tradicional, com o papel, ou informático, virtual.

A diferença a ser observada seria, então, a caracterização das informações, socialmente contextualizadas (no ambiente institucional e social), passíveis de serem registradas e comunicadas, mas não vinculadas, intrinsecamente, a um suporte fixo. Esse entendimento ratifica a tendência observada neste estudo na busca pela independência entre o objeto da Arquivística e seu suporte. Tal viés foi buscado nesta tese por meio da mudança da definição de documento arquivístico, substituindo a ideia de suporte pela de fixidez da forma e conteúdo da informação arquivística.

Segundo o ICA/CIA (2008c, p.9), documentos arquivísticos não compreendem apenas conteúdo, mas também as informações sobre seu contexto e estrutura. Apesar deste conceito ser evidente no mundo digital, que considera os metadados componentes do documento arquivístico digital – embora ainda não seja uma prática corriqueira a inserção de todos os metadados de gestão no momento da criação ou da captura do documento para um sistema de gestão –, isso não é tão claro para os documentos tradicionais. Onde se recupera a classificação, a tramitação, os graus de sigilo e a temporalidade do documento? Essas informações nem sempre estão disponíveis no próprio documento arquivístico. O conceito de informação arquivística, ampliando o escopo tradicional, incorporaria, portanto, os metadados dos documentos arquivísticos, que podem ser definidos como

informações estruturadas que identificam, autenticam e contextualizam documentos arquivísticos e as pessoas, processos e sistemas que os criam, os gerenciam, os mantêm e os usam, bem como as políticas a que estão submetidos (ICA/CIA, 2008c, p.27, tradução nossa).

Acreditamos que a adoção da noção de informação arquivística, talvez em termos até mais amplos do que o expresso nos manuais, tem se justificado em abordagens práticas e teóricas da área. Manini (2004, p.20), por exemplo, observa que é a dimensão expressiva que determina a escolha de uma fotografia pelo usuário. Ora,

a dimensão expressiva, conforme ressalta a autora, é constituída pela técnica fotográfica utilizada na produção da imagem. Tais informações estão para além da produção documental da instituição no exercício de suas funções, mas são relevantes para a análise e uso desses documentos arquivísticos por possibilitar a identificação de mais de um significado. A autora exemplifica que uma fotografia de uma pessoa sozinha, sob um ângulo de baixo para cima, associa imponência, engrandecimento, alguém de poder, enquanto que um grupo de pessoas de cima para baixo refletiria a pequenez de cada um, a idéia de união. Em termos arquivístico, as duas imagens seriam apenas, por exemplo, a do diretor de uma instituição e a de um grupo de manifestantes.

Numa visão que se pode considerar complementar, Lopez (2005) aponta para uma ampliação da forma de tratamento dos documentos arquivísticos. Após caracterizar a informação do “documento típico de arquivo” como “a mais direta possível, para garantir que seu objetivo inicial seja cumprido com êxito” e “inicialmente, indissociada da atividade que gerou o documento”, Lopez (2005, p.31) observa que essa informação “pode adquirir uma autonomia relativa”. Essa abordagem, como o próprio autor registra continuando sua análise, “provoca importantes desdobramentos relativos à organização documental”.

Em acréscimo, consideramos essencial destacar que ao abordar o conceito de “gestão de informação arquivística”, é preciso incorporar a idéia de “agregação de valor informativo” às funções do arquivista. Em outras palavras,

Com a valorização da informação como recurso para a tomada de decisão e como ativo das instituições, o papel da unidade de arquivo pode passar a ser o de fonte de informações administrativas e técnicas e, em conseqüência, o arquivista que atua na gestão de documentos deve tornar-se um provedor de informações para tomada de decisões. Porém decisões demandam informações, não em estado bruto, mas com elevado valor agregado (SANTOS *et alii*, 2008, p.177).

Devemos salientar, em complemento, que

para agregar qualidade à informação ofertada, é preciso que as instituições [arquivísticas] forneçam ao usuário um espaço e condições propícias de interação, estabelecendo uma relação de alguém com alguém e não de alguém para alguém. (MARINHO Júnior, SILVA, 1998, p.27)

Tal abordagem, embora desenvolvida pelos autores com foco na análise da relação das instituições arquivísticas e a comunidade, implica na mudança do papel do arquivo de depósito de papéis para fonte de informação, sendo o arquivista deixa o papel passivo de guardador de documentos para o fornecedor ativo informações. É esse viés que vem sendo buscado por iniciativas, ainda muito incipientes, dos profissionais de arquivos que se utilizam de tecnologias da web 2.0<sup>163</sup> para gerenciar suas informações e atender aos seus usuários, abordagem que não é escopo desta tese.

No escopo apresentado, propomos, em conclusão, a seguinte definição

Informação arquivística: é aquela produzida (ou recebida) pela instituição no exercício de suas funções e atividades, ou por pessoa física no decurso de sua existência, tanto aquela que apresenta fixidez de forma e conteúdo, quanto a que a contextualiza e permite sua recuperação de acordo com padrões pré-estabelecidos.

A presença da característica de fixidez e da organicidade na definição remete à sua condição similar ao documento arquivístico, enquanto que as informações contextualizadoras e otimizadoras de sua recuperação contemplam os metadados produzidos pelos sistemas arquivísticos, seja automaticamente em sistemas informatizados, seja pelo uso de taxonomias, ou pela inserção de identificadores específicos, como classificação, autoria, grau de sigilo, temporalidade etc.

---

<sup>163</sup> Para informações adicionais, sugerimos consulta a Palmer (2009), Baker (2011) e Luz (2010), além de sítios como <http://archives2point0.wetpaint.com/> e [http://hlwiki.slais.ubc.ca/index.php/Archives\\_2.0](http://hlwiki.slais.ubc.ca/index.php/Archives_2.0).

### 3. OS PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA

A discussão sobre os princípios arquivísticos, para Rondinelli (2011, p.128), apesar de observada “com alguma frequência na literatura arquivística internacional, necessita de aprofundamento por parte dos autores brasileiros”. Em relação a essa análise, complementamos com a observação de que, mesmo internacionalmente, não há muito estudos aprofundados e gerais. Tem-se partido da presunção de que a identificação e a quantidade de princípios arquivísticos são pacíficas na área, o que não é, exatamente, verdade. É comum se observar a visão particular de cada um dos autores, sob os mais diversos pontos de vistas, muitas vezes ignorando-se outras proposições ou utilizando-se de referências teóricas que corroboram o entendimento inicial do autor da pesquisa.

Para Hugh Taylor (1988) quando se busca os princípios de uma disciplina deve-se evitar uma ótica exclusivista daquela disciplina sobre o mundo. Para ele

definir as teorias e princípios arquivísticos exclusivamente nas condições e recursos da nossa própria disciplina pode ser altamente incestuoso e sugere que os documentos arquivísticos existem em função de si próprios e não devem ser confundido com a sociedade que as cria (TAYLOR, 1988, p.25, *tradução nossa*).

O título de “princípio” vem sendo utilizado para designar um sem número de termos no escopo da teoria e da prática arquivísticas, muitas vezes, de forma inadequada. Entendemos, todavia, que não se pode alcunhar de “princípios arquivísticos”, no sentido *lato* do termo, conceitos que se relacionam: a) a ações de escopo muito específico da área, mais adequados a representação de um método de trabalho; b) a fundamentos de outras disciplinas, aplicados à Arquivística, não qualificados adequadamente. Além disso, ainda há a utilização do termo “princípio” no sentido coloquial de referencial de análise, mas sem o contexto das disciplinas científicas, conforme nossa definição de trabalho, qual seja:

Princípio científico é um postulado elementar e fundamental, aceito como verdade, que guia ou influencia um pensamento ou ação relativos a uma ordem de conhecimentos ou sistema teórico que constituem uma disciplina. Tem papel essencial no desenvolvimento de uma teoria e pode derivar em outras teorias.

Em consulta aos manuais arquivístico e dicionários terminológicos (BELLOTTO, 2002a, p.21; 2002b, p.23; ARQUIVO NACIONAL, 2005; ASSOCIATION DES ARCHIVISTES..., 2004; DANIEL, 1984; LODOLINI, 1993; SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995; ALBERCH FUGUERA, 2003; SILVA *et alii*, 1999; ICA/CIA, 2004, 2010; ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1994; DUCHEIN, 1983, 1992; PEARCE-MOSES, 2005; L'ÉCOLE DES HAUTES..., 2009), pudemos identificar um grande número de termos adjetivados por um ou mais autores como princípios arquivísticos, sistematizados, em ordem alfabética, na tabela a seguir:

Tabela 22. “Princípios” arquivísticos identificados na literatura arquivística

<b>Termo</b>	<b>Denominação</b>	<b>Qualificador / local</b>
Custódia contínua	<i>Continuous Custody</i>	Princípio / Estados Unidos, 1984.
Funcionalidade	<i>Fonctionnalité</i>	Princípio / ICA/CIA, 2004.
Inalienabilidade	Inalienabilidade	Princípio / Brasil, 2005.
Imprescritibilidade	Imprescritibilidade	Princípio / Brasil, 2005.
Indivisibilidade	Indivisibilidade	Princípio / Brasil, 2002.
Integridade	<i>Le respect de l'intégrité du fonds</i>	Noção conexas ao <i>Principe de respect du fonds</i> / França, 2004.
	<i>Leur intégrité (des fonds)</i>	Princípio / ICA/CIA, 2005.
	Indivisibilidade ou integridade arquivística	Princípio / Brasil, 2002.
Pertinência	Pertinência, temático	Princípio / Brasil, 2002.
	Pertinência territorial	Conceito / Brasil, 2005.
	<i>Pertinence</i>	Princípio / Estados Unidos, 2005.
	<i>Pertinence</i>	Princípio / França, 2009.
	<i>Pertinence territoriale</i>	Rousseau; Couture <i>et alii</i> , 1994.
Proveniência	Proveniência	Princípio / Brasil, 2002; 2005.
	Le respect de la provenance	Noção conexas ao <i>Principe de respect du fonds</i> / França, 2004.
	Provenance	Princípio / Estados Unidos, 1984.

	Provenance	Princípio / Austrália, 2005.
	Provenance ou <i>principe de respect des fonds</i>	Princípio / Estados Unidos, 2005.
	Procedência	Princípio / Espanha, 1995, 2003.
	<i>Leur provenance (des fonds)</i>	Princípio / ICA/CIA, 2005.
Respeito à ordem original	<i>Le respect de l'ordre originel</i>	Noção conexas ao <i>Principe de respect du fonds</i> / França, 2004.
	<i>Original order</i>	Princípio / Estados Unidos, 1984; 2005.
	Respeito à ordem original	Princípio / Brasil, 2005.
	"respect for internal structure" of <i>fonds</i>	Princípio / França, 1983.
	<i>Respeto al orden original</i>	Princípio derivado do <i>principio de procedencia</i> / Espanha, 1995.
	<i>Respeto a la estructura</i>	Princípio derivado do <i>principio de procedencia</i> / Espanha, 1995.
	<i>Respeto al orden primitivo</i>	Princípio / Espanha, 2003
	<i>Leur ordre primitif (des fonds)</i>	Princípio / ICA/CIA, 2005.
Respeito aos fundos	<i>Respect des fonds</i>	Princípio / Canadá, 1994.
	<i>Respect du fonds</i>	Princípio / França, 2004.
	Ver <i>Provenance</i>	- / Estados Unidos, 1984
	<i>Respect des fonds</i>	Princípio / ICA/CIA, 2005.
Reversibilidade	Reversibilidade	Princípio / Brasil, 2005.
Territorialidade	<i>Territorialité</i>	Princípio / Canadá, 1994.
	<i>Territorial pertinence</i>	Princípio / Estados Unidos, 1984.
Três idades / ciclo vital	<i>Approche des trois âges</i>	Princípio / Canadá, 1994.
	<i>Ciclo vital de los documentos</i>	Etapas / Espanha, 2003
Universalidade	Universalité	Princípio / ICA/CIA, 2005.

Fonte: Elaboração própria

Nesse levantamento, arrolamos os “princípios”: 1) de respeito aos fundos; 2) da proveniência; 3) de respeito à ordem original; 4) da territorialidade; 5) das três idades e/ou do ciclo vital; 6) da pertinência, temático ou da pertinência territorial; 7) do respeito à estrutura; 8) da custódia contínua; 9) da indivisibilidade ou integridade arquivística; 10) da inalienabilidade; 11) da imprescritibilidade; 12) da reversibilidade; 13) da funcionalidade; 14) da universalidade. Essa listagem não é exaustiva, até porque, termos apontados como “princípio” por algum autor, mas contemplados por vários outros como “características” dos documentos arquivísticos ou dos arquivos (casos de cumulatividade, organicidade e unicidade), não foram aqui registrados, mas considerados na acepção anterior.

Outros princípios, como o da **representatividade** (*représentativité*) - que postula a realização de um mapeamento crítico, prévio à avaliação, da representatividade para a coletividade dos acervos resultantes de organismos públicos e privados, antecipando o tratamento dos acervos<sup>164</sup> - e o da **subsidiariedade** (*subsidiarité*) - relativo ao melhor local de coleta, preservação e comunicação dos acervos, atendendo a requisitos de segurança e acessibilidade, mas sem exclusividade das instituições arquivísticas públicas -, cuja proposição é justificada pelo entendimento de que o princípio da proveniência e de respeito aos fundos (*principe de provenance et de respect des fonds*) não mais responde a problemática de seleção documental (CHABIN, 2009, p.164-166), ao nosso ver, são proposições ainda muito incipientes, motivo pelo qual se decidiu por excluí-las das análises desta tese.

Inicialmente, serão abordados os “princípios” que consideramos sem grandes dificuldades de análise. Segundo o Arquivo Nacional (2005, p.136), o princípio “segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original”, denomina-se de **pertinência** ou **temático**. Na terminologia francesa<sup>165</sup> e norte-americana<sup>166</sup> esta definição é similar à adotada no Brasil e designa o princípio que, por valorizar a análise do conteúdo para definir a organização dos documentos, é oposto ao de respeito aos fundos.

No Canadá, um entendimento similar é denominado de **princípio da pertinência territorial**<sup>167</sup> designa o “princípio oposto ao princípio de respeito aos fundos, segundo o qual, sem levarem em conta seu lugar de produção, os arquivos devem ser entregues ao serviço de arquivos de jurisdição arquivística do território sobre o qual se refere seu conteúdo” (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1998, p.290). No Brasil a pertinência

---

<sup>164</sup> Visão que parece retomar a proposta de “funcionalidade” de Terry Cook (1992), abordada mais adiante.

<sup>165</sup> *Principe de pertinence: Méthode de classement, désormais abandonnée au profit du principe de respect des fonds, selon laquelle les archives sont regroupées par sujet, sans tenir compte ni de leur producteur et de leur provenance, ni de leur ordre primitif. (L'ECOLE DES HAUTES études en sciences sociales, 2009)*

<sup>166</sup> *Pertinence (principle of): a principle of arranging records based on content, without regard for their provenance or original order. RT: functional pertinence; territorial pertinence (PEARCE-MOSES, 2005)*

<sup>167</sup> *Pertinence territoriale (principe de): principe opposé au principe du respect des fonds et selon lequel, sans tenir compte de leur lieu de création, les archives devraient être remises au service d'archives ayant juridiction archivistique sur le territoire auquel se rapporte leur contenu. (ROUSSEAU; COUTURE et alii, 1998, p.290)*

territorial é designada como “conceito” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.131), embora ratifique o entendimento canadense. Tal definição acrescenta o viés da jurisdição arquivística ao princípio da pertinência fortalecendo a abordagem temática para agrupamento intelectual e físico dos documentos de arquivo, mas mantendo-se sob o escopo de uma análise temática para a organização e tratamento dos arquivos.

Em se entendendo que, no escopo desta pesquisa, a Arquivística nasce como disciplina com a publicação do “manual holandês”, de 1898, e que, nessa publicação já está registrado, muito claramente, o princípio da proveniência como um de seus paradigmas, há que se classificar o princípio da pertinência como pré-Arquivístico, sendo, portanto, descartado dos princípios atuais da disciplina. Esse posicionamento é, inclusive, ratificado por *L’Ecole des Hautes Études* (2009) e pelo Arquivo Nacional (1995, p.16) que afirmam, respectivamente, que é um princípio abandonado ou “praticamente não mais utilizado”.

Alguns conceitos adotados pela Arquivística fundamentam-se em práticas e teorias de outras áreas. A **inalienabilidade**, por exemplo, é vinculada ao Direito que se refere a posses e é aplicável a qualquer tipo de objeto que possa ser submetido à alienação. Não é um princípio arquivístico, portanto. Mas uma apropriação de outras áreas que, nesse caso, auxilia na compreensão de alguns aspectos da prática arquivística.

O princípio da **inalienabilidade** e o princípio da **imprescritibilidade** são conceitos do Direito, complementares entre si, e relacionam-se ao poder do Estado de manter sob sua custódia os arquivos acumulados pelas instituições públicas. Neste sentido é proibida sua venda ou sua cessão a terceiros (inalienabilidade) sem limite de tempo (imprescritibilidade) por serem considerados bens públicos inalienáveis. A Lei nº 8.159/91, em seu artigo 10º, nesse sentido, explicita que os “documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis”, por fazerem parte do patrimônio histórico e artístico da nação<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. “Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A inalienabilidade é citada no Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.106) como “princípio pelo qual é impedida a alienação de arquivos públicos a terceiros”, afinal, é

dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Lei nº 8.159/91, Art. 1º).

Tal princípio possui significado similar em publicação da *L’Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales* (2009), citado como “*inaliénabilité*” e em glossário de termos da *School of Library, Archives and Information Studies*, como “*inalienability*”, mas nesses casos é identificado como “característica” ou “qualidade” dos arquivos. Esse último termo e acepção são, também, adotados no DAT III (ICA/CIA, 2004).

Da mesma forma, **imprescritibilidade** é definida como “princípio pelo qual é assegurado ao Estado o direito sobre os arquivos públicos, sem limitação de tempo, por serem estes considerados bens públicos inalienáveis” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.105), enquanto as duas publicações estrangeiras mantêm a identificação de “*imprescriptibilité*” como “característica” e “qualidade”. O DAT III (ICA/CIA, 2004), por sua vez, trata o termo “*imprescriptibility*” como um “conceito”.

Ambos os “princípios”, além de serem fundamentados em teoria do Direito internacional de respeito ao patrimônio cultural nacional, não são aplicáveis para todo e qualquer acervo, senão aos públicos. Os arquivos privados, também contemplados pelos princípios arquivísticos, estariam excluídos da “obrigação” de serem inalienáveis e imprescritíveis.

A *Bibliothèque et Archives Nationales du Québec*<sup>169</sup> consideram que existem três grandes princípios relativos à prática de restauração, que tem como objetivo preservar a integridade do documento: a legibilidade, a estabilidade e a reversibilidade (*réversibilité*). Tal opinião é também apoiada pelo DAT III (ICA/CIA, 2004) para o qual a reversibilidade (*principle of reversibility*) é o princípio pelo qual o material de arquivo não pode ser submetido a qualquer procedimento ou tratamento que não possa ser desfeito, caso necessário. Estaria, portanto, vinculado à função arquivística de preservação. Consideramos ser esse o entendimento que pretende alcançar a terminologia nacional

quando define reversibilidade como “princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.136). Para Marques (2011, p.89), este princípio tem a História como natureza disciplinar, todavia, quando aparece nesse dicionário terminológico brasileiro antecedido pelo princípio da proveniência e sucedido pelo princípio da ordem original remete a sua configuração como mais um princípio arquivístico.

Três outros “princípios” carecem de uma análise mais detida no sentido de se identificar sua adequação ou não à definição adotada. A **custódia contínua** (*unbroken custody, conservation ininterrompue*), qualificada como princípio por Reilly (2005) e Daniels (1984), respectivamente denominada como “*principle of unbroken custody*” e “*continuous custody*”<sup>170</sup>, é definida como custódia de um acervo arquivístico, desde sua produção e incluindo sua guarda permanente, pelo Estado (ou pelo produtor e seus descendentes) sem interrupção, ação que serve como proteção de integridade dos documentos. Embora apresente uma definição equivalente<sup>171</sup>, o *Glossary* do Interpares 2 (INTERPARES 2 PROJECT, 2008, p.49), não inclui princípio na definição de “*unbroken custody*”.

Observamos que o conceito de custódia contínua há muito está presente na literatura arquivística. Já em 1922, Jenkinson observava que tal procedimento (*unbroken custody*), a ser praticado pelos produtores do acervo ou seus herdeiros legais, é essencial à presunção da autenticidade dos documentos, uma vez que possibilita a manutenção do contexto e a ausência de interesses secundários aos objetivos da produção documental (JENKINSON, 1922, p.14). Entendemos que se trata de uma aplicação específica em relação aos documentos arquivísticos, qual seja a preservação da característica presumida de imparcialidade, característica dos

---

<sup>169</sup> **La restauration.** Disponível em:

[http://www.banq.qc.ca/collections/collection\\_patrimoniales\\_quebecoise/Sauvegarde\\_des\\_collections/dsc5\\_restoration.html](http://www.banq.qc.ca/collections/collection_patrimoniales_quebecoise/Sauvegarde_des_collections/dsc5_restoration.html) Acesso em: 1º jul. 2011.

<sup>170</sup> *Continuous Custody: (1) In contemporary U.S. usage, the archival principle that to guarantee archival integrity, archival materials should either be retained by the creating organization or transferred directly to an archival institution. (2) In British usage, the principle that noncurrent records must be retained by the creating organization or its successor in function to be considered archival.*

<sup>171</sup> *Unbroken custody: A traceable and uninterrupted line of care, control and usually possession of a body of records from creation to preservation that can serve as a means of protecting the authenticity of the record.*

documentos arquivísticos, e de interesse da História, embora calcado sobre fundamentos do Direito Administrativo.

Observa-se que o princípio da **funcionalidade** é referenciado pelo próprio Conselho Internacional de Arquivos – ICA/CIA (2010, p.61-63) que o qualifica como “princípio renovador” que, na avaliação, remete aos princípios de respeito aos fundos, proveniência, integridade e ordem original em sua análise do contexto de produção, porém transcende aos órgãos produtores, em benefício das funções que refletem as necessidades da sociedade. Em seguida, o ICA/CIA (2010) explica que essa análise, parte da teoria da macroavaliação (*macroappraisal*), que tem Terry Cook<sup>172</sup> (1992) como um de seus principais teóricos, complementando que a essa abordagem macroavaliadora não interessa focar o registro das atividades de uma instituição em seus fins objetivos, mas os valores que repercutem na sociedade a partir das funções realizadas pela instituição. Para Cook (*apud* YIOTIS, 2005, p.4), “a estrutura do Estado reflete as funções coletivas da sociedade”. A avaliação deveria, portanto buscar essa representatividade funcional na composição dos arquivos a serem preservados.

A **universalidade**, vinculada à função classificação e arranjo, é definida por Rousseau, Couture *et alii* (1994, p.293; 1998, p.296) como o princípio que exige que o arquivista apreenda, compreenda, estruture, classifique, arranje e descreva a informação orgânica e registrada (ou seja, a informação arquivística) de uma forma global antes de passar para uma outra etapa mais detalhada. É a abordagem do geral ao particular que fundamenta a produção das taxonomias para organização dos documentos arquivístico.

Nos três casos, os conceitos têm vinculação estreita com as funções arquivísticas, quais sejam, respectivamente, preservação, avaliação e classificação. Além disso, não há unanimidade em sua aceitação ou mesmo seu conhecimento difundido entre os profissionais e teóricos, visto terem sido identificados em várias publicações, porém, dos mesmos autores.

O “princípio” da **integridade arquivística** (*archival integrity*) é encontrado na literatura com nomes como “integridade dos fundos” (*intégrité des fonds*), “respeito à integridade dos fundos” (*respect de l'intégrité des fonds*) ou “indivisibilidade” e

---

<sup>172</sup> Mais informações sobre esta abordagem podem ser adquiridas em Cook (1992, 1999, 2000).

adjetivado de princípio, característica ou noção e foi, segundo Pearce-Mose (2005), desenvolvido por Hilary Jenkinson. Em todas as referências encontradas está explícito o entendimento de que tal conceito é derivado do princípio de respeito aos fundos ou da proveniência, afinal e, como se poderá perceber seguir, um aspecto daquele.

É um conceito facilmente identificado na literatura arquivística brasileira (CAMARGO; BELLOTTO, 1996; BELLOTTO, 2002a, p.21; 2002b, p.24; 2008, p.18; ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.108) e internacional (ICA/CIA, 2004; PEARCE-MOSES, 2005; L'ÉCOLE DES HAUTES..., 2009), sob o qual se entende que o fundo é o escopo de interpretação do documento arquivístico e qualquer ação que resulte na perda da integridade do fundo pode impactar na descontextualização do documento e inviabilizar sua adequada interpretação. Nesse sentido, o fundo arquivístico deve ser preservado em sua composição original, sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido, a fim de preservar seus valores de prova e informação.

Antes de dar continuidade a nossas análises, propomos a seguinte interpretação dos termos supra relacionados, com base em nossa definição de trabalho, sistematizada na “Tabela 9. Caracterização de ‘princípio’ para um campo científico”, apresentados em ordem decrescente, do mais pontuado ao menos pontuado. Destacamos que “ciclo vital” e “teoria das três idades” são apresentados em separado para se adequar às abordagens identificadas na literatura.

Tabela 23. Análise dos “princípios arquivísticos”

Termo	Requisito				
	ESC	DES	ACT	ORI	AMB
1. Proveniência, respeito à proveniência, proveniência dos fundos, respeito aos fundos.	1	1	1	1	1
2. Ciclo vital.	1	1	1	1	1
3. Territorialidade, proveniência territorial.	1	1	1	1	1
4. Três idades, abordagem das três idades.	1	1	1	0	1
5. Respeito à ordem original, respeito à estrutura interna do fundo, respeito à ordem primitiva, respeito à estrutura.	1	1	1	0	1
6. Integridade, respeito à integridade do fundo, integridade arquivística.	1	1	1	0	1
7. Universalidade.	0	0	1	1	0
8. Pertinência, pertinência territorial.	1	1	0	1	1
9. Funcionalidade.	0	0	1	1	1
10. Reversibilidade.	0	1	1	0	0
11. Custódia contínua.	0	0	1	0	1
12. Inalienabilidade.	0	0	1	0	0
13. Imprescritibilidade.	0	0	1	0	0

Fonte: elaboração própria

Legenda	
ESC	Escopo: proposição geral e elementar.
DES	Desenvolvimento: generalização do particular.
ACT	Aceitação: pertence ao paradigma em vigor.
ORI	Originalidade: é axioma, não deriva de outros princípios.
AMB	Âmbito disciplinar: é um conhecimento arquivístico ou interdisciplinar.

Na interpretação dos dados, seguiu-se a orientação definida anteriormente de que a ausência de qualquer requisito implica na desclassificação do termo como princípio. Na análise em relação à coluna “Originalidade (ORI)” buscamos identificar aquelas definições mais representativas dos discursos no sentido de relevar as com poucos adeptos<sup>173</sup>.

Além disso, foi necessário reinterpretar a coluna “Aceitação (ACT)”, na qual, inicialmente, estaria embutido o emprego correto do termo “princípio”. Assim, o item passa a referir-se à aceitação do termo pela comunidade e não da concordância com sua qualificação como princípio. Isso foi necessário porque, como mencionado na parte

<sup>173</sup> Bastian (2001), por exemplo, entende que o princípio da proveniência inclui a custódia contínua, mas é a única a se manifestar nesse sentido.

inicial desta tese, o termo “princípio” tem sido usado fora do contexto científico pelos teóricos da área.

Feitas essas considerações iniciais, observa-se que apenas os três primeiros foram considerados passíveis de receberem o título de “princípio”, segundo os critérios propostos. Todavia, devido a frequência com que a teoria das três idades e o respeito à ordem originam são tratados na literatura arquivística, ambos serão, também, analisados com mais profundidade. A seguir se passa às análises individuais dos princípios visando à ratificação da interpretação registrada na tabela.

### 3.1 PROVENIÊNCIA OU RESPEITO AOS FUNDOS<sup>174</sup>

O princípio de *respect des fonds* ou *principe de provenance*, comumente entendidos como sinônimos na comunidade arquivística, talvez seja a única unanimidade no que se refere à existência e caracterização como princípio. Duchein (1983, p.66), por exemplo, afirma que esse princípio é hoje universalmente aceito como a base teórica e prática da Arquivística, ressaltando, ainda, que as críticas restringem-se a sua aplicação e não ao princípio em si. Martín-Pozuelo (1996, p.20) concorda com Duchein em relação à aceitação do princípio, embora considere importante assinalar que, mesmo ele, endossando o problema terminológico da área, ainda não responde a um único termo ou a uma única definição.

Marques (2011, p.89), fazendo coro sobre a importância desse princípio, considera que é o único que tem como natureza disciplinar exclusiva a própria Arquivística, serve de “base para os demais princípios arquivístico, estabelece critérios básicos para a organização dos arquivos e contribui singularmente para a formação científica da Arquivologia”.

Schellenberg (1980, p.107) denomina como princípios básicos de arranjo a “proveniência” e a “ordem original”. Segundo ele, o princípio da proveniência, procedente do princípio francês “*respect pour les fonds*” serve para (1980, p.108-110):

---

<sup>174</sup> Para compreensão aprofundada da origem, repercussão teórica e aplicação deste princípio, sugerimos a leitura de Duchein (1983; 1986) e Martín-Pozuelo (1996).

- “proteger a integridade dos documentos”;
- “tornar conhecidas a natureza e a significação dos documentos”;
- “conferir ao arquivista orientação prática e econômica para o arranjo, descrição e consulta aos documentos sob sua custódia”.

O princípio de respeito aos fundos (*respect des fonds*), como também é conhecido, tem sua criação atribuída ao francês Natalis de Wailly, em 24 de abril de 1841<sup>175</sup>, quando, por meio de uma circular administrativa do Ministério do Interior, recomenda que todos os documentos provenientes de uma instituição deveriam ser mantidos juntos quando enviados aos grandes depósitos arquivísticos, não sendo misturados aqueles acumulados por outras instituições [COUTURE, DUCHARME, ROUSSEAU, 1988, p.52, 59; JARDIM e FONSECA, 2008, p.129-130; MARTÍN-POZUELO, 1996, p.28; NATIONAL LIBRARY (AUSTRALIA), 2005].

Para Schellenberg (1980, p.108), o princípio era bastante impreciso em sua formulação inicial, situação considerada por Silva *et alii* (1999, p.108) resultante das circunstâncias pragmáticas e da solução que considerava o fundo indivisível, mas deixava sua “organização interna sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade”, tendo cabido aos prussianos (Alemanha), complementá-lo, prescrevendo que “fossem os documentos públicos agrupados de acordo com as suas origens nos órgãos administrativos públicos” (SCHELLENBERG, 1980, p.108). Como, desta feita foi denominado de *Provenienzprinzip*, derivou-se a denominação de princípio da proveniência, com a qual é mais conhecido no Brasil.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística [ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p.136], seguindo o conceito original, assim define princípio da proveniência:

Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo(1) produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado de princípio de respeito aos fundos.

---

<sup>175</sup> Segundo Schellenbert (1980, p.108), este princípio foi enunciado pela primeira vez nas instruções baixadas por Guizot, ministro da Instrução Pública da França, em 1839.

Tal acepção pode ser observada, dentre outros, em Bellotto (2002a, p.20; 2002b, p.23; 2008, p.17-18), Subdirección General de los Archivos Estatales (1995), PIAF (2009), Daniels (1984) e Pearce-Moses (2005), mas espelha somente a visão inicial proposta para o princípio. É muito comum, na literatura internacional, se observar um complemento a esta definição brasileira, qual seja, além de permanecerem vinculados ao fundo da instituição produtora, os documentos arquivísticos devem manter, nesse fundo, seu lugar de origem. Esse complemento passa a ser reconhecido como parte integrante do princípio de respeito aos fundos por meio do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos e sua ampla divulgação (DUCHEIN, 1986, p.20).

Essa definição, cujo teor pode ser observado em Couture e Rousseau (1983, p.412), Couture, Ducharme e Rousseau (1988, p.56), Lodolini (1993, p.153), Université de Sherbrooke (2008) e Moreno (*apud* RONDINELLI, 2011, p.126), conceitua o princípio de respeito aos fundos como

Princípio segundo o qual qualquer documento deve ser mantido ou substituído no fundo do qual provêm e, nesse fundo, em seu lugar de origem<sup>176</sup>.

Sobre esse duplo valor do princípio da proveniência (*principio de procedencia*), Martín-Pozuelo (1996, p.24) afirma que a maioria dos autores concorda que eles são: a) respeito à origem dos fundos; e b) respeito à estrutura daqueles fundos e à ordem dos documentos no interior dos fundos.

Caberia, então, analisar se é um ou se são dois princípios. Como fica claro na definição, o primeiro aspecto refere-se à instituição em si, de forma ampla, orientando que seu acervo não se misture com o de outra instituição. O segundo aspecto, por sua vez, é mais específico e voltado para a organização interna do fundo que deve ser feita respeitando a identificação das unidades administrativas e técnicas que produziam os documentos, buscando recuperar a classificação e a ordenação originais.

Em conclusão às suas análises, Martín-Pozuelo (1996, p.24) considera que os conceitos se completam num único postulado fundamental, o princípio da proveniência. Com entendimento muito similar, tal visão é compartilhada por vários teóricos, entre os quais se podem destacar:

- Subdirección General de los Archivos Estatales (1995): afirma que os princípios de respeito a estrutura (*respeto a la estructura*) e de respeito a ordem original (*respeto al orden original*) são derivados do princípio da proveniência (*procedencia*);
- Lodolini (2003, p.153): *respect des fonds* significa não apenas o respeito aos fundos, mas também, no interior de cada fundo, a reconstituição da ordem original;
- Heredia Herrera (1991, p.33), que utiliza a denominação única de princípio da proveniência (*procedencia*) ou de respeito à origem e a ordem natural;
- Heredia Herrera (2003, p.5): afirma que o respeito a ordem original (*respeto al orden natural*) é um princípio subsidiário ao da proveniência (*procedencia*).
- Alberch i Fugueras (2003, p.220): afirma que o princípio de respeito à ordem original (*orden primitivo*) está implícito no princípio da proveniência (*principio de respeto de los fondos*).

Em se adotando a tabela de análise de princípios proposta nesta tese, consideramos que o princípio da proveniência atende a todos os requisitos para ser considerado um princípio arquivístico.

Para concluir essa análise, observamos que conceito de princípio da proveniência dá origem ao conceito de fundo (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1998), qual seja

Conjunto de peças de qualquer natureza que todo corpo administrativo, toda pessoa física ou jurídica reuniu, automática e organicamente, em razão de suas funções ou atividades<sup>177</sup> (MANUEL D'ARCHIVISTIQUE, 1991, p.22-23).

Esta definição está profundamente arraigada na teoria arquivística mundial como um de seus suportes essenciais, sendo uma especificidade do conceito geral de arquivo, e evoluiu muito pouco da aceção original expressa no texto de 1841, qual seja

---

<sup>176</sup> *Respect des fonds: principe fondamental de l'archivistique, selon lequel chaque document doit être maintenu ou replacé dans le fonds dont il provient, et dans ce fonds à sa place d'origine* (PIAF, 2009).

<sup>177</sup> *L'ensemble des pièces de toute nature que tout corps administratifs, tout personne physique ou morale, a automatiquement et organiquement réuni em raison même de ses fonctions ou de son activité.*

“(...) todos os títulos [documentos] provenientes de um órgão, estabelecimento, família ou indivíduo” (*apud* MARTÍN-POZUELO, 1996, p.29)<sup>178</sup>.

Ao se pesquisar na literatura (PEARCE-MOSES, 2005; PIAF, 2009, DAT III, 2004; CAMARGO; BELLOTTO, 1996; ARQUIVO NACIONAL, 2005), não se encontra alguma diferença substantiva entre os conceitos de “arquivo” e “fundos de arquivo”. Senão a observação de que “fundo” é uma nova noção de arquivos, cunhada por ocasião do estabelecimento do princípio de respeito aos fundos (1841), cujo alcance vai além das adjetivações de público ou privado, de gestão ou permanente (fortemente influenciada pela obra elaborada e divulgada pela Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1889), que vinha acompanhando o termo arquivo (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991, p.22). Nesse sentido de sinonímia também vai o Dicionário do Projeto InterPares (INTERPARES 2 Project, 2011).

O Brasil acompanha essa linha, por meio do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.97) que define **fundo** como o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência”, sendo um “termo que equivale a arquivo” quando entendido como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.19).

Cabe ressaltar, ainda, que o conceito de princípio da proveniência, segundo Bearman e Lytle (1985-1986, p.19-20), sofreu sérias restrições quando de sua adaptação para *record group*, proposta pelo *National Archives e Records Administration*, dos Estados Unidos, em 1941, e largamente adotada pelos arquivistas canadenses e norte-americanos. Duchein, todavia, considera que a definição de *record group*, apresentada por Solon J. Buck, como

unidade arquivística definida de forma algo arbitrária, em função da proveniência dos documentos e da necessidade de se formar conjuntos de tamanho e natureza convenientes, de modo a facilitar o trabalho de arranjo e descrição (SOLON J. BUCK *apud* DUCHEIN, 1986, p.20).

não significa um erro de interpretação ou reinterpretação do conceito de fundos

---

<sup>178</sup> (...) tous les titres que proviennent d'un corps, d'un établissement, d'une famille ou d'un individu.

senão o de admitir abertamente, na definição dos fundos de arquivos, uma falta de rigor que tem sido uma tônica quase universal, pudicamente velada, porém (DUCHEIN, 1986, p.20).

Essa consideração remete aos objetivos e às justificativas desta tese, destacando-se, nesse escopo, que o próprio Duchein (1986), há mais de trinta anos<sup>179</sup>, já observava a necessidade de buscar esclarecimento quanto aos fundamentos da área, propondo um modelo que visava reduzir as possibilidades interpretativas e, conseqüentemente, de aplicação equivocada do conceito de “fundo”.

Finalmente, cabe registrar que foi realizada há mais de uma década pesquisa destinada a analisar a adequação do princípio da proveniência (*principio de procedencia*) como base para a realiação das funções arquivística, qual seja o exercício da profissão. A pesquisadora concluiu que, mesmo frente às práticas de gestão documental, à necessária incursão sobre os acervos privados e, talvez mais importante, a utilização de tecnologias da informação para a produção de documentos digitais, questões ausentes do contexto no qual o princípio foi concebido, ele segue como base da profissão, sendo o principal qualificador da diferença entre os arquivos e os demais instrumentos de informação (LUIGI, 1996). É uma opinião ratificada pela maioria dos teóricos da área.

### 3.2 RESPEITO À ORDEM ORIGINAL

Como o princípio de respeito da proveniência, este conceito nasce da busca pela definição de regras para o tratamento de acervos arquivísticos recolhidos aos arquivos públicos. Afinal, não há porque se falar em respeito à ordem original nos arquivos correntes, quiçá nos intermediários, quando é a ordem estabelecida pelos produtores que torna possível encontrar os documentos. Nas fases iniciais do documento, à organização do produtor é que permite a execução de suas atividades.

---

<sup>179</sup> O texto referenciado possui uma versão anterior, em inglês, de 1983, oriundo do original, em francês: DUCHEIN, Michel. *Le respect des fonds en archivistie: principe théorique et problèmes pratiques*. **La Gazette des Archives**, Paris, (97), 1977, p.71-96.

O que se busca com esse conceito é, nos arquivos permanentes, manter ou recuperar essa organização inicial. É a aplicação do princípio da proveniência sobre as especificidades organizativas, ou seja, sobre a estrutura interna da instituição.

Conforme já apresentado, a ordem original deriva do princípio da proveniência, não podendo ser considerado um “princípio científico”, nos moldes propostos nesta pesquisa. Todavia cabem algumas considerações adicionais.

Em consulta às publicações arquivísticas internacionais, podemos identificar este conceito sob denominações muito similares e sob a mesma acepção, quais sejam: respeito à ordem original, respeito à ordem primitiva, respeito à santidade da ordem original ou, ainda, princípio de registro (*principle of registry* ou *registratur*).

Com pouca diferença significativa, o entendimento generalizado (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p.61; ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.137; DANIEL, 1984, REUNION INTERAMERICANA..., 1961, VOGT-O’CONNOR, 1994; ALBERCH I FUGUERAS, 2003) é que, para atender ao princípio de respeito à ordem original, os documentos de um fundo devem manter sua organização física inicial, não devendo ser alterada a forma como se encontravam agrupados e ordenados pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.

Esse conceito, todavia, deve ser aplicado de acordo com regras objetivas e ser precedido pela identificação, pelo arquivista, dos critérios que fundamentaram a organização original. Essa orientação é bastante clara no “manual holandês”, adequadamente explícita na seguinte regra

18. A ordenação original de um arquivo pode ser modificada a fim de se corrigirem divergências em relação à estrutura geral do mesmo, quer se atribuam tais divergências a erros dos administradores do arquivo, quer resultem de modificações temporárias no sistema de custódia dos documentos. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.61)

Tal entendimento é compartilhado por Lopes (2000) e Pearce-Moses (2005), afinal, para esses autores, o conceito não orienta, simplesmente, manter o acervo da forma como é recebido, afinal pode estar desorganizado, não ser integral ou, mesmo, não ser perceptível qualquer regra efetiva de organização. O ideal é buscar a reconstrução da ordem original, porque se alcançada, segundo Pearce-Moses (2005)

se preservará a organicidade e o contexto dos documentos de modo a permitir sua utilização como prova da execução das atividades e, por outro lado, possibilita a exploração dos mecanismos de acesso criados pelo produtor, evitando criar novos instrumentos.

Marques (2011, p.89) corrobora, parcialmente, essa ideia a ordem original “caracteriza os aspectos de organicidade e fidedignidade dos acervos”, além disso, pondera que o conceito tem como natureza disciplinar a História e a Arquivística.

Esse conceito é facilmente aplicável na organização do acervo quando o produtor do arquivo utilizou-se de metodologia adequada de gestão de documentos arquivístico, elaborando, por exemplo, um plano de classificação que estruture suas funções e atividades executada na busca de seus objetivos, e utilizando-o para indexação e organização física dos documentos.

Apesar de caber ao arquivista respeitar a ordem pré-estabelecida na produção do arquivo, o que fazer quando não existir uma ordem, mas uma desordem primária? Essa situação resulta na criação dos “donos dos arquivos”. Aqueles cidadãos que, apenas eles, conseguem achar os documentos “arquivados”. Ao passar à fase permanente, os acervos servirão de fonte de resposta a questionamentos outros que não os interesses da instituição que os acumulou, portanto sua organização demanda uma estruturação lógica adequada ou, no mínimo, perceptível àqueles que buscarão informações, visto que precisarão ser independentes do “dono do arquivo”. Aos arquivistas cabe, então, decidir (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1998, p.84) “entre conservar a ordem existente, tentar reconstituir a ordem primitiva ou aplicar outra ordem”, que melhor atenda às demandas de pesquisa e compreensão do fundo. Sobre esse fato, Duchein (1986, p.26) é extremista ao afirma que ninguém deve tentar “reconstituir o que o tempo destruiu, salvo em raros casos em que uma reconstituição rigorosamente exata, segura e apoiada em provas irrefutáveis seja possível”.

Essa visão é, também, compartilhada por Sousa (2007, p.134) que considera que a reconstituição da ordem original equivale a um trabalho arqueológico, em que camadas sobrepostas devem ser retiradas cuidadosamente para não comprometem umas as outras e porque os documentos estão, “em geral, envolvidos em processos organicaionais informais, improvisados e sem registro” (SOUSA, 2007, p.133).

### 3.3 TERRITORIALIDADE OU PROVENIÊNCIA TERRITORIAL

O princípio da territorialidade tem raízes disciplinar no Direito, Administração e História e, também, Arquivística e tem impacto nos aspectos de memória e identidade (MARQUES, 2011, p.89) de um povo ou comunidade, ao que se acrescentam, ainda, aplicações da Geografia e das Ciências Políticas.

Esse princípio, inicialmente, resume o entendimento internacional de que um Estado que anexe outro a si, assume os direitos e obrigações, sobre propriedades e o domínio público do território anexado, incluindo seus arquivos (DIRECTION DES ARCHIVES..., 1991, p.41; ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p.52). Tal princípio gerava uma série de problemas, sobretudo na manutenção do princípio da proveniência e na preservação da integridade dos fundos.

Atualmente tem sido utilizado no sentido da definição do “domicílio legal dos documentos”, ou seja, “a jurisdição a que pertence cada documento, de acordo com a área territorial, a esfera de poder e o âmbito administrativo onde foi produzido e recebido” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.32). Esse princípio é mencionado por Jean Favier (p.30) como justificativa para evitar que os acervos dos diversos distritos franceses, considerados sem interesse para administração local, fossem enviados à Paris. Esse renovado, e pró-arquivístico, *principe de territorialité*<sup>180</sup>, incorporado às questões arquivísticas canadenses, é oriundo das questões fronteiriças naquele país e se estabelece como

Princípio derivado do princípio da proveniência e que defende que os arquivos devam ser conservados nos serviços de arquivo do território no qual foram produzidos ou, melhor ainda, na instituição produtora do fundo (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1998, p.295).

A derivação do princípio da proveniência é ratificada com o termo “proveniência territorial” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.141) adotada no Brasil, que o define como

---

<sup>180</sup> *Territorialité (principe de): Principe dérivé du principe du respect des fonds et que veut que les archives soient conservées dans les services d’archives du territoire dans lequel elles ont été produites ou, mieux encore, dans l’institution productrice du fonds (ROUSSEAU, COUTURE, 1994, p.293).*

Conceito derivado do princípio da proveniência e segundo o qual arquivos deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território no qual foram produzidos, excetuando-se os documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares.

Observamos que as diferenças das duas definições restringem-se à parte final. Enquanto Rousseau, Couture *et alii* (1998) consideram que os fundos, além de permanecerem no território, devem ficar junto das instituições produtoras, o Arquivo Nacional (2005) brasileiro optou por apontar as exceções à aplicação do princípio.

Essa visão buscada pelo Brasil já está bem definida no direito internacional, onde o princípio da territorialidade refere-se ao respeito à soberania do Estado, seu ordenamento jurídico, aplicável a todos em seus respectivos países, mas, também, nos limites de sua extensão territorial, aérea, marítima e aos seus espaços fictos<sup>181</sup>, sendo tal conceito também aplicável a circunscrições menores, como, no caso do Brasil, os estados federados e os municípios (FARHAT, 1996, p.946).

Podemos interpretar esse princípio, em sua aplicação à Arquivística, sob o viés do princípio da proveniência, quando se busca respeitar a contextualização institucional de produção dos documentos, por meio da qual é possível entender seus objetivos e funções. Essa ideia, aplicada ao invés do patrimônio cultural (e arquivístico) de uma região ou comunidade, ou seja, extrapolada geograficamente, presume que a compreensão das mudanças do contexto social, legal, político, ou seja, a própria evolução de uma determinada região, só é possível pela análise das relações entre seus cidadãos e as instituições estabelecidas na área, cujos registros arquivísticos são fonte legítima de informações sobre aquela sociedade.

Entendemos, todavia, que essa propagação “derivação” do princípio da proveniência não é uma realidade, visto que esse se foca no conceito de fundo. Afirmar uma derivação implica em aceitar que o conceito de fundo pode ser extrapolado para o conceito de território, o que não nos parece adequado. Ponderamos, pois, que o princípio da territorialidade é um princípio geral arquivístico, embora conceitualmente interdisciplinar.

---

<sup>181</sup> Território ficto: embaixadas e legações diplomáticas, navios de guerra e aeronaves militares, onde que se se encontra, são considerados prolongamento da nação cujo pavilhão ostentam (CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte : Del Rey, 2008, p.108).

### 3.4 CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS E TEORIA DAS TRÊS IDADES

A distância entre a administração e a história no que concerne aos documentos é, pois, apenas uma questão de tempo. (Heloísa Bellotto, 2004, p. 23.)

Uma importante contribuição à fundamentação teórica da Arquivística é a constatação da existência de um ciclo de vida documental, muitas vezes, apresentado na literatura como sinônimo da teoria das três idades, desenvolvido no contexto que originou, também, o entendimento do que é gestão documental<sup>182</sup>. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005b, p.47) é bastante claro na distinção dos termos ao indicar “Ver também teoria das três idades”, no verbete “ciclo vital dos documentos”, o que significa que há relação entre os termos, mas não sinonímia. Visão compartilhada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.73) que sugere “Ver também Ciclo vital dos documentos” no verbete “Teoria das três idades”.

Embora tratem os termos como sinônimos, é ilustrativo observar que Rousseau, Couture *et alii* (1994, p.31-32; 1998, p.52-53) denominam de fundamentos da disciplina o princípio da proveniência, o princípio da territorialidade e a “abordagem” (*approche*) das três idades. Anos antes dessa publicação, todavia, os autores definiam a teoria das três idades como o “princípio segundo o qual um documento é ativo, semiativo ou inativo” (COUTURE, DUCHARME, ROUSSEAU, 1988, p.56).

As fases do ciclo vital podem ser enumeradas como: produção, manutenção e uso, destinação final, qual seja sua eliminação ou recolhimento, armazenamento e disponibilidade no arquivo permanente, no caso das instituições públicas, envio a uma instituição arquivística (DANIELS, 1984; ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.47; NATIONAL ARCHIVES - Estados Unidos, 2008). A fim de dirimir quaisquer dúvidas de que o ciclo vital também abrange a fase permanente, o que não fica evidente em algumas definições, o projeto InterPARES recupera as propostas anteriores e as amplia, descrevendo etapas da fase permanente. Naquele Glossário (INTERPARES 2 Project, 2008, p.40) o ciclo vital é definido como

Modelo de gestão de documentos arquivísticos e da Arquivística (*Archival Science*) que compreende oito estágios sequenciais: 1) criação ou recepção; 2) classificação; 3) manutenção e utilização interna, com fins primários; 4) destruição ou recolhimento para instituição arquivística; 5) descrição em instrumentos arquivísticos de pesquisa; 6) preservação; 7) referência; e 8) uso amplo, com fins secundários<sup>183</sup>.

Tal entendimento da distinção entre os termos possui muitos adeptos – por exemplo Jardim e Fonseca (2005, p.125), que dividem essas etapas no contexto da instituição produtora e na instituição arquivística<sup>184</sup>. O *Dictionary on Archival Terminology* (DAT III) (ICA/CIA, 2004, por outro lado, apresenta *lyfe cicle (of a record)* (inglês) como sinônimo para *théorie des trois âges* (francês) e para *ciclo vital de los documentos* (espanhol). Entendemos, pelo levantamento realizado que ciclo vital e teoria das três idades são distintos, apesar de complementares e não devem ser confundidos. Viés adotado nessa pesquisa.

Do princípio do ciclo vital, embora geralmente mencionada uma criação simultânea, deriva a teoria das três idades, que busca explicar detalhes adicionais do ciclo, interpretando e propondo uma aplicação prática. A teoria das três idades foi cunhada a partir dos valores primário e secundário<sup>185</sup> da documentação arquivística, acrescida dos aspectos relacionados ao crescimento exponencial da produção documental e da impossibilidade física e econômica de manter todo o acervo no setor de trabalho da instituição acumuladora. Assim, o que seria duas idades tornou-se três (ROUSSEAU; COUTURE *et alii*, 1998, p.112).

Segundo Christine Pétillat e Hélène Prax (*apud* SOUSA, 1997, p.32), a teoria das três idades foi formulada com a divulgação do relatório da Comissão Hoover e com a

<sup>182</sup> Para análise aprofundada do tema, sugerimos a leitura de Rhoads (1989) e Llansó i Sanjuan (1993).

<sup>183</sup> A tradução é livre e adaptado do original: “A model of records management and archival science that characterizes the life span of a record as comprising eight sequential stages: creation or receipt; classification; maintenance and use; disposition through destruction or transfer to an archival institution or agency; description in archival finding aids; preservation; reference and use.”

<sup>184</sup> Essa divisão, também identificada em outros autores, é uma representação bem evidente do entendimento atual das ações realizadas no escopo da gestão de documentos (fases corrente e intermediária) e na administração de arquivos (fase permanente).

<sup>185</sup> O valor primário refere-se “aos aspectos gerenciais do documento e à demanda de uso que este recebe por conta da administração que o produziu”, o valor secundário relaciona-se “às possibilidades de utilização do documento por usuários que o procuram por razões distintas e posteriores àquelas do seu produtor” (JARDIM e FONSECA, 1998, p.382-383).

publicação de *Moderns archives: principles and techniques*, de Schellenberg, em 1956. Para Chell (2010), todavia, seu desenvolvimento – como ciclo vital – deu-se primeiramente por Phillip Coolidge Brooks e Emmett J. Leahy do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, no final dos anos 1930, mas torna-se público pela primeira vez somente no artigo “*The selection of records for preservation*”, de autoria de Brooks, publicado em outubro de 1940, na *American Archivist*.

Essa teoria divide o ciclo de vida dos documentos acumulados por uma instituição em três idades: corrente, intermediária e permanente. Tal análise encontra corroboração no Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.160), que define “Teoria das três idades” como

teoria segundo a qual os arquivos [enquanto conjuntos documentais] são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de **acordo com a frequência de uso** por suas entidades produtoras e a **identificação de seus valores** primário e secundário. Ver também ciclo vital dos documentos.

Apesar de institucionalizadas pela legislação brasileira (Lei nº 8.195/1991, art. 8º), essas fases ou idades – que também são utilizadas para classificar os documentos e os arquivos onde estão armazenados – possuem inúmeras outras denominações, tanto nacional, quanto internacionalmente, de acordo com o viés adotado para a classificação dos arquivos e de seu ciclo vital (GOMES, HELLUY, 1976; ARQUIVO NACIONAL, 2005; LODOLINI, 1993; DIRECTION DES ARCHIVES..., 1991; ROUSSEAU, COUTURE, 1994; entre outros), principalmente na relação entre o interesse administrativo e o interesse histórico. Esses vieses podem ser quanto:

- à consulta e interesse da administração produtora: arquivo ativo, arquivo semiativo e arquivo inativo; visão que pode ser observada em;
- à disponibilidade de consulta e interesse dos cidadãos e pesquisadores em geral: arquivo de gestão ou fase administrativa, pré-arquivo ou fase pré-arquivística e arquivo histórico ou fase histórica;
- ao local de armazenamento: arquivo setorial, arquivo de depósito ou central e arquivo público;

- à representatividade temporal da ação ao qual está vinculado e da instituição produtora: corrente, intermediário e permanente, uma das denominações mais aceitas internacionalmente.

O Brasil é adepto da última abordagem, como se pode observar nos dicionários terminológicos brasileiros (ARQUIVO NACIONAL, 2005; CAMARGO; BELLOTTO, 1996). Como, mesmo entre os teóricos da área, nacional e internacionalmente, que utilizam denominações diferentes o entendimento é similar, a seguir, é utilizada uma adaptação das definições constantes na Lei nº 8.159, de 1991, “Lei dos Arquivos”, para as três fases documentais:

- **fase corrente:** reservada ao armazenamento dos documentos “em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes” (Art. 8º, §2º); na literatura, também se encontra identificada com denominações como ativa ou administrativa;
- **fase Intermediária:** utilizada para denominar a idade na qual se encontram os documentos “que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (Art. 8º, §2º); também denominada de semiativa; e
- **fase permanente:** destinação dos “conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (Art. 8º, § 3º); também identificada na literatura como histórica, inativa ou definitiva.

Analisando diversos textos e dicionários, podemos concluir que esses estágios ou fases sucessivas por que passam os documentos de arquivo e os próprios arquivos desde sua produção (entendida como criação ou recepção ou, ainda, planejamento sobre sua criação) até preservação em guarda permanente (passando pelos procedimentos de seleção) podem ser identificados como um princípio. É um conceito geral, aplicável a qualquer realidade documental arquivística e plenamente aceito pela comunidade.

A teoria das três idades, por outro lado, é um conceito profundamente arraigado na área em nível internacional, porém é uma interpretação do princípio do ciclo vital. Podemos citar como opções de reinterpretação prática do ciclo vital, igualmente aplicáveis, primeiro, a do italiano Elio Lodolini (1993), apresentada em seu *Archivistica: principi e problemi*, de 1984. Aquele teórico considera, dentro do consenso internacional, que as três fases são um mero construto advindo unicamente da impossibilidade administrativa de gerenciar grandes massas documentais por muito tempo na primeira fase, antes de uma transferência para a fase permanente ou eliminação. Segundo ele, na prática, a segunda fase está muitas vezes dividida em duas, uma junto à instituição produtora do documento e outra junto a uma instituição de arquivo geral, embora ainda não esteja em fase permanente. Dessa forma, propõe uma quarta fase, resultante da necessária subdivisão da fase intermediária. Ou seja, uma teoria das quatro idades, quais sejam: arquivo corrente, arquivo de depósito, pré-arquivo e arquivo (LODOLINI, 1993, p.31-43).

Outro contestador das três idades é o francês Yves Pérotin, por meio de seu trabalho “*Les champs d’intervention des archivistes sur lês archives en formation*”, publicado em 1970 (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991, p.112-125). Esse francês defendia a existência de três idades (administrativa, intermediária e histórica), porém com cinco valores [I. primário máximo (uso cotidiano), II. primário reduzido, III. primário baixo (referência ocasional), IV. secundário potencial (enquanto aguarda o recolhimento), V. secundário máximo], numa lógica que se pode considerar claramente como defensora de cinco idades.

Podemos ainda propor, numa visão sumária, apenas duas idades, refletindo os valores primários e secundários dos documentos, uma visão que é comumente adotada pelas instituições privadas, apesar da confusão comum entre “valor secundário” e documentos sem interesse praticado por esse tipo de instituição. Embora todas essas propostas sejam raciocínios lógicos calcados na práxis, foi a das três idades que teve maior divulgação, repercussão e tornou-se o paradigma vigente. As demais foram peremptoriamente ignoradas e, posteriormente, esquecidas.

Não se pode eximir de comentar sobre a contemporaneidade do ciclo vital. Nesse sentido, faz-se necessário um breve registro do conceito australiano de *records continuum*

Toda a extensão da existência de um documento arquivístico. Refere-se a um regime consistente e coerente de gestão de processos desde o momento da criação do documento arquivístico (e ainda antes, no projeto dos sistemas arquivísticos) até a preservação e uso dos documentos arquivísticos em sua fase permanente. [NATIONAL LIBRARY (Australia, 2005)]<sup>186</sup>

Esse conceito surge da visão de uma Arquivística pós-custodial justificada, principalmente, pelo advento dos documentos digitais, embora, conforme Frank Upward (1996), não se limite à questão do suporte, sob pena de retomar o dualismo anterior (custodial e pós-custodial). A partir dos vários textos analisados (XIAOMI NA, 2001; UPWARD, 1996; CHELL, 2010), consideramos possível, a despeito dos inúmeros vieses que a adoção desse modelo demanda à ação profissional e à instituição, interpretá-lo como uma visão que condena uma teoria das três idades vinculada a procedimentos condicionados pelo tipo de profissional (arquivista ou gestor de documentos) e pelo espaço de armazenamento (arquivo setorial, central, permanente) propondo uma visão que focalize o tratamento em si, sem ignorar, mas relativizando o papel do profissional (desta feita, com formação integrada) e o local de armazenamento.

Essa abordagem de acompanhamento contínuo sobre os documentos arquivísticos, que passou por um processo de refinamento desde sua propositura por Ian Maclean, na década de 1950, é, a nosso ver, uma nova interpretação para o conceito de ciclo vital, reafirmando-o como um princípio arquivístico. A observação quanto ao “refinamento” do conceito de *records continuum* é proposital no sentido de registrar que a grande maioria das diferenças apontadas por Xiaomi Na (2001) para o ciclo vital, parte do pressuposto de que esse conceito não evoluiu ao longo das décadas desde sua concepção, pouco mais de 10 anos antes do surgimento do

---

<sup>186</sup> *Records continuum: the whole extent of a record's existence. Refers to a consistent and coherent regime of management processes from the time of the creation of records (and before creation, in the design of recordkeeping systems) through to the preservation and use of records as archives.* A segunda parte do conceito foi retirada da norma australiana AS 4390.1-1996 *Records Management Part 1: General*, que, segundo Cunningham (2005), serviu de base para a ISO 15489-2001.

conceito de *records continuum*. Afirmar, por exemplo, que o “momento da avaliação” no modelo de ciclo vital é no final do processo, após a tramitação do documento arquivístico, enquanto que no *records continuum*, ocorre do início ao fim, é ignorar toda a prática de gestão documental contemporânea que vincula a tabela de temporalidade a um plano de classificação que deve ser utilizado no momento da criação do documento.

Uma questão que consideramos depor contra o termo ciclo vital é sua própria denominação em metáfora ao percurso de existência dos seres vivos. Assim sendo, estaria inserida, obrigatoriamente, no ciclo vital a morte do documento, qual seja, sua eliminação. Todavia, existem os documentos eleitos para a posteridade, portanto, preservados indefinidamente. A metáfora do ciclo de vida não atende a esses documentos “imortais”, ainda que a interpretemos, como Rhoads (1989) como uma morte para a administração (valores primários, quando faz pleno sentido o uso do termo “arquivo morto”) e uma ressurreição ou renascimento, simultâneo, para a história (valores secundários)<sup>187</sup>. Essa metáfora trás em si uma visão de separação física e profissional entre a fase de gestão e a fase de preservação permanente.

Em termos contemporâneos, faz mais sentido uma análise sob o foco da continuidade do uso do documento arquivístico que, com o tempo, se reduz em relação ao produtor e se amplia em relação aos cidadãos e pesquisadores.

---

<sup>187</sup> É nesse momento que os *records* passariam a ser chamados de *archives*, segundo terminologia comum no século XX, como se pode perceber em Bradsher (1991, p.2). No Brasil não há esta distinção. Em qualquer fase do ciclo vital o conjunto de documentos arquivísticos constituem arquivos.

#### 4. CONCLUSÕES

Um dia, bastará fazer mover pequenas agulhas, sôbre o quadrante numerado de um mostrador, para ler, diretamente, as últimas informações dadas pela Enciclopédia Mundial, disposta como um centro de irradiação contínua. Ésse será o livro que, contendo todos os assuntos, estará à disposição do Universo.

Paul Otlet, 1937 (OTLET, 1947, p.12)

A Arquivística, a despeito de pouco mais de um século do início de sua estruturação como campo científico, já passou pelas várias fases de evolução que os teóricos denominam de crise, revolução e mudança de paradigma. Embora esteja fortemente estabelecida como disciplina, principalmente em seu aspecto de institucionalização social, ainda padece no âmbito de sua institucionalização cognitiva, problema agravado pelo alcance de sua comunicação científica no âmbito internacional e, simultaneamente, pelo entendimento de que sua forte conotação social implica, mais do que na interpretação, na construção local de seus fundamentos, muitas vezes para além dos próprios fundamentos.

Acreditamos ser necessário esclarecer que esta pesquisa não tem como objetivo propor uma Arquivística universal, com referencial exclusivamente calcado em próprio conhecimento e cuja evolução ignore sua relação com a sociedade na qual suas práticas são exercidas. Não se busca configurar um corpo teórico geral e inflexível. Primeiro, porque a essência da evolução científica é a mutabilidade das teorias que fundamentam uma disciplina por meio de novos conhecimentos oriundos de contextualizações, principalmente, cronológicas, sociais e tecnológicas. Em segundo lugar, a Arquivística, por ser uma disciplina social e, também, fortemente vinculada aos procedimentos e ditames do Estado deve, necessariamente, incorporar nas suas práticas locais, os elementos da sociedade atendida pelas suas aplicações.

Assim, o que se deseja, na realidade, é a identificação de estatutos mínimos que permitam a interação entre os teóricos e uma evolução do conhecimento sob o foco lógico das realidades nacionais, mas partindo de pressupostos teóricos globais. Nesse sentido, incentivamos uma maior atenção aos procedimentos de formalização teórica da

área, a fim de evitar, por exemplo, que uma situação política, social ou administrativa de uma determinada realidade sirva de justificativa para se alterar uma teoria cuja fundamentação e aplicação geral estão ratificadas por análises teóricas e experiências práticas. Apenas para ilustrar essa questão, observamos que Duchein (1983, p.66-67; 1986, p.16) já se manifestava contrário à transferência ou ao desmembramento de fundos de Estado para Estado em decorrência de decisões locais ou internacionais, vinculadas à cessão de território ou do aparecimento de um novo Estado independente. O autor considera que tais ações, apesar de inevitáveis pelos arquivistas, não podem ser incorporadas à prática ou ser registradas como exceções à aplicação do princípio de respeito aos fundos.

Não entendemos, encerrando essas considerações iniciais, que conceitos como patrimônio cultural, memória social e história dos povos, todos vinculados direta ou indiretamente aos resultados da aplicação das teorias arquivísticas, automaticamente se coadunem e tenham sua composição submetida, em termos teóricos, aos ditames do Estado. Embora não ignoremos a possibilidade real de que estejam sujeitos, na prática, à influência e mesmo a representarem exatamente os interesses do Estado, no seu âmbito de poder e influência. Assim, defendemos uma prática que ratifique uma realidade local, mas estatutos teóricos globais mínimos sob os quais todos os teóricos da Arquivística possam interpretar seu objeto de estudo. Inclusive no sentido de afirmar que determinada realidade não corresponde à prática adequada de uma teoria construída e institucionalizada.

Consideramos que nosso objetivo geral delineado, qual seja “identificar e sistematizar os fundamentos teóricos da disciplina Arquivística, como uma área institucionalizada mundialmente, incluindo suas teorias e princípios, bem como as características de seu objeto de estudo, em seus mais diferentes aspectos, buscando uma conformidade de entendimento”, foi alcançado, nos limites pré-estabelecidos.

Entendemos que hoje já se pode afirmar categoricamente que a Arquivística está institucionalizada local e internacionalmente. Em seu aspecto social, isso pode ser comprovado pelas inúmeras instituições de ensino, normatizadoras e profissionais existentes, bem como pelos eventos de discussão científica e as inúmeras publicações teóricas e técnicas já editadas. Em complemento, a existência da terminologia e dos

fundamentos teóricos e conceituais objeto desta tese são exemplos da institucionalização cognitiva da Arquivística em nível nacional e internacional. Uma visão cronológica dessa institucionalização foi sistematizada no Anexo I. Linha de tempo da Arquivística.

Apesar de a divergência ser algo comum e, até, esperado em relação a todos os campos científicos, algumas das que foram identificadas nesta pesquisa sinalizam para uma imaturidade científica da Arquivística em relação à exigência de rigor metodológico na aceitação de propostas teóricas. Esse fato estaria permitindo a proliferação de aspectos teóricos que poderiam ser conjugados com teorias já existentes e se eleva, substancialmente, quando analisado sob o viés terminológico.

As principais divergências teóricas da área identificadas na pesquisa são as seguintes:

- uso de termos como “princípio” e “teoria”, sem a necessária consistência científica, para identificar aspectos da disciplina Arquivística, como no caso de reversibilidade, imprescritibilidade e organicidade;
- falta de clareza entre o que pode ser identificado como princípio arquivístico e o que é considerado característica do objeto de estudo da área, como observado em, por exemplo, organicidade e unicidade;
- discordância quanto à quantidade, à descrição e à definição dos objetivos, objetos e princípios arquivísticos, observado, principalmente, nas tabelas de objeto (Tabela 13), de finalidade (Tabela 14) e de princípios (Tabela 22) identificados na literatura;
- termos com nomes diferentes nos países, mas similares na definição, a despeito do viés linguístico, como, por exemplo, organicidade, vínculo arquivístico (*archival bond*) e inter-relacionamento (*interrelationship*);
- abordagem geral e única em uma realidade, porém específica e, em consequência, subdividida em outra, sem se buscar uma relação de equivalência, como observado em “cumulatividade”, tratada como junção de “organicidade” e “naturalidade”, ou essas duas últimas em separado, ou ainda, princípio de “respeito aos fundos” e de “respeito a ordem original”, tratados, também, como vieses do princípio da “proveniência”.

Em relação aos objetivos específicos e hipóteses arroladas, confirmamos que as realidades nacionais provocam reflexos na teoria e na prática da área, afinal são essas realidades que constituem o conhecimento arquivístico. Sendo a Arquivística uma disciplina fortemente vinculada às necessidades do Estado, as nações que investiram na solução dos problemas ligados ao tratamento de seus registros documentais colaboraram substancialmente para o desenvolvimento da disciplina.

Para ilustrar esta afirmação, podemos exemplificar, além da orientação administrativa do governo francês que originou os princípios da proveniência e da ordem original e o conceito de fundo, os trabalhos da Comissão Hoover<sup>188</sup>, que deram origem aos conceitos de gestão de documentos (*records management*) e de ciclo vital dos documentos arquivísticos (*records lifecycle*). Essa ação do Governo dos EUA acabou por romper a tradição europeia de valorização dos arquivos permanentes, fazendo com que os documentos, ainda nas fases junto ao produtor, fossem considerados importantes. Coube à prática cotidiana reinterpretar o que deveria ser uma visão de continuidade do tratamento documental desde sua produção, traduzindo-a na separação profissional e, em alguns países, acadêmica, ao promover a distinção entre gestores de documentos e arquivistas.

O contexto de cada país precisa ser analisado integralmente para oferecer subsídios de uma interpretação local dos fundamentos da teoria arquivística. Pesquisa realizada por Marques (2011, p.97-100), no escopo que nos interessa, demonstra um embasamento legal não similar entre os países<sup>189</sup> de nosso universo de pesquisa, mas focado no principal aspecto de interesse dos arquivos, o acesso à informação. Apesar de todos [Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra (Reino Unido), Itália e Portugal] possuírem legislação que abrange direito de acesso à informação e aos documentos administrativos, leis gerais dos arquivos e patrimônio histórico, essas normas, conforme consta dos manuais, tiveram pouca influência na teoria arquivística, senão na interpretação estatal de algumas poucas definições, sobretudo a de “arquivo”.

---

<sup>188</sup> Com o nome oficial de “*Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*”, teve como objetivo geral melhorar a eficiência e a eficácia do Governo no pós-guerra, a fim de reduzir os gastos da máquina administrativa.

Apesar disso, pode produzir grande impacto na prática profissional. Por exemplo, apesar de estar fora do universo desta tese, na China, Rússia e Polônia, as definições oficiais de “arquivo” e “fundo” propiciam equívocos na identificação e formação dos fundos e na aplicação dos critérios de avaliação, permitindo, ainda, num dos casos, a utilização do princípio da pertinência, considerado pré-paradigmático pela Arquivística contemporânea e abandonado, inclusive no âmbito brasileiro.

Ainda em termos legais, as orientações internacionais para solução de conflitos fronteiriços são a base de fundamentação, em complemento ao conceito de proveniência, do princípio da territorialidade, originário de discursões sobre jurisdição dos Estados em suas relações em tempos de guerra e paz.

Ainda em relação à análise do impacto dos Governos na teoria arquivística, consideramos que os países que passaram por períodos de exceção, sobremaneira Argentina (1976-1983), Brasil (1964-1985), Itália (1922-1946) e Portugal (1926-1974), tiveram como consequência o desenvolvimento lento da área em seu alcance social, mas não em seus fundamentos. Conforme as referências utilizadas nesta tese, a Arquivística praticada nesses países respeita os principais fundamentos da área, embora, como já mencionado nos aspectos introdutórios, não se isente de alguma interpretação ou adequação local em decorrência do alcance legal. É salutar observar que, no Brasil, um dos grandes períodos de efervescência da área ocorreu na década de 1970, em pleno regime militar.

Essa década, como se pode observar no Anexo I, começa com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, 1971. Essa Associação, no ano seguinte, é responsável pela organização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA<sup>190</sup>, ocasião em que também passa a publicar o periódico “Arquivo & Administração”, abrindo espaço para a discussão e difusão das pesquisas e experiências arquivísticas. O ensino da área se fortalece com a autorização para criação dos cursos universitários de arquivologia (1972), cujo currículo mínimo viria a ser aprovado dois anos mais tarde, e a concessão de mandato universitário ao “Curso

---

<sup>189</sup> Exceto para a Argentina, mas identificamos que o país possui legislação que cria o *Archivo General de la Nación* (Ley 15.930/1961) e sobre eliminação de documentos (Decreto 1.571/1981).

<sup>190</sup> Nessa década ocorreriam mais três edições do CBA (1974, 1976 e 1979) e seriam publicadas 23 edições do periódico “Arquivo & Administração”.

Permanente de Arquivos” ministrado pelo Arquivo Nacional (1973), posteriormente incorporada à UFRJ (1977), hoje denominada Unirio. Entre tantos importantes acontecimentos, podemos citar, ainda, a regulamentação da profissão (1978), a criação de mais dois cursos universitários de Arquivologia – UFSM (1976) e UFF (1978) –, tradução e publicação do livro “*Modern Archives*” (Arquivos Modernos, 1974) de T. Schellenberg, referência internacional da área, e a criação do Sistema Nacional de Arquivos e da Comissão Nacional de Arquivos (1978).

Essa aparente efervescência da década pode ser resultado da reformulação do Arquivo Nacional e do investimento na formação de seu corpo técnico, iniciado na década de 1950, pelo seu então diretor José Honorio Rodrigues, conforme observado por Marques (2011), Gomes (2011) e Santos (2010). Afinal, as discussões arquivísticas àquela época, estavam circunscritas às instituições arquivísticas e à solução de suas demandas práticas (GOMES, 2011), como se pode perceber pela origem institucional da produção teórica analisada nas Tabelas 3 e 4.

Nos últimos tempos, todavia, sinalizada pela produção bibliográfica nacional, a pesquisa arquivística tem se tornado mais fortemente arraigada ao mundo acadêmico (universidades e centros de pesquisa) e aos projetos nacionais e internacionais de pesquisas o que poderá representar, no futuro, uma maior emancipação da disciplina da égide do Estado.

Ainda no aspecto autonomia, é importante delinear o campo científico da Arquivística. Conforme inúmeros teóricos já se manifestaram, a disciplina se comunica e realiza intercâmbios intelectuais mais comumente com Administração, Direito, Diplomática, Sociologia, Ciência da Informação, História e, dependendo da aplicação, podem ampliar esse escopo. Embora a área possua um campo disciplinar conciso, o tem bem delineado, formado por seus princípios, objetivos e objetos de estudos.

No início de nossa busca pela sistematização teórica da Arquivística, confrontamos a necessidade de escolher um termo próprio para a área. Ao arrolar as diversas denominações constatamos a inexistência de justificativas substantivas para a seleção de um ou outro termo, senão argumentos sobre a distinção do conceito ocidental de “ciência”, mais aplicado à área de Exatas, ou, ao contrário, o endosso de uma visão de “ciência”, valorizando a área ou ainda, a tentativa de fugir do preconceito

advindo do entendimento do senso comum sobre a área e sua denominação mais antiga. O termo Arquivística foi selecionado por possuir em sua etimologia o conceito de área de estudos ou ciência existente em “Arquivologia”, cumprir com a expectativa de marcação das mudanças pelas quais a área passou e por, também, ser uma tendência de aceitação e utilização mundial.

Os objetivos e os objetos da disciplina foram buscados a partir das diversas definições de Arquivística encontradas nos manuais. Em análise comparativa, se identificou nas diversas definições da disciplina Arquivística, seus objetos e objetivos, selecionando, a partir daí, aqueles mais frequentes e contextualizados segundo o objeto primário, qual seja, o arquivo como conjunto de documentos acumulado por um produtor. A partir dessa identificação passamos a análise individual de cada um dos objetos da disciplina, nos aprofundando no que a teoria convencionou denominar de características do documento arquivístico.

Uma análise mais detida das várias características inicialmente identificadas nos permitiu concluir que diversas delas referiam-se a abordagens contidas em outras ou, simplesmente, tratavam-se de novas denominações para características já conhecidas. Ao final de nossas considerações, consideramos como características do documento arquivístico a fixidez, a organicidade, naturalidade, unicidade, autenticidade e imparcialidade, embora sob a observação que nem todas são identificadas no documento, sendo algumas nada mais que presunções.

Nesse aspecto, consideramos que há uma confusão teórica na atribuição dessas características, algumas vezes aos documentos outras vezes aos conjuntos documentais (arquivos). Fixidez, autenticidade, unicidade e imparcialidade são características cuja abordagem na literatura e definições analisadas claramente se referem ao documento arquivístico. A naturalidade, por outro lado, no escopo dos conceitos arrolados tem relação mais evidente com o conjunto documental. Todavia, observamos a existência de questionamentos sobre a imparcialidade considerada imbricada na produção documental, nesse sentido, como reflete no conjunto, não haveria, também, a imparcialidade no arquivo. É possível uma análise, nesse último aspecto, um pouco diferente. Mesmo que um documento possa estar contaminado com os interesses de um dado setor ou autor, tal ocorrência, frente ao restante do acervo

seria contextualizada, relativizando esse viés inicial e permitindo uma análise mais coerente com os objetivos da instituição. Nessa análise, se poderia falar em imparcialidade do fundo, mesmo que o mesmo não seja aplicável ao documento.

A análise da organicidade demanda um pouco mais de cuidado. O termo refere-se objetivamente ao arquivo, contexto sob o qual um determinado documento precisa ser analisado. Todavia, a denominação “vínculo arquivístico”, utilizada por alguns teóricos, permite interpretar o conceito como uma característica do documento em sua relação com outros. Dir-se-ia, pois, que a incidência das características sobre os objetos da Arquivística pode, inicialmente, ser assim interpretada:

Tabela 24. Características x objeto da Arquivística

	Fixidez	Organicidade	Naturalidade	Unicidade	Autenticidade	Imparcialidade
Documento arquivístico	X	X	-	X	X	-
Arquivo	-	X	X	-	-	-

Esta é, ainda, uma análise bastante superficial do tema e, por isso mesmo, controversa. Porém foi aqui inserida por configurar-se, a nosso ver, uma necessidade interpretativa a ser aprofundada pelos interessados. É, portanto, uma sugestão de pesquisa.

Nesse sentido, caberia, também, uma menção aos arquivos privados de caráter pessoal. Há autores que questionam a aplicação sobre os arquivos pessoais de conceitos comumente aceitos pelos arquivos institucionais, argumentando contra a naturalidade da produção, da imparcialidade e do respeito à ordem original desses acervos, que estariam impregnados de uma visão idealizada da figura do titular (HEYMANN, 1997; 2005). Outros consideram, todavia, que os contextos em que os titulares dos arquivos pessoais “criam e usam documentos são perfeitamente identificáveis” (BEARMAN, 1994, *apud* CAMARGO; GOULART, 2007, p.44) e que, quaisquer análises contrárias derivariam de entendimento superficial e linear da teoria arquivística (CAMARGO; GOULART, 2007, p.42). Consideramos, portanto, ser outro tema digno de aprofundamento em pesquisa específica.

Quanto aos princípios fundamentais da disciplina, concluímos que dentre os tantos termos ou conceitos identificados na literatura, apenas três resistiram à nossas análises e foram referendados como “princípios científicos arquivísticos”, quais sejam:

- proveniência ou de respeito à origem (instituição produtora), que possui duas abordagens ou noções conexas, que alguns autores denominam de “princípios” subsidiários ou de segundo nível: a) respeito aos fundos, no qual também estaria incluído o conceito de indivisibilidade ou integridade do fundo; e b) respeito à ordem original;
- territorialidade, adaptado pela área, a partir do conceito do Direito internacional; observamos que esse princípio tem profunda ressonância nos países como problemas fronteiriços, mas esse fato não impede que outras realidades utilizem suas características com sentido similar, fazendo que uma herança teórica local possa ser ampliada, conforme sugerimos, para um princípio da área;
- ciclo vital, com significado distinto de teoria das três idades, a qual é considerada uma possível aplicação desse princípio, da mesma forma que o *records continuum*.

Essas considerações de forma alguma devem ser entendidas como depreciação dos demais conceitos. Buscamos, na verdade, defender que os outros, independentemente de sua importância para a área, não podem ser denominados como “princípios arquivísticos” por não atenderem aos requisitos aqui delineados de configuração de um “princípio científico”.

Consideramos importante salientar que não acreditamos que a evolução da disciplina convirja, obrigatoriamente, para uma união com, ou até, assimilação pela Ciência da Informação, conforme proposto por alguns dos autores utilizados como referência para esta pesquisa. Todavia, os profissionais precisam assimilar novas demandas e as instituições de ensino alterar seus currículos no sentido de contemplar a qualificação dos profissionais para os requisitos exigidos pela sociedade da informação, principalmente, na interpretação teórica da Arquivística em seu viés tecnológico (documentos digitais e sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos).

Nesse sentido, e apesar de não ser escopo desta pesquisa, é importante registrar a existência de estudos internacionais visando à reinterpretação dos fundamentos da disciplina Arquivística, frente às constantes inquietudes teóricas e técnicas derivadas de questionamentos sobre sua aplicabilidade aos documentos digitais. Duranti e MacNeil, analisando os resultados do UBC-MAS Project, desenvolvido na *University of British Columbia* com o intuito de testar os conceitos tradicionais diplomáticos e arquivísticos confirmaram que ainda são aplicáveis, inclusive nos aspectos vinculados à preservação da integridade dos documentos digitais (DURANTI, MACNEIL, 1996, p.64). Tal visão é contestada por alguns pesquisadores<sup>191</sup>, mas corroborada por vários outros. Nesses últimos casos, sempre observando que o que se necessita é assegurar a adequada gestão desses documentos por meio de conhecimentos especializados, conforme sugere, por exemplo, Fillion (1998, p.228).

O alcance dos objetivos propostos por esta tese não significa que os resultados desta pesquisa esgotam o tema. Muito ao contrário. Esse é apenas um primeiro passo que, embora consideremos relevante para inúmeras pesquisas da área, deve ser aprofundado em alguma especificidade geográfica ou mesmo em algum aspecto teórico da disciplina, por exemplo, em relação às funções arquivísticas. É nesse sentido que se decidiu por sugerir leituras adicionais sempre que se abordava algum tema considerado relevante e cuja discussão nesta tese não exauriu as nuances relativas à sua compreensão.

Adicionalmente e em conclusão em relação à realidade local, registramos que a despeito das diferenças identificadas na interpretação teórica da Arquivística no Brasil, o mesmo não ocorre em relação à prática, quando se percebe, de norte a sul, o uso de instrumentos similares, alguns mais específicos, outros mais generalistas, ou seja, focados em interpretações locais, mas com base nos mesmos fundamentos. Como afirma Manini (2011) “em meu Grupo de Pesquisa [Imagem, Memória e Informação] têm gaúchos, paulistas, paranenses e cariocas e funciona sem ruídos conceituais”.

---

<sup>191</sup> Santos (2010, p.74), por exemplo, considera que os autores que “embarcaram” na era digital “formularam expressões e conceitos conflitantes com os princípios teóricos os métodos da arquivística e as características dos documentos de arquivos”.

## REFERÊNCIAS

- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9578**. Arquivo: terminologia. Rio de Janeiro : ABNT-BR, 1986.
- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10519**. Critérios para avaliação de documentos de arquivo: procedimentos. Out. 1988. Rio de Janeiro : ABNT-BR, 1990.
- ABRAHAM, Terry. **Archival Theory**: notes towards the beginnings of a bibliography. January 2011. Disponível em: <http://www.uiweb.uidaho.edu/special-collections/papers/theorybb.htm> Acesso em: 22 jan. 2011.
- ADABI. APOYO AL DESARROLLO DE ARCHIVOS Y BIBLIOTECAS DE MEXICO. **Glosario de Términos Archivísticos**. Disponível em: [http://www.adabi-ac.org/glosarios/glosario\\_arch\\_civil.html](http://www.adabi-ac.org/glosarios/glosario_arch_civil.html) Acesso em: 12 nov. 2009.
- ABRAHAM, A. Schechter. **Abraham's archival resource page**. Disponível em: <http://home.gwi.net/~aschecht/> Acesso em: 4 fev. 2011.
- AIRES; ALMEIDA (org.). Dicionário Escolar de Filosofia. Lisboa: Plátano, 2003. Versão online: <http://www.defnarede.com/> Acesso em: 21 jul. 2011.
- ALBADA, Joan van. Archives: particles of memory or more? In: BLOUIN Jr., Francis X.; ROSENBERG, William G. (ed.) **Archives, documentation, and institutions of social memory**: essays from the Sawyer Seminar. Michingan : University of Michingan, 2010.
- ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003. Manuales: documentación.
- ALVAREZ ALVAREZ, Maria Janeth; PARRA ACOSTA, Julio Alberto. **Historia de la Educación Archivística en Colombia**. Congreso de Archivología del Mercosur (VII). Bogotá: Universidad de La Salle, Facultad de Sistemas de Información y Documentación, 2007.
- ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida M. O.; GARCIA, Maria M.; PEREIRA, M. O. A.; LOMELINO, M. P.; NASCIMENTO, P. C. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- ARBOIT, Aline Elis. **O processo de consolidação da Ciência da Informação no Brasil**: a realidade concreta expressa pelas instituições científicas. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2010. Disponível em:

<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/24003/1/dissertacaovsfinal.pdf>  
Acesso em: 10 jan. 2010.

ARCHIVES DÉPARTEMENTALES DE SEINE-ET-MARNE. **Glossaire des archives**.  
Disponível em: <http://archives.seine-et-marne.fr/glossaire> Acesso em: 12 ago. 2010.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (Mexico). **Lineamientos Generales para la organización y conservación de los archivos de las dependencias y entidades de la Administración Pública Federal**. Disponível em:  
<http://www.agn.gob.mx/menuprincipal/archivistica/lineamientos.html> Acesso em: 7 fev. 2011.

ARCHIVOPEDIA. **Index of Archival, LIS & Public History Terminology**. 2008.  
Disponível em: <http://archivopedia.com/wiki/index.php?title=Terms> Acesso em: 18 jan. 2011.

ARÉAN-GARCÍA, Nilsa. **-ístico(a)**, uma questão de conceptualização. Disponível em:  
[http://www.fflch.usp.br/dl/minienapol\\_lex/downloads/3m8.pdf](http://www.fflch.usp.br/dl/minienapol_lex/downloads/3m8.pdf) Acesso em: 19 jan. 2011.

ARÈS, Florence, BAILLARGEON, Diane, CHOUINARD, Denys, COUTURE, Carol, GAGNON-ARGUIN, Louise, KING, Irène, LÉVESQUE, Michel, MAUREL, Dominique, PERRON, Johanne, TURNER, James. **Terminologie archivistique de base**: proposée aux étudiants. Université de Montréal. École de bibliothéconomie et des sciences de l'information. Disponível em:  
<http://www.ebsi.umontreal.ca/guides/arv-terminologie.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.

AREVALO JORDAN, Victor Hugo. **Diccionario de términos archivísticos**. Buenos Aires : Ediciones del Sur, 2003a. Disponível em:  
[http://www.edicionesdelsur.com/diccionario\\_archivistico.htm](http://www.edicionesdelsur.com/diccionario_archivistico.htm) Acesso em: 19 out.2009.

AREVALO JORDAN, Victor Hugo. **La profesionalización de los archivos**: proyectos para la conformación de las carreras de archiveros. Buenos Aires: E-libro.net, 2002.

AREVALO JORDAN, Victor Hugo. **Técnicas documentales de archivo**: ordenación y clasificación de los documentos de archivo. Buenos Aires : Ediciones del sur, 2003b.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2005b.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2005a.

ARQUIVO PÚBLICO (Canadá). DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS CORRENTES. **Arquivos correntes**: organização e funcionamento. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1975. (Publicações técnicas, 35)

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (Rio de Janeiro). **Legislação Arquivística**. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/legislario.htm> Acesso em: 15 mar. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA. I Reunião. **Deliberações, recomendações e moção**. 2010.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Arquivologia: textos e legislação. Rio de Janeiro: AAB, 1979. 52p. (Publicações da AAB, v.1)
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1973. 2<sup>a</sup> ed.
- ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. **Abrégé d'archivistique**: principes et pratiques du métier d'archiviste. Paris : Association des archivistes français, 2004.
- AUSTRALIAN SOCIETY OF ARCHIVIST. **Keeping archives**. The Australian Society of Archivists : Thorpe, 1993. 2nd. ed.
- AVAILABILITY OF RAMP Studies. Abbey Newsletter, v. 23, n. 3, 1999. Disponível em: <http://cool.conservation-us.org/byorg/abbey/an/an23/an23-3/an23-305.html>
- BAKER, Antoinette E. Ethical Considerations in Web 2.0 Archives. **SLIS Student Research Journal**, v. 1, n. 1, Article 4. Disponível em: <http://scholarworks.sjsu.edu/slissrj/vol1/iss1/4> Acesso: 12 set. 2011.
- BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues; SILVEIRA, Murilo Artur Araujo da. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **Transinformação**, Campinas, v.19, n.2, maio/ago 2007. p. 129-137. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=253>>. Acesso em: 19 jan 2011.
- BEARMAN, David A., LYTLE, Richard H. The power of the principle of provenance. **Archivaria**, n.21, Winter, 1985-1986, p.14-27.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. A terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 20, n. 1-2, p.47-56, jan/dez. 2007. (Normas e terminologia em arquivos).
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo : Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002a.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivologia(s) ou arquivística(s) brasileira(s)?** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[vanderlei.santos@camara.gov.br](mailto:vanderlei.santos@camara.gov.br)> em 1 fev 2011.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. 2<sup>a</sup>. ed. rev. e ampl.

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Ciências da Informação**: Arquivologia. Brasília: <s/p>, 1989. Série CNPq – Avaliação & Perspectivas (apost.)
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivos**. São Paulo : Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002b.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília : Briquet de Lemos, 2008.2ª. ed. rev. ampl.
- BELYAEVA, Elena. **Terminologie archivistique**: essai de comparaison. Disponível em: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/static/2951>Acesso em 21 jan.2010.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo : Arquivo do Estado, 1998. Projeto Como fazer; v.1. (Reedição com correção).
- BEYEA, Suzanne C.; NICOLL, Leslie H. Using scientific principles when there is no research. **AORN Journal**, May 1999. Disponível em: [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_m0FSL/is\\_5\\_69/ai\\_54610902](http://findarticles.com/p/articles/mi_m0FSL/is_5_69/ai_54610902) Acesso em: 08.Nov.2007
- BONILLA, José A. **O novo paradigma**: transdisciplinaridade. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos909/novo-paradigma-transdisciplinaridade/novo-paradigma-transdisciplinaridade.shtml> Acesso em: 3 set. 2010
- BONINI, Adair. Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos. **RBPG**, v. 1, n. 2, p. 141-159, nov. 2004. (Experiências). Disponível em: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1\\_2\\_nov2004\\_/141\\_159\\_Qualis\\_letras\\_linguistica\\_analise\\_fundamentos.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_2_nov2004_/141_159_Qualis_letras_linguistica_analise_fundamentos.pdf)
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BURGE, Mario. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coords.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo : Secretaria de Estado e Cultura, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo : IFHC, 2007.
- CAPES. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de áreas do conhecimento**. (2009). Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento\\_042009.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf) Acesso em: 31 dez. 2010.

- CARRERA STAMPA, Manuel. Examen de Archivos – México em la primera reunión interamericana sobre archivos. In: **Historia Mexicana** **45**, vol. XII núm. 1 julio-septiembre 1962, p.154-160. Disponível em:  
[http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18\\_1/apache\\_media/C89PLKAJVMYILUASENPJIRVEBAS54.pdf](http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/C89PLKAJVMYILUASENPJIRVEBAS54.pdf) Acesso em: 25 nov. 2010.
- CARVALHO, Ernani Macedo de. **Manual de classificação e arquivamento de papéis e documentos commerciaes e civis**. São Paulo Editora Ltda : São Paulo, 1931
- CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Lazzeri, 1928. 2nd. edicione. Disponível em: <http://www.archivi.beniculturali.it/Biblioteca/EuCa/totalCasanova.pdf> Acesso em: 26 jan. 2009.
- CASE WESTERN RESERVE UNIVERSITY. University Archives. **Glossary of Archival Terminology**. 2007. Disponível em:  
<http://www.case.edu/its/archives/Records/glossary.htm> Acesso em: 11 fev. 2011.
- CASTRO, Astréa de Moraes e. **Arquivologia: sua trajetória no Brasil**. Brasília : Stilo, 2008.
- CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística = técnica, arquivologia = ciência**. Brasília : Ao livro técnico, 1988.
- CHABIN, Marie-Anne. **La constitution de fonds d´archives historiques et-elle sujet à l´erreurs?** In: SCHOUKENS, Cathy, SERVAIS, Paul (Eds.). L´erreur archivistique: de la compréhension de l´erreur à la perception et à la gestion des incertitudes. Louvain/França: Archives de l´Université Catholique de Louvain - Academia Bruylant, 2009, p.153-168.
- CHELL, Robert. 2010. **Records Lifecycle v. Continuum**. Disponível em:  
<http://www.rms-gb.org.uk/download/637> Acesso em: 31 maio 2010.
- CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tabela das áreas do conhecimento: ciências sociais aplicadas**. Disponível em:  
<http://www.cnpq.br/areasconhecimento/6.htm> Acesso em 31 dez. 2010.
- CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Comissão Especial de Estudos CNPq, CAPES, FINEP. **Nova tabela das áreas do conhecimento: versão preliminar proposta para discussão**. Set.2005. Disponível em: [http://www.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas\\_do\\_conhecimento.pdf](http://www.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas_do_conhecimento.pdf) Acesso em: 31 dez. 2010.
- COEURÉ, Sophie; DUCLERT, Vincent. **Les archives**. Paris : La Découverte, 2001. «Repères»

- CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). **Resolução nº 23**, de 16 de junho de 2006. Dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.
- CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2011. Versão 1.1.
- CONGRESO DE LOS DIPUTADOS. **Los sistemas de información de los parlamentos y sus recursos documentales**: organización y funcionamiento (Edición 1). Módulo 3: Los archivos parlamentarios. Fundación CEDDET, 2009.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (1.), 1972, Rio de Janeiro. Anais (...). Brasília : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA (3.), 2008, Rio de Janeiro. **Anais** (...). Rio de Janeiro : AAERJ - ENARA, 2008.
- CONGRESSO REGIONAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO (2.), 1969, Rio de Janeiro. **Anais** (...). Rio de Janeiro : IBBD, 1970.
- COOK, Terry. **Archival appraisal and collection**: issues, challenges, new approaches. (april 1999). Disponível em: <http://www.mybestdocs.com/cookt-nara-990421-2.htm>  
Acesso em: 8 jan.2008
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In: **Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro, nov. 1997.
- COOK, Terry, Archival. **Science and postmodernism**: new formulations for old concepts, 2000. Disponível em: <http://www.mybestdocs.com/cook-t-postmod-p1-00.htm> Acesso em: 23 abr. 2008.
- COOK, Terry. Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal. In CRAIG, B.L. (ed.). **The archivist imaginations**: essays in honour of Hugh A. Taylor. Ottawa : Association of Canadian Archivists, 1992, p.38-70.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, Records, and Power: from (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science** 2: 171–185, 2002. Kluwer Academic Publishers. Netherlands. Disponível em: <http://www.nyu.edu/classes/bkg/methods/cook.pdf> Acesso em: 7 fev. 2011.
- COSTA, Larissa Candida. **Entre a formação e o trabalho**: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, Brasília, 2008.

- COUTURE, Carol; DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves. L'archivistique a-t-elle trouve son identité. **Argus**, vol. 17, n. 2, juin 1988, p.51-60.
- COUTURE, Carol et collaborateurs. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Presses de l'Université du Québec : Sainte-Foy (Québec), 2003.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **La gestión de documentos en las organizaciones**. Madrid : Ediciones Pirámide, 2006.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília : Briquet de Lemos, 2008.
- CUNNINGHAM, Adrian. Memoria, pruebas y responsabilidad: enfoques australianos para gestionar el Records Continuum, **Tabula: Estudios Archivísticos de Castilla y León**, no. 8, 2005, pp. 103-120.
- D'ARCANGELO, Paola. **Glossario**. Disponível em: <http://www.retellith.it/sito/glossa.htm>  
Acesso em: 20 jan. 2011.
- D'ADDARIO, Arnaldo. **Lezioni de archivistica**. Bari : Adriatica Editrice, 1972.
- DANCY, Jonathan. **Problemas de epistemologia**. Disponível em: [http://criticanarede.com/html/fil\\_epistemologia.html](http://criticanarede.com/html/fil_epistemologia.html)  
Acesso em: 05 jul. 2010.
- DANIELS, Maygene F. The National Archives. Archives Library Information Center (ALIC). **Introduction to Archival Terminology**. (1984). Disponível em: <http://www.archives.gov/research/alic/reference/archives-resources/terminology.html>  
Acesso em: 12 fev. 2009
- DASCAL, Marcelo. **Epistemologia, controvérsias e pragmática**. Revista da SBHC, n.12, p.73-98, 1994.
- DASP. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. **Diretrizes da documentação**. [s.l.]: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.
- DELMAS, Bruno. **La société sans mémoire: propôs dissidents sur la politique des archives em France**. Paris : Bourin, 2006.
- DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary Diplomats: from institutional documents to organic information. **American Archivist**, v.59, n.4, fall 1996, p.438-452.
- DELMAS, Bruno. Portail International Aarchivistique Francophone. Cours de Formation Pratique. **Module 02 - Notions générales d'archivistique**. Disponível em: [http://piaf.culture.fr/sections/formation/module\\_02/](http://piaf.culture.fr/sections/formation/module_02/)  
Acesso em: 10 jan. 2010.
- DELSALLE, Paul. **Une histoire de l'archivistique**. Québec : Presses de l'Université du Québec, 2000.

- DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE (França). **Dictionnaire de terminologie archivistique**. 2002. Disponível em: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/static/3226> Acesso em: 21 jan. 2010
- DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Manuel d'archivistique**: théorie et pratique des archives publiques em France. Paris : Archives Nationales, 1991.
- DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 20, n. 01/02, jan/dez. 2007. (Normas e terminologia em arquivos), p.13-22. (tradução de Sílvia de Moura)
- DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo e Administração**, v.10-14, n.1, p.14–33, abr.1982/ago.1986.
- DUCHEIN, Michel. Les archives dans la tour de babel: problèmes de terminologie archivistique internationale (1985). **Études d'archivistique**, 1957-1992. Paris : Association des archivistes français, 1992. p.47-56.
- DUCHEIN, Michel. Theoretical principles and practical problems of respect des fonds in Archival Science. **Archivaria**,n.16, 1983 (Summer), p.64-82. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12648/13813> Acesso em: 15 jul.2008.
- DUCHARME, Daniel. **Terminologie archivistique et disciplines connexes**. Disponível em: <http://www.danielducharme.info/terminologie.htm> Acesso em: 12 fev. 2009.
- DURANTI, Luciana. Archival Science. In KENT, Allen. (ed.) **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York, Basel, Hong Kong: Marcel Dekker, 1996. vol. 59, p.1-19.
- DURANTI, Luciana. **Diplomatics**: new uses for an old science. London: Society of American Archivists / Association of Canadian Archivists, 1998.
- DURANTI, Luciana. From Digital Diplomatics to Digital Records Forensics. **Archivaria** 68, Fall 2009. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13229/14548> Acesso em: 15 set. 2011.
- DURANTI, Luciana. **The Future of Archival Scholarship**. 1998. Disponível em: <http://www.ucd.ie/archives/html/conferences/cyber1.htm> Acesso em: 23 abr. 2008.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf> Acesso: 10 mar.2008.

- DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS Research Project. **Archivaria**, v. 42, Fall, 1996, p.46-67.
- DURANTI, Luciana; THIBODEAU, Ken. The Concept of record in interactive, experiential and dynamic environments: the view of InterPARES. **Archival Science** (2006), v. 6, p.13–68.
- EASTWOOD, Terry. What is archival theory and why is it Important? **Archivaria**, n.37, Spring, 1994, p.122-130. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11991/12954> Acesso em: 15 jul.2008.
- EASTWOOD, Terry. An Introduction to the Thesis and Thesis Research in the Master of Archival Studies Program at the University of British Columbia. **Archivaria** 55, Spring, 2003, p.45-50.
- EVANS, Frank B. **Writings on archives published by and with the assistance of Unesco: a RAMP Study**. Paris : Unesco, 1983.
- FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo : Editora Fundação Peirópolis : Companhia Melhoramentos, 1996. p.946.
- FAVIER, Jean. **Les archives**. Paris : Presses Universitaires de France, 2001. 7a. ed. (Que sais-je?)
- FILLION, Chantale. Os tipos e os suportes de arquivo. In: ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol *et alii*. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa : Dom Quixote, 1998. p.227-253.
- FISHER, Steven. **Archival information: how do find it, how to use it**. Westport/USA: Greenwood Publishing, 2004.
- FONSECA, Maria Odila Karl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.
- FONSECA, Maria Odila Karl. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 2 (1999). Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/289/255> Acesso em: 4 jun. 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 16ª ed.
- FOULQUIÉ, Paul; SAINT-JEAN, Raymond. **Dictionnaire de la langue philosophique**. Paris : Presses Universitaires de France, 1962.
- FRANCK, M. AD. **Dictionnaire des sciences philosophiques**. Paris : Libraire Hachette et Cie, 1875. Deuxieme édition.

- FRANCO, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira. Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, Ano 4, n.8, p.17-20, abr/1984.
- FULLER, Steve. O projeto de epistemologia social e o problema esquivo do conhecimento. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 25, n.2, p. 155-166, 2001. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8785> Acesso em: 25 ago. 2010.
- FUSTER RUIZ, Francisco. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de documentación**, 2, 1999, p.103-120. Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2631/2611> Acesso em: 10 set. 2011.
- GAGNON-ARGUIN, Louise. **L'Archivistique**: son histoire, ses acteurs depois 1960. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.
- GARUD, Raghu; RAPPA, Michael A. **The social construction of technological reality**: the case of cochlear implants. Massachusetts : Massachusetts Institute of Technology, 1991. Disponível em: <http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/49176/socialconstructi00garu.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 jan. 2011.
- GELLER, Lawrence D. Joseph Cuvelier. Belgian Archival Education, and the First International Congress of Archivists, Brussels, 1910. **Archivaria**, n.16, Summer, 1983, p.26-34. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12643/13808> Acesso em: 1º mar. 2011.
- GIRA. GROUPE INTERDISCIPLINAIRE DE RECHERCHE EN ARCHIVISTIQUE. **Symposium en archivistique** (2e). La mission de l'archiviste dan la société. Université de Montréal, 1994.
- GOMES, F. Araújo; HELLUY, Hâmida R. **Manual de Arquivo e documentação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1976. 206 p. il. 4ed.
- GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**: entre a memória e a história. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- HANDS, Many; BALDWIN, James Mark. **Dictionary of Philosophy and psychology**. New York: The Macmillan Company, 1911. Vol.II.
- HEDBELI, Zivana. Why I am (not) proud to be the archivist. **Atlanti**, vol. 16, n.1-2, Trieste, 2006, pp.39-42.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica – actualizada y aumentada. Sevilla : Diputación Provincial de Sevilha, 1991. 5a. ed.

- HEREDIA HERRERA, Antonia. **El principio de procedência y los otros principios de la archivística**. São Paulo : Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. Formación profesional en la antesala del año 2000. **Boletín de la ANABAD**, Tomo 36, nº 1-2, 1986, p. 85-90. Disponível em: [http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?codigo=803961&orden=61253](http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=803961&orden=61253) Acesso em: 4 dez. 2010.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”**: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro : CPDOC, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6758/1612.pdf?sequence=1> Acesso em: 5 jan. 2011.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, 1997, n.19, p.41-66. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180> Acesso em: 22 dez. 2011.
- HOLMES, Donna. **Old company records**: the effect of custodial history on the arrangement and description of selected archival collections of business. Thesis. (Master of Information Science). 2008. School of Computer and Information Science. Faculty of Computing, Health and Science. Edith Cowan University. Disponível em: <http://ro.ecu.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1023&context=theses> Acesso em: 12 jan. 2011.
- ICA/CIA. International Council on Archives/ Conseil International des Archives. **Dictionary on Archival Terminology**. Munchen; New York : K.G. Saur, 1984. 226p. Series ICA handbooks series.
- ICA/CIA. International Council on Archives / Conseil International des Archives. **Principles and functional requirements for Records in Electronic Office Environments – Module 3: Guidelines and functional requirements for records in business systems**. 2008c. Disponível em: <http://www.ica.org>. Acesso em: 8 set. 2011.
- ICA/CIA. International Council on Archives / Conseil International des Archives. **Dictionary on Archival Terminology – DAT III: draft**. 2004. Disponível em: <http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/datiii/intro.htm> Acesso em: 20 jan. 2010.
- ICA/CIA. International Council on Archives / Conseil international des archives. Comité sur l’Evaluation. **Manuel sur l’evaluación**. (Version août 2004). 2004a.
- ICA/CIA. International Council on Archives / Conseil International des Archives. Section of archives and archivists of parliaments and political parties. **Parliamentary institutions**: the criteria for appraising and selectin documentos / Las instituciones parlamentarias: critérios para la evaluición y selección de documentos. Paris : ICACIA, 2010.

- INDOLFO, Ana Celeste *et alii*. **Gestão de documento**: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1995. (Publicações técnicas 47)
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUISS. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004. Versão 1.0.7
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ARCHIVAL SCIENCE OF TRIESTE AND MALIBOR. **Multilingual dictionary of archival terminology**. Disponível em: <http://www.iias-trieste-maribor.eu/index.php?id=68&L=1> Acesso em: 12 out. 2010
- INTERNATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL HISTORY. **Bibliography of general archival reference literature**. 2009. Disponível em: [http://www.iisg.nl/abb/af\\_print.pdf](http://www.iisg.nl/abb/af_print.pdf) Acesso em: 10 jan. 2010.
- INTERPARES 2 PROJECT (The). **International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2**: Experiential, Interactive and Dynamic Records. 2008. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip2/book.cfm> Acesso em: 18 jun. 2011.
- INTERPARES 2 PROJECT (The). **Diretrizes do produtor**: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010a.
- INTERPARES 2 PROJECT (The). **Terminology Database**. 2008. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip2/ip2\\_terminology\\_db.cfm](http://www.interpares.org/ip2/ip2_terminology_db.cfm) Acesso em: 6 set. 2010.
- INTERPARES 2 PROJECT (The). **Dictionary** (October 24, 2011). Disponível em: [http://www.interpares.org/ip2/display\\_file.cfm?doc=ip2\\_dictionary.pdf&CFID=2102126&CFTOKEN=19861938](http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_dictionary.pdf&CFID=2102126&CFTOKEN=19861938) Acesso em: 24 out. 2011.
- INTERPARES 3 PROJECT (The). **Team Brazil Terminology Database**. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip3/ip3\\_terminology\\_db.cfm?team=4](http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?team=4) Acesso em: 15 set. 2011.
- ISO. INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARTSATION. **ISO 15489-1**: Information and documentation -- Records management - Part 1: General. Geneva/Switzerland : ISO, 2001.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro : Jorge Zahar ed., 2006.
- JARDIM, José Maria. In: CARDOSO, Julio Cesar. Entrevista com José Maria Jardim. **Arquivística.net**, v.2, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.arquivistica.net/> Acesso em: 10 jan. 2010.
- JARDIM, José Maria. A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. (orgs). A formação do arquivista no Brasil. Rio de Janeiro : EDUFF, 1999. p.87-111.

- JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação**: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (orgs.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo : Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p.201-216.
- JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói, RJ: EDUFF, 1999.
- JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELO, Bernadete, CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 2. Ed., p.121-139. Disponível em: <http://www.autenticaeditora.com.br/download/capitulo/20090804164107.pdf> Acesso em: 12 ago. 2011.
- JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. London, Edinburgh, New York, Toronto, Melbourne e Bombay : Humphrey Milford; Oxford : The Clarendon Press, 1922.
- JENKINSON, Hilary. **Selected writings of Sir Hilary Jenkinson**. Great Britain : Alan Sutton, 1980.
- KETELAAR, Eric. **Archival and records management legislation and regulations**: a RAMP study with guidelines. Paris : Unesco, 1985. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000649/064948eo.pdf> Acesso em: 5 dez. 2011.
- KETELAAR, Eric. The difference best postponed? Cultures and comparative archival science. **Archivaria**, n. 44, p.142-148, 1997. Disponível em: <http://cf.hum.uva.nl/bai/home/eketelaar/difference.doc> Acesso em: 26 jan. 2011.
- KETELAAR, Eric. Time future contained in time past. Archival science in the 21st century, in: **Journal of the Japan Society for Archival Science** 1 (2004) 20-35 [Japanese translation ibidem, 4-19]. Disponível em: <http://cf.hum.uva.nl/bai/home/eketelaar/timefuture.doc> Acesso: 22 jan. 2011.
- KETELAAR, Eric. **What is archivistics or archival science?** Disponível em: <http://cf.hum.uva.nl/bai/home/eketelaar/information.html> Acesso em: 26 jan. 2011.
- KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1130/868> Acesso em 10 jan. 2011.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006. 9a. ed. (Debates, 115).

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010. 5. ed. - 4. reimp.
- LALANDE, André. Vocabulário técnico e crítico da filosofia. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- L'ÉCOLE DES HAUTES ETUDES EN SCIENCE SOCIALES. SERVICE DES ARCHIVES. **Terminologie**. Disponível em: <http://www.ehess.fr/archives/sommaire.php?id=4594> acesso em: 27 jan. 2009
- LINS, Marcos Pereira Estellita; PESSÔA, Leonardo Antonio Monteiro. Desafios da avaliação de publicações em periódicos: discutindo o novo Qualis da Área Engenharias III. **RBPG**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 14 - 33, julho de 2010. Disponível em: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.7\\_12/1\\_ARTIGO.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.7_12/1_ARTIGO.pdf)
- LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. **Gestion de documentos**: definicion y analisis de modelos. Departamento de Cultura – Gobierno Vasco, 1993.
- LODOLINI, Elio. **Archivística**: princípios y problemas. Madrid : Anabad, 1993.
- LODOLINI, Elio. The war of independence of archivists. **Archivaria**, n. 28, v.Summer, p.36-47, 1989.
- LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói : EDUFF; São Carlos : EDUFSCar, 1996.
- LOPEZ, André Porto Ancona. História e arquivos: interfaces. In: **Introdução ao estudo da história** – Formação de professores (EAD), nº27, Maringá: EDUEM, 2005, p.21-34.
- LUIGI, Antonella Mule de. ¿Esta destinado el principio de procedencia a seguir siendo la base de nuestra profesion? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 13, Pequim, 1996.
- LUZ, Charley. **Arquivologia 2.0**: a informação humana digital. Florianópolis : Bookess, 2010.
- MAIA, Augusto Moreno. O processo histórico de construção do curso de arquivologia no Brasil. **Jornada do HISTEDBR** (V), Sorocaba/SP, maio de 2005. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/GT5\\_E\\_SUPERIOR/1/501.PDF](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/GT5_E_SUPERIOR/1/501.PDF) Acesso: 22 jan. 2010.
- MANINI, Miriam Paula. Análise documentárias de fotografias: leitura de imagens incluindo sua dimensão expressiva. **Cenário Arquivístico**, v.3, n.1, p.16-28, jan./jun. 2004.

- MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa; SILVA, Junia Guimarães e. Arquivos e informação: uma parceria promissora. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-32, jan./jun. 1998
- MARIZ, Anna Carla Almeida. Perfil do aluno de Arquivologia da Unirio no ano de 2000. **Gen. Arq.**, Brasília, v.2, n.1, p.15-19, jan./jun. 2003.
- MAROSZ, Magdalena. Archival theory in practice. **Atlanti**, vol. 15, n.1-2/2005, Trieste, 2005. Disponível em: <http://www.iias-trieste-maribor.eu/fileadmin/atti/2005/MAROSZ.swf> Acesso em: 22 jan. 2011.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocações entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2011.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, Brasília, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/2979> Acesso em: 20 jan.2009.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A trajetória da arquivística no Brasil: marcos temporais e debates iniciais. **Congresso de Archivologia del Mercosur (7)**. Disponível em: <http://www.asocarchi.cl/DOCS/42.pdf> Acesso em: 21 jan.2009
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Interlocações entre a Arquivologia Internacional e a Nacional**: referenciais teóricos para a sua compreensão. Anais. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XI). Outubro de 2010. Disponível em: <http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/188/102> Acesso em: 20 jan.2011.
- MARTA EUG., Rojas Mora. **Glosario ilustrado de terminologia archivística costarricense**. 2010. Disponível em: [http://www.concla.net/Glosario/Glosario\\_terminologia\\_Archivistica\\_Costarricense.html](http://www.concla.net/Glosario/Glosario_terminologia_Archivistica_Costarricense.html) Acesso em: 16 jan. 2011.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. **La construcción teórica em archivística**: el principio de procedência. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. Los entornos y documentos electrónicos ¿Efecto Edison para la formación archivística. **Ponto de Acesso**. Salvador, v. 3, n. 1, abr. 2009. p. 6-33. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3310/2420> Acesso em: 4 out. 2010.

- MARTINO, Luiz C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo (org.). **Epistemologia da comunicação**. Brasília: Edições Loyola, 2003. (1 Comunicação Contemporânea). p.69-101.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. Panorama histórico da formação arquivística nas américas. **Congresso Brasileiro de Arquivologia** (XV). Goiânia-GO. 2008. Disponível em: [http://www.aag.org.br/anaisxvcbba/conteudo/resumos/plenaria2/maria\\_teresa\\_matos\\_plenaria2.pdf](http://www.aag.org.br/anaisxvcbba/conteudo/resumos/plenaria2/maria_teresa_matos_plenaria2.pdf) Acesso em: 30 dez.2010.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; AMARAL, Erenilda Custódio dos S.; RIOS, Isaac Rozas. O perfil dos estudantes do curso de graduação em Arquivologia da UFBA. **Cenário Arquivístico**, v.1, n.2, p.50-55, jul./dez. 2002.
- MILLAR, Laura. International Records Management Trust. **Training in Electronic Records Management: glossary of terms**. London/UK : IRMT, 2009. Disponível em: [http://www.irmt.org/documents/educ\\_training/term%20modules/IRMT%20TERM%20Glossary%20of%20Terms.pdf](http://www.irmt.org/documents/educ_training/term%20modules/IRMT%20TERM%20Glossary%20of%20Terms.pdf) Acesso: 2 dez. 2010.
- MINISTERO PER I BENI E LE ATTIVITÀ CULTURALI. **Scritti di teoria archivistica italiana**: rassegna bibliografica. Roma : Ufficio Centrale per I Beni Archivistici, 2000.
- MOHAN, Jennifer Alexandra. Origin and development of records scheduling in north america. Thesis (Master of Archival studies). School of Library, archival and Information Studies (1994). Disponível em: [https://circle.ubc.ca/bitstream/handle/2429/4948/ubc\\_1994-0116.pdf?sequence=1](https://circle.ubc.ca/bitstream/handle/2429/4948/ubc_1994-0116.pdf?sequence=1) Acesso em 1 may 2010.
- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual for the arrangement and description of archives**. New York : H.W. Wilson Company, 1940.
- MÜLLER FERNANDES, Rogerio. XML y registros electrónicos: principales estándares en la descripción archivística. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 3, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/745/619> Acesso em: 2 jun. 2011.
- MUSCÒ, Domenico. **Glossario di archivistica**. 2002. Disponível em: <http://www.glossari.it/glossarioarchivistica.html> Acesso em: 20 jan. 2011.
- NAGEL, Rolf (Coord.). **Dicionário de termos arquivísticos**: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Bonn : Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989. 110 p.
- NATIONAL ARCHIVES (Australia). **DIRKS – A strategic approach to managing business Information**: Glossary (september/2001). Disponível em: [http://www.naa.gov.au/Images/dirks\\_glossary\\_tcm2-954.pdf](http://www.naa.gov.au/Images/dirks_glossary_tcm2-954.pdf) Acesso em: 15 mar. 2010.

- NATIONAL ARCHIVES (Austrália). **Glossary of records management terms**. Disponível em: <http://www.naa.gov.au/records-management/glossary/index.aspx> Acesso em: 25 out. 2010.
- NATIONAL ARCHIVES (Estados Unidos). **NARA Glossary**. 2008. Disponível em: <http://www.archives.gov/era/about/glossary.html?template=print> Acesso em: 30 jul. 2008.
- NACIONAL ARCHIVES (Nova Zelândia). **Glossary definitions full list**. Disponível em: <http://www.archives.govt.nz/advice/continuum/glossary/definitions-full-list> Acesso em: 18 jan. 2011.
- NATIONAL LIBRARY (Austrália). Pandora: Australia's webs archives. **Glossary of recordkeeping terminology**. 2005. Disponível em: [http://pandora.nla.gov.au/pan/52999/20050926-0000/www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/recordkeeping\\_glossary.pdf](http://pandora.nla.gov.au/pan/52999/20050926-0000/www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/recordkeeping_glossary.pdf) Acesso em 2011.
- NEHMY, Rosa Maria Quadros; FALCI, Carlos Henrique Rezende Falci; ACOSTA, Jarbas Greque; FRAGA, Rosane R. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.
- NÚÑEZ CONTRERAS, Luis. Concepto de documentos. *In Archivística: estudios básicos*. Sevilla : Diputación Provincial de Sevilla, 1981, p.25-44.
- ONU. ARMS. Section des Archives et des Records. **Glossaire**. (2006). Acesso em: 21 jun. 2010. Disponível em: <http://archives.un.org/unarms/fr/unrecordsmgmt/unrecordsresources/glossaryofrecordkp.html> Acesso em: 21 jun. 2010.
- O'TOOLE, James M. On the idea of uniqueness. *In JIMERSON, Randall C. (ed.). American archival studies: readings in theory and practice*. Chicago: Society of American Archivists, 2001. p.245-277.
- OLIVEIRA, Eliane Braga; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. O ensino superior de Arquivologia no Brasil. **Cen. Arq.**, Brasília, v.2, n.2, p-48-51, jul./dez. 2003.
- OLIVEIRA, Flávia Helena de. **A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da capital federal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, Brasília, 2010.
- OTLET, Paul. **Documentos e documentação**: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal (Paris, 1937). Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1947.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro : FGV, 2004, 3ª. Ed. rev. e ampl.
- PAES, Marilena Leite. Conferência de Abertura. O Conselho Nacional de Arquivos, o sistema nacional de arquivos, uma missão: seus limites e potencialidades.

- Congresso Brasileiro de Arquivologia (15)**. Goiânia, 30 de junho a 4 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/dcimoquintocbaversoalterada19junho.pdf> Acesso em: 21 jan.2010.
- PAES, Marilena Leite (relatora); DANNEMANN, Maria Luiza Stallard; SOUZA, Maria de Lourdes Costa e; CORREA, Wilma Schaefer; VIEIRA, Regina Alves. **Terminologia Arquivística**. ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA. Rio de Janeiro, de 15 a 21 de outubro de 1972. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Brasília : AAB, 1979, p.435-449.
- PALMER, Joy. **Archives 2.0: if we build it, will they come?** (2009). Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue60/palmer/> Acesso em: 15 mar. 2011.
- PALERMITI, Rosalba; POLITY, Yolla. **Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive des sciences de l'information en France**. 2006. Disponível em: [http://www.iut2.upmf-grenoble.fr/RI3/Mise\\_jour\\_06/DynamiqueSchemas.pdf](http://www.iut2.upmf-grenoble.fr/RI3/Mise_jour_06/DynamiqueSchemas.pdf) Acesso em: 22 fev. 2010.
- PASTAS, Pirkko. **Manuals and textbooks of archives administrations and records management: a RAMP study/prepared by Pirkko Rastas [for the] General Information Programme and UNISIST**. - Paris: UNESCO, 1992. - iv, 52 p., 30 cm.- (PGI-92/WS/11). Disponível em: [http://www.unesco.org/webworld/ramp/html/r9211e/r9211e00.htm# Contents](http://www.unesco.org/webworld/ramp/html/r9211e/r9211e00.htm#Contents) Acesso em: 8 ago. 2010.
- PARER, Dagmar. **Archival Legislation for Commonwealth Countries**. Austrália : Association of Commonwealth Archivists and Records Managers, [s/d]. Disponível em: <http://www.acarm.org/publications/Legislation.pdf> Acesso em: 21 ago. 2003.
- PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology**. Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/> Acesso em: 10 jan. 2011.
- PEDERSON, Ann. **Keeping archives**. Sidney : Australian Society of Archives Incorporated, 1987.
- PENTEADO, Pedro. Resenha de "Das 'ciências' documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular". **Cadernos BAD**, n.1, p.127-134. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/385/38500709.pdf> Acesso em: 15 jul. 2011.
- PEREIRA, Marcelino. **Alguns conceitos básicos da Arquivística Moderna**. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXXIV. Coimbra, 1978.
- PEREIRA, Maria Elisa. **Levantamento bibliográfico sobre os arquivos e comunicações administrativas**. Cadernos FUNDAÇÃO. São Paulo, ano 4, n.8, p.60-73, abr/1984.

- PEREIRA, Maria Elisa. Levantamento bibliográfico sobre os arquivos e comunicações administrativas. **Cadernos FUNDAP**. São Paulo, ano 4, n.8, p.60-73, abr/1984.
- PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1995. 10ª ed.
- PÉROTIN, Yves. Les champs d'intervention des archivistes sur lês archives em formation. In ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. **Manuel d'Archivistique**. Paris : Archives Nationles, 1991, p.112-125.
- PIAF. Portail International Archivistique Francophone. **Glossaire collectif PIAF**: version 18.10.2009. Disponível em: <http://www.piaf-archives.org/espace-formation/mod/resource/view.php?id=22> Acesso em: 10 jan. 2010.
- PINTO, Maria Manuela. Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: uma abordagem sistémica *In Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Actas do Colóquio "Do documento à Informação" e da Jornada sobre Sistemas de Informação Municipal. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p.167-174.
- POPOVICI, Bogdan-Florin. Again about the "Babel-ology" in Archival Science: a South-East European approach. **Atlanti**, Vol. 18, Trieste 2008, pp. 379-388. Disponível em: <http://www.iias-trieste-maribor.eu/fileadmin/atti/2008/Popovici.pdf> Acesso: 16.set.2009.
- PRADO, Heloísa de Almeida. **A técnica de arquivar**. São Paulo : Polígono, 1970.
- REDE INFORMATIVA LILITH. **Glossario sintetico dei termini archivistici di riferimento**. Disponível em: <http://www.retelilith.it/archiviorcorso/materiali/glossario.htm> Acesso em: 20 jan. 2011.
- REILLY, Terry. **From provenance to practice**: archival theory and "return to community". 2005. Disponível em: [http://www.cst.ed.ac.uk/2005conference/papers/Reilly\\_paper.pdf](http://www.cst.ed.ac.uk/2005conference/papers/Reilly_paper.pdf) Acesso em: 11 mar. 2008.
- REITZ, Joan M. **ODLIS - Online Dictionary for Library and Information Science**. 2010. Disponível em: <http://lu.com/odlis/about.cfm> Acesso em: 20 jan. 2011.
- RESOLUCIONES finales de la Primera Reunión Interamericana sobre Archivos. In: **Boletín de la Biblioteca Nacional**, nº 24, p. 3-29. Lima, 1962. Biblioteca Nacional del Perú. Disponível em: [http://bvirtual.bnp.gob.pe/BVIC/Captura/upload/boletin\\_bnp\\_web/024\\_boletin\\_bnp\\_01.pdf](http://bvirtual.bnp.gob.pe/BVIC/Captura/upload/boletin_bnp_web/024_boletin_bnp_01.pdf) Acesso em: 12 set. 2010.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (I). **Deliberações, recomendações e moção**. Brasília, 07 a 09 de junho de 2010. Disponível em: <http://aargs.com.br/downloads/recomendacoes.pdf> Acesso em: 25 jan. 2011.

- RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. **O acesso à informação nos arquivos**. Parte II: Os instrumentos de acesso à informação. 1998. Dissertação (Doutorado em Arquivística) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 1998.
- RIBEIRO, Fernanda. **Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?** *In*: Conservar para quê: actas da 8ª Mesa-Redonda de Primavera. Porto: Faculdade de Letras da universidade do Porto, 2005, p.77-84. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/39365/2/fribeirogestao000112993.pdf> Acesso em: 16 ago. 2011.
- RIBEIRO, Fernanda. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 2002, p.419-440. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf> Acesso em: 15 ago. 2007.
- RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; CASTANHO, Denise Molon; GARCIA, Olga Maria Correa. Curso de Arquivologia da UFSM: vinte e cinco anos de história (1977-2002). **Cen. Arq.**, Brasília, v.1, n.2, p.42-49, jul./dez. 2002.
- RHOADS, James B. **The role of archives and records management in national information systems** : a RAMP study. Paris : Unesco, 1989.
- RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico para da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História, São Paulo, 2008.
- RODRIGUES, Georgete Medleg; APARÍCIO, Maria Alexandra. A pesquisa em Arquivística na Pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cen. Arq.**, Brasília, v.1, p.31-39, jan./jun.2002.
- RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane (orgs.). **Travessias e cruzamentos culturais**: a mobilidade em questão. Rio de Janeiro : Editora FVG, 2008.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol *et alii*. **Les fondements de la discipline archivistique**. Sainte-Foy : Presses de l'Université du Québec, 1994.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol *et alii*. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1998.
- SAMPAIO, Jáder dos Reis. A pesquisa qualitativa entre a fenomenologia e o empirismo formal. **Revista de Administração**, São Paulo v.36, n.2, p.16-24, abril/junho 2001.

Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=v36n2p16a24.pdf> Acesso em: 01 set. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Coimbra: Edições Afrontamento, 2007. 15ª ed.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro : Faperj, 2010.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas/SP: Editora Átomo, 2003.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. **Análise de dissertações e teses de ciência da informação**: Estudo de institucionalização de um campo científico. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 28 a 31 de outubro de 2007, Salvador.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, INNARELLI, SOUSA. **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília : Senac/DF, 2008.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002. 2.ed.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro : FGV, 1980.

SHEPHERD, Elizabeth. **Archivist**: profession of the future in Europe. European Conference on Archives (VII). Warszawa, May 18-20, 2006. Disponível em: [http://www.archiwa.gov.pl/images/stories/file/7th-ecaa/E\\_Shepherd\\_Is%20archives%20and%20records%20management.pdf](http://www.archiwa.gov.pl/images/stories/file/7th-ecaa/E_Shepherd_Is%20archives%20and%20records%20management.pdf) Acesso em: 5 dez. 2010.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, n.6, v.1, p.9-12, 1977.

SILVA, Armando B. Malheiro da. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In: ALA - ASSOCIACION LATINOAMERICANA DE ARCHIVOS. ARQUIVO NACIONAL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Seminário internacional de arquivos de tradição ibérica: **Conferências**. Rio de Janeiro, 3 a 7 de abril de 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=74> Acesso em: 5 mar. 2011.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

- SILVA, Armando Malheiro, RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto : Edições Afrontamento, 2002.
- SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Edições Afrontamento : Porto/Portugal, 1999. Vol. 1.
- SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Maria Leonilda Reis da. **História e memória do Arquivo Central da FGV**. 2010. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Disponível em:  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6567/CPDOC2010MariaLeonildaReisdaSilva.pdf?sequence=1> Acesso em: 12. Dez. 2011
- SILVA, Terezinha Elisabeth da; DEBERTOLIS, Daniella; HERNANDEZ, Jordano Wanderley. Desafios e perspectivas do curso de arquivologia da universidade estadual de londrina. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 57-63, jan./jun. 2001
- SLAIS. School of Library, Archival and Information Studies. University of British Columbia. **Select list of archival terminology**. Disponível em:  
[http://www.slais.ubc.ca/resources/students/Archival\\_Terminology.pdf](http://www.slais.ubc.ca/resources/students/Archival_Terminology.pdf) Acesso em: 4 jun. 2011.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n.1, p.31-50, jan./jun. 1997.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, INNARELLI, SOUSA. **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília : Senac/DF, 2008.
- SOUZA, Katia Isabelli de Bethania Melo de. **Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil**: el Poder Legislativo Federal en escena. 2010. (Tesis Doctoral). Universidad Carlos III de Madrid, Departamento de Biblioteconomía y Documentación. Disponível em: [http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/9156/1/TESIS\\_KATIA\\_Isabelli%20de%20Bethania%20Melo%20de%20Souza.pdf](http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/9156/1/TESIS_KATIA_Isabelli%20de%20Bethania%20Melo%20de%20Souza.pdf) Acesso em: 6 dez. 2010.
- SUBDIRECCIÓN GENERAL DE LOS ARCHIVOS ESTATALES (Espanha). **Diccionario de Terminología Archivística**. 2a edición. Madrid : Ministerio de la Cultura, 1995.

- Disponível em: <http://www.mcu.es/archivos/MC/DTA/Diccionario.html> Acesso em: 31 dez. 2010.
- TAYLOR, Hugh A. Transformation in the Archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, n. 25, Winter 1987-1988, p.12-28. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11451/12394> Acesso em: 4 set. 2010.
- THE HISTORY OF RECORDS AND ARCHIVES: a survey. Disponível em: [http://www.armacalgary.org/files/History%20of%20Records%20&%20Archives%20\(UFox\).pdf](http://www.armacalgary.org/files/History%20of%20Records%20&%20Archives%20(UFox).pdf) Acesso em 1 may 2010.
- THOMASSEN, Theo. **The development of archival science and its european dimension**. 1999. Disponível em: <http://www.daz.hr/arhol/thomassen.htm> Acesso em: 4 maio 2009.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística Contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.aargs.com.br/artigo.pdf> Acesso em: 30 ago. 2011.
- TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974. 248p. 3. ed. rev. ampl.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Ciência da Informação; UNIVERSIDADE DO PORTO. Seção de Jornalismo e Ciência da Comunicação. **Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (DeltCI)**. Disponível em: <http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/> Acesso em: 10 jun. 2010.
- UNIVERSITÉ DE MONTRÉAL. École de bibliothéconomie et des sciences de l'information. **Terminologie archivistique de base proposée aux étudiants**. Avril. 1999. Disponível em: [www.ebsi.umontreal.ca/guides/arv-terminologie.pdf](http://www.ebsi.umontreal.ca/guides/arv-terminologie.pdf) Acesso em: 14 mar. 2009.
- UNIVERSITÉ DE SHERBROOKE. **Normes et procédures 2600-004**: acquisition de fonds et de collections d'archives privées. Disponível em: [http://www.usherbrooke.ca/accueil/documents/procedures/proc\\_2600-004/](http://www.usherbrooke.ca/accueil/documents/procedures/proc_2600-004/) Acesso em: 9 jan. 2008.
- UPWARD, Frank. **Structuring the Records Continuum - Part One: Postcustodial principles and properties**. 1996. Disponível em: <http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/recordscontinuum-fupp1.html> Acesso em: 5 jan. 2011.
- VAZQUEZ, Manuel. **Bibliografía**. Córdoba (Argentina): Universidad Nacional de Córdoba/ Dirección General de Publicaciones, 1976.

- VÁZQUEZ, Manuel. **Cómo seleccionar documentos de archivo**. Buenos Aires : Alfagrama Ediciones, 2006.
- VILAN FILHO, Jayme Leiro, OLIVEIRA, Eliane Braga de. A produção de artigos nos periódicos científicos brasileiros de Arquivologia (1972-2006). Disponível em: [http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes\\_livres/jaymeeeliane.pdf](http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/jaymeeeliane.pdf) Acesso em: 12 dez. 2011.
- VIVAS MORENO, Agustín. **El tiempo de la archivística**: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.76-96, set./dez. 2004 Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/622/556>
- VOGT-O'CONNOR, Diane. An Archival Glossary for the Millennium. **CRM**, v.22, n.2, pp.46-52, Washington, DC, 1999. Disponível em: <http://crm.cr.nps.gov/archive/22-2/22-02-19.pdf> Acesso em: 18 jan. 2011.
- VU THI PHUNG. **Forty years of training university-level archival experts in VietNam**: assessment, prediction of demand and solutions for training in 21st century. 2007. Disponível em: <http://www.nijl.ac.jp/~apcae2nd/S105.htm> Acesso: 21 jan. 2011.
- WEDGEWORTH, Robert. Information Science Education In: **World Encyclopedia of Library and Information Services**. Chicago : American Library Association, 1993, 3<sup>rd</sup> ed, p.368
- WEISSEHEIMER, Astrid; BUENO, Sílvia R. B. **Bibliografia de obras de Arquivologia**. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1997.
- WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-72, jan./ jun. 2004. Disponível em: [http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas\\_anteriores/2004/1/artigos\\_5.pdf](http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2004/1/artigos_5.pdf) Acesso em: 27 fev. 2010.
- WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. **History and Theory**, n. 45 (February 2006), p.30-50. Disponível em: [http://www.uni-greifswald.de/~histor/~osteuropa/datei/werner\\_beyond.pdf](http://www.uni-greifswald.de/~histor/~osteuropa/datei/werner_beyond.pdf) Acesso em: 4 jul. 2010.
- WHITLEY, Robert. Cognitive and social institucionalization of scientific specialities and research areas. In: WHITLEY, R. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.
- WIRE, Richard A. National Archives and Records Administration. **A Federal Record Management Glossary**, 1993, 2nd ed.
- WILLIAMS, Michael. **O que é epistemologia?** (Extraído de Problems of knowledge: a critical introduction to epistemology. Oxford: Oxford University Press, 2001, p.1-5).

Tradução de Vítor João Oliveira. Disponível em: [http://criticanarede.com/html/fil\\_queeaepist.html](http://criticanarede.com/html/fil_queeaepist.html) Acesso em: 10 maio 2010

YIOTIS, Kristin. **Two theories of appraisal**: Cook and Duranti. 2005. Disponível em: <http://printfu.org/duranti> Acesso em: 15 set. 2011.

XIAOMI AN. **A chinese view of records continuum methodology and implications for managing electronic records**. 2001. Disponível em: <http://www.caldeson.com/RIMOS/xanuum.html> Acesso em: 21 set. 2008.

ZIMMERMANN, Bénédicte, WERNER, Michael. **Pensar a história cruzada**: entre empiria e reflexividade. Textos históricos, vol. 11, n° 1/2, 2003, p.39-127.

## ANEXO A – Declaración de Principios de la Primera Reunión Interamericana sobre Archivos

### Primera Reunión Interamericana sobre Archivos

(9 a 27 de outubro de 1961, Washinton-DC/USA)



[http://www.ascolbi.org/documentos/Emilio\\_Archivistico\\_146.pdf](http://www.ascolbi.org/documentos/Emilio_Archivistico_146.pdf)

**Lista dos 51 participantes:** Edberto Oscar Acevedo, Ernesto Alvarado Garcia, Violeta Morales, Clementina Areia M., Robert H. Bahmer, Antolin Bedoya Villacorta, Mario Briceño Perozo, Carlota Bustos Losada, Manuel Carrera Stampa, Lucio Castro Pineda, Vicenta Cortês Alonso, José Luis Coto Conde, Mario Chacôn Torres, Alfredo Chaves, Luis Henrique Dias Tavares, Hernan Escobar Escobar, Roberto Etchepareborda, Juan Evza Guirre E., Francis J. Fallon, Jorge A. Garces G., Joaquim Garcia, Ceferino Garzon Macedo, Victor Gondos, hijo, Wayne C. Grover, John P. Harrison, Miguel Angel Jimenez, Albert H. Leisinger, Jr., Gaston Litton, Luis Málaga Bedregal, Javier Maragón, Oscar Malca Olguin, Tomas Martinez Perea, Gunnar Mendoza L., Alberto Miramon, Enrique L. Morales Rosa, Guillermo Ovandro Sanz, J. Joaquim Pardo, Jose de La Pena, Antonio Pompa y Pompa, Rodolfo Ramos Choto, Raúl Rivera Serna, José Honorio Rodrigues, Luis M. Rodrigues Morales, Jorge Ignacio Rubio Mane, Alcira Ruiz Larre, Laure St. Juste, T. R. Schellenberg, Enrique J. Rosa, Aurelio Tanodi, George S. Ulibarri, Carlos Daniel Valcercel.

## DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS

(Assinada em 26 de outubro de 1961)

LOS DOCUMENTOS, públicos o privados, son la fuente informativa primera sobre el desarrollo económico, político y social de una nación, y constituyen por lo mismo una parte inapreciable de su patrimonio cultural.

LOS DOCUMENTOS PÚBLICOS son propiedad del pueblo y por delegación del pueblo los administra el gobierno. No pueden ser extraídos de la custodia archivística por nadie, y cuando se hacen superfluos sólo podrán ser eliminados con aprobación de las autoridades archivísticas.

LOS ARCHIVOS son las instituciones específicamente previstas para la conservación, organización y servicio eficaz y económico de los documentos, una vez que estos han cumplido su función activa.

LOS ARCHIVOS, en consecuencia, cumplen una misión indispensable en toda sociedad, y ninguna otra institución puede subrogarlos en esa misión.

LOS ARCHIVEROS son los profesionales directamente encargados de hacer posible el cumplimiento de los propósitos de conservación, organización y servicio de los documentos públicos y privados en los archivos.

LOS ARCHIVEROS tienen el deber de cumplir este encargo en forma responsable, no ateniéndose a preferencias personales sino de acuerdo con las definiciones y técnicas objetivas de la profesión archivística.

LOS GOBIERNOS tienen, para con los archivos, el deber de dotarlos de todos los medios necesarios para el pleno de su función específica.

LOS GOBIERNOS tienen, para con los archiveros, el deber de proveer a su formación y dignificación profesional, acordándoles un tratamiento conforme con la misión que desempeñan en la sociedad.

LOS PUEBLOS tienen el deber de exigir a los gobiernos, a los archivos y a los archiveros el cumplimiento de sus funciones conducentes a la conservación, organización y servicio del patrimonio documental, y a prestarles todo apoyo para que esas funciones se cumplan eficazmente.

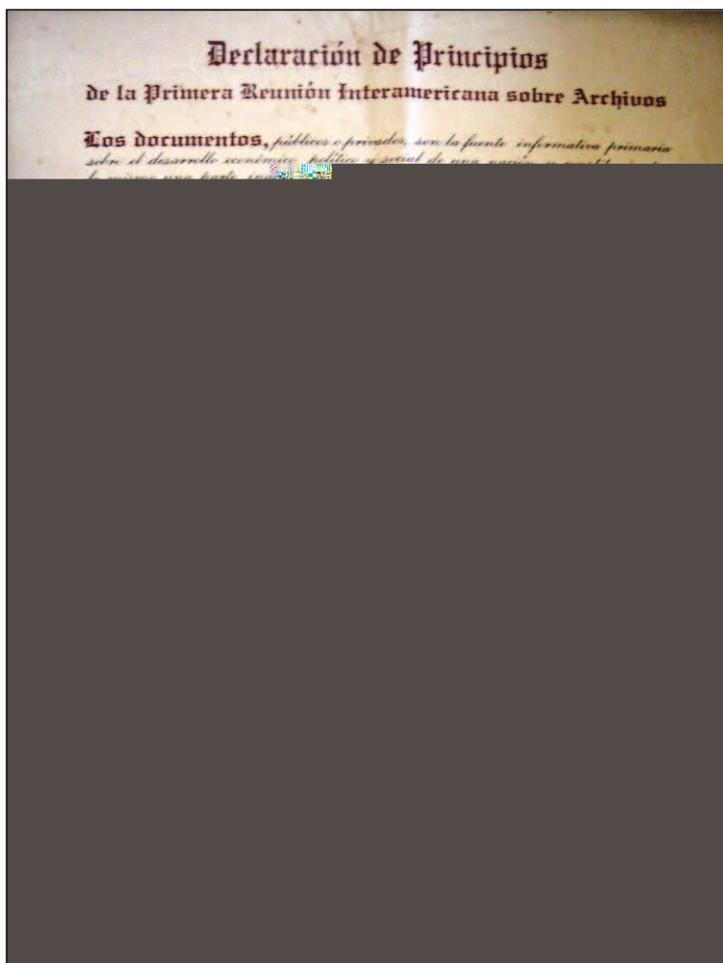


Foto de poster exposto no Arquivo Público da Bahia

## ANEXO B – Amostragem de bibliografia arquivística publicada no Brasil

Não consideradas individualmente publicações de autores brasileiros em eventos, periódicos e, também, livros estrangeiros ou que objetivam atender às demandas de concursos públicos. Artigos individuais ou coletivos, quando publicados em periódicos diversos ou em eventos arquivísticos, foram registrados sob uma entrada única do título do periódico ou dos anais do evento.

Publicação	Editor										Tipo					Publicação	
	Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano				
1. <b>ACERVO</b> - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.7, n.1-2, jan.-dez. 1994. [Novas tecnologias em arquivos].	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	RJ	1994				
2. ALMEIDA, Luiz Fernando Duarte de. <b>Administração de arquivos e documentos</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1987. 100p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	RJ	1987				
3. ALMEIDA, Luiz Fernando Duarte de. <b>Ensaio de sistemas de informação em arquivologia &amp; documentação</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: TÊD, 1986. 97 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	RJ	1986				
4. <b>ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA</b> , Salvador, n.47, 1983	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	BA	1983				
5. <b>ANAIS DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ...</b> Belém: Arq. Public. Para, 1902-. Anual.	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	PA	1902				
6. ANCONA LOPEZ, André Porto. <b>Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileira</b> . São Paulo: Loyola, 1999. 151 p. (Teses) Editora da UNICAMP. ISBN 85-15-02017-3	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	1999				
7. ARAÚJO, Ana Maria S.M. de, NUNES, Neusa R.D. <b>Manual de arranjo e descrição da documentação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina</b> . Florianópolis: Arquivo Público do Estado, 1985. 135p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	1985				
8. ARAÚJO, Emanuel. <b>Publicação de documentos históricos</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. 48 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1985				
9. ARÉAS, José da Silva. <b>Relação e método de arranjo de documentos</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. (Série Instrumentos de Trabalho). 40 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1973				

Publicação		Editor							Tipo					Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano	
10.	ARQUIVÍSTICA.NET. Disponível em: <a href="http://www.arquivistica.net">http://www.arquivistica.net</a> , Rio de Janeiro.	-	-	-	-	X <sup>1</sup>	-	X	-	-	-	-	RJ	2005	
11.	ARQUIVO: BOLETIM HISTÓRICO E INFORMATIVO. São Paulo: Div Arq Est S Paulo, 1980-. Semestral. ISSN 0101-3955	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	SP	1980	
12.	ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO. Rio de Janeiro: Assoc. Arq. Bras, 1973-. Quadrimestral. ISSN 0100-2244	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	RJ	1973	
13.	ARQUIVO & INFORMAÇÃO. Brasília: Universidade de Brasília, 1994-1994. Semestral. ISSN 0104-7213	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	DF	1994	
14.	ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística. São Paulo, 1989. 86p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1989	
15.	ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Diagnóstico da situação dos arquivos do governo do Estado de São Paulo: órgãos da administração direta sediada na capital. São Paulo: Arquivo do Estado, 1987. 208p.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1987	
16.	ARQUIVO DO ESTADO DE SAO PAULO. Guia de arquivos privados do arquivo do estado de São Paulo. São Paulo 1994. 37 p	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1994	
17.	ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio. 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2005. 216 p.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	2005	
18.	ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de implantação do sistema de arquivos do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1985. 56 p.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1985	
19.	ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de atividades: 1987. São Paulo: Arquivo do Estado, 1987. 24 p.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1987	
20.	ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de atividades: 1988. São Paulo: Arquivo do Estado, 1988. 12 p.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1988	
21.	ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sistema de arquivos do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1984. 42 p.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1984	

<sup>1</sup> Publicação eletrônica sem vinculações institucionais, uma iniciativa independente dos arquivistas André Ricardo Luz e Júlio César Cardoso..

Publicação		Editor										Tipo				Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
22.	ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. <b>Legislação</b> . Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, 1985. 32 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1985	
23.	ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. <b>Manual de orientação para arquivos</b> . Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Submissão de Geografia e História, 1985. 32 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RS	1985	
24.	ARQUIVO JACQUES DANON: Inventário sumário. Rio de Janeiro: Mus Astr & Cien Afins, 1999. 278 p	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1999	
25.	ARQUIVO NACIONAL. <b>A conservação de documentos em seus diferentes suportes</b> : recomendações básicas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986. 51p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1986	
26.	ARQUIVO NACIONAL. <b>A seleção dos arquivos e a transferência dos documentos</b> . Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959. 21p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1959	
27.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Arquivo nacional</b> : relatório 1990. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. 92 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1991	
28.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Acervo</b> . Rio de Janeiro. 1986-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	RJ	1986	
29.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Cadastro nacional de arquivos federais</b> . Brasília: Presidência da República, 1990.	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	DF	1990	
30.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística</b> . Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2005.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	2005	
31.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Gestão de documentos</b> : conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: 1995. (Publicações técnicas, 47).	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1995	
32.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Identificação de documentos em arquivos públicos</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. 36 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1985	
33.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1985. 80 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1985	
34.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Manual de levantamento da produção documental</b> . Rio de Janeiro, 1985. 35p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1985	

Publicação		Editor										Tipo				Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
35.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Orientação para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos.</b> Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. 32 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1985
36.	ARQUIVO NACIONAL. <b>Proposta para um programa de modernização dos sistemas arquivísticos dos países latino-americanos.</b> Rio de Janeiro: Arq Nac, 1988. 30 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1988
37.	ARQUIVO NACIONAL / CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, temporalidade e destinação de documento de arquivos e relativos a atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arq Nac, 2001. 156 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	2001
38.	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. <b>Sistema estadual de arquivos do estado da Bahia.</b> 1985. 27 p	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	BA	1985
39.	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. <b>Catálogo de depoimentos orais.</b> Brasília: Arq Public Dist Fed, 1994. 156 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	1994
40.	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. <b>Plano de ação para 1986/1987.</b> Brasília: Arquivo Público, 1986. 28 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	1986
41.	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. <b>5 anos preservando a memória documental de Brasília.</b> Brasília 1990. 60 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	1990
42.	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. <b>Projeto identificação de fundos documentais externos.</b> Brasília: Arquivo Público: 1986. 62 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	1986
43.	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. <b>Guia dos arquivos municipais [de Santa Catarina].</b> Florianópolis (SC): 1992.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SC	1992
44.	ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. <b>Guia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.</b> Ribeirão Preto (SP): 1996.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1996
45.	<b>ARQUIVO RIO CLARO.</b> Revista do Arquivo. Rio Claro / SP.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	2003
46.	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 9578.</b> Arquivos: terminologia. Out. 1986. Rio de Janeiro : ABNT-BR, 1986.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1986

Publicação		Editor								Tipo					Publicação		
		larc	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
47.	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 10519</b> . Critérios para avaliação de documentos de arquivo: procedimentos. Out. 1988. Rio de Janeiro : ABNT-BR, 1990.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1990
48.	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Arquivologia: textos e legislação. Rio de Janeiro: AAB, 1979. 52p. (Publicações da AAB, v. 1)	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1979
49.	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. <b>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</b> : contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo: CENADEM, 1990. 163 p.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1990
50.	BARBOSA, Teresinha de Jesus Carvalho Mendes; SANTOS, Yara Ferreira dos. <b>Arquivo e Protocolo</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Escola do Serviço Público, 1990. 108 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1990
51.	BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Coord.). <b>Gestão em arquivologia</b> : abordagens múltiplas. Londrina, PR: Eduel, 2008. 186 p.: ISBN 9788572165068	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	PR	2008
52.	BECK, Ingrid. <b>Manual de conservação de documentos</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações Técnicas, 42).	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1985
53.	BECK, Ingrid. <b>Manual de preservação de documentos</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. (Publicações Técnicas, 46).	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1991
54.	BELLOTTO, Heloisa Liberalli. <b>Arquivos permanentes</b> : tratamento documental. São Paulo : T.A. Queiroz, 1991. 198p. (2. RJ, 4.RJ)	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1991
55.	BELLOTTO, Heloisa Liberalli. <b>Arquivística</b> : objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 1)	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2002
56.	BELLOTTO, Heloisa Liberalli. <b>Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa</b> . 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa oficial, 2002. 120 p.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2002
57.	BELLOTTO, Heloisa Liberalli. <b>Diplomática e tipologia documental em arquivos</b> . 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 106p. ; ISBN 9788585637378	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	2008

Publicação	Editor										Tipo				Publicação	
	larq	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
58. BELLOTTO, Heloísa Liberali. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. <b>Ciências &amp; Letras</b> , Porto Alegre, n.27, p. 151-166, jan.-jun.2000	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	RS	2000			
59. BELLOTTO, Heloísa Liberali. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. <b>Registro - Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba</b> , Indaiatuba (SP), ano 1, n.1, jul.2002, p.14-27	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	SP	2002			
60. BERNARDES, Ieda Pimenta. <b>Como avaliar documentos de arquivo</b> . São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Como fazer, 1)	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	1998			
61. <b>BIBLIOLINE</b> . Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Disponível em: www.biblioline.ufpb.br/ Semestral. ISSN 1809-4775	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	PB	2005			
62. BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro; DAMASCENO, Darcy. <b>Catálogo arquivo de mateus</b> . Rio de Janeiro: Fund Bibl Nac, 2000. 431 p ISBN 85-333-0121-9	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	RJ	2000			
63. BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. <b>Documentos históricos</b> . Rio de Janeiro, 1953.	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	RJ	1953			
64. BOLETIM DO ARQUIVO. Arquivo do Estado de São Paulo.	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	SP	1992			
65. <b>BRAZILIAN JOURNAL OF INFORMATION SCIENCE (BJIS)</b> . Unesp/Marília. Disponível em: www.bjis.unesp.br/ Semestral. ISSN 1981-1640	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	2006			
66. <b>CADERNO TÉCNICO - ADMINISTRAÇÃO DE EMERGÊNCIAS</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997			
67. <b>CADERNO TÉCNICO - EMERGÊNCIAS COM PRAGAS EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997. p.13-20.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997			
68. <b>CADERNO TÉCNICO - PLANEJAMENTO E PRIORIDADES</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997. p.3-10.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997			
69. <b>CADERNO TÉCNICO - REFORMATÃO</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997			

Publicação		Editor								Tipo					Publicação			
		larq	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano				
70.	CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos municipais: problemas de jurisdição. <b>Boletim do Centro de Memória - UNICAMP</b> , v. 1, n.2, jul./dez. 1989, pp. 18-19.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	1989
71.	CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Um sistema municipal de arquivos: Rio Claro, São Paulo. <b>Cadernos FUNDAP</b> , 8, abr. 1984.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	1984
72.	CAMARGO, Ana M. Almeida. BELLOTTO, H. Liberalli. <b>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística</b> . 1ª ed. São Paulo: Cenadem, 1990. 163 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1990
73.	CAMARGO, Ana M. Almeida. BELLOTTO, H. Liberalli. <b>Dicionário de terminologia arquivística</b> . São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1996.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1996
74.	CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MACHADO, Helena Correa. <b>Como implantar arquivos públicos municipais</b> . 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. 87 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	1999
75.	CAMPELLO, Bernadete Santos (org.). <b>Formas e expressões do conhecimento</b> : introdução às fontes de informação. Belo Horizonte : Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	MG	1998
76.	CANADA. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DE ARQUIVOS CORRENTES. Arquivos correntes: Organização e funcionamento. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de janeiro: Arquivo Nacional, 1975. 166 p. (Publicações técnicas, 35).	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	RJ	1975
77.	CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; DIETRICH, Ana Maria; ALVES, Eliane Bisan; PERAZZO, Priscila Ferreira (Coord.) Inventário DEOPS: Módulo 1: Alemanha. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. 153 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1997
78.	CARVALHO, Aurea Maria de Freitas. <b>Fotografia como fonte de pesquisa</b> : Histórico, registro, arranjo, classificação e descrição. Rio de janeiro: Fund Nac Pro-Memória, 1986. 51 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1986
79.	CARVALHO, Ernani Macedo de. <b>Manual de classificação e arquivamento de papéis e documentos comerciais</b> . São Paulo: Ed S Paulo, 1931. 230 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1931
80.	CARVALHO, Lourdes de Freitas. <b>Serviço de arquivo médico e estatística de um hospital</b> . São Paulo: Ed Univ Sao Paulo, 1973. 257p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1973

Publicação		Editor								Tipo					Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano		
81.	CASA DE RUI BARBOSA; VASCONCELOS, Eliane. <b>Inventário do arquivo Pedro Nava</b> . Rio de janeiro: Fund Casa de R Barbosa, 2001. 421p. (Inventário do arquivo, 8) ISBN 8570042256	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	2001		
82.	CASSARES, Norma Cianflone (em colaboração com Cláudia Moi). <b>Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas</b> . 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 78p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	2000			
83.	CASTANHO, Denise Molon et. al <b>Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria: 25 anos de história</b> . 1ª ed. Santa Maria: UFSM/CCSM, 2002. 54 p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	RS	2002			
84.	CASTILHO, Ataliba Teixeira de. <b>Sistematização de arquivos públicos(a)</b> . Campinas: Ed Unicamp, 1991. 169 p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	1991			
85.	CASTRO, Astréa de Moraes e. Arquivologia: sua trajetória no Brasil. Brasília : Stilo, 2008. 304p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	DF	2008			
86.	CASTRO, Astréa de Moraes e. <b>Arquivo no Brasil e na Europa</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 124 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1973			
87.	CASTRO, Astrea de Moraes E; CASTRO, Andresa de Moraes E; GASPARIAN, Danuza de Moraes E Castro. <b>Arquivística = técnica, arquivologia = ciência</b> . Brasília: Abdf, 1985. 2 v. (1988, RJ)	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	DF	1985			
88.	CASTRO, Carlos José de Lima; TOBIAS, Josué José; VICTORINO, Carlos Roberto. Guarda e manutenção de documentos fiscais. 2. ed. [São Paulo]: Fisco Soft, [2007?]. 88 p. ;	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	SP	2007			
89.	CATALOGO de verbetes dos documentos manuscritos avulsos referentes a capitania de matto grosso existentes no arquivo historico ultramarino- lisboa: Fontes primarias para a historia da capitania de matto grosso. Campo grande: Minist Cult, 1999. 492 p ISBN 85-87412-01-9	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	MT	1999			
90.	<b>CENÁRIO ARQUIVÍSTICO</b> . Associação Brasileira de Arquivologia. Brasília	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	DF	2002			
91.	CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. <b>Metodologia de Organização de Arquivos Pessoais</b> : a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1998			

Publicação	Editor										Tipo				Publicação	
	lariq	Univ	Asso	lpub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
92. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). <b>Procedimentos técnicos em arquivos privados</b> . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1986			
93. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CPDOC. <b>Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados</b> . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Editora, 1994. 87 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1994			
94. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. IBICT/DF. Disponível em: <a href="http://revista.ibict.br/Quadrimestral">http://revista.ibict.br/Quadrimestral</a> . ISSN: 1518-8353	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	DF	1972			
95. COLOMBO, Fausto. <b>Os arquivos imperfeitos</b> : memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991. 134 p. (Coleção debates) ISBN 8527303507	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	SP	1991			
96. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Guia de fontes arquivísticas para a história da mineração no Brasil: 1889-1990. Santos: Cia Vale Rio Doce, 1993. 281 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	SP	1993			
97. <b>CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS (V)</b> . "Estado e sociedade: as dimensões do Arquivo Público". Arquivo do Estado de São Paulo: 1997.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	1997			
98. <b>CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (1)</b> : 1972: Rio de Janeiro). Anais... Brasília: Assoc. Arq Bras, 1979. 726 p.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	DF	1979			
99. <b>CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (IV)</b> . <b>Anais do IV</b> [Rio de Janeiro, 1979]. Rio de Janeiro: Associação do Arquivistas Brasileiros, 1982.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1982			
100. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (15). Goiânia. <b>Anais...</b>	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	GO	2008			
101. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002) São Paulo. Integrar: 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus : textos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. 698 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	SP	2002			
102. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA (II). Porto Alegre, AARGS.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	RS	2006			

Publicação		Editor								Tipo					Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano		
103.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comissão ad hoc para as normas de descrição. <b>ISAD (G):</b> normas internacionais de descrição em arquivo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. (Publicações técnicas, 48)	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	RJ	1998
104.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comissão ad hoc para as normas de descrição. <b>Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISAAR(CPF)).</b> Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. (Publicações técnicas, 49)	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	RJ	1998
105.	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. <b>Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas.</b> Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 3 out. 2004.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	2004	
106.	CONTINOLO, Giuseppe. <b>Como organizar o arquivo:</b> Guia prático para a classificação de documentos e fichas e para a organização dos serviços de arquivo. 2. ed. São Paulo: M Fontes, 1975. 291 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	SP	1975	
107.	CÓRTE, Adelaide Ramos; ALMEIDA, Ieda Muniz de; ROCHA, Eulina Gomes; LAGO, Wilma Garrido do. <b>Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos.</b> 2ª ed. São Paulo: Polis, 2002. 219 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	SP	2002	
108.	COTTA, André Guerra; SOTOYO, Pablo. <b>Arquivologia e patrimônio musical.</b> Bahia : EDUFBA, 2006. 91p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	BA	2006	
109.	COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. <b>A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo.</b> Tradução: Luís Carlos Lopes. Brasília : Finatec, 1999. 189p.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	DF	1999	
110.	CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. <b>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.</b> Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	DF	2008	
111.	DANTAS, Tereza Cristina de Sousa; LOUREIRO, Ilka Cavalcanti; MEDEIROS, Ruth Miranda Henriques Carvalheira, Sílvia. <b>Arquivos privados:</b> Procedimentos técnicos. Recife: Fund J Nabuco, 1988. 110 p	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	PE	1988	
112.	DINAMARCO, Tassus. Responsabilidade civil dos arquivistas. In: Advocacia dinâmica: boletim informativo semanal, v.28, n.15, p.243-239, abri., 2008.	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	RJ	2008	
113.	DISTRITO FEDERAL (Brasil). Código de classificação de documentos de arquivo e da tabela de temporalidade de documentos. Brasília: 2003. 202 p. (Coleção Estudos e Documentos2)	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	DF	2003	

Publicação	Editor										Tipo				Publicação	
	larq	Univ	Asso	lpub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
114. DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SAO PAULO. São Paulo: Arquivo do Estado, 1894-. Periodicidade não determinada. ISSN 1516-3474	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	1894			
115. DOCUMENTOS HISTORICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR: Atas da Camara. Salvador: Arquivo Municipal, 1949-. Periodicidade não determinada.	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	BA	1949			
116. DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL: cartas do Senado 1710-1730. Salvador: Mensageiro da Fe, 1973. xx, 146 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	BA	1973			
117. DUBOSCQ, Guy. <b>Organização do pré-arquivo</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. 78 p. Original: "Organisation du préarchives" (1974)	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1977			
118. ENCONTRO DE ARQUIVOS CATARINENSES (3: 1988: FLORIANOPOLIS); Painel de Arquivos Sul-brasileiros (1: 1988: Florianopolis). Anais ... Florianópolis: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988. 125 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	SC	1988			
119. <b>ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS (VI, VII E VIII). Anais...</b> Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração/Diretoria de Administração Patrimonial e Documentação/Gerência do Arquivo Público do Estado e Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 2000.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SC	2000			
120. <b>ENCONTROS BIBLI.</b> Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC/SC. Disponível em: <a href="http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb">http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb</a> Semestral. ISSN 1518-2924	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SC	1996			
121. ESPOSEL, José Pedro. <b>Noções prévias para elaboração de um manual de arquivo</b> . Niterói: São José, 1975. 72 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	1975			
122. ESPOSEL, José Pedro. <b>Introdução à arquivologia</b> . Niterói: UFF, 1980. 143p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1980			
123. ESPOSEL, José Pedro. <b>Arquivos</b> : uma questão de ordem. Niterói/RJ : Muiraquitã, 1994. 234 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	RJ	1994			
124. <b>ESTUDOS HISTÓRICOS</b> , CPDOC/FGV. Disponível em: <a href="http://cpdoc.fgv.br/revista/">http://cpdoc.fgv.br/revista/</a> Semestral. ISSN 0103-2186	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	SP	1988			

Publicação		Editor								Tipo					Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano		
125.	ETTINGER, Karl E. <b>Registros, relatórios e arquivos</b> . São Paulo: IBRASA, 1964. 54 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1964
126.	FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). <b>Arquivo, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação</b> . 1ª ed. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. 160 p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2000
127.	FEIJO, Virgílio de Mello. <b>Documentação e arquivos</b> . Porto Alegre: Sagra, 1988. 147 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	RS	1988
128.	FERREZ, Helena Dodd et al. O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais. <b>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b> , Rio de Janeiro, n.22, 1987, p.191-192.	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1987
129.	FILLIPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. <b>Como tratar coleções de fotografias</b> . 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000. 84 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2000
130.	FONSECA, Edson Neryda. <b>Conservação de Bibliotecas e Arquivos em Regiões Tropicais</b> . Brasília: ABDF, 1975. 46p.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	1975
131.	FONSECA, Maria Odila. <b>Arquivologia e ciência da informação</b> . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 121 p.: ISBN 8522505039	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	2005
132.	FONSECA, Maria Odila. <b>Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. Ciência da informação</b> , maio/ago. 1999, vol.28, no.2, p.146-154. ISSN 0100-1965.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	1999
133.	FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. <b>Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI. Cadernos FUNDAP</b> , v.4, n.8, abr.1984, p.17-19.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1984
134.	FUNDACAO GETULIO VARGAS. <b>Guia dos arquivos CPDOC: 1985</b> . Rio de Janeiro 1985. 153p	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1985
135.	FUNDACAO NACIONAL PRO-MEMÓRIA. <b>Relatório de atividades: Agosto 1986/julho 1987</b> . Minist Cult, 19. 1 v	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1987
136.	GAGLIAND, Pedro Luiz Ricardo. <b>Arquivos Judiciários</b> . 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1985. 368 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	SP	1985

Publicação	Editor										Tipo					Publicação	
	larq	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano				
137. GAK, Luiz Cleber. Organização de arquivos: Propostas. Rio de Janeiro: Meta, 1993. 27 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	RJ	1993				
138. GAMEIRO, Maria Cristina. <b>Manual para implantação de sistema de protocolo e gerenciamento de processos</b> . São Paulo: CENADEM, 1985.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	SP	1985				
139. GOMES, Francelino Araujo. Arquivamento com pastas suspensas vetromobil, vetrolateral e o arquivetro. 2. ed. Rio de Janeiro: Org Ruf, 1958. 96 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	RJ	1958				
140. GOMES, Francelino Araújo; HELLUY, Hamida R. <b>Manual de arquivo e documentação</b> . Rio de Janeiro : Interciência, 1976. 206 p. il. <b>4ed.</b>	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	RJ	1976				
141. GONÇALVES, Janice. <b>Como classificar e ordenar documentos de arquivo</b> . São Paulo: Arquivo do Estado, AAB-SP, 1998. (Como fazer, 2).	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	1998				
142. GORBEA, Josefina Q. de; GARCIA-DIAZ, Eva S. de; VELA, Olga M. de. Sistemas de arquivos e controle de documentos. São Paulo: Atlas, 1970. 212p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	SP	1970				
143. GUIMARÃES, Cassiano. Formulário prático comercial. Bahia: Typographia Julio Wilcke, 1913.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	BA	1913				
144. HELLUY, Hâmida Rodrigues. <b>Como organizar os arquivos</b> . 1ª ed. São Paulo: Cenadem, 1986. 68 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	SP	1986				
145. INDOLFO, Ana Celeste; CAMPOS, Ana M.V Cascardo et. al. <b>Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 49 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	1995				
146. <b>INFORMAÇÃO &amp; INFORMAÇÃO</b> . Universidade Estadual de Londrina/UUEL. Disponível em: <a href="http://www.uel.br/revistas/informação">http://www.uel.br/revistas/informação</a> Semestral. ISSN 1981-8920	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SC	1991				
147. <b>INFORMAÇÃO &amp; SOCIEDADE</b> . Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Disponível em: <a href="http://www.ies.ufpb.br/">http://www.ies.ufpb.br/</a> Quadrimestral. ISSN 1809-478	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	PB	1996				
148. JAMESON, Samuel Haig. <b>Administração de arquivos e documentação</b> . Rio de Janeiro: Fund G Vargas, 1964. 318p.	-	-	-	-	X	X <sup>2</sup>	-	-	-	-	-	RJ	1964				

<sup>2</sup> É uma compilação de partes de publicações estrangeiras e nacionais.

Publicação	Editor										Tipo				Publicação	
	Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
149. JARDIM, Jose Maria. <b>Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.</b> Niterói: Ed Univ Fed Fluminense, 1995. 196 p	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1995			
150. JARDIM, José Maria. <b>Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental.</b> Niterói: Eduff, 1998.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1998			
151. JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. <b>A formação do arquivista no Brasil.</b> Rio de Janeiro, EDUFF: 1999.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1999			
152. JENKINSON, Hilary. <b>O arquivista inglês: uma nova profissão.</b> Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 42p.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1960			
153. JORNADA DE TRABALHO DO LABORATORIO DE ANALISE DO PROCESSO CIVILIZATORIO 1996: CAMPOS DOS GOYTACAZES. 1 <b>Memória:</b> Contribuições para a sua preservação: região norte- fluminense. Campos: Univ Est Norte Fluminense, 1997. 82 p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1997			
154. LEITE, Maria Amélia Gomes. <b>Manual de arquivo.</b> 1ª ed. Rio de Janeiro: Eletrobrás – Departamento de sistema de controle e telecomunicações, 1980. 87 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1980			
155. LOPES, Luis Carlos. <b>A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada.</b> Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. 143 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1997			
156. LOPES, Luis Carlos. <b>A imagem e a sombra da arquivística.</b> Rio de Janeiro: Arq Public Est, 1998. 110 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1998			
157. LOPES, Luis Carlos. <b>A informação e os arquivos: Teorias e praticas.</b> Niterói: Eduff, 1996. 142 p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1996			
158. LOPES, Luis Carlos. <b>A nova arquivística na modernização administrativa.</b> Rio de Janeiro: <s/ed.>, 2000.	-	-	-	-	X <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-	RJ	2000			
159. LOPEZ, André Porto Ancona. <b>Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras.</b> São Paulo: Loyola, História Social USP, 1999. (Teses)	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	SP	1999			

<sup>3</sup> Publicado por iniciativa e investimentos pessoais, sem editor formal. Segunda edição de 2009, por editora de Brasília-DF.

Publicação	Editor										Tipo				Publicação	
	larq	Univ	Asso	lpub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
160. LOPEZ, André Porto Ancona. <b>Como descrever documentos de arquivo</b> . 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 60p	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	SP	2002			
161. LUCK, Esther Hermes et alii. <b>A informação</b> : questões e problemas. Niterói, RJ: Eduff, 1995. 84 p. [Estudos & pesquisas (Universidade Federal Fluminense)]	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RJ	1995			
162. LUZ, Charley. <b>Arquivologia 2.0</b> : a informação humana digital	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	SC <sup>4</sup>	2010			
163. MACHADO, Helena Corrêa, CAMARGO, Ana Maria de Almeida. <b>Como implantar arquivos públicos municipais</b> . 2 ed. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 1999. (Como fazer, 3)	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	SP	1999			
164. MACHADO, Helena Corrêa, CAMARGO, Ana Maria de Almeida. <b>Roteiro para implantação de arquivos municipais</b> . São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, Porto Calendário, 1996.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	SP	1996			
165. MAIA, Augusto Moreno. O processo histórico de construção do curso de arquivologia no Brasil. <b>Jornada do HISTEDBR</b> (5), Sorocaba/SP, maio de 2005.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	2005			
166. MARQUANT, Robert. <b>Arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais</b> . Rio de Janeiro: Arq Nac, 1960. 32 p	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1960			
167. MARTINS, Jefferson A., SOARES, Talita de Almeida T. Manual de Conservação e Restauração. <b>Agora</b> (Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina), Florianópolis, ano VI, n.13, jul. 1991.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SC	1991			
168. MATTAR, Eiliana (org.). <b>Acesso à informação e política de arquivos</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 136 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RJ	2003			
169. MELLO, Maria Lucia Horta Ludolf de; MENDONÇA, Lucia Maria Velloso de Oliveira Rebelo de. <b>O Arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa</b> . Rio de Janeiro: Fund Casa de R Barbosa, 1997. 187 p. ISBN 85-7004-194-2.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1997			
170. MELLO, Walter Albuquerque. Guia dos acervos do arquivo publico do Distrito Federal. Brasília: Arq Public. Dist. Fed., 1990. 28 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	DF	1990			

<sup>4</sup> Autor radicado em São Paulo se utilizou de editora com sistema *on demand* via web, com sede em Florianópolis - Santa Catarina.

Publicação		Editor								Tipo					Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano		
171.	<b>MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL.</b> Rio de janeiro: Arq Nac, 1970-. Mensal. Continuado por ISSN 0045-2726	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1970	
172.	MINISTÉRIO DA FAZENDA. Técnicas de tratamento da documentação estática do ministério da fazenda: Ciclo de palestras. Brasília 1981. 92 p.	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	DF	1981	
173.	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES. Arquivo diplomático da independência. Brasília 1972.	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	DF	1972	
174.	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES. Arquivo histórico do Itamaraty. Rio de janeiro 1952.	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	RJ	1952	
175.	MIRANDA, Zeny Duarte de; NATIONAL PRESERVATION OFFICE, THE BRITISH LIBRARY. Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda. 1. ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), 2000. 108 p.	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	BA	2000	
176.	MONTEIRO, John Manuel. Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: Acervos das capitais. São Paulo: USP/Núcleo Hist. Indig. & Indig, 1994. 496 p	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	1994	
177.	MOREIRA, Regina da Luz. <b>Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais:</b> Ainda uma estratégia a ser definida?. Rio de janeiro: Fund G Vargas, 1990. 81 f	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	RJ	1990	
178.	MULLER, Samuel; FEITH, Joman Adrian; FRUIN, Robert. <b>Manual de arranjo e descrição de arquivos.</b> Rio de janeiro: Arq Nac, 1960. 145p.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	RJ	1960	
179.	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Catálogo da coleção iconográfica do arquivo histórico. Brasília: Senado Federal, 1997. 219 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	DF	1997	
180.	NAGEL, Rolf. <b>Dicionário de termos arquivísticos:</b> subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Bonn : Fund. Alemã para o Desenv. Intern. / Salvador : UFBA, 1989. 109 p. Notas: Compilado pelo Curso de Especialização em Arquivologia, Escola de Biblioteconomia e Documentação da UFBA, Coordenação da Professora Maria José Rabello de Freitas.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	BA	1989	
181.	NAGEL, Rolf. Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. 2.ed. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991. 109p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	BA	1991	

Publicação	Editor										Tipo					Publicação	
	larq	Univ	Asso	lpub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano				
182. NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. A preservação documental na esfera do Poder Legislativo: a experiência do Arquivo da cidade de Belo Horizonte. In: Cadernos da Escola do Legislativo, v. 10, n. 15, p. 157-190, jun./dez., 2008	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	MG	2008				
183. NOGUEIRA JUNIOR, Alberto. <b>Cidadania e direito de acesso aos documentos administrativos</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 530 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	2003				
184. NORTON, Luis. Notícia sobre o arquivo militar de Lisboa: encontrado no ministério das relações exteriores do Brasil. Rio de Janeiro: Mauá, 1938. 94 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	1938				
185. OGDEN, Sherelyn. <b>Caderno técnico – armazenagem e manuseio</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997				
186. OGDEN, Sherelyn. <b>Caderno técnico – meio ambiente</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997				
187. OGDEN, Sherelyn. <b>Caderno técnico- procedimentos de conservação</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997				
188. OLIVEIRA, Daise Aparecida de. Projeto de Sistema de Arquivos para o Município de São Paulo. <b>Cadernos FUNDAP</b> , 8, abr. 1984.	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	SP	1984				
189. OLIVEIRA, Vanderlei Márcio de; BARROS, Elisabeth Ramos. Manual de transferência de documentos: UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 24p.	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	DF	1999				
190. PAES, Marilena Leite. <b>Arquivo</b> : teoria e prática. 2. ED. Rio de Janeiro: Fund G Vargas, 1991. 162p. :	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	RJ	1991				
191. PAULA, Rosalia Paraíso Matta de. <b>Como elaborar a tabela de temporalidade documental: racionalização de custos de armazenagem e administração de arquivos empresariais</b> . 1ª Ed. São Paulo: CENADEM, 1995. 89 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	SP	1995				
192. PERAZO, Priscila Ferreira. O perigo alemão e a repressão policial no estado novo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. 278 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	1999				

Publicação		Editor							Tipo					Publicação	
		Iarq	Univ	Asso	Ipub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano	
193.	<b>PERSPECTIVA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.</b> Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG. Disponível em: <a href="http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci">http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci</a> Quadrimestral. ISSN 1413-9936	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	MG	1996	
194.	<b>PONTO DE ACESSO.</b> Universidade Federal da Bahia/UFBA. Semestral.	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	BA	2007		
195.	PRADO, Heloísa de Almeida. <b>Manual do arquivista.</b> São Paulo: Lep, 1961. 140 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	SP	1961		
196.	PRADO, Heloísa de Almeida. <b>A Técnica de arquivar.</b> São Paulo: Polígono, 1970. 154 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	SP	1970		
197.	PROGRAMA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA: Pro-documento. Rio de janeiro 1984. 47 f.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1984		
198.	PUBLICACOES DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de janeiro: Arq Nac, 1886-. Periodicidade não determinada. ISSN 0103-8591	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	RJ	1886		
199.	REILLY, James M., NISHIMURA, Douglas W., ZINN, Edward. <b>Novas ferramentas para preservação:</b> avaliando os efeitos ambientais a longo prazo sobre coleções de biblioteca e arquivos. Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	RJ	1997		
200.	<b>REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.</b> São Paulo: Arq Mun, 1934-. Irregular. ISSN 0034-9216	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	1934		
201.	<b>REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE INDAIATUBA,</b> Indaiatuba (SP).	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	SP	2002		
202.	<b>REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.</b> Belo Horizonte: Arq Public Mineiro, 1896-. Anual.	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	MG	1896		
203.	RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; NAGEL, Rolf. <b>Elementos de Arquivologia.</b> 1ª ed. Santa Maria e Bonn: UFSM, 1988. 125p.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	RS	1988		
204.	RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. <b>Introdução a arquivologia.</b> Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997. 101 p	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	RS	1997		

Publicação	Editor								Tipo					Publicação	
	lariq	Univ	Asso	lpub	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano		
205. RIO DE JANEIRO (ESTADO). Assembléia Legislativa. <b>Instrumento de política de gestão da informação arquivística da ALERJ</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: ALERJ, 1999. 56 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	RJ	1999		
206. RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DA EDUCACAO. <b>Catálogo dos documentos sob as rubricas: Autoridades militares, comando das armas, jornais e livros manuscritos</b> . Porto alegre: Globo, 1941. 122p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RS	1941		
207. RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (orgs.). <b>Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação</b> . Brasília: Thesaurus, 2003. (Estudos avançados em Ciência da Informação, v. 2).	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	DF	2003		
208. RODRIGUES, José Honório. <b>A situação do arquivo nacional</b> . Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959. 73 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	RJ	1959		
209. RONDINELLI, Rosely Curi. <b>Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea</b> . Rio de Janeiro : FGV, 2002. 160p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	2002		
210. SABBE, Etienne. Os Arquivos de estado. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Minist Just e Neg Interior / Arquivo Nacional, 1963. 68 p	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1963		
211. SANTIAGO, Mônica Cristina. <b>Conservação de documentos</b> . Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. (Papéis avulsos, 11).	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1994		
212. SANTOS, Paulo Roberto Elian dos Santos. <b>Arquivística no laboratório: história, teoria e método de uma disciplina</b> . Rio de Janeiro: Editora Teatral, 2010.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	2010		
213. SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.) <b>Arquivística: temas contemporâneos</b> . Brasília : SENAC-DF, 2007.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	DF	2007		
214. SANTOS, Vanderlei Batista dos. <b>Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística</b> . Brasília: Abarq, 2002. 140 p. ISBN 85-88866-02-1	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	2002		
215. SCHELLENBERG, T. R.. <b>A Avaliação dos documentos públicos modernos</b> . Trad. Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. 56 p.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1959		

Publicação		Editor								Tipo					Publicação	
lariq		Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano			
X	216. SCHELLENBERG, T.R. <b>Arquivos modernos: princípios e técnicas</b> . Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro : FGV, 1973. 345 p	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1973			
X	217. SCHELLENBERG, T. R. <b>Documentos públicos e privados: arranjo e descrição</b> . Rio de janeiro 1963. 344 p	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1963			
X	218. SCHELLENBERG, T. R. <b>Manual de arquivo</b> . Rio de janeiro: Arquivo Nacional, 1959. 175 p. Trad. Manoel A. Wanderley	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1959			
X	219. SCHELLENBERG, J. R. <b>Princípios de arranjo</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações técnicas, 2).	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1959			
X	220. SEBERA, Donald K. <b>Isopermas: uma ferramenta para o gerenciamento ambiental</b> . Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, Arquivo Nacional, 1997. p.31-46.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1997			
X	221. SEMINÁRIO "BASES PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO - o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte". Anais... [Belo Horizonte, 1990]. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	MG	1990			
-	222. SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS. (I). Anais... Campinas: UNICAMP, 1992.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	SP	1992			
-	223. SILVA, Sérgio Conde de Albite. <b>Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas</b> . Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	1998			
-	224. SILVA, Suely Braga da. <b>Presidentes da república: guia dos acervos privados(os)</b> . Rio de janeiro: Fund G Vargas, 1989. 106 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	1989			
-	225. SILVA, Zélia Lopes da (Coord). <b>Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas</b> . São Paulo: UNESP, 1999. 154 p. ; (Seminários e debates) ISBN 85-7139-268-4	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	1999			
-	226. TIAGO, João. <b>Automação de unidades de informação arquivística</b> . Bahia : Associação dos Arquivista da Bahia, 2009.	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	BA	2009			
-	227. <b>TRANSINFORMAÇÃO</b> . PUC-Campinas. Disponível em: <a href="http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php">http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php</a> Quadrimestral. ISSN 0103-3786	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	SP	1989			

Publicação	Editor										Tipo					Publicação	
	lariq	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano				
228. TURMO, Fernando Sabés. A implantação da administração eletrônica conduz a mudanças nas definições tradicionais de arquivos e documentos. RCA : Revista de Controle e Administração, v.4, n.2, p.169-186, jul.dez., 2008.	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	RJ	2008				
229. SILVINO FILHO, Jose. Avaliação de documentos de arquivo. Brasília: W Antunes Consultoria, 1995. 17p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	DF	1995				
230. SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. <b>Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos</b> . São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 55p	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2002				
231. SOUNIS, Emílio. <b>Organização de um serviço de arquivo médico e estatística</b> . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 156 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	SP	1975				
232. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. <b>As bases do processo classificatório em Arquivística</b> : um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.(Scripta, 2)	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2002				
233. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. <b>Revista de Biblioteconomia de Brasília</b> , v. 21, n. 1, p.31-50, jan./jun. 1997.	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	DF	1997				
234. STRINGHER, Ademar. <b>Aspectos legais da documentação em meios micrográficos, magnéticos e ópticos</b> . 2 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Universidade Ibirapuera, Cenadem, 1996.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	SP	1996				
235. TAVARES, Rodrigo Rodrigues; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Coord.) O porto vermelho: a maré revolucionária (1930 - 1951). São Paulo: Arquivo do Estado, 2001. 224 p. (Inventário DEOPS. Módulo VI,Comunistas)	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2001				
236. TESSITORE, Viviane. <b>Como implantar centros de documentação</b> . São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 52p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	SP	2002				
237. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. <b>Acervo arquivístico</b> : diagnóstico 2008. 91 p.	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	DF	2008				
238. VALÉRIO, Antonio C. Gonçalves. et al. <b>Identificação de documentos em arquivos públicos</b> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. 51 p.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	RJ	1985				

Publicação	Editor										Tipo					Publicação	
	larq	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais	UF	Ano				
	239. VALLETTE, Jean-Jacques. <b>O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento.</b> Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	RJ	1973			
240. VIEIRA, Sebastiana Batista. <b>Arquivo funcional: como organizar na concepção de quem faz e usa.</b> Rio de Janeiro: Unitécnica, 1992. 81 p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	2005				
241. VIEIRA, Sebastiana Batista. <b>Técnicas de arquivo e controle de documentos.</b> Rio de Janeiro: Temas & idéias, 2005. 115p.	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	RJ	2005				
242. WEISSHEIMER, Astrid; BUENO, Sílvia R. B. <b>Bibliografia de obras de arquivologia.</b> Santa Maria : UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1997.	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	RS	1997				

Publicação	Editor										Tipo				
	larq	Univ	Asso	Ipúb	Ecom	Trad	Peri	ArtP	Inst	TOrig	Anais				
Quantidade: 242	107	39	19	29	48	27	18	20	40	126	11				
Porcentagem	44,21	16,12	7,85	11,98	19,84	11,16	7,45	8,26	16,53	52,06	4,54				

Estado (UF)	RJ	SP	DF	BA	RS	SC	MG	PB	GO	MT	PA	PE	PR
	Publicações	103	72	28	11	9	7	5	2	1	1	1	1
Percentual (%)	42,56	29,75	11,57	4,55	3,72	2,89	2,07	0,82	2,07				
Soma	175							67					
	72,31%							27,69%					

**LEGENDA:**

**Tipo de obra:** TRAD: tradução; PERI: Periódico; ARTP: Periódico sem tradição arquivística que publicaram artigos com temática arquivística; INST: Instrumento de descrição e narração de ações; relatórios de atividades, guias, inventários e catálogos de acervo, planos e projetos de ação de instituição, cadastro de instituições e acervos, bibliografia; TORIG: Textos originais, quando não publicados em periódicos; ANAIS: Anais de eventos.  
**Editora:** IARQ: Instituição arquivística pública ou privada; UNIV: Universidades e instituições de ensino; ASSO: Associação de arquivistas, bibliotecários, museólogos, de profissionais da informação; IPUB: Instituição pública não arquivística; ECOM: Editoras comerciais tradicionais e outras instituições publicadoras (OAB, Associação de Administradores).

## ANEXO C – Principais manuais arquivísticos consultados

(ordem de publicação)

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>País</b>	<b>Língua</b> (original/utilizada)	<b>Ano</b> (Edição)
Handleiding voor het ordenen em beschreijven van archiven	S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin – Associação dos Arquivistas Holandeses	Holanda	Holandês / Inglês - Português	1898 / 1940-1960
A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making	Hillary Jenkinson	Inglaterra	Inglês / Inglês	1922 / 1922
Archivistica	Eugene Casanova	Itália	Italiano / Italiano	1928 / 1928
Manual de classificação e arquivamento de papeis e documentos commerciaes e civis	Ernani Macedo de Carvalho	Brasil	Português / Português	1931 / 1931
Modern archives: principles and techniques	Theodore Roosevelt Schellenberg	Estados Unidos	Inglês / Inglês-Português	1956 / 1970
Les archives	Jean Favier	França	Francês / Francês	1958 / 2001
Public and private records: their arrangement and description	Theodore Roosevelt Schellenberg	Estados Unidos	Inglês / Português	1963 / 1980
Come organizzare l'archivio: guida pratica per la classificazione dei documenti e delle schede e l'organizzazione dei servizi d'archivio.	Giuseppe Continolo	Itália	Italiano / Espanhol – Português	1964 / 1965 - 1969
Records Organization and Operations	Records Management Branch	Canadá	Inglês / Português	1969 / 1975
Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France	Association des Archivistes Français	França	Francês / Francês	1970 / 1970
A técnica de arquivar	Heloisa de Almeida Prado	Brasil	Português / Português	1970 / 1970
Lezioni de archivistica.	Arnaldo D'Addario	Itália	Italiano / italiano	1972 / 1972
Organisation du préarchivage	Guy Duboscq, A. W. Mabbs	França	Francês / Francês	1974 / 1974
Manual de Arquivo e Documentação	F. Araújo Gomes; Hâmida R. Helluy	Brasil	Português / Português	1976 / 1976
Archivistica: estudios básicos	Diputación Provincial de Sevilla	Espanha	Espanhol	1981 / 1981
Manual de archivos municipales	Vicenta Cortés Alonso	Espanha	Espanhol / Espanhol	1982 / 1982
Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche	Carol Couture; Jean-Yves Rousseau	Canadá	Francês / Francês	1982 / 1982

Archivística general: teoria y práctica	Antonia Heredia Herrera	Espanha	Espanhol / Espanhol	1984 / 1991
Archivística: principi e problemi	Elio Lodolini	Itália	Italiano / Espanhol	1984 / 1993
A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice	Maygene F. Daniel; Timothy Watch	Estados Unidos	Inglês	1984 / 1984
Arquivo: teoria e prática	Marilyna Leite Paes	Brasil	Português / Português	1986 / 2004
Keeping archives	Ann Peterson	Austrália	Inglês / Inglês	1987 / 1987
Arquivística = técnica; Arquivologia = ciência	Astréa de Moraes e Castro; Danuza de Moraes e Castro Gasparian	Brasil	Português / Português	1988 / 1988
Diplomatics: new uses for an old Science	Luciana Duranti	Canadá	Inglês / Inglês	1989 / 1998
Arquivos permanentes: tratamento documental	Heloisa Liberalli Bellotto	Brasil	Português / Português	1991 / 2004
La pratique archivistique française	Direction des Archives de France	França	Francês / Francês	1993 / 1993
Les fondements de la discipline archivistique	Jean-Yves Rousseau, Carol Couture.	Canadá	Francês / Francês – Português	1994 / 1994 – 1998
Como avaliar documentos de arquivo	Ieda Pimenta Bernardes	Brasil	Português / Português	1998 / 1998
A nova arquivística na modernização administrativa	Luis Carlos Lopes	Brasil	Português	2000 / 2000
Une histoire de l'archivistique	Paul Delsalle	Canadá	Francês / Francês	2000 / 2000
Les archives	Sophie Coeuré, Vincent Duclert	França	Francês / Francês	2001 / 2001
Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivos	Heloisa Liberalli Bellotto	Brasil	Português / Português	2002 / 2002
Cómo seleccionar documentos de archivo	Manuel Vásquez	Argentina	Espanhol / Espanhol	2002 / 2006
Técnicas documentales de archivo: ordenación y clasificación de los documentos de archivo.	Victor Hugo Arevalo Jordan	Argentina	Espanhol / Espanhol	2003 / 2003
Abrégé d'archivistique: principes et pratiques du métier d'archiviste	Association des Archivistes Français	França	Francês / Francês	2004 / 2004
La gestión de documentos en las organizaciones	José Ramón Cruz Mundet	Espanha	Espanhol / Espanhol	2006 / 2006

## ANEXO D – Definições originais da

Tabela 7. Conceito genérico de “informação” em publicações arquivísticas

Austrália	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Information:</b> <i>knowledge communicated or received concerning some fact or circumstance.</i> [NATIONAL ARCHIVES (Austrália), 2001, p.9]</li> <li>• <b>Information:</b> <i>Any type of knowledge that can be exchanged. In an exchange, it is represented by data. (...)</i> [NATIONAL ARCHIVES (Austrália), 2010].</li> </ul>
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Información:</b> <i>Elementos de conocimiento, informe elemental susceptible de ser transmitido y conservado gracias a un soporte y un código.</i> (AREVALO JORDAN, 2003, p.143)</li> </ul>
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elemento referencial, noção, idéia ou mensagem contida num documento (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.97).</li> </ul>
Canadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Information:</b> <i>n., An assemblage of data, especially when organized to convey a complex unit of meaning.</i> (INTERPARES PROJECT 2, 2008).</li> <li>• <b>Information:</b> <i>L'information est essentiellement un instrument interne au service de l'entreprise visant à améliorer le transfert des connaissances qui serviront sa productivité et son développement. Valem-se da proposta de Antoinette David e Eric Sutter, registrada na obra “La gestion de l'information dans l'entreprise”, de 1985. (ARÉS et alli, 2010)</i></li> </ul>
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Information:</b> <i>1. A collection of data, ideas, thoughts, or memories. – 2. The meaningful portion of a signal, as distinguished from noise</i> (PEARCE-MOSES, 2005) .</li> <li>• <b>Information:</b> <i>Facts or data communicated or received</i> (WIRE, 1993, p.17).</li> </ul>
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação registrada num suporte humano e material/tecnológico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO..., 2010)</li> <li>• Qualquer elemento capaz de ser expresso com o auxílio de um código (ALVES et alii, 1993, p.57).</li> </ul>
IRMT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Information:</b> <i>Data or knowledge that is communicated</i> (MILLAR, 2009, p.22).</li> </ul>
ONU. ARMS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Information:</b> <i>Data, irrespective of medium, in context</i> (ONU. ARMS, 2006).</li> </ul>

## ANEXO E – Definições originais da

Tabela 8. Conceito genérico de “documento” em publicações arquivísticas

Austrália	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Document:</b> Recorded information or an object that can be treated as a unit. [NATIONAL ARCHIVES (Austrália), 2010]</li> </ul>
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Documento:</b> Cualquier símbolo convencional, escrito o dibujado, que puede servir para suministrar o conservar la información. (AREVALO JORDAN, 2003, p.97)</li> </ul>
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte. (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.65)</li> </ul>
Canadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Document:</b> « [...] tout support d'information, y compris les données qu'il renferme, lisibles par l'homme ou par machine (...). (ARÉS et alii, 2010)</li> </ul>
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Document:</b> 1. Any written or printed work; a writing. – 2. Information or data fixed in some media. – 3. Information or data fixed in some media, but which is not part of the official record; a nonrecord (PEARCE-MOSES, 2005).</li> <li>• <b>Document:</b> Recorded information regardless of physical form or characteristics. (WIRE, 1993, p.11)</li> </ul>
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) todo registro de información independiente de su soporte físico (HEREDIA HERRERA, 1991, p.121)</li> <li>• <b>Documento:</b> Toda expresión en lenguaje natural o convencional y cualquier otra expresión gráfica, sonora o en imagen, recogidas en cualquier tipo de soporte material, incluso los soportes informáticos. (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995)</li> </ul>
França	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Document:</b> Tout écrit ou enregistrement considéré comme une unité documentaire. (PIAF, 2009).</li> <li>• <b>Document:</b> Élément matériel comprenant un support et un tracé et contenant une information. (ARCHIVES DÉPARTEMENTALES DE SEINE-ET-MARNE, 2010).</li> </ul>
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade constituída pela informação e respectivo suporte (ALVES et alii, 1993, p.36).</li> </ul>
CIA/ICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Document:</b> Recorded information regardless of medium or characteristics. (ICA/CIA, 2004).</li> </ul>
IRMT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Document:</b> Information or data fixed in some medium, which may or may not be considered in whole or in part an official record. (MILLAR, 2009, p.14)</li> </ul>
ISO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Document:</b> noun; recorded information or object which can be treated as a unit. (ISO 15489-1, 2001, p.3).</li> </ul>

## ANEXO F – Definições originais da

Tabela 11. Definições de *Archival Science*, Arquivologia e Arquivística

Nome	Definição
<p>Archival Science</p> <p>Austrália, Canadá, Estados Unidos e Holanda.</p>	<p><b>Archival Science:</b> <i>A systematic body of knowledge that supports the practice of appraising, acquiring, authenticating, preserving, and providing access to recorded materials</i> (INTERPARES PROJECT 2, 2010).</p> <p><b>Archival Science:</b> <i>the body of knowledge about the nature and characteristics of archives and archival work systematically organized into theory, methodology, and practice</i> (DURANTI, 1996).</p> <p><b>Archival Science:</b> <i>A systematic body of theory that supports the practice of appraising, acquiring, authenticating, preserving, and providing access to recorded materials</i> (PEARCE-MOSES, 2005).</p> <p><b>Archival Science:</b> <i>studies the characteristics of records in their social and cultural contexts and how they are created, used, selected and transferred through time</i> (KETELAAR, 2004, p.2).</p>
<p>Arquivologia, Archivologie, Archivología, Archivology</p> <p>Alemanha, Brasil, Costa Rica, Espanha, México, Portugal</p>	<p><b>Arquivologia:</b> Tem sido usado não só no sentido de arquivoconomia, como também para definir estudos sobre os arquivos da antiguidade (PRADO, 1970, p.12).</p> <p><b>Arquivologia:</b> é o estudo da técnica dos arquivos; estudos sobre arquivos da antiguidade; ciência dos arquivos (GOMES; HELLUY, 1976, p.185,189)</p> <p><b>Archivología</b> ver Arquivística (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995).</p> <p><b>Arquivologia:</b> o mesmo que arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.9)</p> <p><b>Archivología:</b> <i>Ciência que trata del régimen de los archivos. Auxiliar o funcional de la administración, que se refiere a la creación, historia, organización, funciones de los archivos y sus fundamentos legales o jurídicos</i> (AREVALO JORDAN, 2003a, p.29-30)</p> <p><b>Arquivologia:</b> <i>Disciplina que estuda as funções do arquivo [enquanto instituição] e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos [enquanto conjuntos documentais orgânicos]. Também chamada arquivística.</i> (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37)</p> <p><b>Archivología:</b> <i>La ciencia que estudia la naturaleza y la teoría, la planificación y la terminología de los archivos, así como su formación, los principios de su conservación y organización y los medios de su utilización.</i> (MARTA EUG., 2010).</p>
<p>Archivistique, Archivística, Archivistics, Arquivística</p> <p>Argentina, Brasil, Costa Rica, Canadá, França, Espanha, Holanda, Itália, México, Portugal.</p>	<p><b>Archivistica:</b> <i>(...) scienza degli archivi, alla quale è stato dato il nome di archivística; che non è soltanto la disciplina della tenuta degli archivi, come molti, per non dire tutti, hanno sinora ritenuto, ma quella che abbraccia l'ampissimo campo della costruzione e manutenzione dei locali e della suppellettile racchiusavi, dell'ordinamento di questa suppellettile e della comunicazione di essa nel presente e nel futuro.</i> (CASANOVA, 1928, p.24)</p> <p><b>Arquivística:</b> <i>A técnica de se organizarem os arquivos, isto é, de se classificarem, guardarem, conservarem e acharem os documentos, quando desejados.</i> (PRADO, 1970, p.12).</p> <p><b>Archivistica:</b> <i>è la disciplina che tratta dell'organizzazione, del funzionamento e dello studio degli archivi</i> (D'ADDARIO, 1972, p.5).</p> <p><b>Arquivística:</b> <i>Conjunto de princípios e técnicas a serem observadas na constituição, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos</i> (GOMES; HELLUY, 1976, p.188-189).</p> <p><b>Arquivística:</b> <i>Ciência que tem por objecto os arquivos, os princípios e métodos da sua constituição, conservação, organização e comunicação</i> (ALVES et alii, 1993, p.7).</p> <p><b>Archivistique:</b> <i>Discipline regroupant tous les principes, normes et techniques régissant toutes les fonctions de gestion des archives, telles</i></p>

	<p><i>la création, l'évaluation, l'acquisition, la classification, la description, la communication et la conservation</i> (ROUSSEAU; COUTURE <i>et alii</i>, 1994, p.2).</p> <p><b>Archivistique:</b> <i>discipline régissant la gestion de l'information organique (archives)</i>. (ROUSSEAU; COUTURE <i>et alii</i>, 1994, p.281)</p> <p><b>Archivística:</b> Disciplina que trata de los aspectos teóricos y prácticos (tipología, organización, funcionamiento, planificación, etc.) de los archivos y el tratamiento archivístico de sus fondos documentales (SUBDIRECCIÓN GENERAL..., 1995).</p> <p><b>Arquivística:</b> Disciplina – também conhecida como arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos (1) e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.5)</p> <p><b>Archivistique:</b> <i>Discipline qui recouvre les principes et les techniques régissant la création, l'évaluation, l'accroissement (l'acquisition), la classification, la description, l'indexation, la diffusion et la préservation des archives</i>. (UNIVERSITÉ DE MONTREAL, 1999).</p> <p><b>Archivística:</b> <i>Complesso delle norme per la sistemazione e il funzionamento degli archivi e relativa dottrina</i>. (MUSCÒ, 2002).</p> <p><b>Archivistique:</b> <i>Science qui étudie les principes et les méthodes appliquées à la collecte, au traitement, à la conservation, à la communication et à la mise en valeur des documents d'archives</i> (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p.11).</p> <p><b>Archivística:</b> técnicas aplicadas o que tratan de los archivos, de las colecciones y documentos que ahí se conservan (AREVALO JORDAN, 2003a, p.26)</p> <p><b>Archivistique:</b> <i>Science relative à l'organisation, la législation, la réglementation, au traitement et à la gestion des archives</i>. (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS, 2004)</p> <p><b>Archivistique:</b> <i>Science qui étudie les principes et les procédés méthodiques employés à la collecte, à la conservation, au traitement et à la communication des documents d'archives</i> (ICA/CIA, 2004).</p> <p><b>Arquivística</b> ver Arquivologia (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.27)</p> <p><b>Archivística:</b> Ciencia que trata de los archivos, de las colecciones manuscritas y documentos que ahí se conservan. (ADABI, 2009)</p> <p><b>Archivistique –</b> <i>Science qui étudie les archives, les principes et les procédés méthodiques employés à la conservation et la mise en valeur des documents d'archives</i> (PIAF, 2009).</p> <p><b>Archivística:</b> Técnicas aplicadas o que tratan de los archivos, de las colecciones y documentos que ahí se conservan (MARTA EUG., 2010)</p> <p><b>Archivística:</b> <i>Scienza che tratta degli archivi in quanto ne studia l'origine, la formazione, gli ordinamenti, la utilizzazione e la regolamentazione giuridica</i> (Leopoldo Sandri <i>apud</i> REDE INFORMATIVA LILITH, 2011).</p>
--	---

## ANEXO G – Definições originais da

Tabela 18. Definições de “arquivo” na literatura nacional e internacional

Autor	Ano	Definição
Associação dos Arquivistas Holandeses	1898	Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.13).
Jenkinson	1922	<i>A document which may be said to belong to the class of Archives is one which was drawn up or used in the course of an administrative or executive transaction (whether public or private) of which itself formed a part; and subsequently preserved in their own custody for their own information by the person or persons responsible for that transaction and their legitimate successors</i> (JENKINSON, 1922, p.11).
Schellenberg	1956	Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2002, p.41)
Favier	1958	<i>Les archives son l'ensemble des documents reçus ou constitués par une personne physique ou morale, ou par un organisme public ou prive, résultant de leur activité, organisé em conséquence de celle-ci et conserve em vie d'une utilisation éventuelle</i> (FAVIER, 2001, p.3).
Lodolini	1984	<i>El conjunto de los documentos que se han formado junto a una persona física o jurídica (o un grupo de oficinas u órganos de esta última) – o también, añadimos, de una asociación de hecho – en el curso del desarrollo de su actividad y por lo tanto unidos por un vínculo necesario, los cuales, una vez perdido el interés por el desarrollo e la actividad misma, han sido seleccionados para la conservación permanente como bienes culturales</i> (LODOLINI, 1993, p.145-116)
Pederson	1987	<i>Those records which are no longer required for current use but have been selected for permanente preservation because of their evidencial or information value</i> (PEDERSON, 1987, p.357)
Heredia Herrera	1991	<i>Archivo es uno o más conjuntos de documentos, sea cual sea su fecha, su forma y soporte material, acumulados em um processo natural por uma persona o institución pública o privada em el transcurso de sua gestión, conservados, respetando aquel orden, para servir como testimonio e información para la persona o institución que los produce, para los ciudadanos o para servir de fuentes de historia</i> (HEREDIA HERRERA, 1991, p.89)
Rousseau, Couture et alii	1994	<i>L'ensemble des informations, quels que soient leur date, leur nature, ou leur support, organiquement [et automatiquement] réunies par une personne physique ou morale, publique ou privée, por les besoins mêmes de son existence et l'exercice de seus fonctions, conservées d'abord pour leur valeur primaire (...), conservées ensuite pour leur valeur secondaire (...)</i> (ROUSSEAU, COUTURE et collaborateurs, 1994, p.280)

Lopes	1996	a) acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional (atômicos) ou em suporte que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits); e b) produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos (LOPES, 1996, p.32).
Camargo e Bellotto	1996	Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.5)
Associación des Archivistes Français	2004	<i>Archives: documents, quels que soient leur date, leur forme et leur support matériel, produits ou reçus par toute personne physique ou morale, et par tout service ou organisme public ou privé, dans l'exercice de leur activité. Le mot archives est couramment employé dans Le sens restrictif de documents ayant fait l'objet d'un archivage, par opposition aus archives courantes.</i> (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS, 2004, p.259)
Arquivo Nacional	2005	Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.27)
National Library of Australia	2005	<i>Records that are appraised as having archival value</i> [NATIONAL LIBRARY (Australia), 2005, p.2].
ICA/CIA	2008	<i>Archives: Materials created or received by a person, family or organisation, public or private, in the conduct of their affairs and preserved because of the enduring value contained in them or as evidence of the functions and responsibilities of their creator, especially those materials maintained using the principles of provenance, original order and collective control; permanent records. Source: IBM Dictionary of Computing, McGraw Hill, New York, 1994, p. 30. (ICA/CIA, 2008b, p.56).</i>
InterPARES	2010	<i>The whole of the documents made and received by a juridical or physical person or organization in the conduct of affairs, and preserved</i> (INTERPARES, 2010).

## ANEXO H – Definições originais da

Tabela 19. Definições de “documento de arquivo” ou “arquivístico” na literatura nacional e internacional

Autoria	Ano	Definição
Schellenberg (EUA)	1956	Documentos ( <i>records</i> ): Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies de documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2002, p.41).
Pederson (Austrália)	1987	<i>Records: documents, containing data or information of any kind and in any form, created or received by an organization or person for use in the course of business and subsequently kept as evidence of such business</i> (PEDERSON, 1987, p.364).
Heredia Herrera (Espanha)	1991	<i>Documentos archivísticos: los producidos o recibidos por una persona o institución durante el curso de su gestión o actividad para el cumplimiento de sus fines y conservados como prueba e información</i> (HEREDIA HERRERA, 1991, p.123).
Rousseau, Couture et al (Canadá)	1994	<i>Documents d'archives: documents contenant une information quels que soient leur date, leur forme et leur support matériel, produits ou reçus par toute personne physique ou morale, et par tout service ou organisme public ou privé, dans l'exercice de leur activité.</i> (CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. Dictionnaire de terminologie archivistique, 1984, <i>apud</i> ROUSSEAU, COUTURE <i>et alii</i> , 1994, p.123).
Indolfo et al (Brasil)	1995	Documentos de arquivo são todos os documentos que, produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituem elementos de prova ou de informação (INDOLFO <i>et alii</i> , 1995, p.11-12).
Martín-Pozuelo Campillos (Espanha)	1996	Documento de archivo: el documento que resulta de un proceso administrativo o jurídico, así como todos aquéllos que hacen posible tal proceso, recogidos en un archivo, donde paulatinamente van prescribiendo sus valores originales sustituyéndose por otro de prueba e información. (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.98)
ISO 15489 (Internacional)	2001	<i>Records: information created, received, and maintained as evidence and information by an organization or person, in pursuance of legal obligations or in the transaction of business</i> (ISO 15489, 2001, p.3).
Archives de France / Association des Archivistes Français	2002 2004	<i>Document (d'archives): Ensemble constitué d'un support et de l'information qu'il porte, utilisable comme preuve ou à des fins de consultation.</i> (ASSOCIACION DES ARCHIVISTES..., 2004, p.260). <i>Singulier d'archives.</i> (ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p.7).
ICA/CIA (Internacional)	2004	<i>Record: a document created or received and maintained by an agency, organization, or individual in pursuance of legal obligations or in the transaction of business</i> (ICA/CIA, 2004).
Society of American Archivists (EUA)	2005	<i>Record: data or information in a fixed form that is created or received in the course of individual or institutional activity and set aside (preserved) as evidence of that activity for future reference.</i> (PEARCE-MOSES, 2005).

National Library (Austrália)	2005	<i>Records: Information in any format created, received, and maintained as evidence and information by an organisation or person, in pursuance of legal obligations or in the transaction of business</i> [NATIONAL LIBRARY (Australia), 2005, p.10].
Delmas (França)	2006	Le document d'archives est l'instrument d'une action et possède à cet effet trois qualités: Il est nécessaire, Il est personnel, Il est conservé (DELMAS, 2006, p.48).
Vázquez	2006	<i>Documento de archivo o de gestiones um soporte modificado por um texto a él aderido que surge como resultado de uma actividad administrativa y tiene como fin impartir una orden, probar algo o meramente transmitir una información</i> (VÁZQUEZ, 2006, p.24).
Portail International Archivistique Francophone - PIAF	2008	<i>Document d'archives: Ecrit ou enregistré créé ou reçu par une personne physique ou morale dans l'exercice de son activité.</i> (PIAF, 2010).
Province of British Columbia (Canada)	2009	<i>Record: any documents created or received by an organization in the course of a practical activity and maintained as evidence of that activity.</i> (PROVINCE OF BRITISH COLUMBIA, 2009).
Projeto InterPARES (Internacional)	2010	<i>Record: a document made or received in the course of a practical activity as an instrument or a by-product of such activity, and set aside for action or reference.</i> (INTERPARES PROJECT II, 2010).
Archivo General de la Nación (México)	2010	<i>Documento de archivos e información contenida en cualquier soporte y tipo documental, producida, recibida y conservada por cualquier organización (pública o privada) o persona en cumplimiento de sus obligaciones legales o en el ejercicio de su actividad o función.</i> [ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (Mexico), 2010].
Arquivo Nacional (Austrália)	2010	<i>A record is all information created, sent and received in the course of carrying out the business of your agency. (...) Records provide proof of what happened, when it happened and who made decisions. Not all records are of equal importance or need to be kept.</i> [NATIONAL ARCHIVES (Australia), 2010].

## ANEXO I - Linha de Tempo da Arquivística (ênfase no Brasil): 1898-2010

Esta linha do tempo tem como objetivo a sistematização cronológica de eventos que influenciaram os rumos da disciplina no Brasil e no mundo. Nessa identificação sem comentários adicionais, buscamos contemplar os vários aspectos indicadores da institucionalização nacional e internacional da Arquivística como disciplina, com maior detalhamento relativo à realidade brasileira, abrangendo:

- publicações especializadas (ano de fundação);
- eventos científicos (ou profissionais), ano das primeiras edições;
- ano de fundação de sociedades científicas e/ou associações profissionais;
- criação de cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia ou com temática arquivística; e
- informações sobre outros aspectos que tenham relevância na teoria ou prática arquivística, dentre eles: legislação e normas, invenções, descobertas científicas e fundação de instituições.

A despeito do marco temporal definido para esta tese, antes da publicação do “manual holandês” uma série de eventos teve importância para a institucionalização mundial da Arquivística como disciplina. A identificação e a análise desses marcos podem ser encontradas em diversas obras que analisam a história da Arquivística, sobremaneira nos manuais utilizados como referência para esta tese. Entretanto, cabe aqui o registro da criação da microfotografia (1839), do papel carbonado (1860), da realização da primeira fotografia colorida (1861) e da produção em série da máquina de escrever (1870).

No Brasil, a instalação da Monarquia Portuguesa no Brasil, em 1808, junto com suas necessidades administrativas, resulta na criação da Real Biblioteca da Ajuda (1810-1811) e, mais tarde, em 2 de janeiro de 1838, no Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824. A instituição tinha por finalidade guardar os documentos públicos, tendo mudado sua denominação em duas ocasiões, para Arquivo Público Nacional (1893) e para Arquivo Nacional (1911).

Observamos que esta cronologia não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas indicar alguns dos marcos que devem ser considerados pelos pesquisadores do tema.

Acontecimentos gerais, legislação e normas.	Publicações e eventos técnicos / científicos.
<p style="text-align: right;"><b>1898</b></p> <p>Início do Governo do Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, sucessor de Prudente de Moraes.</p> <p>Brasil: 10 anos da lei áurea, de 13 de maio de 1888, abolição oficial da escravidão no país; e 9 anos da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.</p>	<p><b>1898</b></p> <p>Publicação do <i>Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven</i>, de Samuel Muller, Johan A. Feith e Robert Fruin. Holanda.</p>

Lei nº 496, de 1º de agosto, define e garante os direitos “autoraes” (Brasil).	
<b>1899</b> A <i>US Library of Congress</i> introduz o sistema de classificação organizado em 21 tópicos de assunto.	<b>1899</b> Paul Otlet cria a CDU - Classificação Decimal Universal publicada, à época em francês e inglês, respectivamente, <i>Manuel du répertoire universel bibliographique</i> e <i>Manual of the Universal Library Index</i> . Tal instrumento passa a ser uma opção à CDD - Classificação Decimal de Melvil Dewey ( <i>Decimal Classification and Relative Index</i> ), publicada em 1876.
	<b>1906</b> <i>L'Archivista: manuale teorico-pratico</i> . Pietro Taddei.
<b>1907</b> Fundação da Associação Belga de Bibliotecários e Arquivistas ( <i>Belgian Association of Librarians and Archivists</i> ).	
<b>1910</b> I Congresso Internacional de Arquivistas (e Bibliotecários) – Bruxelas / Bélgica	
<b>1911</b> Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro, cria o Curso de Diplomática, para treinamento dos funcionários do Arquivo Nacional.	
<b>1912</b> Criação do <b>Public Archives of Canada</b> .	
<b>1922</b> Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, cria o Curso Técnico para Treinamento de candidatos a trabalho na Biblioteca Nacional, do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional.	<b>1922</b> <i>A manual of archive administration</i> . Hilary Jenkinson. Inglaterra.
<b>1931</b> Decreto nº. 19.851 cria o Estatuto das Universidades Brasileiras, organizando a educação superior brasileira e contribuindo	

para a criação de vários cursos superiores nessa década, entre eles, o de História.	
<b>1934</b> Fundação do <i>National Archives</i> – EUA.	<b>1934</b> Votação do National Archives Acts (USA), que marca a entrada dos Arquivos Nacionais na área de gestão de documentos.
<b>1936</b> Fundação da <i>Society of American Archivists</i> (SAA) - EUA.	
<b>1937</b> Criado o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pela Lei nº 378.	
<b>1938</b> Decreto-Lei nº 579, de 30 de junho de 1938 cria o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com atribuições na área de organização e métodos, execução orçamentária e, mais tarde, administração de material e pessoal.	<b>1938</b> Publicação do primeiro número do <i>American Archivist</i> , periódico da <i>Society of American Archivists</i> (SAA).
<b>1939</b> Início da II Guerra Mundial.	
<b>1940</b> Artigo de Phillip Coolidge Brooks (“ <i>The selection of records for preservation</i> ”), publicado no periódico <i>American Archivist</i> (October), apresenta ao público em geral o conceito de ciclo vital ( <i>life history of a given body of documents</i> ) dos documentos arquivísticos. Tal conceito teria sido desenvolvido no final da década anterior, em parceria com Emmett J. Leahy.	
<b>1945</b> Final da II Guerra Mundial.	
<b>1947</b> Criada a <i>Hoover Commission on the Reorganization of the Executive Department of the Government</i> , no Governo Truman – EUA, com a missão de analisar os métodos	

<p>de trabalhos de todos os serviços da administração federal e propor mudanças ou reformas visando economia, eficácia e melhor solução dos assuntos públicos. Emmet J. Leahy, diretor do <i>National Records Management Council</i>, se torna, também, diretor da <i>Task Force on Records Management</i>.</p> <p>Fundação da <i>Society of Archivists</i> (Reino Unido)</p>	
<p><b>1949</b></p> <p>Como resultado das orientações da Task Force on Records Management, nos EUA, os Arquivo Nacionais norte-americanos convertem-se no National Archives and Records Service – NARS</p>	
<p><b>1948</b></p> <p>Criado o <i>International Council on Archives / Conseil International des Archives</i> – ICA/CIA, com sede em Paris – França, vinculado à Unesco.</p> <p>Criada a <i>Fédération Internationale des Archives du Film</i> - FIAF, em Paris.</p>	
<p><b>1950</b></p> <p>Primeira reunião do <i>International Council on Archives</i> – ICA/CIA, na sede da Unesco. Primeiro Congresso Internacional de Arquivos do ICA/CIA.</p> <p>Promulgação do <i>Federal Records Act</i>, nos EUA, definindo, do ponto de vista legal, o <i>records management</i>, incluindo a criação, conservação, destruição ou transferência de documentos arquivísticos.</p>	
<p><b>1951</b></p> <p>Criação do CNPq e da CAPES.</p>	
	<p><b>1953</b></p> <p>II Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Holanda.</p>
<p><b>1954</b></p>	

<p>Primeira <i>Conférence Internationales de la Table Ronde des Archives</i> – CITRA, do CIA/ICA.</p> <p>Segunda Comissão Hoover tem nova força tarefa presidida por Leahy, desta feita voltada ao <i>paperwork management</i>, como sinônimo de eliminação e transferência de documentos, não abrangendo os aspectos relativos à criação.</p>	
<p style="text-align: right;"><b>1955</b></p> <p>Fundação da <i>Association of Records Managers and Administrators</i> – ARMA. EUA.</p>	
	<p><b>1956</b> <i>Modern archives: principles and techniques.</i> Theodore Roosevelt Schellenberg. EUA.</p> <p>I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBDD.</p> <p>III Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Itália.</p>
	<p><b>1958</b> <i>Les archives (que sais-je?).</i> Jean Favier.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1959</b></p> <p>Criação do “Curso Avulso de Aperfeiçoamento de Pessoal para Arquivos” na Escola de Serviço Público dos Cursos de Administração do Departamento Administrativo do Serviço Público/DASP, por meio da portaria 299, de 11 de julho.</p>	<p><b>1959</b> A situação do Arquivo Nacional. José Honório Rodrigues.</p>
	<p><b>1960</b> <i>El concepto de archivología.</i> Aurélio Tanodi.</p> <p>Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil, Henri Boullier de Branche, Diretor dos Arquivos de Sarthe / França, resultado de visita para ministrar aulas no “Curso Avulso de Aperfeiçoamento”, criado no ano anterior. Arquivo Nacional.</p> <p>IV Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Suécia.</p>

	<p>Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (tradução do “manual holandês”, de 1898). Arquivo Nacional.</p> <p>Problemas arquivísticos no governo brasileiro. T. R. Schellenberg.</p>
<p><b>1961</b></p> <p>Difusão do conceito das três idades na França, por Yves Pérotin, após estudos nos EUA.</p> <p>Criada comissão, sob a presidência de José Honório Rodrigues, Diretor do Arquivo Nacional, para estudar a situação dos arquivos no Brasil. Um dos resultados foi um anteprojeto de lei propondo a criação de um Sistema Nacional de Arquivos.</p>	<p><b>1961</b></p> <p>Primera Reunión Interamericana sobre Archivos – Washington-DC/USA.</p> <p>Manual do arquivista. Heloísa de Almeida Prado.</p> <p>Manual de Archivologia Hispanoamericana: teorías y principios. Aurelio Tanodi.</p>
	<p><b>1962</b></p> <p>Resoluciones da Primera Reunión Interamericana de Archivos. São 23 resoluções abrangendo: criação de associação interamericana de arquivistas, resultados dos grupos de trabalho de ordenação, terminologia, formação profissional, normas de transcrição, técnicas de descrição, edificações entre outras.</p>
	<p><b>1963</b></p> <p>Primeiro número do periódico Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - ABAD. Portugal.</p> <p>Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Schellenberg, tradução de Manuel Wanderley da obra publicada neste mesmo ano, quase simultaneamente.</p>
	<p><b>1964</b></p> <p>Elsevier’s Lexicon of Archival Terminologia. CIA/ICA.</p> <p>Diretrizes da documentação. DASP.</p> <p>Administração de arquivos e documentação. Samuel Haig Jameson (antologia de textos</p>

	<p>nacionais e estrangeiros reproduzidos de outras publicações).</p> <p><i>Come organizzare l'archivio: guida pratica per la classificazione dei documenti e delle schede e l'organizzazione dei servizi d'archivio.</i> Giuseppe Continolo.</p> <p>V Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Bélgica.</p>
	<p><b>1965</b> <i>El archivo em la organización moderna.</i> G. Continolo. Tradução espanhola de Maria Fernanda Iglesias Lesteiro, da obra italiana de 1964 (<i>Come organizzare l'archivio</i>).</p>
	<p><b>1966</b> A manual of tropical archivology. Yves Pérotin</p>
<p><b>1967</b> Fundação da Association des Archivistes du Québec - AAQ.</p>	
<p><b>1968</b> Lei n° 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.</p>	<p><b>1968</b> <i>Microphotography for archives.</i> Albert Leisinger Jr. CIA/ICA.</p> <p>VI Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Espanha.</p>
<p><b>1969</b> Decreto n° 64.398, de 24 de abril, regulamenta a Lei n° 5.433, de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais.</p>	<p><b>1969</b> <i>Information Sciences.</i> ISSN: 0020-0255</p> <p><i>Journal of Librarianship and Information Science.</i> ISSN 0022-2232</p> <p><i>Revue d'Archives - la revue de l'Association des archivistes du Québec.</i></p> <p><i>Records Organization and Operations.</i> Canada. Arquivo Público. Records Management Branch</p> <p>Como organizar o Arquivo: guia prático para a classificação de documentos e fichas e para a organização dos serviços de arquivo. G. Continolo. Tradução portuguesa de Jorge</p>

	de Sampaio, da obra italiana de 1964 ( <i>Come organizzare l'archivio</i> )
	<p><b>1970</b> A técnica de Arquivar. Heloisa de Almeida Prado.</p> <p><i>Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des Archives publiques en France.</i> Association des Archivistes Français.</p>
<p><b>1971</b> Criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB.</p>	<p><b>1971</b> Asociacion Archivistica Argentina Boletin</p>
<p><b>1972</b> Parecer nº 212 – Conselho Federal de Educação: autoriza a criação de cursos superiores de Arquivologia em todo o território nacional.</p>	<p><b>1972</b> I Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, no Rio de Janeiro, organização da AAB.</p> <p>Ciência da Informação. Periódico do IBICT.</p> <p><i>Microfotografia para arquivos.</i> Albert Leisinger Jr. (1968). Tradução de Maria del Carmen Guzman. Dirección General de Archivos y Bibliotecas / Servicio Nacional de Microfilm. Espanha.</p> <p>VII Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Rússia.</p>
<p><b>1973</b> Curso Permanente de Arquivos, do Arquivo Nacional, recebe mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ para registro de seus diplomas.</p> <p>Fundação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – APBAD. Portugal.</p>	
<p><b>1974</b> Resolução nº 28, de 15 de maio, Parecer nº 693, do Conselho Federal de Educação: currículos mínimos e duração do curso superior de Arquivologia.</p>	<p><b>1974</b> II Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em São Paulo, organização da AAB.</p> <p>Arquivos modernos: princípios e técnicas. Schellenberg (1956), tradução de Nilza Teixeira Soares.</p>

	<i>Records Management Act</i> (EUA) consagra a definição de records management.
<p style="text-align: right;"><b>1975</b></p> <p>Decreto nº 75.657, de 24 de abril, dispõe sobre o Sistema de Serviços Geral dos órgãos civis da Administração e das Autarquias federais, contemplando atividades de administração de edifícios públicos, imóveis residenciais, material, transporte e protocolo, movimentação, expediente, arquivo e transmissão e recepção de mensagens; órgão central Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, responsabilidade pelos arquivos correntes.</p> <p>Instalação da Divisão de Pré-Arquivo (DPA) do Arquivo Nacional, em Brasília-DF, com atividades de arquivo intermediário.</p> <p>Fundação da <i>Australian Society of Archivists - ASA</i> e da <i>Association of Canadian Archivists - ACA</i>.</p>	<p style="text-align: right;"><b>1975</b></p> <p>Arquivos correntes: organização e funcionamento. Canadá, Arquivo Público. Tradução de Nilza Teixeira Soares, do original <i>Records Organization and Operations</i>, de 1969. Arquivo Nacional.</p> <p>Primeira edição do periódico <i>Archivaria</i>, da <i>Association of Canadian Archivists - ACA</i>.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1976</b></p> <p>Criação do Curso de Arquivologia da Universidade de Santa Maria – UFSM/RS, pelo Parecer 179/76, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p>	<p style="text-align: right;"><b>1976</b></p> <p>III Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, no Rio de Janeiro, organização da AAB.</p> <p>VIII Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. EUA.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1977</b></p> <p>Pelo Decreto nº 79.329, de 2 de março, com a denominação de Curso de Arquivologia, o curso do Arquivo Nacional passa a integrar a UFRJ que, anos depois, passaria a se chamar Unirio.</p> <p>Início do curso de Arquivologia da UFSM/RS.</p> <p>Criação do Comitê de Terminologia Arquivística, no âmbito da AAB, que se uniu à Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (CB-14) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).</p>	<p style="text-align: right;"><b>1977</b></p> <p>“<i>Les respects des fonds en Archivistique: principes theoriques et problemes pratiques</i>”. Michel Duchein. Artigo publicado na <i>La Gazette des Archives</i>, propõe uma aplicação mais detalhada sobre os vieses do conceito de fundo arquivístico.</p>

<p style="text-align: right;"><b>1978</b></p> <p>Após apresentação pelo Poder Executivo, em 27.03, inicia a tramitação do Projeto de Lei nº 4.767 que viria a se tornar a Lei nº 6.546, de 4 de julho, que junto com o Decreto nº 82.590, de 06 de novembro, regulamentam as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo</p> <p>Decreto nº 82.308, de 25 de setembro, institui o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e cria a Comissão Nacional de Arquivos (CONAR); Arquivo Nacional como órgão central, responsabilidade pelas fases intermediária e permanente.</p> <p>Criação do curso de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense – UFF/RJ.</p> <p>Criação dos Sistemas Estaduais de Arquivo de Rio Grande do Norte (Decreto 7.394, de 18 de maio) e Pará (Decreto 10.685, de 3 de julho, Sistema de informações administrativas – SINAD).</p>	<p style="text-align: right;"><b>1978</b></p> <p>Teoria e prática de arquivos. Marilena Leite Paes.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1979</b></p> <p>RAMP - <i>Records and Archives Management Programme</i>. Unesco, por meio de seu General Information Programme (PGI), cria um programa por meio do qual especialistas elaboram e publicam estudos sob a temática arquivística.</p> <p>Portaria nº 1.005, de 3 de outubro, do Ministério de Estado da Justiça aprova o Regimento Interno do CONAR.</p>	<p style="text-align: right;"><b>1979</b></p> <p>Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, de 1972.</p> <p>IV Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, no Rio de Janeiro, organização da AAB.</p> <p>Manual de arquivos. T. R. Schellenberg.</p>
	<p style="text-align: right;"><b>1980</b></p> <p>Introdução à Arquivologia. José Pedro Pinto Esposel.</p> <p>IX Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Inglaterra.</p> <p><i>L'interdépendance des archives et de la gestion des documents: une approche globale de l'archivistique</i>. Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau. Artigo publicado em <i>Archives</i> discute uma “arquivística integrada”.</p>

<p style="text-align: right;"><b>1981</b></p> <p>Ante-projeto de lei de arquivos é divulgado e começa a receber sugestões.</p>	
<p style="text-align: right;"><b>1982</b></p> <p>O Sistema Estadual de Documentação e Arquivos (SEDARQ) do Ceará é criado pela Lei nº 10.746 de 06 de dezembro, posteriormente, reestruturado pelo Decreto Lei nº 13.087, de 29 de dezembro de 2000.</p>	<p><b>1982</b></p> <p>Manual de arquivos municipais. Vicenta Cortes Alonso. Espanha</p> <p>V Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, no Rio de Janeiro, organização da AAB.</p> <p><i>Les archives au XX<sup>me</sup> Siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche.</i> COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. Université de Montreal.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1984</b></p> <p>Após apresentação pelo Poder Executivo, inicia a tramitação do Projeto de Lei nº 4.895 que viria a se tornar a Lei nº 8.159/91.</p> <p>Criação do sistema estadual de arquivo de São Paulo e do sistema municipal de arquivos de Rio Claro/SP.</p>	<p><b>1984</b></p> <p><i>A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice.</i> Nacional Archives and Records Service. EUA.</p> <p><i>Archivística: principi e problemi.</i> Elio Lodolini.</p> <p><i>Archivos y ordenadores.</i> Michael Cook. Traduzido por Maria Jesús Herrero.</p> <p>X Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Alemanha (Oriental).</p>
<p style="text-align: right;"><b>1985</b></p> <p>Criação do Sistema Estadual de Arquivo da Bahia, pela Lei delegada nº 52 de 31 de maio.</p>	<p><b>1985</b></p> <p>Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência, de Astréa de Moraes e Castro, Andresa de Moraes e Castro, Danuza de Moraes e Castro Gasparian.</p> <p><i>Glossary of archive conservation terms: english, with equivalentes in spanish, german, italian and french.</i> CIA/ICA.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1986</b></p> <p>Criação do sistema estadual de arquivo de Pernambuco.</p> <p>NBR 9578: Terminologia. ABNT</p>	<p><b>1986</b></p> <p>Arquivos: teoria e prática. Marilena Leite Paes</p> <p><i>Archivística general: teoría y práctica.</i> Antonia Heredia Herrera. Espanha</p> <p>Acervo. Periódico do Arquivo Nacional.</p>

	<p>VI Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, no Rio de Janeiro, organização da AAB. Arquivo: Política, Administração, Cultura.</p> <p>Procedimentos técnicos em arquivos privados. CPDOC/FGV.</p>
	<p><b>1987</b> O que é documentação. Johanna Smit.</p> <p>Keeping Archives. Australian Society of Archivist.</p>
<p><b>1988</b> Decreto nº 11.133, de 13 de Junho de 1988, institui o Sistema de Arquivos do Distrito Federal - SIARDF.</p> <p>NBR 10519: critérios de avaliação de documentos de arquivo. ABNT</p>	<p><b>1988</b> <i>Dictionary or Archival Terminology = Dictionnaire de Terminologie Archivistique</i>, CIA/ICA.</p> <p>Elementos de Arquivologia. Rolf Nagel, Eneida Richter.</p> <p>VII Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em Brasília/DF, organização da AAB. Administração de Documentos, Informática e Acesso à Informação.</p> <p>XI Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. França.</p>
<p><b>1990</b> Criação do curso de graduação em Arquivologia na Universidade de Brasília.</p> <p>Divisão de Pré-Arquivo – DPA do Arquivo Nacional, em Brasília, passa a receber fundos de guarda permanente e a conceder acesso externo ao acervo.</p>	<p><b>1990</b> VIII Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em Salvador/BA, organização da AAB. Arquivologia e Gestão da Informação: Tecnologia e Perspectivas</p> <p>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. Associação dos Arquivistas Brasileiros-NRSP.</p>
<p><b>1991</b> Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.</p> <p>Criação do Conselho Nacional de Arquivos -</p>	<p><b>1991</b> Arquivos permanentes: tratamento documental. Heloisa Bellotto.</p> <p><i>Dictionnaire des archives: de l'archivage aux systèmes d'information</i>. École Nationale des</p>

<p>Conarq (Art. 26, Lei n° 8.159/91) e instituição do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.</p>	<p>Chartes. França.</p> <p><i>Planificacion archivística</i>. Victor Hugo Arévalo Jordan. Argentina.</p> <p><i>Archivística</i>. César Gutiérrez Muñoz. Perú.</p> <p>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Rolf Nagel (org.). Brasil.</p> <p>Manuel d'Archivistique. Association des Archivistes Français.</p> <p>A sistematização de arquivos públicos. Ataliba Teixeira de Castilho (org.)</p>
	<p><b>1992</b></p> <p>Primeiro número do periódico Tábula, da Asociación de Archiveros de Castilla y León - ACAL.</p> <p>IX Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em Santa Maria/RS, organização da AAB. Profissão do Arquivista e a Era da Informação.</p> <p>XII Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Canadá.</p>
	<p><b>1994</b></p> <p><i>Introduccion a la archivologia</i>. Manuel Vazquez Murillo. Argentina.</p> <p><i>La gestion des archives informatiques. Conferéncia des recteurs et des principaux des universités du Québec</i>. Université du Québec.</p> <p><i>Les fondements de la discipline archivistique</i>. ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol et collaborateurs. Université du Québec.</p> <p>Atualização de <i>Les archives au XX<sup>me</sup> Siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherché</i>, de 1982.</p> <p>X Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em São Paulo/SP, organização da AAB. Rumos e consolidação da Arquivologia</p>
	<p><b>1995</b></p>

	<p>Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos. Ana Indolfo, Ana Campos <i>et alii</i>.</p> <p>Sistemas e políticas públicas de arquivo no Brasil. José Maria Jardim.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1996</b></p> <p>Publicada a Resolução n° 4, do Conselho Nacional de arquivos: modelo de plano de classificação e tabela de temporalidade para as atividades meio da administração pública federal.</p> <p>Decreto n° 1.799, de 30 de janeiro, regulamenta a Lei n° 5.433, de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências, revogando, ainda, o Decreto n° 64.398, de 1969.</p>	<p style="text-align: right;"><b>1996</b></p> <p>XI Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, no Rio de Janeiro, organização da AAB. Dimensões emergentes da Arquivologia no Brasil</p> <p>Dicionário de Terminologia Arquivística. Ana Almeida Camargo, Heloisa Bellotto <i>et alii</i>.</p> <p>A informação e os arquivos: teorias e práticas. Luis Carlos Lopes.</p> <p><i>Code of ethics / Code international de déontologie des archivistes</i>. Conseil International des Archives – ICA/CIA. Adotado pela Assembléia Geral em sua XIII Seção, em Pequim (China) em 6 de setembro de 1996.</p> <p>XIII Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. China.</p> <p>Primeiro número do periódico Informação &amp; Informação, do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina.</p> <p>II Congreso de Archivologia del Mercosul. Paraná (Entre Ríos). Argentina.</p>
<p style="text-align: right;"><b>1997</b></p> <p>Criação de dois cursos de graduação em Arquivologia na Universidade Estadual de Londrina - UEL/ PR e na Universidade Federal da Bahia – UFBA/BA.</p> <p>Criação do Conselho Estadual de Arquivos – CEA, de Minas Gerais, pelo Decreto n° 39.504, de 24 de março.</p> <p>Decreto n.º 1.654 , de 29 de agosto, institui o Sistema Estadual de Arquivos (Siarq) de Mato Grosso) – Decreta a criação dos arquivos setoriais nas Secretarias, Autarquias e Fundações do Governo sob a</p>	<p style="text-align: right;"><b>1997</b></p> <p><i>Guide pour la gestion archivistique des documents électroniques</i>. Conselho Internacional de Arquivos – CIA.</p> <p>II Congreso de Archivologia del Mercosul. Santa Maria/RS.</p> <p><i>What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift</i>. Terry Cook. Publicado no periódico <i>Archivaria</i>. Inicia seus argumentos, a serem retomados em artigos posteriores, de uma visão da Arquivística sob o viés das teorias pós-modernistas.</p>

<p>orientação do Arquivo Público.</p> <p>Fundação da <i>Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas</i> - ANABAD.</p>	
<p><b>1998</b></p> <p>Dissolução dos núcleos regionais da AAB e criação das primeiras associações arquivísticas regionais brasileiras: Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ (24 de setembro) e Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP (9 de outubro).</p> <p>Criação, por meio do Decreto nº 39.504, do Conselho Estadual de Arquivos – CEA de Minas Gerais.</p> <p>Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro, altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</p>	<p><b>1998</b></p> <p>Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos, Manuel Luís Real. Portugal.</p> <p><i>Diplomatics: new use for an old science.</i> Luciana Duranti.</p> <p>XII Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em João Pessoa/PB, organização da AAB. Os Desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio</p> <p>ISAD(g): General International Standard Archival Description. CIA.</p> <p>Como avaliar documentos de arquivo. Ieda Pimenta Bernardes. Primeiro volume da série “Como fazer”.</p>
<p><b>1999</b></p> <p>InterPARES Project inicia seus estudos sobre a preservação à longo prazo de documentos digitais arquivísticos autênticos.</p> <p>Criação de dois cursos de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS / RS e na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/ES.</p> <p>O Decreto nº 25.828 de 14 de dezembro, institui o sistema de comunicações administrativas e documentação do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Fundação da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARS, em janeiro.</p>	<p><b>1999</b></p> <p>A formação do arquivista no Brasil: Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia (REBRARQ). Organizado por José Maria Jardim, Maria Odila Fonseca.</p> <p>Primeiro número do periódico digital DataGramZero - Revista de Ciência da Informação, do IASI - Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação</p> <p>III Congreso de Archivologia del Mercosul. Montevideú. Uruguai.</p>
	<p><b>2000</b></p> <p><i>Los archivos de América Latina: Informe</i></p>

	<p><i>experto de la Fundación Histórica Tavera sobre su situación actual.</i> Espanha.</p> <p>XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em Salvador/BA, organização da AAB. Os Arquivos e o Descobrimento de um Novo Brasil.</p> <p>XIV Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Espanha.</p>
<p style="text-align: right;"><b>2001</b></p> <p>Criação do Sistema de Arquivos do Estado do Alagoas pela Lei n.º 6.236, de 6 de junho, alterada pela Lei n.º 6.325, de 3 de julho de 2002.</p> <p>Criação do Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ do Rio de Janeiro, pelo Decreto n.º 29.387, de 15 de outubro.</p> <p>Publicada a Resolução n.º 14, do Conselho Nacional de arquivos, revisão e consolidação das alterações da Resolução n.º 4/1996: modelo de plano de classificação e tabela de temporalidade para as atividades meio da administração pública federal.</p> <p>ISO 15489-1:2001 <i>Information and documentation - Records management - Part 1: General</i></p> <p>ISO 15489-2:2001 <i>Information and documentation - Records management - Part 2: Guidelines.</i></p> <p>Medida provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto, institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.</p>	<p><b>2001</b></p> <p>IV Congreso de Archivologia del Mercosul. Assunção. Paraguai.</p> <p>ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística. Arquivo Nacional. Tradução da norma proposta em 1998 pelo ICA/CIA, e aprovada em 1999, em Estocolmo, Suécia.</p>
<p style="text-align: right;"><b>2002</b></p> <p>Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro. Regulamenta as funções do CONARQ e do SINAR.</p> <p>Criação do curso de graduação em Arquivologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de mesquita Filho – UNESP/Marília / SP.</p>	<p><b>2002</b></p> <p>Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. Vanderlei Santos</p> <p>Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. Rosely Rondinelli</p> <p><i>The long-term preservation of authentic electronic records: findings of the</i></p>

<p>Fundação da Associação dos Arquivistas da Bahia – AABA, em 20 de outubro.</p> <p>Transferência do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça, para a Casa Civil da Presidência da República.</p>	<p><i>InterPARES Project.</i></p> <p>Lançamento do periódico Cenário Arquivístico: Revista da Associação Brasileira de Arquivologia.</p>
<p><b>2003</b></p> <p>Decreto nº 4915 dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.</p>	<p><b>2003</b></p> <p>V Congreso de Archivologia del Mercosul. Córdoba. Argentina.</p>
<p><b>2004</b></p> <p>Fundação da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ, em 5 de abril.</p>	<p><b>2004</b></p> <p>I Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, em Brasília, organização da ABARQ. Os arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso à informação.</p> <p>Disponibilidade da minuta do <i>Dictionary on Archival Terminology – DAT III</i>, do ICA/CIA, em sítio da Universidade de Marburg, Alemanha. Listas em inglês, alemão, francês e russo.</p> <p>XV Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Áustria.</p>
<p><b>2005</b></p> <p>Fundação da Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQES, em 15 de março.</p>	<p><b>2005</b></p> <p>Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística. Arquivo Nacional.</p> <p>Lançamento do periódico digital Arquivistica.net, sem vinculações institucionais, uma iniciativa independente de André Ricardo Luz e Júlio César Cardoso, arquivistas do Rio de Janeiro/RJ.</p> <p>VI Congreso de Archivologia del Mercosur. Campos do Jordão/SP.</p> <p>Documentos de Arquivo Electronicos: Manual para Arquivistas (Estudo nº16). CIA/ICA.</p> <p>Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. Instituto Fernando Henrique Cardoso.</p>
<p><b>2006</b></p> <p>Criação do curso de graduação em Arquivologia na Universidade Estadual da</p>	<p><b>2006</b></p> <p><i>La société sans mémoire: propôs dissidents sur La politique des archives em France.</i></p>

<p>Paraíba – UEPB/PB.</p> <p>Criação da Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia – ENARA por moção aprovada no II CNA.</p> <p>I Congresso Arquivístico das Américas. Argentina.</p> <p>Fundação da Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná - AAPR, em 02 de julho.</p> <p>NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Arquivo Nacional.</p> <p>Lei nº 11.419, de 19 de dezembro, dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</p>	<p>Bruno Delmas</p> <p>II Congresso Nacional de Arquivologia, em Porto Alegre/RS, organização da AARGS. Os desafios do Arquivista na sociedade do conhecimento</p> <p>XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, no Rio de Janeiro, organização da AAB. Arquivologia e a construção social do conhecimento</p>
<p><b>2007</b></p> <p>Decreto nº 6.096, de 24 de abril, institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, abrindo espaço para a criação de novos cursos superiores de Arquivologia.</p> <p>Criação do Fórum das Associações Profissionais de Arquivologia – Farq, em 17 de março.</p> <p>Fundação da Associação de Arquivologia do Estado de Goiás.</p> <p>Decreto nº 27.071, de 18 de outubro, institui o Sistema Estadual de Arquivos – SEARQ do Amazonas.</p> <p>Resolução nº 25 Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Conarq.</p>	<p><b>2007</b></p> <p>Primeira edição da revista <i>Documentación</i>, editada pela <i>Fundación Ciencias de la Documentación</i>, Espanha.</p> <p>VII <i>Congreso de Archivologia del Mercosur</i>. Vinã del Mar / Chile.</p> <p>Primeira edição do periódico eletrônico Ponto de Acesso do Instituto de Ciência da Informação da UFBA.</p> <p>Arquivística: temas contemporâneos. Vanderlei Batista dos Santos (org.)</p> <p>Planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais. Daise Aparecida Oliveira.</p>
<p><b>2008</b></p> <p>Criação de três cursos de graduação em Arquivologia na Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PB, na Universidade do Rio Grande do Sul – FURG/RS e na</p>	<p><b>2008</b></p> <p>XV Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em Goiânia/GO, organização da AAB. A Arquivologia no Brasil: diversidades, desigualdades e perspectivas.</p>

<p>Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/MG.</p> <p>Criação do Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos em Arquivo – SINARQUIVO.</p> <p>ISDF: norma internacional para descrição de funções. Arquivo Nacional. Tradução para o português da norma do ICA/CIA, elaborada no ano anterior.</p>	<p>III Congresso Nacional de Arquivologia, no Rio de Janeiro/RJ, promovido pela AAERJ/ENARA. Arquivologia e suas múltiplas interfaces</p> <p>XVI Congresso Internacional de Arquivos. ICA/CIA. Malásia.</p> <p>A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. Sérgio Conde de Albite.</p> <p>Documentos eletrônicos: fundamentos arquivísticos para a pesquisa em gestão e preservação. Mara Neves e Leandro Negreiros (orgs).</p> <p>Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas. Linete Bartalo e Nádina Moreno (orgs.)</p>
<p><b>2009</b></p> <p>Criação de dois cursos de graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC e na Universidade Federal do Amazonas – UFAM.</p> <p>Resolução nº 28 – CONARQ. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.</p> <p>Criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Apesar de não haver proposta de graduação em Arquivologia, pode possibilitar o desenvolvimento de uma Arquivística latino-americana.</p> <p>Instrução Normativa APE/SAESP-1, Estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. São Paulo.</p>	<p><b>2009</b></p> <p>VIII Congreso de Archivologia del Mercosur. Montevideú. Paraguai.</p> <p>Documento em revista. Periódico da JAD Ltda. Brasília.</p> <p><i>L'erreur archivistique: de la compréhension de l'erreur à la perception et à la gestion des incertitudes.</i> Cathy Schoukens e Paul Servais (editores).</p>
<p><b>2010</b></p> <p>Decreto nº 42.352 de 15 de março. Regulamenta a Lei Estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009, no que dispõe sobre a</p>	<p><b>2010</b></p> <p>XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, em Santos/SP, organização da AAB. O estatuto do arquivo e sua natureza</p>

<p>informatização de documentos e processos administrativos na administração pública estadual e dá outras providências. Rio de Janeiro.</p>	<p>multifacetada: espaço de custódia, estratégia administrativa e objeto de conhecimento.</p> <p>IV Congresso Nacional de Arquivologia, em Vitória/ES, promovido pela AARQUES/ENARA. A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação.</p> <p>I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ. Brasília.</p>
---	---

**Fonte:** elaboração própria, com base nas publicações referenciadas nesta da tese, sobremaneira em Arquivo Público (Canadá), 1975; AAB, 1979; Geller, 1983; Franco, 1984; Bellotto, 1989; Llansó I Sanjuan, 1993; Mohan, 1994; Weissheimer; Bueno, 1997; Availability of RAMP..., 1999; Ribeiro, 2002; Maia, 2005; Castro, 2008; Paes, 2008; Marques; Rodrigues, 2009; Silva, 2010; The History of Records..., 2010; Arquivo Público do Estado (Rio de Janeiro), 2010; Marques, 2011.